

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Trajetória de uma unidade contraditória: diversidade
de configurações do assentamento Pendengo**

MURILO CAMARGO SALLA

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TRAJETÓRIA DE UMA UNIDADE CONTRADITÓRIA:
DIVERSIDADE DE CONFIGURAÇÕES DO ASSENTAMENTO
PENDENGO

MURILO CAMARGO SALLA

Sob a orientação do Professor

Roberto José Moreira

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção
do grau de **Mestre em Ciências**,
no programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Agosto de 2014

333.31
S168t
T

Salla, Murilo Camargo.

Trajetória de uma unidade contraditória: diversidade de configurações do assentamento Pendengo / Murilo Camargo Salla, 2014.

162 f.

Orientador: Roberto José Moreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 143-147

1. Figuração social - Teses. 2. Conflitos – Teses. 3. Acampamentos – Teses. 4. Assentamentos – Teses. I. Moreira, Roberto José. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

*“Isso pode não ser uma janela aberta para o mundo.
Mas com certeza é um periscópio sob o oceano do social.”*

Antônio Abujamra

RESUMO

SALLA, Murilo Camargo. **Trajetória de uma unidade contraditória: diversidade de configurações do assentamento Pendengo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Este estudo tem como objetivo analisar diversas figurações existentes ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo. As divisões sócio-políticas e sócio-econômicas vivenciadas/construídas por esses assentados, ao decorrer de todo o processo de luta pela terra - a montagem do acampamento com a realização de ocupações dentro da propriedade, além das etapas e particularidades vivenciadas no período de assentamento - demonstram a diversidade de configurações possíveis dentro de um mesmo espaço social específico, onde os conflitos ocasionados pelas discordâncias são exemplos da movimentação dos sujeitos envolvidos na luta pela terra no Brasil.

Caracterizado pelas diversas formas de interação entre todos seus membros e o ambiente social, uma figuração social é uma constante associação de interdependência recíproca entre seus indivíduos, geralmente realizadas a partir de um longo processo temporal. Essas diversas interações, carregadas de trajetórias de vida, interesses individuais e coletivos, redes de relações e condutas normativas, proporcionam a constante construção de uma figuração com diversas formas relacionais, portanto diversos e muitas vezes díspares grupos, interesses e comportamentos em um mesmo espaço. Essa possibilidade de leitura sociológica das relações sociais como construtoras de uma unidade, ajuda na compreensão das dinâmicas de vida em acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Palavras chave: figuração social; conflitos; acampamentos; assentamentos.

ABSTRACT

SALLA, Murilo Camargo. **Trajetória de uma unidade contraditória: diversidade de configurações do assentamento Pendengo.** Dissertation (Master in Social Sciences - Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This study aims to analyze the course of several existing figurations during the trajectory of the Pendengo settlement. The socio-political and socio-economic divisions experienced by these settlers, during the process of fight for land – the formation of the camp and the establishment of occupations inside the property, besides the stages and particularities during the settlement - demonstrate the diversity of possible figurations inside a particular social space, where the conflicts occasioned by disagreements are examples of the movement of the several persons involved in the struggle for land in Brazil.

Characterized by various forms of interaction among all its members and the social environment, a social figuration is a constant association of a mutual interdependence between individuals and usually the result of a long period process. These various interactions, loaded with life's trajectories, individual and collective interests, relationships networks and normative approaches, provide the constant construction of a figuration with different relational forms and therefore, diverse and often disparate groups, interests and behavior in the same space. The possibility of sociological interpretation of social relations as a construction unit, helps to understand the dynamics of life in camps and agrarian reform settlements.

Key words: social figuration; conflicts; camps, settlements.

LISTA DE SIGLAS

CERES – Centro de Estudos Rurais

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CUT – Central única do Trabalho

DAF – Departamento de Assentamento Fundiário

FETAESP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo

IAF – Instituto de Assuntos Fundiários

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTR – Movimento do Trabalhador Rural

MTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais

OLPT – Organização de Luta pela Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SER – Sindicato dos Empregados Rurais

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	13
1.1 Marco Teórico.....	13
1.2 Caracterização do local de pesquisa.....	19
1.3 O desenvolvimento da pesquisa.....	29
CAPÍTULO II – PROCESSO HISTÓRICO DE LUTAS.....	34
2.1 Um sementeiro de lutas.....	35
2.2 Mudança de ares	43
2.3 A formação da Pendengo.....	52
CAPÍTULO III – CONFLITOS NO TEMPO DE ACAMPAMENTO	63
3.1 Os <i>rachas</i>	63
3.2 Organizações Personificadas	77
3.3 Ideologia Organizacional.....	87
CAPÍTULO IV – AS CONFIGURAÇÕES DO ASSENTAMENTO PENDENGO	100
4.1 As produções da Pendengo	106
4.2 A diversidade de trabalho	115
4.3 Unidade contraditória	123
4.3.1 O conflito da energia elétrica e o quarto <i>racha</i>	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.....	143
ANEXOS	148
I - TABELAS	148
II - MAPAS.....	152

III - INTERLOCUTORES.....	159
----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo relatar e analisar diversas figurações existentes ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo. As divisões sócio-políticas e sócio-econômicas vivenciadas por esses assentados, ao longo de todos os processos de luta pela terra - a montagem do acampamento com a realização de ocupações dentro da propriedade, além das etapas e particularidades vivenciadas no período de assentamento - visam demonstrar a diversidade de configurações possíveis dentro de um mesmo espaço social específico, inserido no processo de luta pela terra no Brasil.

Construído através de um longo processo de interação entre os indivíduos e a sociedade, nos diversos períodos de sua existência, o assentamento Pendengo será aqui apresentado como uma associação em constante movimentação, da qual diversos sujeitos sócio-históricos, carregados de vivências individuais e coletivas, interagem entre si e com o meio social de forma interdependente e recíproca, construindo assim um espaço de luta, de vida e de trabalho.

A partir do conceito de figuração social de Elias (1990; 1997; 2000; 2001), onde as interações de interdependência recíproca e funcional entre os indivíduos e a sociedade, originam formações, associações, agrupamentos e até mesmo nações, é possível pensar os acampamentos e assentamentos de reforma agrária como qualquer outra forma de associação de indivíduos, construída pela diversidade de relações ao decorrer do tempo. Esse conceito eliasiano, aqui utilizado como uma ferramenta de análise sociológica, enriquece a compreensão a respeito dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, pois ao considerar os indivíduos em suas múltiplas relações sociais sem desconsiderar as formações sociais a que esses mesmos indivíduos se inserem, é possível perceber a complexidade de interações existentes nesses espaços sociais.

Fernandes (1996), ao realizar seu estudo, no campo científico da Geografia, a respeito da luta pela terra, focando na formação e atuação do MST no estado de São Paulo, define o espaço social como sendo a materialização das relações sociais formadas pelas interações de todos os integrantes de determinado espaço, geralmente construídas em um processo de longa duração. Ou seja, o espaço social seria constituído através das interações existentes entre a sociedade e o espaço, mediadas pelo trabalho e ao decorrer do tempo. Nas palavras do autor: “O espaço social é produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura” (FERNANDES, 1996; p.22).

Fernandes (1996) utiliza o conceito de *espaço social*, pautado em Lefebvre (1991), relacionando-o com os termos de *lugar social*, *movimento social* e *território*, visando assim compreender o processo de desenvolvimento das formas de organização dos movimentos sociais na luta pela terra. Contudo, o presente trabalho irá dialogar com a definição de que o espaço social se constrói a partir da interação da sociedade e, portanto, dos indivíduos com o espaço físico, compondo assim a materialização da existência social. Definição essa, que possibilita perceber os acampamentos e os assentamentos de reforma agrária como espaços sociais, visto a diversidade de relações que se constituem nesses espaços tanto físicos, como sociais.

Carregados de trajetórias de vida, interesses individuais e coletivos, redes de relações e condutas normativas, os acampamentos e os assentamentos de reforma agrária são espaços de socialização que compõem, juntamente com outros espaços, acontecimentos e sujeitos, o universo social de luta pela terra. E é justamente essa diversidade de relações construídas ao

decorrer de toda a sua trajetória, o eixo central responsável pelas diversas configurações que o assentamento Pendengo apresentou e continua apresentando.

Segundo Elias (1990; 2006) as trajetórias de vida de cada sujeito são construídas através das possibilidades que lhe são apresentadas em suas redes de relações. Para o autor, a liberdade de cada indivíduo está ligada ao tecido de interdependências nas quais está inserido e ainda mais, que muitos fenômenos tidos como carentes de sentido, na verdade estão inseridos em um contexto maior, revelando sua importância em uma construção de longo prazo.

Localizado no interior do estado de São Paulo e sob a tutela do INCRA, o assentamento Pendengo ajuda a compor, ao lado de outros assentamentos e acampamentos, o histórico de luta por terra do estado de São Paulo e do Brasil, pelo qual diversos sujeitos buscam um lote de terra, uma nova vida e o reconhecimento social como cidadãos legítimos, entre outros interesses e objetivos que possam coexistir no processo histórico de luta por terra no Brasil.

Acredito que ao apresentar e analisar as diversas figurações sociais existentes ao longo do processo de construção desse espaço social, este trabalho colabore com diversas obras e textos que analisam essa complexidade de interesses, atividades e lutas inseridas dentro da luta pela terra no Brasil, que focando em etapas e casos específicos da luta pela terra no território nacional, abordam as dinâmicas sociais, políticas e econômicas envolvidas e construídas nesse processo, contribuindo assim para elucidar questões que são muitas vezes menosprezadas ou pré-julgadas pela sociedade brasileira.¹

No caso aqui pretendido, visando colaborar com esses trabalhos dentro das ciências sociais, a trajetória do assentamento Pendengo possui em sua dinâmica configurações sócio-políticas e sócio-econômicas de uma particularidade interessante de ser analisada, revelando a complexidade de relações que se conformam no processo de luta pela terra.

Com o termo complexidade, compreende-se aqui, com Moreira (2008), tanto a máxima de que as realidades, sejam elas naturais ou sociais, são fruto de processos sócio-históricos, portanto carregados de experiências e conhecimentos coletivos e individuais em constantes interações no tempo presente, como o fato de que essas diversas realidades podem ser representadas e discutidas por diversos campos científicos, abrangendo a noção de realidade para a compreensão de determinadas formas de relação. Todavia, mesmo reconhecendo essas duas esferas de abordagem do termo complexidade elaborados pelo autor, neste trabalho a análise sociológica será a matriz de elucidação do termo complexidade.

Durante seis anos cerca de duzentas famílias estiveram acampadas reivindicando a fazenda Pendengo. Nesse período, de fundamental importância para a conquista da desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária, as disputas internas às famílias e grupos de famílias que ocorreram no acampamento Pendengo construíram uma dinâmica social complexa, visto as (re)configurações sócio-políticas que surgiram e que foram fundamentais para a constituição do assentamento da forma em que se encontra hoje.

¹ Entre esses trabalhos cito: Bergamasco (1992; 1997), Carneiro (1999; 2008), Commerford (1999), Leite; Medeiros (1999), Lerrer (2008), Loera (2006; 2009), Macedo (2003; 2009), Martins (2003), Medeiros (1989), Rosa (2004; 2009) e Sigaud, (2000; 2008; 2009).

Esses acontecimentos, conhecidos como *rachas*,² surgiram durante a fase de acampamento formando três grupos diferentes, representados por três bandeiras: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), MTR (Movimento do Trabalhador Rural) e SINTRAF/SER (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar/Sindicato dos Empregados Rurais). Estas bandeiras representam distintas táticas na luta pela conquista da terra e, dentro do acampamento Pendengo, passaram por processos de personificação e de afirmação das lideranças.³

Os *rachas* são apresentados pelos assentados entrevistados como discórdias a respeito das atitudes tomadas pela liderança em situações específicas. Nas palavras de Neginho, assentado e coordenador de grupo no assentamento Pendengo pelo sindicato: *Rachar é não aceitar a ideia do outro e, portanto sair desse grupo*. Com esse significado os *rachas* serão tomados, nesse trabalho, como acontecimentos específicos, produtos das tensões de convivência interna, em um período específico, que constroem novas configurações sócio-políticas, gerando assim novos grupos, novos líderes e novos movimentos. Esta postura interpretativa está em sintonia e reforça os estudos que consideram a luta pela terra como sendo uma luta social, realizada em primeiro lugar por pessoas de carne e osso. Ao considerar os *rachas* como uma maneira de problematizar a importância dos homens e mulheres na luta pela terra, esta dissertação dialoga com trabalhos como os de Sigaud, (2000; 2002), Sigaud; Rosa; Macedo (2008), Rosa (2004; 2009), Loera (2006; 2009) e Lerrer (2008), dentre outros que defendem a importância dos sujeitos de carne e osso, com toda a sua trajetória de vida e as redes de relações tecidas ao decorrer dessas trajetórias, como atores-chave da complexidade atribuída à luta por terra. Pois conforme Sigaud (2008), ao estudar o mundo social das ocupações como forma de demanda por terra, afirma: “as ocupações e sua dinâmica na história estão relacionadas às ações de indivíduos que se deslocaram no espaço e ao longo do tempo portando suas experiências acumuladas e contribuindo para as inflexões no rumo dos acontecimentos ali onde se estabeleceram (SIGAUD, 2008; p.135).

As experiências, expectativas e desejos dos sujeitos *sem-terra* formam as trajetórias dos acampamentos, dos assentamentos e até mesmo dos movimentos sociais a que esses homens e mulheres constroem. Segundo as teorias da ação coletiva, os movimentos sociais são formados devido as estruturas de mobilizações internas e externas, demonstrando que as redes de relações e as atitudes tomadas como coletivas, dependem diretamente do tempo e do espaço em que se situam, ou seja, da conjuntura do momento (TILLY, 1987; TARROW, 2009). No caso dos movimentos sociais, que incorporam em uma organização as formas estratégicas de ação para a conquista dos interesses coletivos, ocorre a representação política e social desses sujeitos perante o governo e a sociedade, atingindo o nível de mobilização de interesses, devido principalmente às redes de relações entre seus membros. Assim, é possível perceber a relação dialética entre os indivíduos e os movimentos sociais, cada um com suas trajetórias específicas e em relação direta com o contexto histórico que ajudam a construir.

Essa relação dialética pode ser vista como “palco” por qual passam e formam todos os atores ou sujeitos sócio-históricos envolvidos na luta por terra: tanto os que assumem funções políticas de maior destaque nessa dinâmica, tais como os militantes dos movimentos sociais e os coordenadores dos acampamentos e de assentamentos rurais, como aqueles que constituem a “base” dos acampamentos e dos assentamentos, formada pelas famílias

² As palavras em itálico desse trabalho correspondem a categorias nativas. Ou seja, são as formas utilizadas pelos meus interlocutores, no caso assentados da fazenda Pendengo, para se referirem a determinados fenômenos e situações de seu cotidiano.

³ A ideia de personificação dos movimentos sociais, dentro dos espaços do acampamento e do assentamento, será analisada neste texto como exemplo da importância dos sujeitos de carne e osso, com trajetórias e interesses particulares, como fatores cruciais para a construção dos espaços de luta pela terra.

pretendentes a lotes de terra no caso dos acampamentos e das famílias com a concessão de uso da terra no caso dos assentamentos. Categoria essa, de enorme importância para a construção do processo sócio-histórico que é a luta pela terra⁴.

A interação entre indivíduos, movimentos sociais e o acampamento originaram os *rachas*. Isto é, acontecimentos específicos que resultaram em divisões sócio-políticas organizadas pelas famílias acampadas, que se mobilizaram contra as formas e as regras estabelecidas por determinada organização ou liderança sócio-política no espaço do acampamento Pendengo. Contudo, mesmo que os *rachas* sejam acontecimentos situados em um tempo e um espaço específico, eles só são possíveis a partir da história que compõe a trajetória de cada sujeito envolvido nessa relação. Ou seja, as interações entre os acampados e as lideranças são interações carregadas tanto pelas trajetórias de vida de cada indivíduo, construídas através das possibilidades que lhe são apresentadas a partir de suas redes de relações (ELIAS, 1990; 2006), como pelas trajetórias das organizações sociais, que são consolidadas pelas condutas normativas criadas ao decorrer do tempo e que são reproduzidas ou (re)criadas nos acampamentos e/ou nos assentamentos de reforma agrária.

O conceito de *habitus* ajuda na compreensão dessas interações carregadas de sentido histórico. Teorizado por Bourdieu (2005), o *habitus* pode ser visto como um conjunto de predisposições mentais adquiridas pelos indivíduos através das socializações, funcionando não somente como estrutura estruturada, mas principalmente como estrutura estruturante. Isto é, como agente ativo que permite direcionar o indivíduo a múltiplos comportamentos sociais, entre eles a reprodução de uma forma por ele internalizada. Dessa forma, o *habitus* de luta pela terra de determinado sujeito, com uma trajetória de vida específica - podendo ter participado de outros acampamentos -, pode ser diferente do modelo ou das atitudes tomadas por determinada liderança do acampamento. Relação essa, que pode vir a ocasionar, por exemplo, um *racha* nesse espaço social.

No caso das dinâmicas sociais construtoras do período de acampamento, reivindicando a fazenda Pendengo, as trajetórias de vida dos acampados são de enorme importância para a realização dos *rachas*, assim como do surgimento de novos grupos sócio-políticos na construção desse espaço social. Veremos no terceiro capítulo como surgiram esses novos grupos dentro de um grupo já pré-estabelecido - o grupo de acampados ou de *sem-terra* - e como que a interdependência entre cada um deles, a partir da identidade coletiva que comungam, exemplifica a possibilidade de relações complexas na dinâmica de um espaço social de luta pela terra.

Mesmo reconhecendo a ideia de que uma identidade coletiva surge a partir do sentimento de pertencimento do sujeito a um determinado grupo, ou seja, do reconhecimento do próprio sujeito dentro de um coletivo, conforme Gomes (1998) nos mostra ao definir a identidade coletiva como:

[...] construção de um discurso capaz de produzir uma 'área de igualdade' substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e, dentro dele, enfatiza um conjunto de valores e tradições solidárias, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas como leis, organizações e etc (GOMES, 1988; p.21).

⁴ Vale dizer que, nessa dissertação o termo *base* é utilizado visando compreender a existência de estratificações dentro dos acampamentos e assentamentos. Ou seja, a existência da relação autoridade-subordinação e dos posicionamentos contrários à autoridade exercida pelas lideranças e coordenações desses espaços sociais. Assim sendo, os termos *base* e *coordenador/militante* são utilizados aqui, como forma de se perceber as diversas figurações sociais ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo. Para uma melhor definição do termo *base*, ver Grynspan (1987) e Turatti (2005).

Não há como negar a existência de diversas outras identidades dentro de um mesmo espaço social. Pois a partir das mais diversas atividades e interações realizadas em uma mesma associação de indivíduos, ultrapassa-se um único sentido identitário, passando a haver uma coexistência de identidades individuais, familiares e grupais tanto dentro de um movimento social, como dentro de um acampamento ou assentamento de reforma agrária.

Segundo Moreira (2008), há uma complexidade de relações, tanto internas como externas, na construção de uma totalidade aberta. Para o autor, a relação entre um grupo e o seu externo, pode ser vista como sendo uma relação NÓS-OUTRO ou NÓS-OUTROS, das quais o papel desenvolvido pelo(s) OUTRO(S) assume, em regra geral, um poder hegemônico e assimétrico em relação ao grupo NÓS. Moreira (2008) considera essas relações como complexas, devido as interações entre as diversas dimensões existentes aos dois grupos, tais como dimensões culturais, sociais, políticas, econômicas e ideológicas, entre outras, que ao serem reconhecidas revelam hierarquias socialmente produzidas, assimetrias de poderes e valores culturais herdados e reproduzidos a partir da socialização dentro e entre esses grupos (MOREIRA, 2008; p.23). Esta complexidade pode se expressar no acampamento ou no assentamento, onde diversos grupos coexistem a partir do intercâmbio entre os seus membros. Ou seja, há uma coexistência de identidades em comum em um mesmo grupo, fora a identidade totalizadora da qual este possui em relação ao externo. Dessa forma, além de serem identificadas como *sem-terra*, as famílias acampadas possuem outras identidades, tais como morador, *apoio*, coordenador, *base* e parente, entre outras.

Ao se pensar nos movimentos sociais, a ideia de identidade coletiva também pode ser vista a partir da complexidade de relações construídas nesse espaço de interação e não como um dado estático a ser seguido por todos os integrantes e/ou defensores de determinada bandeira. Pensar um movimento social implica pensar também na identidade coletiva desse, que se expressa em processos de debates, decisões e conflitos, ou seja, de trocas entre os sujeitos que o constroem. Mesmo havendo orientações gerais de nível político-organizacional, é através da interação dessas orientações com os vínculos e oportunidades individuais e grupais que se cria e recria a identidade coletiva, repleta de significações, de um movimento social. De acordo com Melucci (2001), um movimento social pode ser encarado como toda “ação coletiva, cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (MELUCCI, 2001, p. 35).

No caso da trajetória do assentamento Pendengo, é possível perceber tanto a permanência, como o surgimento de novas identidades. A coexistência entre os grupos, familiares e sócio-políticos, durante o período de acampamento produziram tensões e divergências que se expressaram em *rachas*, gerando novas configurações que se mantiveram na construção do assentamento. Na verdade, a configuração sócio-política associada a dois movimentos sociais e um sindicato é somente uma das formas possíveis de se enxergar tanto o acampamento - composto por outras relações tal como a de *morador/apoio* -, como o assentamento. Este, hoje apresenta mais uma divisão sócio-política, totalizando em quatro grupos sócio-políticos interagindo no espaço do assentamento. MST, MTR e SER/SINTRAF relacionam-se com o grupo de Éder, criado a partir da insatisfação de algumas famílias assentadas sob a bandeira do MTR para com as atitudes tomadas, ou não tomadas, por parte da liderança desse *movimento* no assentamento.⁵

⁵ *Movimento* é a forma utilizada pelos acampados e assentados para se referirem as organizações responsáveis por representar social e judicialmente a luta pela terra e os seus interesses coletivos. Também é a forma utilizada por representantes do Estado, quando se referem as organizações responsáveis pelas ocupações de terra e montagem de acampamentos.

As experiências acumuladas por alguns sujeitos na luta pela terra, tendo participado de outros acampamentos e realizado diversas ocupações, ou o simples carisma responsável em agregar um grupo de pessoas a sua volta, faz com que determinadas pessoas assumam e sejam reconhecidas como liderança, representando e se responsabilizando por um grupo de famílias. Isso faz com que a luta não seja somente de famílias reunidas sob a bandeira de determinado *movimento*, mas também de famílias sob as atitudes de determinadas pessoas a quem se confia. É interessante perceber como algumas das interações sociais existentes ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo, assumiram uma identidade personificada, a exemplo dos *grupos de Baixim, Nino, Neguinho* e hoje também do *grupo de Éder*. Nestes casos, as configurações sócio-políticas deixam de ser identificadas pelos nomes de suas organizações, tal como MST, MTR e SINTRAF, ou mesmo como assentamento do INCRA, passando a assumir o nome dos coordenadores sob cada uma dessas bandeiras.

De acordo com Fernandes (1996), a luta pela terra compõe-se a partir da permanência nas terras ocupadas, visando transformá-las em um território livre, do qual só é possível devido a interação da práxis dos trabalhadores rurais, com a práxis de instituições e organizações que apoiam a luta pela terra, compondo conjuntamente os acampamentos e assentamentos de reforma agrária como espaços sociais que buscam difundir a luta pela terra no Brasil. Ao estudar o papel desenvolvido pelo MST na luta por terra no estado de São Paulo, o autor identifica a existência de três formas específicas de espaço no processo de materialização dos diversos níveis de relações sociais na luta pela terra: *o espaço comunicativo*, *o espaço interativo* e *o espaço de luta e resistência* (Fernandes, 1996). O *espaço comunicativo* seria o tempo/espaço de desenvolver experiências pedagógicas com o intuito de desnaturalizar a situação social dos trabalhadores rurais. É o espaço destinado a tornar visíveis as relações de poder estabelecidas na agricultura nacional, a partir da construção da consciência dos direitos dos trabalhadores rurais, visando a formação de uma identidade social. Como um processo pedagógico, por meio da mediação de instituições, tal como setores da Igreja Católica, partidos políticos e sindicatos, o *espaço comunicativo* constrói uma matriz discursiva na luta pela terra, dando “voz ativa” aos trabalhadores rurais. A segunda dimensão do espaço social seria a do *espaço interativo*, que surge a partir das vivências e memórias individuais e coletivas que interagem no desenvolvimento das formas de organização social dos trabalhadores rurais. “É um estágio mais avançado do processo de luta em que os sujeitos em movimento, no processo de organização, já possuem o conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade de ação.” (FERNANDES, 1996; p.231). Seria nesse espaço que surgem as alianças e des-alianças, rupturas e, no nosso caso os *rachas*, que exprimem trajetórias e interesses diferentes em interação dialética. Ou seja, é o espaço de enfrentamento das ideias, visto ser um processo dialético de reflexão-ação. Por fim, o *espaço de luta e resistência* seria o espaço de “[...] manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos” (FERNANDES, 1996; p.237). Espaço que se concretiza nos atos públicos de reivindicação, tais como marchas, piquetes, ocupações de órgãos públicos e principalmente pelas ocupações de terra e na montagem de acampamentos demandando determinada área para desapropriação e futura construção de um assentamento de reforma agrária.

Para o autor, através da interação dessas três dimensões de espaço/tempo é possível pensar-se na materialização dinâmica e dialética das relações sociais dos trabalhadores rurais, construídas num processo de longa duração, visando a construção de um território livre, com a conquista e a construção de assentamentos de reforma agrária.⁶ Todavia, penso que o *espaço*

⁶ Fernandes (1996) desenvolve a relação sequencial desses três espaços específicos na construção do espaço social, tendo como referência os estudos de Grzybowski (1987) e Tarelho (1988). Este último desenvolve os conceitos de *espaço*

interativo é a esfera de socialização da luta por terra que proporciona, em maior intensidade, a continuidade da luta pela terra na contemporaneidade. Elucidar este espaço, no caso em estudo, é a contribuição dessa dissertação.

No processo sócio-histórico de luta pela terra as interações entre os integrantes tanto do acampamento como do assentamento tendem a reconfigurar determinado espaço social. Durante a fase de acampamento, por exemplo, mesmo que a luta pela terra seja travada pela categoria social *sem-terra*, existem mais interesses do que somente a intenção de retirar o prefixo “sem”, a partir da conquista de um lote de terra. A diversidade de relações criadas nesse espaço de socialização política é tanta a ponto de proporcionar divisões sócio-políticas como foi o caso do acampamento Pendengo. Isto é, são os indivíduos e suas interações quem movimentam a luta pela terra.

Com essa afirmação, não se tem a pretensão de retirar a importância das organizações, tais como os movimentos sociais e os sindicatos, na luta pela terra. Muito pelo contrário, é pela movimentação de pessoas no universo social das lutas por terra que os movimentos sociais passam a ser instâncias de poder e de significação social, simultaneamente. Conforme Rosa (2004; 2009), a inserção do sujeito em um movimento social pode lhe proporcionar uma nova vida, algo que lhe forneça um novo *status* social, visto o acúmulo de capital simbólico envolvido nesse processo. Em suma, o indivíduo pode vir a conquistar significação social diferenciada. Esse novo *status* social seria, para o trabalhador rural, a possibilidade de construir uma identidade capaz de lhe permitir o reconhecimento de outros grupos, atingindo um mesmo “patamar” social, mas mantendo a luta por seus direitos, distinguindo-o ideologicamente de outros grupos sociais. Segundo o autor:

A significação social desses indivíduos não é dada apenas pelo reconhecimento de sua importância pelas comunidades nas quais atuam, ela também é conquistada pelo contato individual com representantes do Estado que têm o poder de reconhecê-los como interlocutores e, por vezes, como uma extensão de seus domínios. [Com isso, os movimentos sociais passam a ser] instâncias de poder, mas, também de significação social (ROSA, 2009; p.175-6).

Mesmo concordando com as ideias de Rosa (2004; 2009), o presente trabalho concentra-se nas formas de interação existentes nos períodos e espaços do acampamento e do assentamento Pendengo, atentando-se para as tensões e conflitos formados a partir das relações construídas entre os acampados e assentados, em cada uma dessas etapas diferentes, mas sequenciais no processo sócio-histórico de luta pela terra.

A montagem do acampamento é fundamental para que o Estado reconheça o pedido de redistribuição de terras por parte de uma organização social, que passa a ser social e legalmente reconhecida como representante legítima do conjunto de famílias pretendentes a terra, isto é, os acampados (SIGAUD 2000; 2008), (LOERA 2006; 2009), (ROSA 2004; 2009). Esta ação coletiva dá sequência, ou precede, ao ato de ocupar a terra pretendida, os acampamentos passam a ser legitimados como maneira adequada de se reivindicar terra e reforma agrária no Brasil a partir da década de 1990, aumentando a quantidade de acampamentos no país.⁷

comunicativo e espaço interativo ao realizar um estudo na área da psicologia social a respeito da construção dos direitos como formação de uma identidade social dos *sem-terra* de Sumaré. Já o *espaço de luta e resistência*, afirma Fernandes (1996) ser produto da análise empírica a respeito de ocupações de terra e da reflexão sobre outros trabalhos acadêmicos que discutem a importância das interações sociais na construção de espaços sociais.

⁷ A relação e a diferença entre os termos *ocupação* e *acampamento* serão elucidadas no segundo capítulo da dissertação. Contudo, vale esclarecer que muitos acampamentos não são montados como resultados de ocupações de terra e sim montados em beira de estradas e em frente as propriedades reivindicadas. Estratégia essa, adotada pelos movimentos sociais a partir da

Segundo Sigaud (2000), a realização de ocupações e a montagem de acampamentos mediados por diversos movimentos e organizações sociais de trabalhadores rurais, passam a ser percebidas como uma nova linguagem social, compreendida por todos os sujeitos envolvidos na luta pela terra. Acampados, assentados, *movimentos*, proprietários de terra e o Estado reconhecem na ação da ocupação e da montagem do acampamento um ato tanto físico como simbólico de demonstração do interesse na desapropriação de uma área específica, por sujeitos reconhecidos coletivamente. Reconhecimento esse, que pode ser sintetizado como uma identidade coletiva totalizadora, conhecida externamente a seu próprio grupo, ao mesmo tempo que reconhece-se a si próprio. Ou seja, por uma semântica coletiva que lhe é dada por outros grupos, tal como é o caso da comunidade científica ao estudar e categorizar determinado grupo, como por uma semântica coletiva composta pelos próprios integrantes de um grupo, visando a divulgação dessa identidade como forma de pertencimento a determinado grupo (MOREIRA, 2012).

Sigaud (2000) elucida a capacidade de linguagem social nessa forma de ação coletiva, ao estudar as ações realizadas pelos canavieiros da zona da mata pernambucana na década de 1990, onde a maneira apropriada para a desapropriação dos engenhos de cana de açúcar para o assentamento dos canavieiros dava-se a partir do modelo procedente de militantes do MST vindos do sul do Brasil. Modelo composto pela ocupação da área do engenho, seguido pela montagem de um acampamento com barracas de lona preta e a presença da bandeira da organização responsável, em local alto para que todos que vissem tal acampamento soubessem qual *movimento* o organizava. Essa associação de performances e linguagens específicas é identificada pela autora como “forma acampamento” e é interpretada como uma linguagem social de longo alcance, entendida por todos os sujeitos envolvidos na luta pela terra, constituindo-se como maneira adequada de se demandar terra no território nacional ao decorrer dos anos.

Loera (2006) reconhece que a continuidade da luta pela terra no Brasil está totalmente vinculada a “forma acampamento” identificada e analisada por Sigaud (2000). A autora argumenta que a reprodução dessa forma de luta por terra torna-se possível devido a responsabilidade dos acampados e assentados, que cumprindo com uma série de atividades e compromissos para com o *movimento* a que fazem parte possibilitam a continuidade e a propagação desse modelo. Inspirada em Elias e refletindo sobre a propagação dos acampamentos e dos assentamentos, Loera (2006), propõe que a fase de ocupação da terra a que se pleiteia pode ser vista como uma espiral desenhada de dentro para fora, ou como a imagem que se forma quando se atira uma pedra na água, da qual as ondas formadas pela penetração da pedra na água se propagam. Argumenta que um acampamento sempre está vinculado a outro acampamento, ou a um assentamento rural e que as relações estabelecidas entre esses sujeitos é composta pela transmissão da “forma acampamento”. Para a autora uma ocupação bem sucedida, que resulte em um acampamento e, posteriormente, em um assentamento, gera uma irradiação da “vontade” de se conquistar a terra. O ato de ocupar torna-se uma realidade possível dentro do universo de crenças dos *sem terra*, assim como também gera a propagação de formas de ações coletivas, como estratégias ou táticas de conquista da terra e do reconhecimento social que esses sujeitos buscam.⁸ Dessa forma, Loera

Medida Provisória 2.183 de 2001, que proíbe a vistoria de terras ocupadas por dois anos. Porém, o ato de ocupar ainda assume grande importância simbólica no jogo político estabelecido na luta por terra. Diversas ocupações curtas são realizadas nas propriedades pelos acampados como forma de reforçar seus interesses em determinada propriedade, pressionando politicamente tanto os órgãos estatais, como os latifundiários. Atitude que foi realizada pelos acampados da Pendengo, conforme será demonstrado.

⁸ Loera (2006) faz uso o termo estratégia inspirada nas definições de Bourdieu e Pina Cabral. Para o último as estratégias “não supõem decisões conscientes individuais, mas sim práticas sociais que surgem como o resultado agregado do fato de

(2006) defende, a partir do conceito de redes sócias, que um assentamento está sempre conectado com um acampamento e que este, por sua vez, está conectado a outro acampamento em formação e que esses elementos permitem tanto a continuidade dos *movimentos*, como também criam e recriam as dinâmicas de ocupação de terra, “a máquina da ocupação” (LOERA, 2006).

Contudo, para a autora a reprodução da “forma acampamento” não ocorre de maneira única e engessada, sendo então a partir de variações da “forma acampamento”, que os acampados e os assentados reinventam constantemente a luta pela terra. Ao analisar a circulação de pessoas entre acampamentos e *movimentos*, Loera (2009) identifica uma transcendência das fronteiras organizacionais. A partir de mudanças de acampamentos e de *movimentos*, sem nenhum constrangimento, os acampados passam a ser a essência fundamental da existência dos acampamentos e não os *movimentos*. Nas palavras da autora: “A maioria dos indivíduos, ao se instalarem *debaixo da lona preta*, não decidem fazer parte de um *movimento*, mas de um acampamento, o que me leva a concordar com Quirós (2006): os indivíduos não são do movimento, estão em movimento” (LOERA, 2009, p. 240).

Em seus estudos, inclusive do acampamento Pendengo, Loera (2009) demonstra que os motivos que levam os indivíduos a mudarem de acampamento, ou de bandeira dentro de um mesmo acampamento, são os mais diversos. Entre eles: as afinidades pessoais; a proximidade à cidade, ou a parentes; desavenças políticas; divergências a respeito da forma de organizar o acampamento; ou por acreditarem que determinada organização possui maior prestígio na luta pela terra, facilitando no processo de conquista de um lote de terra.

O que vale destacar aqui e que é o eixo dessa dissertação, é que essas mudanças, essa movimentação de indivíduos, reconfiguraram o espaço do acampamento, gerando novos grupos e novas relações que podem vir a ser duradouras. Procurei demonstrar que, no caso do assentamento Pendengo, a configuração oriunda de divergências na organização do acampamento, é de alguma maneira mantida e gera novas configurações ao decorrer de sua trajetória, isto é, novas interações e novas tensões. No caso do período de assentamento, com 201 famílias assentadas com o direito de concessão de uso da terra, duas formas de se analisar sociologicamente as interações nesse espaço específico terão destaque de análise. Primeiro pela configuração sócio-política que o assentamento apresenta e da qual já comentei acima – onde o assentamento se encontra dividido pela interação dos grupos de Nino, de Neguinho, de Éder e do MST –, e segundo pela configuração sócio-econômica que as interações entre os assentados passam a construir a partir das produções realizadas nesse espaço social, que proporciona mais uma categoria ou identidade ativa dentro do assentamento Pendengo: a de produtor rural, desempenhada pelo agricultor familiar assentado.

Como principal atividade produtiva do assentamento Pendengo, a pecuária leiteira, é realizada por praticamente metade das famílias assentadas, compondo mais uma configuração relevante dentro do assentamento. Organizada pela coexistência de quatro associações, a produção leiteira gera interações diferenciadas entre os assentados. É possível perceber uma composição relacional ternária no interior do assentamento, a partir da produção leiteira: as interações entre produtores e não-produtores pecuários; entre produtores de uma mesma associação de leite e por fim entre produtores de diferentes associações leiteiras. Essa coexistência entre as associações produtoras de leite e entre a diferenciação *produtor/não-produtor*, possibilita realizar uma leitura sociológica do assentamento Pendengo a partir da configuração sócio-econômica destas interações objetivadas.

que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de ação semelhantes.” (Pina Cabral, 1996 apud LOERA, 2006).

Segundo Simmel (1983), as relações antagônicas proporcionam a construção de uma totalidade, ou seja, um espaço de encontro e nivelamento simbólico dos sujeitos envolvidos em tal relação. Com esse referencial é possível pensar o assentamento Pendengo como uma totalidade composta por diversas formas de interação, isto é, como uma unidade contraditória. Entre essas relações, destacam-se no presente estudo as interações formadas pelas famílias assentadas desprovidas de energia elétrica em seus lotes e as famílias que possuem energia elétrica. A relação *famílias com energia/famílias sem energia*, gerada a partir da relação do assentado para com a base territorial do assentamento, que possui parte de seu espaço cortado/preenchido por área de reserva legal, dificultando a instalação de postes de energia elétrica, proporcionou a formação de um *racha* no assentamento, em que um grupo de famílias *sem energia* e assentadas sob a bandeira do MTR criam mais um grupo sócio-político dentro do assentamento, devido sua insatisfação com a situação de não serem beneficiados com energia elétrica. Interação essa, que demonstra a existência de quadros interacionais em um mesmo espaço social, onde surgem novas relações a partir das relações já construídas.

Essas e outras formas de interação social existentes, ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo, desde o seu período de acampamento, compondo uma diversidade de configurações, são consideradas aqui como quadros interpretativos da complexidade existente no processo de luta por terra no Brasil. Atentando-se ora no período de acampamento, ora no período de assentamento, o presente trabalho visa apresentar o leque de grupos, pessoas, interesses e, portanto, identidades que coexistem em um mesmo processo, a partir da análise sociológica das configurações sociais estabelecidas ao decorrer da construção de uma unidade contraditória específica.

Além desta Introdução, a dissertação está organizada em 4 capítulos. O Capítulo I é dedicado a exposição das considerações teórico-metodológicas que norteiam o presente trabalho, assim como é o espaço sucinto da apresentação de algumas das complexidades que preenchem o universo social da luta pela terra, visando elucidar os assentamentos de reforma agrária para então caracterizar o local de pesquisa. Por fim, esse primeiro capítulo mostra a trajetória de pesquisa que tracei para realizar essa dissertação de mestrado.

O Capítulo II concentra-se na contextualização histórica da luta pela terra no estado de São Paulo, em busca da sociogênese do assentamento Pendengo. Para tanto, o capítulo versa sobre acontecimentos e sujeitos específicos envolvidos na luta por terra. Por meio do resgate bibliográfico e de depoimentos consentidos pelos assentados da Pendengo, relato a luta dos lavradores da fazenda Primavera, tida como um dos marcos da luta por terra no estado de São Paulo e no Brasil. Resgate histórico que se deve ao fato de alguns assentados da Pendengo serem provenientes da fazenda Primavera. A segunda questão discutida nesse capítulo é a respeito das transições e rupturas ocorridas nas formas de luta por terra ao decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980, dando destaque aos sujeitos sociais responsáveis em articular estratégias e formas de reivindicar o direito à terra. Pretendendo elucidar a composição da luta pela terra no estado de São Paulo, as análises desse capítulo compõem o primeiro passo para a compreensão da existência de interações complexas dentro de um espaço de luta.⁹ Por fim, o capítulo realiza o resgate das diversas etapas da luta pela desapropriação da fazenda Pendengo para fins de reforma agrária, abordando a discussão a respeito das variações na “forma acampamento”, a partir dos conflitos gerados dentro desse espaço de luta.

⁹ Vale informar que, apesar da abordagem exaustiva a respeito de alguns acontecimentos e sujeitos sociais específicos da luta por terra no estado de São Paulo, não é a intenção desse capítulo abordar todos os acontecimentos. Para uma boa compreensão das lutas sociais no campo, com ênfase nos sujeitos construtores dessas lutas ver Fernandes (1996) e Medeiros (1989).

No Capítulo III inicia-se a análise sociológica a respeito de determinados acontecimentos específicos da trajetória do acampamento Pendengo. No primeiro tópico serão analisados os *rachas* ocorridos durante o período de acampamento na Pendengo, focando na constituição dos grupos de famílias responsáveis pelas novas configurações sócio-políticas que se apresentam na configuração do assentamento. O material empírico origina-se de entrevistas e depoimentos dos assentados. Neste mesmo capítulo, visa-se discutir a ideia da personificação das organizações sociais, que proporcionaram uma diversidade de socializações políticas em um mesmo espaço social. Por fim, será discutido a possibilidade de se pensar a construção de acampamentos como uma ideologia organizacional dos acampados, tendo como referência a *forma acampamento* de Sigaud (2000). Em suma, esse capítulo apresenta uma leitura sociológica do período de acampamento, relacionando os indivíduos - como agentes construtores -, com o meio em que se encontram e suas regras - a estrutura do acampamento.

Por fim, o Capítulo IV, disserta a respeito da dinâmica atual do assentamento Pendengo, relatando e analisando, preliminarmente, diversas tensões e sociabilidades existentes na atual etapa em que o assentamento se encontra, percebidas mediante a realização do trabalho de campo. A partir de duas afirmações: os assentamentos são “locais de vida e trabalho” (WANDERLEY, 2001) e a de que “o que os indivíduos são, [...] depende das condições materiais de sua produção” (MARX ; ENGELS, 1991), esse capítulo se dedica mais em apresentar algumas das configurações existentes no assentamento Pendengo a partir das atividades realizadas pelos assentados. Nos dois primeiros tópicos do capítulo, discorro a respeito das diversas formas de atividades realizadas pelos assentados da Pendengo e as configurações possíveis de serem percebidas a partir dessas atividades, apresentando informações que possibilitam uma futura leitura analítica mais minuciosa. Por último, apresento, com o auxílio de um subitem, outras duas configurações existentes dentro do assentamento, que compõe a construção de uma unidade a partir das diversidades e contrariedades presentes no assentamento Pendengo.

Antes de iniciar a leitura propriamente dita, gostaria de chamar a atenção do leitor para a existência das informações contidas nos anexos da dissertação. Nele encontram-se informações cruciais para a compreensão das complexidades que preenchem as dinâmicas existentes durante a trajetória, até então realizada, do assentamento Pendengo. Os mapas e as tabelas foram feitos ou disponibilizados visando facilitar a compreensão de algumas das configurações existentes no espaço físico do assentamento e de colaborar na assimilação do leitor a respeito das quantidades, portanto dimensões da luta pela terra na região de Andradina. Por último, chamo a atenção para o item INTERLOCUTORES onde, inspirado por Loera (2009), apresento de maneira resumida, os homens e as mulheres que foram fundamentais para a realização desse trabalho. Ao fornecer uma pequena biografia de cada uma dessas pessoas, a pretensão desse anexo é demonstrar os percursos realizados por esses sujeitos na luta por um lote de terra e as posições que assumem nas diversas interações responsáveis pela construção do espaço social em que vivem. Ao conhecer alguns dos assentados é possível perceber como que se estabelecem as relações entre eles e assim enriquecer a leitura sociológica aqui pretendida.

Vale informar que foram mantidos os nomes verdadeiros das pessoas e das localidades com as quais relato e analiso ao longo do trabalho. Por não se tratar de uma área em risco de repressão, tal como são os acampamentos e junto com a permissão de todos os meus interlocutores em utilizar seus nomes, ou apelidos, optei por não lhes atribuir nomes fictícios. Por saber que gostariam de se “ver” em um trabalho que relata a trajetória do assentamento Pendengo, relatando parte de suas vidas, anonimizá-las seria o mesmo que

decepcioná-las. Além disso, manter seus nomes é uma forma, mesmo que mínima, de retribuir a acolhida e a disponibilidade com a qual fui recebido em todas as viagens a campo.

A importância desses sujeitos de carne e osso para a realização dessa pesquisa foi imprescindível. Sem eles não seria possível apresentar qualquer tipo de análise sociológica comprometida com a realidade em que vivem. Por isso, mais do que analisar os discursos dos assentados, serão aqui apresentados os seus discursos, visando elencar a relevância dos próprios para a realização desse estudo. Obviamente, cumpre esclarecer que a decisão do quê apresentar destes discursos e a ordem de apresentação são de minha responsabilidade e estão relativamente controladas pelo cuidado das problematizações teórico-metodológicas adotadas na interpretação. Ao decorrer das entrevistas pude perceber a importância que uma simples conversa, com o interesse em saber a respeito de suas trajetórias de vida, tinha para essas pessoas. Dessa forma, escrever a respeito de diversas configurações formadas ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo, relatando as trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos nessa construção, passando por suas aventuras particulares e coletivas, é uma forma de reconhecer a importância desses sujeitos sócio-históricos.¹⁰

¹⁰ Cabe informar que neste trabalho as falas de todos interlocutores, ou seja, todas as informações concedidas para a realização da pesquisa, foram reproduzidas sem alterações, passando somente por adaptações de aspectos sintáticos e fonéticos que não interferem no teor das informações concedidas, visando somente facilitar a leitura.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Marco Teórico

Ao analisar formas de interação social existentes ao decorrer de uma trajetória específica de luta por terra e direitos sociais, a presente dissertação assume um compromisso com duas disciplinas de conhecimento sobre a realidade social: a história e a sociologia. Ao pensar a sociologia como ciência que propõe esclarecer as relações sociais, portanto os diferentes e complexos processos de formações sociais, não há como excluir a importância da história na construção desse processo. Através da reconstituição de determinados acontecimentos é possível iniciar suas respectivas análises. O resgate histórico de uma determinada conjuntura serve como ponto de partida para se compreender as diversas relações sociais que se formaram nesse período, assim como as relações de um momento histórico posterior.

No caso aqui pretendido, a história é uma ferramenta de crucial importância, pois só é possível perceber a complexidade que envolve a luta por terra na contemporaneidade, se for realizado um mínimo esforço de acompanhar as transições e rupturas que preencheram essa questão particular. Todavia, visto a diversidade de relações existentes em um território nacional tão vasto como o brasileiro, abordar toda a história da luta por terra no Brasil fugiria das intenções desse trabalho. Portanto, serão relatados aqui, alguns acontecimentos e sujeitos, dos quais se acredita serem fundamentais para a compreensão das diversas interações que construíram o assentamento Pendengo. Serão reconstituídos, através do resgate bibliográfico e dos depoimentos concedidos pelos assentados na fazenda Pendengo, acontecimentos particulares relacionados a essa luta por terra ocorrida no estado de São Paulo, visando chamar a atenção para a constante e importante relação dos indivíduos de carne e osso com a sociedade, na construção de um processo sócio-histórico.

Cabe lembrar, que mesmo que a luta pela terra possa ser um caminho de conscientização do indivíduo nela envolvido, esse caminho só é possível a partir dos processos históricos de modernização da agricultura nacional, responsável pela exploração e expropriação de diversos trabalhadores do campo a partir da década de 1960, assim como das aspirações democráticas dessa mesma época.¹¹ Portanto, a situação social do indivíduo que ajuda a construir a luta pela terra, aderindo a um acampamento que reivindica a desapropriação de terra, passa a se desnaturalizar da imagem paralisante de indivíduo socialmente excluído, não somente a partir do momento em que constrói em conjunto com outros indivíduos um acampamento, mas sim a partir do momento que esse indivíduo se conscientiza do processo histórico que construiu a conjuntura em que se encontra.

Ao retomar, nesta análise, aspectos da luta pela terra no estado de São Paulo, ressalta-se a relação de agentes e estrutura, de indivíduos e sociedade, procurando elucidar a ação de alguns sujeitos sociais específicos e as modificações na forma de se demandar terra no estado de São Paulo. Modificações essas que reestruturam as relações entre os sujeitos

¹¹ Entre os autores que trabalham com a ideia de que a luta pela terra é parte de um processo de conscientização social dos trabalhadores rurais, onde a socialização construída nos acampamentos e assentamentos e pelos *movimentos*, promovem uma inovação social, cultural, política e econômica a esses sujeitos, a ponto de colocarem em cheque a visão de mundo social dominante na sociedade brasileira, cito Fernandes (1996), Macedo (2003), Lerrer (2008), Loera (2006; 2009), Rosa (2004; 2009) e Sigaud (2000; 2008; 2009), entre outros que abordam essa temática.

envolvidos nesse processo de luta, tanto de forma macro, representado pelas relações entre os *movimentos*, acampamentos e assentamentos para com os órgãos estatais responsáveis pela aplicação de políticas referentes à luta pela terra e a reforma agrária, como de forma micro, expressa nas relações internas ao espaço dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. A partir da reconstituição histórica de determinadas etapas da luta por terra no estado de São Paulo, elucida-se o surgimento e a importância dos *movimentos* e dos acampamentos na maneira de demandar terra, assim como também possibilita perceber a complexidade de movimentações e interações sociais existentes nesse processo sócio-histórico.

Entre essas diferentes formas de interpretar as relações sociais, serão adotadas aqui, como fio condutor dessa dissertação, os conceitos de figuração social e significação social ambos de Elias (1990; 1997; 2000; 2001) e o conceito de conflito de Simmel (1983), visando assim abordar as configurações sociais e as complexas interações que compõe a trajetória do assentamento Pendengo. Outros autores, abordagens e conceitos serão identificados oportunamente.

A utilização da noção de figuração ou configuração social proposta por Norbert Elias visa superar a dicotomia existente entre o indivíduo e a sociedade.¹² O indivíduo encontra-se situado em uma densa trama social, da qual todas as ações são funcionais e interdependentes e os processos são dinâmicos, repletos de tensões. Nas palavras do autor: “É fácil perceber que os pressupostos teóricos que implicam a existência de indivíduos ou atos individuais sem a sociedade são tão fictícios quanto outros que implicam a existência da sociedade sem os indivíduos” (ELIAS, 2001, p. 182).

Portanto o conceito de figuração não deve ser visto como uma teoria no sentido de oferecer leis gerais, mas sim de construir modelos de forma flexível e determinados pelas características de uma sociedade ou comunidade. O convívio social de um número cada vez maior de indivíduos interdependentes mostra quão flexível pode ser a abordagem e, ao mesmo tempo, como essa volatilidade firma estruturas de comportamento na construção de uma figuração. Conforme o autor:

O conceito de figuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada. (ELIAS, 1990, p.249).

Dessa forma, e pautado em outros escritos de Elias (2000; 2001; 2005) podemos perceber uma figuração social como qualquer formação social, sem restrições de tamanho e composta por qualquer tipo de indivíduo, desde que represente um coletivo do qual esses indivíduos estejam ligados uns com os outros por um modo específico de dependências recíprocas. Além disso, uma figuração social tem sua reprodução realizada a partir do equilíbrio entre constantes tensões internas, visto a relevância das dinâmicas individuais que levam as pessoas a se unirem em uma determinada formação social.

Segundo Ribeiro (2010), Elias elabora pela primeira vez o conceito de *figuração* juntamente com o conceito de *processo*, ao abordar os modelos de processo civilizador entre três nações europeias distintas, destacando a flexibilidade desse modelo a partir da particularidade entre cada uma dessas sociedades, mesmo havendo uma proximidade

¹² Vale informar que, Norbert Elias fala em figuração ou figurações sociais; no entanto, muitos cientistas sociais utilizam o conceito de configuração. Por não haver diferenças no que se refere ao significado do conceito, será utilizado, nesse trabalho, ora figuração, ora configuração.

territorial e um passado de descentralização feudal entre Inglaterra, França e Alemanha. Vale dizer que Elias (1990), compreende civilização como sendo um processo de pacificação das relações sociais entre indivíduos e instituições, e não como algo a ser conquistado e então nunca mais alterado. Por ser um processo, a civilização possui uma forma específica para cada sociedade, visto a diversificação de interações sociais existentes em cada sociedade. Nas palavras de Ribeiro, “[...] a teoria da figuração respeita as características de cada sociedade, não tenta enquadrá-las em um modelo padrão, mas sim móvel, que adquire forma constante e se complexifica” (RIBEIRO, 2010, p.202).

Em outro caso analítico, Elias (2000) utiliza o conceito de figuração social para estudar a relação construída em um bairro operário inglês. Relação essa que se comportava a partir da assimetria de poder entre os grupos, dividindo-os em estabelecidos e outsiders. O que é interessante notar a respeito dessa figuração específica, e que assim como no caso proposto em *O Processo Civilizador*, é que mesmo diferenciando os grupos a partir de uma relação de poder, essa diferença, responsável pela configuração geral social, ocorre de forma não planejada pelos indivíduos em seu conjunto ou isoladamente. Ou seja, as tensões, os conflitos, as dicotomias e, portanto, as próprias figurações não são ações planejadas e sim frutos das interações existentes entre os indivíduos e a sociedade.

Não se trata de elogiar nem de censurar, mas de contribuir para uma melhor compreensão e explicação das interdependências que, nessa comunidade, prenderam dois grupos na armadilha de uma configuração que eles não criaram, mas que produziu tensões e conflitos específicos entre eles. As tensões não surgiram porque um dos lados fosse perverso ou despótico, e o outro, não. Antes, eram inerentes ao padrão que eles formaram entre si. (ELIAS, 2000; p.172-3).

Vale dizer, que ao perceber essa relação *estabelecidos/outsideers* Elias (2000), apresenta o *carisma grupal* e o *ideal de nós* como fundamentos para a existência de um grupo dominante, no caso os *estabelecidos*, e assim uma figuração pautada na relação de dominação, onde a violência está presente ora explicitamente, ora de forma simbólica, visto que, além dessa forma de relação não ser fruto de um objetivo ou interesse específico, seja ele individual ou coletivo, essa relação tem como base de seu desenvolvimento/perpetuação, as emoções geradas a partir das inter-relações entre os dois grupos. Ou seja, a superioridade do grupo *estabelecido* se mantinha a partir do fato de possuírem o prazer de serem superiores, visto o sentimento de pertencimento, de *ideal de nós*, do qual desfrutavam como grupo e que era confirmado pelo grupo de *outsideers* ao não se comportarem como um grupo, ao não terem uma vida comunitária da qual poderiam se apoiar, buscando um sentido que os fundamentassem como grupo coeso.

Porém, esse pertencimento comunitário, esse ideal comum de grupo que faltava aos *outsideers*, não significa somente a existência e a continuidade de um grupo coeso, mas também que a sobrevivência individual está agarrada a existência de formas sociais já estabelecidas. Isto é, o grupo dos *estabelecidos* se mantinha como tal, devido a credibilidade que cada indivíduo dava a seu grupo como superior, como se fosse praticamente uma conduta normativa, considerando-se assim superior também em nível individual em relação aos indivíduos do grupo *outsideers*.

Vale realçar que, esse sentimento de pertencimento a um grupo do qual Elias (2000) comenta como sendo fator crucial para a construção de uma relação de dominação tal como a de *estabelecidos/outsideers*, é constituído a partir de emoções compartilhadas entre todas as pessoas, ou seja, o orgulho, a vergonha, o prazer, entre outras emoções que unem os indivíduos sem que percebam qual é o elo de ligação entre eles. Fruto das inter-relações sociais, as emoções são “geradas” dentro de um tempo e uma sociedade, ou comunidade

específica, passando muitas vezes a representar o significado de existência tanto social como individual.

Essa forma de relação, tendo como força motriz as emoções geradas pelas ações humanas em conjunto, são perceptíveis em outros estudos de Elias. Em *Os Alemães*, o autor realiza uma abordagem macrosociológica do desenvolvimento da sociedade alemã, debruçando-se sobre uma série de interligações de figuras sociais ao longo da história dessa nação, visando descobrir a origem social do genocídio cometido pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, ou seja, entender a relação de dominação estabelecida entre o regime nazista e seus excluídos.

Não cabe aqui realizar a apresentação dessa obra de grande importância para a compreensão tanto do processo histórico da Alemanha como nação, como de um acontecimento histórico eternizado pela sua brutalidade.¹³ O que importa aqui, é realçar a força do fator emocional na construção de diversas configurações ao decorrer da história alemã, que nesse caso específico chegaram à relação de dominação entre as populações não-judaicas e judaica.

A partir da sociogênese do estado alemão, Elias (1997) elenca diversas configurações ao decorrer da trajetória de seu povo, entre elas: a dificuldade em realizar sua unificação em relação a outras nações; a transformação de uma mentalidade universalista para uma mentalidade particularista; o fortalecimento do nacionalismo, portanto do autoritarismo; e por fim a extensão dos direitos civis aos judeus. Na trajetória histórica de uma nação é perceptível, portanto, constantes interações sociais responsáveis pela construção de diversas figuras e assim diferentes emoções e sentimentos que geram a união e a segregação dos grupos que coexistem nesse mesmo espaço. As emoções são elencadas como elo significativo a todas as figuras sociais pelas quais a Alemanha, como sociedade-Estado, passou ao decorrer de sua trajetória.

Entre os laços de ligação afetiva do indivíduo com seu ambiente social, destaco a significação pessoal na elucidação dos motivos que levam as pessoas a realizarem lutas por mudanças sociais e da qual é possível estabelecer um diálogo ao se pensar a categoria *sem-terra* e, portanto, a luta por terra e por reconhecimento dos acampados no Brasil. Questão essa, já utilizada por Rosa (2004; 2009), ao demonstrar que a luta pela terra, a partir da movimentação das pessoas com os movimentos sociais – no caso estudado pelo autor, no MST -, possibilita uma nova inserção desses indivíduos na sociedade. Lutando contra as coerções sociais que sofrem, tornam-se sujeitos reconhecidos social e politicamente, conquistando a condição de terem voz ativa, tanto para si, como para o coletivo que representam.

Elias destaca ainda que a luta contra as diversas coerções sociais deve ser vista como busca de significados perante a sociedade, elucidando que “a busca de um propósito que favoreça a plena realização pessoal e possa ser vivenciado como significativo” (ELIAS, 1997;

¹³ Em *Os Alemães*, Elias (1997) elenca quatro pontos como cruciais para o desenvolvimento não constante dessa sociedade-Estado, assim como do “habitus” de seu povo que deve ser compreendido como um “saber social incorporado”, mas não imutável (Elias, 1997, p.9) Os pontos são: 1- as constantes mudanças estruturais dos povos de língua germânica em relação a seus vizinhos, portanto as constantes disputas por território e afirmação linguística entre germânicos, eslavos e latinos. 2- O sentimento de viver na sombra de um passado glorioso, desenvolvido principalmente em momentos de crise e pós derrotas militares, visando a reconquista da grandeza perdida. Exemplos disso, são elencados por Elias como, por exemplo, a alta idealização por ações bélicas e condutas militares durante o século XIX. 3- A falta de uma capital forte e presente, visto que a criação de Berlim é recente em relação a outras capitais fortes, tal como Londres e Paris. 4- A construção de um caráter militar e autoritário, provindo dos prussianos, na sociabilidade dos alemães, substituindo o caráter até então pacífico da burguesia alemã.

p.215). Vale realçar aqui a importância que adquire em sua análise nos anos 60 e 70 tanto na República Federal Alemã, bem como em outras sociedades industriais do século XX, a oposição da juventude contra a estrutura sócio-política vigente na época e a via alternativa (extrapartidária e extraparlamentar) por ela adotada na cena política nacional. A busca pelo término do monopólio de acesso as atividades políticas por parte somente das gerações mais velhas, foi a atitude que os jovens tomaram para que adentrassem na arena política, ou seja, para que fossem inseridos e reconhecidos socialmente.¹⁴

Em relação ao nosso tema, com a alternativa de ocupar a terra e montar os acampamentos, os *sem-terra* passam a demandar ao Estado, não somente a desapropriação da terra para fins de reforma agrária, mas também o seu reconhecimento como sujeitos ativos na sociedade. Para Rosa (2004; 2009), com a “forma movimento” entendida como uma forma de demandar terra ao Estado através da realização da ocupação e principalmente da montagem do acampamento, os sujeitos passam a existir e interagir na arena política nacional, buscando e muitas vezes conquistando melhorias sociais em nível coletivo, como em nível pessoal.¹⁵

Ainda se tratando de Elias e sua contribuição analítica para a interpretação sociológica das interações entre os indivíduos e a sociedade, vale esclarecer que se as figurações - que podem assumir diversas formas a partir da interdependência recíproca de interações -, são construídas a partir das emoções em comum entre os indivíduos de um mesmo ambiente social e com esse ambiente, elas então passam a ser situações mutáveis, visto a constante gradação emotiva existente dentro de um mesmo espaço historicamente construído. O processo de desenvolvimento social acarreta inevitavelmente em mudanças de configuração social e, portanto, em novas figurações.

Para Ribeiro (2010) a elucidação de uma figuração social requer a visualização de seus limites, que apesar de não rígidos e sim dinâmicos, possuem uma estabilidade que não é de estagnação social, visto as dinâmicas individuais e sociais a sua volta. A autora ressalta que a mobilidade das figurações sociais de Elias deixa visível a autonomia de cada indivíduo e a emergência de novas configurações. A constante construção de figurações em um mesmo ambiente social é algo normal, visto o caráter processual de interações interdependentes e recíprocas entre os indivíduos. Para Elias, “[...] um ser humano singular pode possuir uma liberdade de ação que lhe permita desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra, mas se e em que medida isso é possível depende do fato das peculiaridades da figuração em questão” (ELIAS, 2006; p.27).

Realçar essas transformações dentro das figurações sociais é crucial para a compreensão do que será discutido nessa dissertação, onde as constantes modificações sócio-políticas e sócio-econômicas da trajetória do assentamento Pendengo, condiz justamente com a diversidade e complexidade das interações interdependentes e recíprocas dentro de um mesmo ambiente social.

Mas essas (re)configurações, causadas pelas mais diversas formas relacionais, tal como são os casos dos *rachas*, podem ser vistas como conflitos, visto a oposição relacional que se estabelece em alguns casos? Elucidando a natureza sociológica do conflito, Georg

¹⁴ De acordo com Elias (1997), ao buscar espaço na cena política, essa geração jovem alemã estaria buscando também funções provedoras de significado, visto os seus interesses na transformação da sociedade a partir da denuncia e da extinção do sistema opressivo e desprovido de valor moral que enxergavam nos partidos dominantes e na estrutura parlamentar alemã.

¹⁵ Rosa (2004), analisando integrantes do MST na zona canavieira de Pernambuco, demonstra que a inserção de alguns indivíduos nos movimentos sociais de luta pela terra, mais especificamente realizando atividades de militância e cargos de liderança, podem vir a conquistar melhorias individuais, tanto em acúmulo de capital simbólico, em suas redes de relações, como em bens materiais, visto a possibilidade desses sujeitos adquirirem celulares e motos, entre outros bens.

Simmel (1983) esclarece que o conflito é em primeiro lugar uma forma de “sociação”. Uma forma dos indivíduos se relacionarem socialmente, que não implica em interesses mútuos por parte dos envolvidos, ou na continuidade das formas sociais estabelecidas e sim em sua modificação. Nas palavras do autor: “Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação” (SIMMEL, 1983; p.122).

Para o autor, o conflito é um espaço social onde os opositores se reconhecem como iguais. Dessa forma, o conflito pode ser visto como uma interação social de unidade, somente em nível simbólico de reconhecimento entre os opositores. Para Simmel, a unidade é a: “síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais” (SIMMEL, 1983; p.125). Uma unidade social teria assim sua existência a partir do entrelaçamento de correntes convergentes e divergentes, o que faz com que qualquer configuração que a sociedade possa apresentar, seja pautada a partir da dicotomia existente entre harmonia e desarmonia, entre associação e competição. O antagonismo que causa o conflito, afirma o autor, nunca chega a ponto de impossibilitar uma relação social, mas pode vir a dificultar seu desenvolvimento, quando atinge um nível animosidade e hostilidade extrema entre os opositores, geralmente em relações de dominação.¹⁶

A contradição e o conflito, assim como a união e a cooperação não só precedem/procedem a unidade, como operam a todo momento. De acordo com Simmel, “[...] uma união ‘pura’ não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983; p.124). Dessa forma, o que parece ser uma des-sociação é na verdade formas elementares de sociação, visto que o conflito, juntamente com outros motivos e formas de sociação, constitui uma relação entre os indivíduos de um grupo grande ou pequeno.

O paralelo entre os conceitos de figuração social de Elias e o de conflito de Simmel, fornece-nos um rico material para se pensar as constantes configurações surgidas durante toda a trajetória do assentamento Pendengo. Os *rachas* ocorridos na fase de acampamento serão vistos como consequência das interações entre os acampados, do qual grupos de famílias passam a discordar da organização do acampamento e de outras atitudes tomadas por parte das lideranças, assumindo uma posição antagônica a da liderança e, portanto, ao *movimento* a que faziam parte. Esses acontecimentos específicos da trajetória do assentamento Pendengo possibilitam perceber o nivelamento entre os opositores desse conflito. Ou seja, tanto os grupos de famílias que realizam os *rachas* tornam-se semelhantes ao antigo *movimento* que reconhece essa discórdia, como os indivíduos que assumem o papel de liderança nesses novos grupos familiares se nivelam simbolicamente às antigas lideranças.

Nossa hipótese é a de que os momentos de conflito modificam as regras e normas de convívio social do acampamento e constroem novas configurações. No caso dos *rachas* do acampamento Pendengo as configurações construídas perduram até hoje e possibilitam a

¹⁶ Simmel (1983) cita o caso da dominação italiana pelos Lombardos, ocorrida no século VI e que resultou na imposição lombarda do tributo de um terço da produção agrícola aos vencidos, de forma que cada italiano pagava esse tributo a um conquistador em ambiente de mútuo ódio. Simmel (1983; p.133) fala em entrelaçamento inextrincável entre harmonia e divergência, tendo a animosidade como futura comunhão. Par o autor, essa animosidade também pode ser percebida quando o conflito não é um objetivo, mas sim simples prazer. O conflito deixa de ser um meio por controle, vingança, ou raiva e passa a acontecer por sentimentos subjetivos dos quais seu propósito e conteúdo está nele mesmo. Nesse caso limítrofe Simmel diz ser necessário recorrer a observação psicológica para se obter uma melhor compreensão, o que não será feito aqui.

construção de novas relações e novos grupos dentro do espaço do assentamento. Movimentação essa, que só é possível devido à diversidade de relações existentes entre os indivíduos e dos indivíduos para com a sociedade, visto o peso da trajetória de vida de cada uma das famílias que passaram a acampar e assim a construir o espaço social do que hoje é o assentamento Pendengo.

Neste estudo, dedico espaço considerável para algumas das trajetórias desses indivíduos de carne e osso, possibilitando perceber as movimentações individuais e suas repercussões no ambiente social, assim como os efeitos dessas repercussões nas vivências individuais. Ao se atentar a trajetória de vida dos sujeitos, o pesquisador tem a possibilidade de perceber e demonstrar que dentro de uma luta e de um interesse, coexistem outras lutas e outros interesses. No caso da luta por terra, há uma diversidade de significados que está associada à diversidade de sujeitos que nela se envolvem e se inscrevem.

São as ações desses sujeitos, ocorridas ao longo da trajetória da construção do assentamento Pendengo, a empiria que utilizo para contribuir com a leitura de variações dentro da “forma acampamento” de Sigaud (2000), como forma de perceber a complexidade que envolve a luta pela terra, repleta de re-configurações. Como já exposto acima e a ser reforçado ao decorrer da dissertação, acredito que seja através de variações da “forma acampamento”, conforme Loera (2009) mostra, que a luta pela terra tenha continuidade. Ou seja, é através da movimentação e das transformações de um modelo, a partir das diversas interações entre os diferentes sujeitos envolvidos, o que engendra a luta pela terra, tanto em nível nacional, como em casos particulares como é o caso do assentamento Pendengo, visto a constante modificação de configurações neste, que é só mais um exemplo da complexidade que envolve a luta por terra no Brasil.

1.2 Caracterização do local de pesquisa

Antes de realizar especificamente a caracterização do local de pesquisa, ou seja, do assentamento Pendengo, acredito que seja de extrema importância discorrer um pouco a respeito do que leva um grande número de sujeitos a construir o processo sócio-histórico da luta por terra. Isto é, discorrer a respeito da pluralidade que envolve o termo *luta*, dentro da luta por terra, para depois relatar alguns aspectos gerais a respeito dos acampamentos e por fim dos assentamentos de reforma agrária, visando abordar em linhas gerais algumas das etapas realizadas pelos sujeitos que constroem a luta pela terra.¹⁷

Commerford (1999), ao estudar questões relativas à sociabilidade de um conjunto de trabalhadores rurais no Brasil, apresenta o termo *luta* a partir de diversos significados. A luta pela vida, a luta pela terra e a luta por qualidade na direção política, são três formas, ou categorias de lutas elencadas pelo autor para demonstrar a heterogeneidade desse termo, ao mesmo tempo que servem para demonstrar que além dessas formas estarem envolvidas no mesmo universo social complexo, todas estão diretamente ligadas a noção de sofrimento. Para o autor, é com o intuito de por fim ou de conter o sofrimento vivenciado que os trabalhadores rurais lutam, seja em um assentamento de reforma agrária ou como um conjunto de pequenos

¹⁷ Informo que não será analisada aqui, a etapa inicial e de enorme importância na luta por terra, as ocupações. Isso se deve ao fato de que mesmo que as ocupações tenham feito parte da realidade de muitos dos assentados da fazenda Pendengo, a reivindicação dessa propriedade não se iniciou com uma ocupação e sim com a montagem do acampamento em beira de estrada. As ocupações dentro da fazenda Pendengo foram realizadas pelos acampados ao decorrer da etapa de acampamento, como forma de pressionar as autoridades em realizar a desapropriação da fazenda, conforme analiso ao longo da dissertação. Para a compreensão das dinâmicas que envolvem as ocupações de terra, ver Loera (2006; 2009) e Smircic (2005).

agricultores familiares. Além disso, a *luta* pode ser representada tanto de forma individual, como de forma coletiva, estando a última associada à representação política ou sindical, situando-a em um contexto de organização dos trabalhadores rurais. Ao se identificar como sujeito que luta, ou já lutou, mesmo sabendo das dificuldades implicadas em seus objetivos, os homens e mulheres afirmam seus valores e suas dignidades, como forma de negar qualquer motivo de vergonha em seu presente sofrimento. Segundo Commerford:

Quando um trabalhador ou trabalhadora, [...] refere-se às suas atividades cotidianas como luta, está caracterizando-se como pessoa merecedora de respeito social, o que se torna particularmente importante em um contexto em que esse respeito se encontra ameaçado (COMMERFORD, 1999; p.43).

Diversas são as esferas de possibilidade de luta, dentro da luta por terra. A heterogeneidade desse termo se instala devido a coexistência de indivíduos, portanto interesses interagindo no mesmo espaço. Porém, deve-se dar destaque a um termo particular, a um interesse coletivo existente no processo de luta pela terra, que é o término do sofrimento enfrentado por esses sujeitos que aderem à luta pela terra. Como mostra Loera (2009), tanto as dificuldades enfrentadas “debaixo da lona”, como a participação em marchas, congressos, ocupações, negociações e mobilizações de recursos, são condensadas pelos acampados e assentados no termo *tempo de luta*. Termo mencionado para designar não somente o tempo cronológico que passaram ou enfrentaram no acampamento, procurando ter uma vaga no assentamento pretendido, mas também é utilizado para expressar as dificuldades encontradas ao participar de ocupações de terra e outras mobilizações, ou aos recursos para que as ações dos *movimentos* a que esses sujeitos fazem parte sejam concretizadas, visto que dependendo do movimento social “vale mais um dia de luta do que um mês de barraco” (LOERA, 2009; p.173).

Segundo Loera (2009), o *tempo de luta*, junto com o *tempo de barraco* e o *tempo de reforma*, são três variantes que compõem o que a autora chama de *tempo de acampamento*, que é “um código social dentro do mundo das ocupações de terra”. Segundo a autora:

O tempo de acampamento não é uma mera medida cronológica no sentido em que não só indica o tempo que de fato uma pessoa passa debaixo da lona num acampamento, mas também é demarcador de prestígio e um ordenador das relações sociais dentro dos acampamentos, especificamente das relações de status. (LOERA, 2009; p.237).

A partir dessa ideia, explicada através de *tempos* diferentes, portanto diferentes vivências que constituem a dinâmica das ocupações de terra e dos acampamentos, a autora tem como objetivo inferir como que o *tempo de acampamento* é vivenciado pelos indivíduos que aderem à luta pela terra e qual é o significado dessa vivência no mundo das ocupações de terra. Questão essa, que mostra a complexidade de relações existentes dentro do universo específico que é o da luta por terra, visto que as diferentes vivências temporais – *tempo de barraco*, *tempo de luta* e *tempo de reforma* – só podem ser construídas a partir das interações interdependentes entre os acampados e as condutas normativas estabelecidas pelo acampamento.¹⁸

Vale dizer que as diversas atividades que tanto os acampados, como os assentados realizam, visando conter o sofrimento passado por sua categoria social, podem ser vistas como diferentes compromissos assumidos na luta pela terra. De acordo com Loera (2006), o termo *compromissos* é percebido como atividades assumidas pelos acampados e assentados, para com o *movimento* ou espaço social a que fazem parte. E ao assumir o papel de tática de

¹⁸ A ideia de *tempo acampamento* e suas variantes, de Loera (2009) serão retomadas no terceiro capítulo da dissertação, onde analiso as configurações sociais construídas durante o período de acampamento da Pendengo.

luta, independente de sua esfera de ação, os *compromissos* podem vir a se tornar um relativo fardo para alguns indivíduos, que passam a discordar de algumas atividades tidas como condutas normativas de determinado *movimento*, acampamento ou assentamento, reconfigurando socialmente esses espaços a partir de suas negações.¹⁹

Segundo Loera (2006; 2009) as particularidades existentes dentro dos acampamentos de reforma agrária se devem a diversos motivos, desde a organização que assume a responsabilidade pelas famílias de determinado acampamento, visto as estratégias e táticas específicas de cada organização para a conquista do assentamento das famílias, até as trajetórias sociais e características socioeconômicas das famílias que constroem esse espaço, passando pelas características da região onde os acampamentos são montados. Todos esses fatores contribuem com a variação de um modelo fixo de comportamento coletivo das famílias acampadas. Ou seja, é muito difícil estabelecer um padrão único dos acampamentos, a não ser o fato de que as famílias que se encontram nesse espaço, se encontram desprovidas de inúmeros bens para uma vida digna, fato que os levam constantemente à luta: luta por terra, luta pela vida e luta pela qualidade na direção política como Commerford (1999) defende.

Conjunto esse, que somado ao conhecimento de casos reais de consagração de uma etapa da luta por terra - a desapropriação de terras para a construção do assentamento -, cria uma crença em comum aos acampados. Esses sujeitos passam a compartilhar entre si a crença de que por estarem debaixo da lona preta podem, no futuro, melhorar suas condições de vida assumindo a posição de assentado, que não só propicia aos sujeitos que acampam a possibilidade de morar e trabalhar em um lote de terra, podendo vir a receber créditos do governo para tanto, como também o de se sentirem social e politicamente reconhecidos. A existência dessa crença em comum, compartilhada pelos acampados e pelos pretendentes a acampar, cria uma esperança no período de acampamento, do qual as vicissitudes implicadas pelo *sofrimento* passado por essas famílias durante essa etapa específica levam os acampados a internalizarem uma “ética do sofrimento” (MACEDO, 2003) e uma correlata “lógica do merecimento” (LOERA, 2006) como legitimadoras de suas ações e demandas. Para Loera (2006), a presença dos *sem-terra* no acampamento e o fato de morarem nos *barracos* são assimilados, por esses sujeitos, como atividades que dão legitimidade à luta pela terra. Há um “discurso do sofrimento” por parte de acampados e assentados, do qual o *sofrimento* é encarado como um elemento legitimador da luta pela terra e pelo reconhecimento e que é necessário passar por esse *sofrimento* para poder “ganhar terra” e passar a ser assentado.

Para Fernandes (1996), o acampamento é um processo violento para todos que dele participem. Os acampados sofrem da violência da fome, do frio, da sede, da polícia, dos jagunços, da falta de apoio político, econômico, social e até mesmo jurídico. Nesses espaços de luta, sejam eles dentro das propriedades ou em beira de estrada, os acampados se organizam visando a sua própria sustentação. Criam grupos, núcleos, comissões e coordenações e fazem reuniões e assembleias com o intuito não somente de levar suas realidades à sociedade, mas também com o objetivo de atender os problemas internos e as necessidades das famílias que compõem esse espaço.

Turatti (2005), ao estudar acampamentos paulistas do MST, diz ser possível perceber alguns aspectos gerais nos acampamentos desse estado, tais como: 1- o fato de serem constituídos por barracos de lona preta, todos dispostos um ao lado do outro, formando filas

¹⁹ A categoria nativa “*compromissos*” teorizada por Loera (2006) é de grande importância para o presente texto, visto a sua relação direta com a realização dos *rachas* ocorridos durante a fase de acampamento, conforme o texto aborda no terceiro capítulo da dissertação.

assim como grupos de vizinhança; 2- apresentarem uma ou mais pessoas responsáveis pela coordenação geral do acampamento, cargo que se ocupa em conduzir politicamente o processo de luta iniciado por essas famílias e por esse *movimento*; 3- a divisão das famílias em diversos grupos, sem um número exato de participantes, que passam a compor o espaço do acampamento como coletivos que enfrentam questões particulares, visto a representatividade de no mínimo um coordenador por grupo; 4- a existência de setores particulares que visam atender questões cruciais de infra-estrutura, tal como higiene, saúde, alimentação, educação, comunicação e segurança; e 5- a existência de reuniões e assembleias que busquem discutir questões pertinentes ao acampamento, como a situação do processo de desapropriação da terra requerida, as dificuldades e os avanços de cada setor e até mesmo os problemas relacionados a convivência entre os acampados.

Pontos esses que, apesar de elencados por Turatti (2005), não como regras a serem seguidas para que se forme um acampamento e sim como aspectos em comum na grande maioria de acampamentos paulistas do MST, são reproduzidos e reinventados por outros *movimentos*, visando a conquista de lotes de terras e de reconhecimento social para as famílias que se submetem a um período indeterminado em um ambiente de grande precariedade. Segundo a autora, geralmente nos acampamentos a alimentação é escassa, pois não há rigidez na periodicidade em que recebem cestas básicas do governo federal, além do fato de muitos alimentos concedido se encontram em péssima qualidade. Além disso, por se encontrarem desprovidos de energia elétrica os acampados não conseguem manter o alimento por muito tempo, tornando os alimentos perecíveis como carne, não tão presentes em suas dietas alimentares.

A saúde é outra particularidade complicada no cotidiano dos acampamentos. Para Turatti (2005), apesar da existência de um setor dedicado a essa questão específica na maioria dos acampamentos, a precariedade a que se encontra é mais acentuada que a alimentação, devido à falta de medicamentos para o contingente de acampados. Além disso, os acampados enfrentam grandes dificuldades quando necessitam utilizar o sistema de saúde público. A dificuldade de locomoção até os postos médicos, assim como a falta de estrutura para um atendimento digno nos postos de saúde de cidades pequenas e a estigmatização que os acampados podem vir a sofrer por parte dos moradores das cidades, prejudicam esses sujeitos quando necessitam utilizar da infraestrutura urbana.

Para citar mais uma particularidade entre outras que, segundo Turatti (2005), compõem o quadro de precariedade no dia a dia dos acampamentos temos as habitações. Os *barracos* ou *barracas* geralmente são construções simples, feitos sob o chão de terra, tendo como estrutura pedaços de paus e bambus coletados pelos próprios acampados e cobertos por lonas, que esquentam o barraco durante o verão, visto a capacidade de conservação do calor, mas os deixam extremamente gelidos durante o inverno devido à falta de vedação entre a lona e as madeiras utilizadas para sua construção. Particularidades que prejudicam a permanência dentro dos barracos, além de propiciarem problemas de saúde, como doenças respiratórias. O tamanho dos *barracos* costuma variar devido à quantidade de pessoas que compõe a família residente. Mas mesmo os *barracos* maiores, capazes de acomodar todos os membros da família, ou os *barracos* mais cuidados, dos quais seus donos dedicam uma atenção especial ao construir uma habitação agradável de se residir, são habitações desprovidas de diversos utensílios e cômodos propícios a uma vida mais agradável. Na verdade a realidade sofrida, enfrentada pelas diversas famílias em baixo da lona e no dia a dia do acampamento com

diversas precariedades infraestruturais, das quais só citei três, dificultam a criação de um ambiente agradável de viver.²⁰

Em suma, é possível defender, tendo como referencia tanto a bibliografia aqui utilizada como as minhas próprias incursões por acampamentos de reforma agrária, que esses espaços sociais são espaços de pobreza, de luta, de trabalho e de vida. São espaços de interações entre os diversos sujeitos que nele se encontram, fazendo com que o modelo de organização perceptível através de uma “forma acampamento” esteja presente em todos os acampamentos, porém submetida a diversas particularidades, tais como: o *movimento* que o organiza; as trajetórias sociais dos militantes e das diversas famílias que passam a acampar; assim como do local em que o acampamento é montado. Como identificado por Macedo (2003), Loera (2006; 2009) e Turatti (2005), e a ser demonstrado ao decorrer do terceiro capítulo, pessoas de diversas origens e perfis socioeconômicos constituem os acampamentos através das relações estabelecidas, via o interesse em se conquistar terra e uma forma de vida digna, assim como via as atividades feitas pelos acampados para sobreviverem em tal condição, realizando trabalhos tanto fora, como dentro dos acampamentos.

A respeito da variedade de trabalhos realizados pelos acampados, visando sua manutenção nesses espaços, é possível elencar os trabalhos na categoria de “bicos” ou “biscates”, que são atividades eventuais e remuneradas realizadas fora dos acampamentos, podendo ser tanto nas cidades mais próximas ao acampamento, como até mesmo em fazendas da região. Esses trabalhos são realizados no intuito do acampado sustentar sua família ao longo do tempo em que estão concorrendo a um espaço nos assentamentos demandados. No caso dos trabalhos realizados dentro dos acampamentos, é possível dizer que esses, cumprem o caráter de *compromissos* para com o acampamento e/ou para com o movimento social a que o sujeito faz parte, conforme apresentado acima.

A partir dessa heterogeneidade de atividades realizadas e realidades enfrentadas dentro dos acampamentos, definir o indivíduo que acampa implica considerar as diversas identidades assumidas por cada um desses sujeitos. Mesmo que assumam uma nova condição em suas vidas - a de *sem-terra* -, cada acampado carrega consigo suas referências e experiências obtidas ao decorrer de suas trajetórias de vida, tornando o acampamento em um espaço de interação entre diversos interesses, do qual os acampados sabem de sua realidade transitória. Isto é, sabem que se encontram em uma etapa de suas vidas, que por mais longa e sofrida que possa ser, terá fim. O acampamento por ser uma das etapas dentro do processo sócio-histórico da luta por terra há de ser enfrentado por diversas famílias interessadas na conquista de um lote de terra. Segundo Loera (2006), é um lugar de passagem, onde os acampados aprendem linguagens particulares e *sofrem “debaixo da lona preta”*, em busca de uma vida melhor.

²⁰ A importância dos *barracos* ou *barracas* para a compreensão das dinâmicas dos acampamentos e do universo social das ocupações de terra é de grande relevância. Segundo Loera (2006), a barraca de lona preta é um elemento fundamental da ocupação, pois a construção de seu *barraco* em terra ocupada faz parte das atividades simbólicas dos *sem-terra* para a reivindicação de terra. Para os acampados, montar sua barraca tem o significado de inscrição a determinado acampamento, tornando o *sem-terra* um candidato à desapropriação das terras reivindicadas, assim como um beneficiário de cesta básica. Vale dizer que, não existe um padrão para essas construções, cabendo ao acampado a liberdade de “subir” o seu *barraco* da forma quiser. Porém, existem diferenças significativas nos *barracos* de cada acampamento, onde alguns moradores demonstram maior cuidado com essas construções, enquanto outros nem mesmo os frequentam, fazendo do *barraco* uma forma de assegurar sua vaga no acampamento. Além disso, como os *barracos* costumam ser locais de vida em categoria passageira, ou seja, de transição, são poucos os artefatos que os acampados levam para compor essa moradia. Contudo, como mostra Loera (2006; 2009), alguns acampados levam todos os seus pertences ao acampamento, acumulando-os dentro de seus *barracos*. Para uma melhor compreensão dos diversos significados que são aplicados aos *barracos*, ver Loera (2006; 2009) e Smircic (2000).

Moreira destaca que:

Uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente. Cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes sociais, materiais e afetivas de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais. Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. Em outro sentido, toda identidade social que se faz presente, se expressa e só pode se revelar em suas relações. (MOREIRA, 2006, p. 178)

Ao se conquistar o direito de uso da terra, através da desapropriação ou da compra da propriedade por parte do INCRA ou dos órgãos estaduais, os indivíduos que se encontravam acampados mudam de situação e passam à categoria de assentados, o que lhes implicam novos desafios, novas interações e, portando, novas realidades ao se avançar no processo sócio-histórico da luta pela terra, apesar de conviverem com questões e problemas que infelizmente se mantêm.

O assentamento de reforma agrária é o nome dado as ações governamentais que envolvem as atribuições de terras aos trabalhadores. Segundo Medeiros (2003), os assentamentos são intervenções estatais, que em geral ocorrem em áreas de tensão social, recobrando as mais diversas situações tal como: a regularização de áreas ocupadas há mais de anos; a fixação de trabalhadores que sofrem processos de expropriação e expulsão de seus locais de vida e trabalho; a destinação de terras para famílias que organizadas passam a acampar reivindicando determinada área ao Estado; a realocação de populações prejudicadas com a construção de projetos estatais e; como forma de preservar populações e suas culturas tradicionais, tal como são os casos dos assentamentos extrativistas de seringueiros.

Essas diversas situações, ou diferentes formas de assentamentos, fazem com que os sujeitos que compõe esse espaço tenham as mais diversas origens, tais como a de posseiros; parceiros; pequenos produtores que são realocados de seus espaços originais; filhos de produtores rurais que passam a acampar mediante a dificuldade encontrada em comprar terra; assalariados rurais que foram desapropriados de seus locais de vida e trabalho; assalariados urbanos que buscam uma forma alternativa e fixa de vida; entre outras tantas possibilidades e formas de vida que levam diversos sujeitos a compor a heterogeneidade dos assentamentos de reforma agrária e, portanto, da luta por terra no Brasil. Mobilizados ou não por organizações de luta pela terra, esses diversos sujeitos são demandantes de terra, direitos e de reconhecimento como cidadãos legítimos.

Vale dizer, que por ser uma política estatal e uma condição política legal, os assentamentos de reforma agrária devem ser vistos como resultado das relações entre diversos sujeitos sociais, tanto os mesmos que implicavam as etapas e períodos anteriores à conquista do assentamento, como novos, que surgem a partir da legalização desses espaços. Ou seja, além dos sujeitos que reivindicam um espaço para viver e trabalhar e das organizações sociais que possam lhes representar social e politicamente, há outros sujeitos responsáveis pela construção desses espaços, tais como os órgãos estatais de caráter federal e estadual, responsáveis pela questão agrária nacional, além do Poder Judiciário que legitima a situação legal dos assentamentos perante a sociedade brasileira e as prefeituras, que podem vir ou não a dialogar com os assentados, mas que representam a instância local de poder onde os assentamentos são construídos.

Soma-se a esses sujeitos, já envolvidos na luta pela terra desde momentos anteriores de reivindicação, tal como as ocupações e o acampamento, novos interlocutores, como os

interessados na produção agrícola dos assentados para comercialização. Porém, conforme Medeiros (2003) mostra, em muitos casos as relações construídas a partir da comercialização da produção dos assentados, seja em nível local, estadual ou federal, são feitas por mediadores comerciais que submetem os produtos dos assentados a preços desfavoráveis, prejudicando os assentados-produtores em sua continuidade no lote conquistado.

Segundo a autora, para enfrentar esses mecanismos tradicionais que minimizam o lucro dos produtores e dificultam suas permanências nos assentamentos, muitos assentados passam a organizar, seja de forma independente ou pela mediação do movimento social a que fazem parte, uma produção coletiva através de cooperativas e associações dentro dos próprios assentamentos. Essas associações devem ser vistas como forma dos sujeitos interessados darem continuidade no assentamento, mesclando o interesse em residir e trabalhar no mesmo espaço.

Ainda a respeito das produções feitas no assentamento, ou seja, de uma das formas de trabalho que compõe esse espaço social, deve-se ter claro que além da produção voltada à comercialização, seja para mercados locais - feiras e armazéns das cidades próximas ao assentamento -, seja para mercados em condições mais abrangentes, saindo da área física local, os assentados que produzem em seus lotes destinam parte de seu trabalho à alimentação de suas famílias. Ou seja, muito produtores trabalham também visando o autoconsumo.

Ao assumir, de forma perceptível, essas duas esferas de existência, a habitação e o trabalho, os assentamentos também devem ser vistos como espaços de recomposição social. Em que, além da possível obtenção de renda através do trabalho realizado, diversos indivíduos buscam nos assentamentos um local mais tranquilo para se viver e criar os filhos. Segundo Medeiros (2003), em um contexto de dilaceração do tecido social a partir do crescente desemprego, somado a presença massiva de violência nos meios urbanos, muitos indivíduos e famílias buscam nos assentamentos de reforma agrária uma alternativa não somente de moradia, mas também de uma vida mais tranquila em relação ao que estavam acostumados nas cidades. Além disso, a possibilidade de se encontrarem mais próximos a membros de sua família que já se encontram assentados, levam muitos indivíduos a procurar um espaço dentro dos assentamentos, seja em um lote que pode vir a vagar, ou até mesmo dentro do lote de seus familiares, havendo mais de uma casa no mesmo lote.²¹

Ao se pensar na forma de assentamento a que esse trabalho se dedica, ou seja, nos assentamentos construídos a partir da reivindicação de homens e mulheres através das ocupações de terra e da montagem dos acampamentos, é possível defender a ideia de que a situação de vida desses indivíduos melhorou em relação às condições que enfrentaram em um passado não muito distante. Não é a pretensão deste trabalho realizar essa difícil comparação, mas a partir da consulta bibliográfica a respeito da vida cotidiana nos assentamentos e dos relatos concedidos para a realização da presente pesquisa, é possível perceber melhorias principalmente em relação a infraestrutura do local de vida dessas famílias. A maioria das habitações deixam de ser em *barracos* e passam a ser em casas construídas pelos próprios assentados, que também passam a ter acesso a energia elétrica e água.

Afirmar que as condições de vida dessas famílias melhoraram a partir da transição de uma situação ilegal para uma situação legal, não significa defender que se encontrem em

²¹ O simples contato com os assentamentos de reforma agrária, a partir de visitas, mostra a realidade dessa possibilidade, em que a existência de mais de uma casa em um mesmo lote pode corresponder tanto a moradia dos filhos da família que casam e que por terem o interesse em continuar no assentamento, ou por não terem conseguido um novo local de vida e trabalho passam a construir suas casas dentro dos lotes de seus pais, como pelo caminho inverso, em que os pais já aposentados passam a residir junto de seus filhos, construindo uma casa no mesmo lote.

condições dignas de vida e de trabalho. Muito pelo contrário. A precariedade material em que se encontram muitas famílias assentadas, com poucas obras que possam assegurar a existência de serviços de qualidade em saúde, educação e até mesmo em habitação, visto a existência de diversos assentados que ainda residem em barracos e/ou se encontram desprovidos de diversos bens infraestruturais em suas moradias, comprovam o constante descaso com a luta pela terra e por reforma agrária no Brasil.

Segundo Medeiros (2003), essa precariedade material é muitas vezes motivo de desistência por parte dos assentados, que abandonam ou vendem seus lotes para outros, devido à falta de condições para viverem e trabalharem nos próprios.²² Porém, é justamente no campo da reivindicação de políticas públicas para a construção de um local digno de vida, que se mantém o diálogo dos assentados com as autoridades públicas e com os órgãos estatais responsáveis pela aplicação de políticas a respeito da luta pela terra e por reforma agrária. A quantidade de famílias assentadas, em um mesmo assentamento, é um fator que contribui para que esse diálogo se mantenha, em que a partir da quantidade de pessoas, maior ou menor é a pressão política para a realização de melhorias nesse espaço.

Em alguns casos, os assentamentos com um grande contingente de famílias, chegam a reverter a lógica degradante aplicada ao meio rural, visto os impactos causados pela construção desses espaços sociais, tais como a reversão do fluxo demográfico, como foram os casos ocorridos nos municípios paulistas de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, além da criação de novas regiões administrativas ao entorno de grandes assentamentos rurais (FELICIANO, 2009; LEITE et al, 2004; MEDEIROS, 2003).

Como um espaço formado pelas interações interdependentes e recíprocas entre os indivíduos que nele se encontram, além das relações construídas com o exterior, os assentamentos de reforma agrária estão em constantes transformações sociais, políticas e econômicas, mantendo laços antigos ao mesmo tempo em que passam a criar novos laços e novas relações. A partir das constantes configurações construídas ao decorrer do tempo, é possível perceber dentro dos assentamentos o surgimento de sujeitos que assumem posições de liderança, conforme será analisado no caso da Pendengo. O que vale dizer a esse respeito, é que a partir da existência de determinados sujeitos que galgam espaço na cena política, falando para e pelos assentados e outros envolvidos na luta pela terra, buscando a legitimação destes perante a sociedade, é possível perceber os assentamentos como espaços ativos no cenário político local, regional, estadual e nacional. A partir do momento que alguns assentados adentram o debate político, os assentamentos passam a aderir consequentemente à cena política nacional.

Porém, independente da existência de lideranças e da interação de alguns assentados em ambientes políticos específicos - tal como prefeituras, gabinetes e câmaras -, a simples existência dos assentamentos já fazem desses espaços, conquistas dos indivíduos e das famílias que realizam a luta pela terra, visto que a realização/legitimação dos assentamentos deve ser percebida como exemplo de que a reforma agrária é assunto discutido na agenda política, mesmo que seja de forma descuidada. Como espaço de socialização, os

²² Os abandonos dos lotes nos assentamentos podem ocorrer por diversos motivos, dentre eles: a falta de escolas, ou de acesso fácil até as escolas municipais; a falta de assistência à saúde; a falta de assistência à produção; ou até mesmo a dificuldade de se adaptar as formas de produção, visto que muitos assentados encontram dificuldades para conquistar o acesso aos créditos agrícolas, devido algumas imposições colocadas à conquista desse facilitador, ou até mesmo porque a situação em que o solo do lote se encontra não é de boa qualidade, visto a degradação do próprio com anos de pastagem ou monocultura extensiva realizadas nas antigas propriedades. Em outros casos, outro motivo que leva alguns assentados a desistirem dessa condição de vida, são as pressões realizadas pelos antigos proprietários da terra, que buscam meios de reconquistá-la. Porém, segundo Medeiros (2003), é a somatória desses fatores e muitos outros que coexistam, o que potencializa as desistências nos assentamentos, com abandono ou venda dos lotes.

assentamentos apresentam diversas esferas de existência, sendo uma delas a esfera política. Conforme Medeiros e Leite (1999), a presença dos assentamentos implicam na “[...] ampliação do campo de forças com quem podem dialogar, disputar atenção ou mesmo se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente” (MEDEIROS; LEITE, 1999; p.10).

Como espaço de socialização política, econômica e cultural, os assentamentos devem ser vistos como espaços de transformações e, portanto, de possíveis configurações e reconfigurações, conforme demonstra-se neste trabalho. Ao analisar as condições produtivas e as formas de organização existentes dentro dos assentamentos é possível perceber reconversões de trajetórias de vida, assim como reelaborações das relações sociais existentes. De acordo com Medeiros e Leite (1999), nos assentamentos:

são cortadores de cana transformando-se em produtores familiares, trabalhadores de origem urbana tornando-se, pelo menos parcialmente, em agricultores, trabalhadores que tinham na provisoriedade do acesso à terra a condição de sua sobrevivência passando a ganhar condições de fixação, como ‘assentados’ (MEDEIROS; LEITE, 1999; p.15).

Em suma, vale dizer aqui que compreendo os assentamentos tanto como consagração, como continuidade da luta por terra e da luta por reforma agrária no Brasil. Os assentamentos devem ser percebidos como “locais de vida e de trabalho” (WANDERLEY, 2001).

Tendo feito essa apresentação sucinta de dimensões sócio-políticas da vida em assentamentos de reforma agrária, passando antes por uma caracterização dos acampamentos, realidade social antecessora à do assentamento no caso da trajetória aqui analisada, vejamos agora algumas características gerais do assentamento Pendengo, espaço do qual foi realizado o trabalho de campo.

Sem a pretensão de adiantar a discussão a ser feita ao decorrer do trabalho é possível apresentar o assentamento Pendengo, como fruto da mobilização de uma organização social de apoio à luta pela terra, que ao decorrer do tempo perdeu sua hegemonia e passou a dividir com dois movimentos sociais a organização do acampamento, estendendo-se até a consolidação do assentamento no ano de 2009. Formado pela coexistência de três organizações sociais que se mantiveram desde o período de acampamento - o MST, o MTR e o SINTRAF/SER -, o assentamento Pendengo possui mais um grupo sócio-político, o grupo do Éder. Formado no assentamento e sem defender a bandeira de nenhuma organização social, até o presente momento de desenvolvimento dessa pesquisa, esse grupo sócio-político de famílias compõem conjuntamente com os outros três, mais uma das diversas figurações desse espaço social.

Espalhadas por cinco mil hectares, o assentamento Pendengo concentra 201 famílias residindo em 12 hectares cada, das quais além de estarem divididas entre os quatro grupos sócio-políticos acima comentados, também se dividem devido as diversas atividades realizadas nesse espaço, assim como das áreas em que residem. 101 famílias de assentados são produtoras de leite, organizadas por cinco associações diferentes que coexistem dentro do assentamento, compondo tanto uma configuração a partir da relação entre produtores e não-produtores de leite, como a partir da relação entre produtores de associações diferentes. Além das relações construídas a partir das diversas atividades realizadas pelos assentados, tanto dentro como fora do espaço do assentamento e visto a sua grande extensão física, o assentamento Pendengo é dividido por quatro unidades de agrupamento, das quais três são vistas como territórios de cada organização social que participou do acampamento e, portanto, da partilha da terra nos lotes para cada família em 2009, isto é, a unidade de agrupamento do

MST, do MTR e do SINTRAF/SER. Além dessas três, há a unidade de agrupamento do *Paraíso das Águas*. Nome dado ao “bairro” que concentra famílias das três organizações mescladas no mesmo espaço, que apesar da nomeação “*paraíso*” representa, como veremos oportunamente, situações em vários sentidos relativamente precária quando comparadas com as outras áreas assentadas.

Assim como qualquer associação de indivíduos, o assentamento Pendengo está caracterizado pelas relações dos diversos grupos de afinidade que atuam nesse espaço, além das relações estabelecidas pelas organizações sociais. Esses diversos grupos se formam ao decorrer do tempo, em que interesses em igual e desinteresses ou desavenças construídas ao longo de anos na mesma toada fazem desse espaço de materialização das relações sociais um espaço em constante construção. Hoje em dia, o assentamento Pendengo continua a apresentar uma diversidade de sujeitos e, portanto, de interações que fazem dele um espaço de coexistência de regras, organizações, grupos, trabalhos e emoções.

Para finalizar essa caracterização geral, contudo sucinta, do local de pesquisa, acredito que ao apresentar uma cronologia da trajetória até então percorrida do assentamento Pendengo, o leitor possa se situar melhor na discussão aqui feita. A tabela abaixo tem a função de citar alguns dos acontecimentos vivenciados pelos assentados da fazenda Pendengo, que me foram relatados ao longo das viagens de campo e que são cruciais para se compreender as análises feitas ao longo da presente dissertação.

Tabela 1. Cronologia da trajetória do assentamento Pendengo

Dez/2003	Montagem do acampamento sob a coordenação do SINTRAF
Abr/2004	Primeiro <i>racha</i> – criação do grupo do MST
Dez/2004	Segundo <i>racha</i> – criação do grupo da OLPT
Agos/2005	A OLPT muda de nome para MTR, passando a ter estatuto de movimento social
Abr/2007	Realização de duas ocupações separadas, mas em tempo simultâneo, na fazenda Pendengo. O MST ocupou a área onde hoje estão assentados (depois do córrego), com a duração de duas semanas. O MTR ocupou a área de entrada da fazenda Pendengo por trinta dias
Out e Nov/2007	Ocupação do MST e do MTR em conjunto, na área da sede da fazenda Pendengo, durando cerca de cinquenta dias
Out/2008	Terceiro <i>racha</i> – criação do grupo do SINTRAF/SER

Agos/2009	Emissão de posse para montagem do assentamento após sair o resultado do laudo de vistoria da fazenda Pendengo como improdutiva
Out a Jan/2009 a 2010	Duração da fase de entrada em 30% da área da fazenda Pendengo, já considerada como assentamento de reforma agrária legalizado
2010	Divisão das unidades de agrupamento; corte dos lotes; negociação com o PRONERA e criação da primeira associação de produção de leite
2011	Distribuição da energia elétrica para o assentamento e formação das outras associações de produção de leite
2012	Quarto <i>racha</i> - formação do grupo de Éder

Tabela realizada a partir das informações concedidas pelos assentados.

1.3 Desenvolvimento da pesquisa

A partir de uma consulta bibliográfica e da observação cotidiana, descobre-se que as divisões políticas ocorridas dentro de um mesmo espaço social, não são exclusivas da luta pela terra, muito menos da história do assentamento Pendengo. Pois assim como qualquer outro espaço social, o assentamento Pendengo surge a partir de ações coletivas e individuais de sujeitos sócio-históricos, submetidos as mais diversas situações relacionais. E justamente essa afirmação pode levar o leitor a perguntar por que foi escolhido estudar esse assentamento em específico e não outros. E a resposta a essa questão está estritamente relacionada à minha trajetória acadêmica.

Tive conhecimento da existência do assentamento Pendengo ao participar do grupo de pesquisa “As formas de acampamento”, em 2010 e 2011, na Unicamp. O projeto “As formas de acampamento” surge como projeto Jovem Pesquisador sediado no Centro de Estudos Rurais do IFCH/Unicamp e coordenado pela profa. Dra. Nashieli Rangel Loera.²³ Financiado pela FAPESP, o projeto tem como um dos objetivos, indagar acerca das variações da “forma acampamento” de Sigaud (2000) como modelo de demanda coletiva contemporânea. Os lócus da pesquisa são acampamentos de diferentes regiões do estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul organizados por diversos movimentos sociais.²⁴ Em

²³ Hoje o projeto solicita transferência para o Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP, campus de Marília, visto a mudança de Loera como professora para essa Universidade. Porém ainda será mantida uma sede do projeto no Centro de Estudos Rurais da UNICAMP.

²⁴ Dentre as pesquisas já realizadas pelo projeto “As formas de acampamento”, estão os trabalhos de iniciação científica, orientados por Loera: CONRADO, Elis Fernanda. *De índios a sem-terra: variações da forma acampamento*, FAPESP/UNICAMP. Março de 2011 a Julho de 2013; MARTINS, Bruno Francisco. *Fontes, movimentos e acampamentos em perspectiva comparada*, FAPESP/UNICAMP. Outubro de 2010 a Setembro de 2011; MENDONÇA, João Pedro. *Os acampamentos “sem bandeira” ou “independentes”: análise de uma nova forma de acampamento*, PIBIC/UNICAMP. Agosto de 2011 a Julho de 2012; PASTRELLO, Cauê. *Índios de lona preta: alianças e novas formas de demanda*, FAPESP/UNICAMP. Outubro de 2010 a Junho de 2012.

Contribuem também para a produção científica do projeto os trabalhos de: SHIROZONO, Aimée. *Censo socioeconômico e banco de dados sobre acampamentos da reforma agrária no Estado de São Paulo*, FAPESP/UNICAMP. Agosto de 2011 a Fevereiro de 2013, na categoria de bolsa de Treinamento Técnico e LOERA, Nashieli. *As formas de acampamento*, FAPESP/UNICAMP. Agosto de 2010 a Julho de 2013, na categoria de bolsa Jovem Pesquisador.

atividade deste projeto, durante o primeiro semestre de 2011 realizei trabalho de campo, junto com a equipe, em acampamentos da região de Andradina, no estado de São Paulo, entrevistando famílias do acampamento Nossa Senhora Aparecida II, organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e localizado na fazenda Brinco de Ouro, no município de Nova Independência. Esta fazenda é vizinha da fazenda Primavera, marco do início da luta pela reforma agrária no estado de São Paulo (FERNANDES, 1996), bem como está localizada próximo ao assentamento Pendengo, situado no município de Castilho.

Na ocasião da visita soubemos, através de relatos dos acampados, que dois anos atrás o acampamento havia sido liderado e organizado pela CUT em parceria com o Movimento do Trabalhador Rural (MTR), sendo organizado pela liderança geral desse *movimento*, que durante mais de cinco anos também havia estado à frente de outro acampamento, o acampamento Pendengo, que em 2009 conquista a terra da fazenda, tornando-se um assentamento legitimado pelo INCRA.

Fomos até o assentamento Pendengo, não somente para averiguar essa afirmação, mas também para conhecermos esse espaço social, que até então era de meu conhecimento somente através da leitura de Loera (2009). Ao chegarmos lá, encontramos Nino, liderança do MTR no assentamento e que havia ajudado a coordenar os acampamentos Pendengo e Nossa Senhora Aparecida II, assim como também encontramos Neguinho, coordenador de grupo pelo SINTRAF/SER tanto na época de acampamento, como no atual assentamento.

Filho de lavradores da Fazenda Primavera, Neguinho vivenciou, em sua infância, o processo de disputa e luta por terra ao lado de seus pais. Entre saídas e retornos ao assentamento Primavera, Neguinho decidiu em 2005, momento em que residia no lote de seus pais, aderir ao acampamento da fazenda Pendengo juntamente com outros indivíduos provindos da fazenda Primavera. Como o próprio assentado disse: *são os filhos e netos da Primavera*.

Esta fala de Neguinho despertou, em mim, a intenção de estudar a trajetória do assentamento Pendengo e sua relação com a fazenda Primavera, com o intuito inicial de compreender a dinâmica da luta por terra e contribuir com o projeto “As formas de acampamento”, que tem dentre seus objetivos o estudo das sociogêneses dos acampamentos no âmbito da demanda coletiva por terra no estado de São Paulo e o questionamento de afirmações de senso comum a respeito dos sujeitos e dos movimentos sociais envolvidos na luta por terra. Ainda a respeito dos motivos levados a estudar a trajetória do assentamento Pendengo, soma-se a proximidade com a área de estudo e a particularidade histórica da Pendengo.

Com seis anos de acampamento em beira e estrada, com barracas de lona preta e símbolos de cada organização expostos nos barracos, é possível apresentar o acampamento Pendengo como expressão da “forma acampamento” de Sigaud (2000), em que reproduzia a forma de dizer ao Estado qual terra visavam para a desapropriação. Era ainda o espaço de fortalecimento dos laços entre os acampados visando a sua resistência nas terras demandadas e a continuidade da luta. Para Fernandes (1996), seria por esse processo que o sujeito da reforma agrária constrói e consolida um território livre, através de espaços de comunicação, interação e resistência.²⁵

²⁵ Conforme vimos na introdução da dissertação e de acordo com Fernandes (1996), esses três espaços diferentes e interligados são responsáveis pela futura conquista de frações de territórios na luta pela terra.

Chamou-me a atenção o fato de que a trajetória do assentamento Pendengo parecia estar ligada a luta realizada na fazenda Primavera no fim da década de 1970 e início de 1980, conforme será demonstrado. Os lavradores que travaram a luta pela terra na fazenda Primavera, livres da expropriação da grilagem por qual passavam, sendo finalmente assentados, tiveram papel fundamental na socialização de todo o processo de luta pela terra do assentamento Pendengo. Diversos assentados da Pendengo possuem familiares na Primavera que participaram da luta que originou na conquista da terra da fazenda Primavera em 1980. A bibliografia destaca que essa conquista alavancou a luta por terra no estado de São Paulo, encorajando muitos a ingressarem na luta por um lote, engrossando o coro para a realização da reforma agrária no Brasil.²⁶

A segunda questão que me chamou a atenção no caso do assentamento Pendengo, foi a coexistência de três grupos diferentes interagindo no mesmo espaço social: três diferentes organizações sócio-políticas. Contudo, o objetivo inicial da pesquisa era o de investigar a influência de gerações mais velhas em gerações mais novas, na continuidade da luta pela terra. Com essa intenção central, visando compreender a reprodução da luta por terra no estado de São Paulo através da somatória dos compromissos assumidos pelos assentados para com os movimentos sociais, com as experiências acumuladas de luta pela terra, escrevi o projeto e ingressei no Programa de mestrado do CPDA/UFRRJ.

Ao decorrer desse processo algumas modificações na pesquisa foram ocorrendo. Ao realizar as leituras, dialogando com os professores e principalmente realizando as viagens de campo, das quais as entrevistas aos assentados da Pendengo e a observação das diversas dinâmicas presentes nesse espaço e registradas em meu caderno de campo, deslocaram minha primeira intenção de pesquisa. Ao perceber que mesmo havendo jovens vivendo no assentamento Pendengo, eram em pouca quantidade e o principal: não demonstravam a intenção de continuar a luta pela terra realizando ocupações e montando acampamentos. O que me levou a novas indagações.

Enfrentar essa realidade empírica é vivenciar uma das frases mais comuns entre os pesquisadores que realizam viagens de campo, a de que “*o campo vai te dizer o que pesquisar*”. Fato realizado! Volto da primeira viagem de campo com diversas ideias a estudar, todas concentradas nas dinâmicas existentes no assentamento Pendengo. Após conversas, orientações e reflexões, surge um segundo plano de estudo: examinar a trajetória de vida dos três coordenadores militantes da luta realizada na fazenda Pendengo, visando elucidar como ocorreu a expansão da base de luta por terra nesse assentamento formado por três organizações sociais de trabalhadores rurais distintas e contribuir para o entendimento da importância que os militantes têm no processo de reprodução da luta pela terra e por reconhecimento social, tanto no espaço físico do acampamento e do assentamento, como também na região de Andradina, devido as redes sociais que cada um desses sujeitos possuíam e construíram como acampados, coordenadores e depois como assentados.

Tendo como “pano de fundo” a sociogênese do assentamento Pendengo, surge em dialogia com o orientador um terceiro e novo plano de estudo. Abordar a diversidade de configurações existentes ao decorrer de toda a trajetória de construção do assentamento Pendengo, tendo como ponto de partida tanto a análise dos *rachas* relatados em entrevistas e ocorridos durante a fase de acampamento, como as configurações ocasionadas por esses e

²⁶ Assim como na luta de Encruzilhado Natalino, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, a luta da Fazenda Primavera foi um dos marcos fundadores do MST (Bergamasco; Norder, 1999; Fernandes, 1996; Macedo, 2009). *Movimento* que pode ser visto como o primeiro a concatenar em nível nacional, não somente os interesses, mas também as táticas de luta pela terra dos trabalhadores rurais pobres.

outros fenômenos. Ao optar por esse objetivo de estudo, ainda visando discutir a complexidade que envolve a dinâmica de luta por terra no Brasil, atentando-se para a dialética da construção de uma unidade na diversidade de sujeitos envolvidos nesse processo, parto para a última viagem de campo. Volto desta viagem com diversos questionamentos e a intenção de realizar uma análise sócio-histórica da trama de relações sociais que costuram o espaço social do assentamento Pendengo. Objetivo esse, que em primeiro lugar me possibilitou enxergar de forma mais ampla algumas das parcelas que compõe o mundo social de lutas por terra e que em segundo lugar visa colaborar com trabalhos acadêmicos que dentre seus objetivos estão o de compreender as sociogêneses de acampamentos e assentamentos de reforma agrária como formas sociais de demanda coletiva por terra.

Por fim, vale relatar um pouco a respeito das metodologias utilizadas para o desenvolvimento da presente dissertação. Por se tratar de um trabalho do qual a participação dos assentados foi fundamental, com seus respectivos discursos a respeito do processo pelo qual estão construindo, a realização de entrevistas individuais foi crucial. No total foram entrevistados 23 assentados(as), dos quais alguns fazem parte da mesma família, isto é, estão assentados no mesmo lote, como é o caso dos casais Luciana e Joselino, Neguinho e Maria José, Nino e Maria e Neusa e José Hélio. A maior parte das entrevistas foram gravadas, o que facilitou na transcrição do discurso concedido pelos entrevistados. Em alguns momentos, tive a oportunidade e a necessidade de entrevistar mais de uma vez o mesmo assentado, como ocorrido com os coordenadores gerais do MTR e do SINTRAF/SER, Nino e Neguinho, além de Assis, um dos mais antigos assentados na fazenda Pendengo, que me responderam pacientemente as dúvidas que me surgiam ao decorrer das viagens de campo. Com cada um desses três indivíduos tive três entrevistas, todas de enorme importância na elucidação das etapas vivenciadas ao longo de toda a trajetória do assentamento Pendengo, até então percorrida. No caso, esses três indivíduos têm grande representatividade para a realização da narrativa analítica aqui desenvolvida, devido o fato de possuírem grande representatividade dentro do assentamento, onde os três são vistos como referências quando o assunto é a história desse espaço social.²⁷

Além das entrevistas realizadas ao decorrer das quatro viagens de campo - três durante o desenvolvimento do mestrado e uma antes de ingressar no programa de pós-graduação do CPDA, em caráter exploratório -, o desenvolvimento da pesquisa foi preenchido com outra ferramenta metodológica fundamental, o caderno de campo. Sem o espaço para anotar algumas informações concedidas, das quais sabia que mereciam atenção redobrada, além de informações que alguns de meus interlocutores me concederam antes ou após a realização da entrevista propriamente dita, isto é, com o gravador ligado, não seria possível apresentar as análises aqui feitas. O caderno de campo foi uma ferramenta de tanta importância quanto as entrevistas realizadas, visto que a partir das anotações feitas foi possível iniciar um diálogo analítico com a realidade social que os assentados me apresentavam.

Assim, o texto que aqui apresento, dissertando a respeito das configurações constituídas ao longo da trajetória do assentamento Pendengo, só foi possível de ser feito devido essas duas ferramentas do pesquisador de campo, com as quais pude visualizar essas

²⁷ Vale dizer que apesar de não ter sido possível entrevistar o coordenador geral do assentamento pelo MST, Baixim, o que contribuiria bastante para a apresentação e análise do discurso desse sujeito e de seu *movimento* para a presente pesquisa, as informações que os assentados pelo MST me concederam foram extremamente enriquecedoras, em especial as informações concedidas por Assis, assentado que desempenhou a função de coordenador de grupo de famílias durante todo o período de acampamento e que continua realizando essa função durante o assentamento, sendo responsável por um grupo de 12 famílias assentadas pelo MST. Sua contribuição para o desenvolvimento do presente texto é tão rica quanto a de Neguinho e Nino, coordenadores gerais do assentamento, cada um por uma organização.

configurações para então apresentá-las e analisá-las, ajudando a problematizar questões das quais acredito que sejam pertinentes a respeito da luta por terra no Brasil.

CAPÍTULO II

PROCESSO HISTÓRICO DE LUTAS

Localizado no extremo oeste do estado de São Paulo e “cortado” pela estrada SPV-08, que liga o município de Castilho ao município de Nova Independência, está o assentamento Pendengo.²⁸ Com cerca de 5000 hectares, hoje habitados por duzentas e uma famílias, com lotes variando de 10 a 12 hectares cada, o assentamento Pendengo é composto por quatro grupos diferentes: o grupo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), do MTR (Movimento do Trabalhador Rural) e do SINTRAF/SER (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar/Sindicato dos Empregados Rurais), mais conhecidos, respectivamente, por *grupo do Baixim*, *grupo do Nino* e *grupo do Neguinho*, configurados na fase de acampamento. Por último, mas não menos ou mais importante, está o *grupo de Éder*, que veio a surgir recentemente, durante a fase de assentamento, devido descentendimentos dentro do *grupo do Nino*, o MTR. Diferente dos outros três grupos, o *grupo de Éder*, como hoje é conhecido, não levanta a bandeira de nenhuma organização político-social como representante da própria no assentamento. Vale dizer que apesar de gestar uma nova configuração social no assentamento Pendengo, o *grupo de Éder* não é, até o momento, reconhecido pelo INCRA como grupo novo e atuante no assentamento Pendengo e, portanto, se encontra sem acesso direto a políticas públicas e recursos financeiros.²⁹

Os três grupos, do Baixim, do Nino e do Neguinho, foram responsáveis pela constituição do assentamento como se encontra hoje, assumindo o papel de aglutinadores e de formadores de atores históricos da constante construção do espaço social do assentamento.³⁰ Constituídos desde o período de acampamento, após a conquista da terra, esses grupos assumem as responsabilidades dos processos de habitação e envolvem-se em diversas atividades desse espaço social, dando continuidade à luta pela reforma agrária ao reivindicar a infraestrutura do assentamento e a permanência no lote conquistado, através do trabalho nele realizado.

Durante toda a etapa de acampamento, em beira de estrada, os acampados realizaram ocupações na fazenda Pendengo como forma de pressionar a desapropriação das terras, resultando no assentamento iniciado através da entrada em 30% da área da fazenda em 2009 e legitimado pelo INCRA. Depois da emissão de posse e do parcelamento dos lotes, feito por cada grupo sócio-político, o assentamento inicia a construção das habitações e da produção nos lotes. Ao longo de todo esse processo, o assentamento Pendengo passou e continua passando por dificuldades que são possíveis a qualquer outro assentamento de reforma agrária, mas que ao mesmo tempo, devido os seus sujeitos com suas redes de pertencimento e carregados de experiências individuais e coletivas, possui diversas particularidades que serão aqui apresentadas.

²⁸ Ver mapa 5, situado nos anexos, para visualizar a dimensão territorial do assentamento Pendengo.

²⁹ O reconhecimento do INCRA é fundamental para acesso a políticas públicas e recursos financeiros. Por não possuir uma organização social que os represente dentro e fora do assentamento, relacionando-se com instâncias e órgãos representativos da luta pela reforma agrária no Brasil, o grupo de Éder se encontra em situação interessante, da qual um pequeno grupo não é considerado integrante politicamente legítimo de um grupo maior, no caso o assentamento Pendengo. Questão essa, que o presente trabalho aborda capítulos à frente, quando adentrarmos na descrição analítica das configurações do assentamento Pendengo.

³⁰ Adota-se aqui o conceito de espaço social dado por Fernandes (1996), conforme explicado na Introdução, ou seja: a materialização das relações sociais, formadas pelas interações de todos os integrantes desse espaço, geralmente construídas em um processo de longa duração.

Nesse capítulo, a formação do assentamento Pendengo será inicialmente contextualizada a partir da gênese da luta por terra no estado de São Paulo. Isto é, a partir da luta por terra dos lavradores da fazenda Primavera, ocorrida em outro contexto sócio-histórico. Por meio de relatos dos assentados e da análise de estudos e documentações, relaciono esses dois casos específicos com as mudanças nas formas de ação dos pretendentes à conquista de um lote de terra ao decorrer dos anos no estado de São Paulo.

2.1 Um sementeiro de lutas

Bergamasco e Norder (1999); Fernandes (1996) e Silva (2007) argumentam, dentre outros pesquisadores, que todo o processo de luta pela desapropriação de terras para fins de reforma agrária no estado de São Paulo possui relação com a luta dos lavradores da fazenda Primavera, e como não podia deixar de ser o mesmo ocorre com a luta pela desapropriação da fazenda Pendengo. A luta dos lavradores da fazenda Primavera tomou tamanha proporção que influenciou direta ou indiretamente na inserção de diversos trabalhadores rurais na luta contra a expropriação e exploração que sofriam por parte dos fazendeiros no estado de São Paulo. A experiência dos sujeitos envolvidos nessa luta por terra constrói uma politização regional, inspirando a gestação de diversos movimentos sociais do campo no estado de São Paulo.

Considerada como a primeira luta por terra registrada no estado de São Paulo, (FERNANDES, 1996) a luta da fazenda Primavera foi protagonizada pelos lavradores da fazenda contra o empresário J.J Abadalla, no fim da década de 1970. Sua história começa com a chegada de migrantes nordestinos, mineiros e imigrantes italianos na região de Andradina na década de 1920. Devido a processos de expropriação sofridos em seus locais de origem, estes migrantes fixam-se naquela região, iniciando o trabalho na lavoura e construindo uma vida, na esperança de garantir a posse da terra. Conforme os dados levantados pela Comissão Justiça e Paz da Diocese de Lins, S.P, foi “aos 9 dias de Março de 1926, imigrantes italianos, lavradores, fazem permuta, adquirindo gleba de 200 alqueires de terras, encravadas na fazenda Primavera” (FERNANDES, 1985; p.24).³¹

Localizada entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, no extremo oeste do estado de São Paulo, a fazenda Primavera que possuía cerca de 10 mil hectares de extensão e era rodeada de outras fazendas compunha a área rural da região. Segundo Fernandes (1985), ao consultar as notas de arquivo do Processo da fazenda Primavera pelo INCRA, Joaquim Avelino da Silva obteve o título da terra da fazenda Primavera através de escritura pública no ano de 1928, mantendo-o até 1944, ano em que transfere o título de propriedade à fábrica Japy S/A, que no mesmo ano muda de nome e passa a se chamar Indústrias José João Abdalla S/A. Segundo a autora, essas transferências e aquisições do título de propriedade da fazenda não foram objetos de registro no cartório de registro de imóveis da região e por não possuir nenhum registro essas terras podem ser classificadas como terras públicas e dessa forma, como terras devolutas, tornam-se bens da União.³²

³¹ Dados levantados pela Comissão Justiça e Paz da Diocese de Lins, junto ao 2º Tabelionato. Comarca de Andradina APUD FERNANDES, Maria Ester. *A reforma agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera*. Tese de doutorado ECA/USP, 1995; p.24.

³² “Em suma, as chamadas terras devolutas são pertencentes ao Estado (federal ou estadual) e uma vez discriminadas passam a denominarem-se terras públicas” (MOTTA, 2005; p. 469). Ainda a respeito das terras devolutas: “É importante lembrar que a Lei número 601 de 1850 – Lei de Terras – possibilitava a legitimação das terras ocupadas antes de 1850 e proibia as ocupações de terras devolutas a não ser pela aquisição por compra. Aos possuidores de terras fora dado um prazo para que

São poucas as informações a respeito da fazenda Primavera antes da transferência do título da própria para o empresário Abdalla. Segundo os relatos obtidos por Fernandes (1985), com alguns dos antigos lavradores da fazenda Primavera, a própria não tinha uma administração presente:

Em 1937, quando eu cheguei aqui, de Abdalla não tinha era nada. Aqui tinha um senhor que disse que era dono, mas nem ele vinha aqui. Era alto, chamado coronel Avelino”, “Pra mim, estas terras não tem dono. Eu desconfio que estas terras são do governo. Estas terras aqui apareceu coronel Avelino como dono. Mas acho que nem bem ele não é o dono.” A respeito da referência a Joaquim Avelino da Silva como coronel, outro depoimento nos explica: “Chamava coronel mas não era coronel de exército, não. Era coronel naquele tempo porque comprava anel e ficava com patente de coronel (FERNANDES, 1985; p. 29-30).

Fernandes (1985) demonstra que a fazenda possuía uma grande abundância de madeira, como cedro e peroba, além de uma grande lavoura de arroz que veio a ser substituída pelo cultivo de algodão a partir dos anos 50, já sob a direção de Abdalla. A autora relata que no final da década de 1940 o grileiro J.J Abdalla inicia um processo exploratório e expropriatório dos lavradores que estavam na fazenda, atrasando o pagamento referente à colheita do algodão, com ausência de nota fiscal a esses lavradores e pela utilização de cheques cruzados para 60 ou 90 dias na realização dos pagamentos. Além disso, no momento em que se realizavam os pagamentos eram descontados o veneno, as sementes e as mercadorias compradas no armazém, o que fazia com que sobrasse pouco dinheiro para realizar o pagamento aos lavradores da fazenda, situação assemelhada a dívida de “barracão” das fazendas da primeira metade do século XX, analisada e interpretada por diversos autores.³³

Essas táticas para a realização da expropriação dos lavradores da fazenda Primavera eram atividades comuns em terras devolutas no oeste do estado de São Paulo.³⁴ Conforme Fernandes (1996; p. 89) “O grileiro apresentava-se como dono das terras, dizendo que tinha um documento e cobrava dos posseiros a renda da terra.” Um exemplo mais detalhado desse processo comum no estado de São Paulo desde a década de 1940 é relatado por Monbeig.

Os falsários deram provas de imaginação e habilidades diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amarelaram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam-se à pressa cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportaram-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar um ambiente adequado e simular uma antiga ocupação do solo. Era preciso também presumir-se contra os adversários, por muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Neste caso, era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta (MONBEIG, 1984; apud FERNANDES, 1996; p.103).

Além da lavoura de algodão, havia o cultivo de arroz e milho na fazenda Primavera, assim como a presença de gado para a engorda e corte. À medida que crescia a quantidade de cabeças de gado aumentava-se também a área de pastagem e como as lavouras individuais de cada um dos posseiros da fazenda não possuíam cercas, por ordens de Abdalla, essas passaram a ser destruídas pelo gado, ampliando a pressão para que os lavradores deixassem as terras da fazenda.

registrassem as suas posses, que findara em 1856. Desde esta lei as terras não registradas e legitimadas foram consideradas devolutas, ou seja, por não serem requeridas deveriam ser devolvidas ao Patrimônio Público” (FERNANDES, 1996; p. 105).

³³ A esse respeito ver Cândido (2003).

³⁴ Para uma melhor compreensão das artimanhas realizadas pelos grileiros ver Fernandes (1996).

Esta situação vivida pelos lavradores piora quando a Fazenda Primavera passa a ser administrada pelo filho de Abdalla, Juca, após seu pai ficar doente. A partir dessa transição na administração da fazenda se iniciou de fato a luta desses trabalhadores pelo direito de posse das terras da fazenda. Fernandes (1985) demonstra que Juca inicia um processo intenso de expropriação dos lavradores expandindo as áreas de pastagem, elevando as taxas dos contratos de arrendamento e parceria na área da fazenda e cobrando a renda da terra a ponto de endividar os lavradores, ao mesmo tempo em que realiza acordos verbais com a intenção de comprar as terras de alguns dos lavradores. Além de todas essas ações, Juca passa a soltar o gado da fazenda nas lavouras e contrata jagunços para reprimirem os lavradores que se rebelassem contra o processo de expropriação que estavam sofrendo. Procedimentos que revelam uma forte pressão para a saída dos lavradores, tencionando cada vez mais as relações dentro da fazenda.

Manuel, antigo lavrador da fazenda Primavera, que hoje mora com seu filho Neginho no assentamento Pendengo, disse em entrevista que a insatisfação de quem morava e trabalhava na fazenda era diretamente com Juca. Para ele *Abdalla era um sujeito bom. As coisas começaram piorar quando o seu filho assumiu a fazenda.*

De acordo com Fernandes (1985), uma família em específico assume papel de destaque na ação contra as explorações e pressões que os lavradores estavam sofrendo. A família de Lourenço Queiroz foi a primeira família a se posicionar contra as ações de pressão da diretoria da fazenda Primavera, juntando dinheiro para arrumar um advogado que os defendessem contra as pressões de retirada da terra. Atitude que nunca vingou a seu favor e da qual Lourenço acredita ter ocorrido devido a “compra” dos advogados por parte de Abdalla. Em seu relato: *“Eu já passei aqui 9 advogados que Abdalla comprou tudo. Só não comprou a igreja porque tem estudo e piedade do povo”* (depoimento In FERNANDES, 1985; p.44). Além de procurarem ajuda na justiça e na Igreja Católica, a família Queiroz, divulgando essa interpretação, passa a realizar reuniões com os outros moradores da fazenda Primavera em busca de por fim as tentativas de despejo que estavam sendo realizadas.

O primeiro ato político dessas famílias de lavradores unidas foi decidir não pagar mais a renda da terra, como a fala de um lavrador nos mostra: *“o dia que vocês apresentarem um documento que Abdalla paga imposto, nós vamos pagar renda”* (FERNANDES, 1985; p.44). Essa ação dos lavradores foi reprimida pelos jagunços, que começam a fechar com cadeados as porteiras da fazenda, além de construírem guaritas em cada uma das saídas da fazenda. A autora argumenta que: *“O bloqueio das saídas e o sistema de segurança estabelecido pela administração da fazenda não visavam apenas impedir o escoamento de produção agrícola, mas, também, a controlar a vida de seus moradores”* (FERNANDES, 1985; p. 45). Essa atitude da direção da fazenda Primavera fez com que a luta dos lavradores pela legitimação da posse da terra alcançasse níveis de revolta até então não realizados. As pressões expropriatórias da direção da fazenda, ameaçando os lavradores revoltosos para que se retirassem da mesma e impedindo a livre circulação de todos os moradores, confiscando todos e tudo que entrasse e saísse dos limites da propriedade, resultaram em ações radicais como o caso em que um lavrador impedido de sair da fazenda com seu carregamento de milho recorre a seus companheiros, que sem medo do jagunço que lá estava arrancam uma das guaritas da fazenda (FERNANDES, 1985; p.139).

Outras formas de pressão foram realizadas contra os lavradores da fazenda Primavera. Os jagunços da fazenda começam a cortar as cercas que delimitavam os limites das lavouras, facilitando a sua destruição por parte do gado. Além disso, os moradores passam a sofrer constantes ameaças de morte por parte dos jagunços, que rondavam armados durante

a noite. Nesse clima de extrema violência, os jagunços da fazenda incendiaram a casa de um morador que havia voltado para a fazenda após ter cedido às pressões feitas pela direção, realizando acordo de saída da terra. Ao narrar este caso específico, a autora afirma que este ex-morador reclamou em reunião da FETAESP estar passando fome no município de Monte Castelo e que segundo orientação do presidente da Federação deveria voltar à fazenda Primavera, pois ela seria desapropriada. Ao fazer o que lhe foi orientado, teve sua casa destruída. (FERNANDES, 1985; p. 47).

Cansados de tanta pressão para que fossem retirados da fazenda e queixando-se da falta de apoio tanto do Sindicato Rural de Andradina, como da polícia, que se ausentavam das dificuldades sofridas por esses trabalhadores e até mesmo diziam para que deixassem a fazenda, esses lavradores passam a se mobilizar mais intensamente. Realizam viagens a Brasília e São Paulo chegando a pedir proteção à Secretaria de Segurança Pública contra as violentas repressões que estavam sofrendo. De acordo com Fernandes (1985), essas viagens dos lavradores demonstram a união que os fortaleceu e da qual eles tinham plena consciência de estar adquirindo.

Quando nós fomos por Paulo Yokota, num ônibus com 45 pessoas, Paulo Yokota não enxergou só um, não. Paulo Yokota enxergou 45 pessoas e enxergou 200 famílias que tinham ficado na maior calamidade. Paulo Yokota não desapropriou a Primavera porque ele é bonzinho [...] Nada disso, desapropriou a Primavera por causa da luta e da união. [...] A senhora e esse rapaz sozinho não empurram esta caminhoneta. Mas se juntar nós tudo que está aqui, umas 10 ou 12 pessoas, nós pomos ela lá na estrada (depoimento In FERNANDES, 1985; p. 50).³⁵

A união dos lavradores da fazenda Primavera foi fruto não somente de suas críticas ao processo truculento de expropriação que estavam sofrendo, principalmente depois da fazenda ser assumida pelo filho de Abdalla, mas também foi fruto direto da ação da Igreja Católica, que exerceu papel fundamental na conscientização dos trabalhadores rurais em todo o estado de São Paulo.

Segundo Fernandes (1996) “na região de Andradina, a participação de membros da Igreja Católica na luta pela terra é histórica. Foi nessa região que nasceu a CPT no estado de São Paulo e apoiou efetivamente a luta dos posseiros da Primavera” (FERNANDES, 1996; p.151). Com a CPT foi possível criar um espaço de reflexão a respeito da resistência desses lavradores e assim construir uma socialização política entre esses trabalhadores rurais, que passaram a se reunir à noite para debaterem a respeito da realidade por eles vivida, discutindo formas de como poderiam enfrentar judicialmente o processo que viviam.

São as múltiplas experiências de organização que dão forma social às lutas populares, e nestas são construídas novas práticas. As perspectivas nascem dos desafios e da necessidade de superá-los. Esse processo é desenvolvido no cotidiano dos trabalhadores por meio da participação, da comunicação, da troca de ideias e das experiências, da busca do novo. O novo se explicita pela criação da práxis, da resistência e controle sobre seu próprio espaço. (FERNANDES, 1996; p.103).³⁶

A participação da Igreja Católica, mediada especialmente pela CPT, na luta pela terra no Brasil foi de grande importância. Atuando desde a década de 1950 no campo, a Igreja Católica intensifica sua inserção no meio rural brasileiro com o êxodo rural, atendendo a

³⁵ Segundo Fernandes (1985) Paulo Yokota, era o presidente do INCRA durante o período que a luta pela posse da terra na fazenda Primavera se acirrou.

³⁶ O autor completa essa ideia ao dizer que é na relação de um espaço comunicativo, um espaço interativo e um espaço de luta e resistência que se constrói e consolida um território livre. Como demonstrado na introdução, esses três espaços/tempo diferentes, porém interligados, são responsáveis pela diversidade de relações na socialização política da luta pela terra.

orientação de “agir para transformar a sociedade” (FERNANDES, 1985; p. 126). Tendência essa que ia de encontro com as políticas populistas de presidentes da República, tais como Juscelino Kubitschek e João Goulart, mas que não era praticada por toda a Igreja Católica, havendo uma fração dela que ia contra essa orientação que acatava a tendência política de opção preferencial pelos pobres, o que é comprovado com o apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ao golpe de 31 de Março de 1964. Sendo somente a partir dos anos 1970 que alguns setores da Igreja Católica adotam o posicionamento político de condenar a exploração que o trabalhador rural sofria em relação ao regime capitalista, tido como responsável em acentuar a marginalização dos oprimidos, provindos do crescimento industrial que não gerava melhorias na distribuição de renda. Ao adotar essa política, essa fração da Igreja passa a frisar que a questão agrária nacional está totalmente ligada aos problemas sociais e políticos do país. “Ela [a Igreja Católica] se comprometeu de uma maneira muito intensa com a luta pela terra, com a luta dos trabalhadores, e ela assumiu, ao mesmo tempo, de maneira muito intensa o conflito com o estado” (MARTINS, 1985; p.123).

Dentre essas frações da Igreja, tem-se destaque a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975 a CPT é um órgão da Igreja Católica, voltado para questões fundiárias e para a defesa dos direitos dos camponeses, fortemente influenciada pela Teologia da Libertação, responsável também em ajudar na construção do PT e da CUT no Brasil. Segundo Medeiros (1989), a CPT foi resultado de uma nova concepção de prática eclesial após os encontros de Medellín e Puebla, no início dos anos 70. Desse encontro surgiram órgãos de prática religiosa que se voltavam ao apoio à luta dos trabalhadores visando representá-los na sociedade. Vale dizer, que em conjunto com a CPT, outro órgão da Igreja Católica que atuou na conscientização política dos trabalhadores rurais, cedendo espaço para a construção crítica da realidade e, portanto, responsável pela construção dos movimentos sociais no campo, foram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base no Brasil).³⁷

Essa posição política adotada por parte da Igreja Católica se encontrou na contra mão do posicionamento político do governo nacional, ao longo da década de 1970. O governo militar chegou a nomear as atitudes do episcopado da CNBB de subversivas, visto o seu posicionamento a favor dos pobres, dos oprimidos e dos explorados.³⁸ Atitude adotada não somente em defesa da população rural, mas sim de todos os cidadãos brasileiros, desempenhando, junto com outras instituições, o papel de resistência ao autoritarismo vigente da época. Segundo Medeiros (1989) ao denunciar a violência acometida aos trabalhadores rurais, além de investir na organização entre esses trabalhadores, a CPT assumia o importante papel de colaborar na formação de uma consciência nacional em relação à problemática do campo.

No caso específico da luta dos lavradores da fazenda Primavera, a Igreja Católica foi a primeira instituição que lhes deu atenção. Presente na fazenda desde 1962, realizando assistência religiosa, passa a ter mais destaque no ano seguinte, ao apoiar a passeata dos lavradores ameaçados de expulsão e ao prestar assistência social a esses trabalhadores rurais, principalmente depois do assassinato de um dos lavradores a mando da direção da fazenda em 1974. Fato violento que despertou nos lavradores a necessidade de fortalecer sua organização. A Igreja, realizando o trabalho de conscientização e organização dos trabalhadores da fazenda a respeito do direito à terra, passa a fazer parte desse processo ao fazer visitas individuais às famílias, além de organizarem reuniões com todos os interessados (FERNANDES 1985).

³⁷ Para uma discussão aprofundada a respeito da importância da CPT e das CEBs na luta por terra no Brasil ver Fernandes (1996), Martins (1985), Medeiros (1989) e Neto (2007).

³⁸ Deve-se atentar ao fato de que, para a Igreja Católica, a categoria pobre vai além do sujeito com pouco dinheiro. Por pobre, assim como por oprimido, as orientações pastorais do episcopado nacional entendem se tratar do sujeito afetado pela miséria da fome, pela injustiça, pela violência, pela desigualdade e pela falta de liberdade.

Outra medida tomada pela Pastoral da Terra de Andradina foi entrar em contato com a CPT de Goiânia, sede nacional da CPT, solicitando a indicação de advogados que pudessem lutar juridicamente a favor dos lavradores, sendo atendida por Luiz Eduardo Greenhalgh, que em 1976 entra com uma ação de manutenção de posse e com uma medida cautelar, que foram essenciais para a continuação da luta, pois a vitória jurídica nessas duas ações fez com que a crença política na Igreja crescesse, passando a ter maior adesão de famílias nas reuniões realizadas pela Pastoral.³⁹

A partir do momento que a luta pela terra realizada pelos lavradores na fazenda Primavera passa a ter o apoio de instituições externas, principalmente no campo jurídico, a luta passa a ter uma nova e mais ampla dimensão. Por mais que fosse legitimada a ocupação da terra por quem nela habita e produz, a situação não era, ainda, juridicamente legalizada, como Martins (1984) explica:

A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele, a sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção das necessidades. [...] Mas, para o juiz, os tribunais, a polícia, o governo, a ocupação não é legal, está fora da lei. É nesse confronto que as lutas pela terra ganham a sua dimensão política. É uma luta que só se resolverá com um novo direito que consiga como legal aquilo que agora é apenas legítimo. (MARTINS, 1984; p.95 apud FERNANDES, 1985; p. 43).

Cumprir lembrar que a categoria *posseiro* passa, a partir da década 1950, a ser utilizada em oposição aos grileiros, por lavradores, parceiros ou colonos envolvidos na luta pela terra no Brasil. A luta em torno de direitos da fazenda Primavera passa a ser discursivamente representada como direitos de “grileiros” e “posseiros”.

De fato, impor a percepção de um lavrador como posseiro era parte dos processos de luta pela terra, buscando garantir a sua permanência quer, a princípio, pelo instituto do usucapião, quer posteriormente, por ações desapropriatórias com fins de reforma agrária (GRYNSZPAN In MOTTA, 2005; p.373).

No caso da Fazenda Primavera, essa questão a respeito da nomenclatura utilizada para definir os atores envolvidos na luta pela terra não deixou de ser assunto de debate. Em ofício encaminhado em Novembro de 1979, tentando esclarecer os fatos ocorridos, J.J Abdalla escreve ao presidente do INCRA, Dr. Paulo Yokota, tentando deslegitimar a luta desses lavradores:

[...] a expressão correta para denominar os lavradores da Primavera é a de arrendatários e jamais posseiros. [...] insuflados por terceiros, de má fé, vem aqueles arrendatários se recusando a cumprir o contrato de arrendamento, intitulando-se agora de posseiros. [...] Para tanto, vem a fazenda Primavera efetuando acordos com os antigos arrendatários, sem lhes causar prejuízo (INCRA, 1972 apud FERNANDES, 1985; p.51).⁴⁰

Essa carta de J.J Abdalla é um exemplo da sua tentativa de “colocar panos quentes” na situação em que se encontrava, visto que ao classificar os lavradores da fazenda como arrendatários e não posseiros, passa a se assumir como proprietário legítimo da fazenda e não

³⁹ Os lavradores da fazenda pagavam uma taxa mensal de Cr\$ 5,00, cada um, à Pastoral de Andradina referente aos serviços prestados pelo advogado Luiz Carlos Greenhalgh. (FERNANDES, 1985; p.138).

⁴⁰ Processo número 1709/72 - INCRA. Coordenadoria Regional de São Paulo, p. 305 APUD FERNANDES, Maria Ester. A reforma agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera. Tese de doutorado ECA/USP, 1985. P. 51.

como grileiro.⁴¹ Vale dizer que utilizo a categoria lavrador(es), tanto por ser a forma utilizada na obra de Fernandes (1985), da qual recolhi a maior parte das informações sobre a luta da fazenda Primavera, como pelo motivo de ser, de acordo com Leonardo dos Santos em seu verbete “lavrador” em Motta (2005; p.278) “uma noção maleável à historicidade”, portanto adequado a análise aqui pretendida.

Porém, cabe aqui questionar até que ponto esses lavradores que pagavam a renda da terra à Abdalla, passam a se identificar como posseiros na luta política. A interpretação dessa transição de arrendatário - aquele que paga a renda da terra -, para posseiro - aquele que utiliza a terra pelo usucapião e que realiza ações de oposição aos grileiros e a favor da reforma agrária -, associa-se a uma estratégia sócio-política de luta (GRYNSZPAN in MOTTA, 2005) e ao papel organizacional desenvolvido pela Igreja Católica (FERNANDES, 1996; MEDEIROS, 1989). Em que a partir das reuniões organizadas pela CPT, os trabalhadores rurais passam a ter maior contato com seus direitos trabalhistas e com as possíveis táticas/estratégias de luta pela terra.⁴²

Conforme Fernandes (1985), no final do ano de 1978 mais um advogado é contratado, Dr. José Dib Assad, que passa a somar no auxílio jurídico aos lavradores da fazenda Primavera. Mas, as vitórias conquistadas pelos lavradores, em nível jurídico, levaram a uma maior repressão da direção da fazenda Primavera, que insiste na derrubada das cercas dos lotes e aumenta a vigilância nas guaritas. Como “ação gera reação”, a CPT ao saber dessas repressões passa a divulgar, através da imprensa, todas essas atitudes da direção da fazenda, visando alcançar apoio contra o sistema agrário nacional vigente, que contribuía com a exploração dos oprimidos. Ao obter relativo sucesso com essa divulgação, o conflito entre os lavradores e a direção da fazenda Primavera passa a ter uma composição mais complexa. De um lado estavam os lavradores e a CPT local, que passaram a contar com a ajuda de um vereador de Andradina, do *O jornal da região* e do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais, que só veio a apoiar essa luta no ano de 1979, após pressão da Federação (FERNANDES, 1985; p. 141). Do outro lado, estavam as emissoras de rádio e todos os fazendeiros da região, além da grande maioria dos vereadores e o prefeito da cidade de Andradina, apoiando a direção da fazenda Primavera e criticando o caráter tido como subversivo da Pastoral de Andradina. Posicionamento esse, que também foi defendido pelo INCRA, como é perceptível nesse trecho retirado de um de seus relatórios a respeito da fazenda Primavera:

É bem verdade, contudo, que os métodos usados pela ‘Comissão Justiça e Paz’, despertam justas suspeitas e desconfianças em Andradina [...] Algumas reuniões promovidas por esse grupo, na própria Igreja, pelo que se tem notícia, mais parecem comícios com discursos inflamados [...] nessas reuniões distribuem-se folhetins contendo apelos preconceituosos contra latifundiários, ao nosso ver, provocativos e inspiradores de luta de classes. (INCRA, 1972, apud FERNANDES, 1985; p.150).⁴³

Com essa dicotomia política formada, deu-se continuidade na luta pela conquista da terra na fazenda Primavera, ainda ocorrendo expulsões e vendas dos lotes devido a pressão realizada pela direção da fazenda, como também a realização de atos por parte dos lavradores, tais como a reunião realizada pela FETAESP em Dezembro de 1979, contendo 1500 trabalhadores de 47 sindicatos rurais em Andradina, com o intuito de demonstrar

⁴¹ Segundo o art. 94 do Estatuto da Terra (Lei número 4.504, de 30 de Novembro de 1964), “fica estabelecido a veda de arrendar terras públicas, salvo excepcionalmente”. (SECRETO, Verônica. *Arrendamento* In MOTTA, 2005; p.42).

⁴² Para uma melhor compreensão dos significados de arrendatários, posseiros e lavradores ver Motta(2005).

⁴³ Essa informação consta no Processo nº 1709/72, do INCRA; p.205 apud FERNANDES, Maria Esther. *Reforma Agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera*. Tese de doutorado ECA/USP, 1985. p. 150.

solidariedade as famílias da fazenda Primavera. Houve também, a viagem de um grupo de lavradores da fazenda Primavera a Brasília, realizando uma audiência com o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, além de levarem suas queixas diretamente ao presidente do INCRA (FERNANDES, 1985; p. 55-6).

As pressões desses lavradores, em níveis jurídicos, políticos e sociais, realizando diversas marchas, encontros e missas em Andradina e região, resultaram finalmente na assinatura do Presidente da República, João Batista Figueiredo, decretando a desapropriação da fazenda Primavera para fins de reforma agrária, no dia 8 de Julho de 1980 (FERNANDES, 1985; BERGAMASCO e NORDER, 1999; FERNANDES, 1996). Dessa forma, os lavradores conquistam cerca de 10 mil ha⁴⁴, para as famílias que lá estavam, tendo o projeto de assentamento aprovado para o ano seguinte, realizando a medição e a demarcação topográfica da área e assentando 264 famílias (FERNANDES, 1996; p. 94), além da construção de estradas e a implantação de serviços de assistência social, integrando esses lavradores-assentados à sociedade (FERNANDES, 1985; p. 68).

A luta da fazenda Primavera é de um marco de grande importância para se compreender a luta por terra no estado de São Paulo, pois da conquista desses lavradores inicia-se uma dinâmica de luta pela terra no estado, servindo se não diretamente como exemplo a ser seguido, - visto a mudança na forma de luta por terra com o surgimento dos movimentos sociais - com certeza como ponto de partida para que os trabalhadores rurais passassem a lutar pela conquista da terra, fazendo dessa luta específica o que Neguinho, assentado da Pendengo, disse em entrevista: *A Primavera é um sementeiro de luta*. Afirmação que se comprova com a criação de movimentos sociais de trabalhadores rurais no estado de São Paulo devido influências por parte de partidos políticos, sindicatos trabalhistas e da Igreja Católica, principalmente da CPT, organizando reuniões com os trabalhadores rurais interessados em conquistar seu lote de terra e acabar com a exploração que sofriam por parte dos fazendeiros.

Como veremos ao decorrer do trabalho, a luta da Primavera teve influência direta na luta da fazenda Pendengo. Parte dos hoje assentados eram/são familiares ou possuem outros vínculos estreitos com os agricultores que participaram da luta da fazenda Primavera, mesmo reconhecendo que estabelecem diferentes estratégias e distintas ações políticas. Contudo, apesar da diferença existente na forma de luta por terra realizada pela categoria “posseiro”, onde a ocupação da terra é mais diluída no tempo e no espaço pretendido, havendo a dispersão em lotes individuais na área ocupada, para a forma de luta realizada pelos movimentos sociais, composta pela ocupação da terra visando a implantação do acampamento e depois um assentamento sob uma bandeira, a forma de luta dos “posseiros” deve ser vista como influência primária na luta pela terra hoje desenvolvida. Na contemporaneidade assume-se a “forma acampamento”, como maneira adequada e eficaz de se demandar terra, na qual o acampado é o pretendente a terra e os movimentos sociais seus representantes legítimos (SIGAUD, 2000; 2009), ambos reconhecidos por parte do Estado.⁴⁵

Dentre as diferenças entre as formas de demandar terra, cumpre destacar com Tilly (1999) que os movimentos sociais possuem um “repertório de ações coletivas”, isto é, um conjunto de formas organizacionais e de táticas de protesto disponíveis em um tempo e um

⁴⁴ As bibliografias consultadas para a pesquisa trazem diferentes informações a respeito da área da fazenda Primavera desapropriada para a reforma agrária. Fernandes (1985) informa ora um total de 9.385 ha, ora o de 9.595 ha. Já Fernandes (1996) informa que foram 9.385 ha, utilizando Fernandes (1985) e Contag (1988) como fonte. Por fim, Bergamasco e Norder (1999) citam 9.845 ha.

⁴⁵ A ideia de “forma acampamento” de Sigaud (2000), será melhor apresentada mais a frente.

espaço definido, que envolveriam uma forma organizacional de ocupação em área específica, passando por negociações e diálogos estabelecidos com as autoridades estatais. Formas essas, voltadas à legitimação das conquistas sociais e que alcançam grande relevância em nível nacional, com a formação e atuação do MST, por exemplo. Por outro lado, o repertório de luta desenvolvido pelos posseiros, considerado como “tradicional”, não pode ser pensado como ações coletivas de baixo nível organizacional.⁴⁶

Segundo Rosa, a diferença existente entre as formas de luta por terra no passado - tal como as Ligas Camponesas e as lutas de posseiros - e as formas mais atuais - realizadas pelos movimentos sociais -, “[...] está no fato de que, hoje, as ocupações capturam para si um conjunto inédito de símbolos e procedimentos, além de mudanças na forma de reivindicação” (ROSA, 2004, p. 74).

2.2 Mudanças de ares

Essas mudanças na forma de ação e nas táticas dos trabalhadores rurais em luta pela conquista da terra, montando primeiramente o acampamento e depois o assentamento, são frutos da conjuntura da década de 1980 e do reconhecimento jurídico, político e social dessa luta específica. Foco deste segmento do trabalho.⁴⁷

A conjuntura brasileira dos anos 1980 é composta pelo surgimento de diversas lutas sociais e disputas fundiárias que resultaram na criação de assentamentos rurais e na formação e expansão dos movimentos sociais no campo. Com as lutas por direitos sociais e trabalhistas encabeçados por sindicatos, partidos e grupos políticos, os trabalhadores passaram a serem vistos como sujeitos ativos na cena política nacional. Greves em fábricas e agitações no campo contribuíram para a construção do contexto histórico de democratização no país nesta década, possibilitando a legalização de partidos comunistas, o surgimento de movimentos sociais e a formulação da Constituição de 1988, como exemplos desse período (FERNANDES, 1996; GOMES, 1988; MEDEIROS, 1989). Contudo, vale lembrar que esse período de reivindicações por parte dos trabalhadores brasileiros deve ser visto como processo histórico, formado por atores sociais ao decorrer do tempo, tendo peso considerável as mobilizações realizadas em décadas anteriores.

As mobilizações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 ajudaram a construir as reivindicações trabalhistas mais recentes. No caso que nos interessa para o desenvolvimento desse trabalho, o das mobilizações rurais, um exemplo ilustrativo são as ocupações de terra ocorridas em 1962 em Capão da Cascavel, no Rio Grande do Sul e em 1963 em Campos, estado do Rio de Janeiro (SIGAUD, 2008). Ocupações essas que apesar de possuírem diferenças pontuais a respeito de sua estruturação, como o fato de que no caso do Rio Grande do Sul os implicados eram pequenos agricultores sem-terra, descendentes de famílias de pequenos agricultores, para os quais a agricultura era um meio de vida de três gerações e que esses pequenos agricultores viviam em um mundo de parentes, vizinhos e conhecidos bem restrito, enquanto no caso fluminense o núcleo inicial de pessoas que ocuparam a terra era constituído de famílias de desempregados das usinas que não tinham a tradição familiar de produzir por conta própria, porém foram incentivadas pelo PCB, através de informações

⁴⁶ Com a leitura de Ondetti; Wanberg; Afonso (2010) é possível perceber um pouco mais a respeito da diferença na forma de organização e de luta pela terra entre posseiros e movimentos sociais no Brasil.

⁴⁷ Não faz parte da proposta desse item do trabalho traçar um esboço da questão agrária brasileira de forma minuciosa, nem mesmo fazer referências aprofundadas das bases sociais que sustentavam a conjuntura da época, devido a falta de tempo e de capacidade para tanto.

obtidas pelo seu jornal - *Terra Livre* -; pelos incitamentos das Ligas Camponesas⁴⁸; e pela forte presença de associações de lavradores implantadas no estado do Rio de Janeiro (SIGAUD, 2008). Ambas deram início a uma forma de ação específica ao se demandar a distribuição de terras e que só não tiveram continuidade devido o golpe militar de 1964.

O próprio “significado” de assentamento rural passou por diversas modificações estruturais ao decorrer dos anos. Surgido nos anos de 1960 os assentamentos rurais foram resultado de ações governamentais, em que no contexto do golpe militar de 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra, voltado para o processo de colonização das regiões Norte e Centro-Oeste e de implantação de assentamentos de colonos no Sudeste e no Sul do Brasil. No final dos anos 70 e início dos 80 surgem outros projetos de assentamentos com os objetivos de resolver questões ligadas a pobreza e exclusão social em regiões específicas do país, originadas a partir da modernização na agricultura (BERGAMASCO, 1997).

Essa forma de ação específica de se demandar a distribuição de terra a que me refiro e que teve início com as ações citadas acima, junto com outros acontecimentos de luta pela terra no território nacional, foi percebida e estudada por Lygia Sigaud ao desenvolver a noção “forma acampamento”, apresentando diferenças entre as formas de ocupação de terra (SIGAUD, 2000). Ocupações diluídas no tempo e realizadas por interessados em formar lavouras e ocupações realizadas de uma vez só e que resultam em acampamentos reivindicando a redistribuição da terra ocupada.

Se antes as ocupações não necessariamente vinham acompanhadas de reivindicações ao Estado, atualmente se apresentam como demandas de reforma agrária e são assim interpretadas pelas autoridades da República que as têm acolhido e redistribuído as terras entre os acampados. (SIGAUD, ROSA, MACEDO, 2008).

Com essa mudança na forma de reivindicação da luta pela terra, mudam também os sujeitos sócio-históricos responsáveis por seu desenvolvimento. São os *sem terra*, os responsáveis em realizar as ocupações e os acampamentos de reforma agrária nesta nova conjuntura. Constituindo e constituídos pelos espaços sociais que criam, os *sem-terra* passam a ser os atuais atores do cenário sócio-político da luta por terra no Brasil, mudando a forma de luta pela habitação e pelo direito de cultivar a terra pretendida, ou seja, a forma de reivindicação. Contudo essa mudança sofre uma desarticulação a partir da repressão do governo militar implantado à força em 1964. Até o golpe de 31 de Março, estava em esboço no Brasil a formação de interesses e de algumas estratégias em comum na luta pela conquista da terra, como os casos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro estudados por Macedo (2003) e Sigaud et al (2008) nos permitem pensar.

Após a Constituição de 1988, a legitimação estatal é fundamental para compreender a modificação dos sujeitos sócio-históricos que reivindicam terra e reforma agrária, pois a norma legal tem peso considerável na percepção e na identificação de determinado grupo social. Para Sigaud (2008), na atualidade o Estado acolhe a ocupação como um pedido de redistribuição de terras e reconhece no *movimento* que a realiza um representante legítimo, assim como no acampado reconhece um pretendente à terra. O reconhecimento estatal da “forma acampamento” e da ação dos *movimentos*, leva também os proprietários - legítimos ou

⁴⁸ As Ligas Camponesas tem grande importância na luta por terra, pois compõe, junto com outros exemplos - tais como as lutas de posseiros -, o quadro das primeiras manifestações de camponeses contra fazendeiros no Brasil, reivindicando o direito de morar e trabalhar na terra. Segundo Medeiros (1989), o período de lutas por terra que antecede a ditadura militar e que pode ser elencado a partir do ano de 1945, já demonstrava a grande diversidade de trabalhadores que se mobilizavam na luta contra o latifúndio e toda a sua forma de poder, visando modificar a estrutura agrária vigente através do direito de livre organização e da legislação trabalhista, contribuindo assim com a formação dos trabalhadores rurais em atores políticos capazes de repaginar a realidade social do campo.

não - das fazendas a entender que o acampamento é uma ameaça a seu direito de propriedade. Os acampamentos servem como sinalização de que aquela propriedade está sendo pleiteada.

Foi na década de 1990 que Lygia Sigaud fez uma apresentação das ações coletivas realizadas pelos canavieiros da zona da mata de Pernambuco, mostrando que para obter a desapropriação dos engenhos de cana de açúcar, era preciso proceder de modo adequado, composto pela realização de uma ocupação, montando um acampamento com barracas cobertas de lona preta e com a bandeira do *movimento* a que fazem parte, constituindo assim um desempenho específico de revolta, diferente das formas de motins realizadas por esses mesmos sindicalistas, décadas antes.⁴⁹ A autora elucida estas ações e estratégias como sendo a “forma acampamento”, que pode ser resumida como a associação de performances e linguagens específicas que permitem uma comunicação fluida entre sindicalistas, trabalhadores rurais e o Estado, devido à chegada da forma de organização social específica do MST à Zona da Mata de Pernambuco (SIGAUD, 2000).

Ao realizar uma ocupação de terra e montar um acampamento, os *movimentos* estão se relacionando diretamente com a política local e com os órgãos governamentais responsáveis por dialogar a respeito dos conflitos no campo. Segundo Loera (2009), a legitimação estatal dos acampamentos confirma a cooperação entre os movimentos sociais e o Estado, fazendo com que as reivindicações dos *movimentos* não signifiquem “dar as costas” para o Estado, visto os *recursos* que pode vir a receber desse, auxiliando na luta pela terra.⁵⁰

De acordo com autores como Bergamasco e Norder (1999); Fernandes (1996); Lerrer (2008) e Medeiros (1989), a linguagem e a forma de organização social dos movimentos sociais é ao mesmo tempo produto e agente produtor da conjuntura dos anos 1980. Esse período serviu de espaço para as ações coletivas de sujeitos histórico-sociais específicos, em conjunto com algumas instituições de fomento às suas lutas. No entanto, foi no plano local, na disputa de áreas específicas no meio rural, que os conflitos agrários surgiram e se articularam politicamente em nível nacional, fazendo com que as configurações sócio-políticas da luta pela terra no Brasil mudassem ao decorrer dos anos. O período da ditadura militar, responsável por toda repressão política conhecida, é um exemplo dessas mudanças, pois ao conter as diversas manifestações políticas de trabalhadores urbanos e rurais em âmbito nacional, o governo militar age como freio às ocupações de terra que estavam ocorrendo, e que vieram a ressurgir no cenário político e social somente na década de 1980, a partir da re-criação das ações coletivas através dos movimentos sociais.

Medeiros (1989) ao relatar a história dos movimentos sociais no campo, elenca três momentos como cruciais para a compreensão da dinâmica da luta por terra realizada no Brasil e que desencadeia no processo de formação dos movimentos sociais. No primeiro momento - 1945 a 1964, marcado por um intenso processo de industrialização no país, a agricultura sofre o julgamento de atrasada e incapaz de acompanhar as necessidades que o crescimento industrial colocava. Nesse cenário, os trabalhadores rurais passam a buscar reconhecimento político através da reforma agrária e direitos trabalhistas como bandeira nacional comum e possuem nos sindicatos dos trabalhadores rurais e nas associações civis, as primeiras formas

⁴⁹ Durante as décadas de 1970 e 1980, Sigaud acompanhou e analisou as greves dos trabalhadores rurais sindicalizados da Zona da Mata de Pernambuco, demonstrando a sua inserção nas leis do sistema judiciário, assim como a compreensão das condições para serem escutados como cidadãos brasileiros. Com o passar dos anos, os interesses, assim como as formas de ação desses mesmos sindicalistas sofreram modificações, visto a realização de ocupações e a montagem de acampamentos nos engenhos de cana de açúcar a partir da década de 1990 (SIGAUD, 2000).

⁵⁰ Segundo Loera (2009), *recursos* é um termo utilizado pelos movimentos sociais para se referir tanto a circulação de recursos materiais para os acampamentos e assentamento, como recursos sociais, que são formados através da circulação de pessoas nos acampamentos e assentamentos, proporcionando a expansão de relações nas dinâmicas das ocupações de terra.

de luta por direitos e pelo acesso a terra, em nível organizacional. O PCB também teve grande destaque em organizar e representar os trabalhadores rurais, contra as expropriações e explorações que sofriam.⁵¹ Com a criação da ULTAB e a realização da II Conferência Nacional dos Lavradores em 1954, a dimensão política da luta por direitos trabalhistas, por terra e por reforma agrária, se expande para o nível nacional, aumentando a quantidade de conflitos agrários no país.

A partir dos anos 1960, as lutas sociais no campo se intensificam. Os conflitos entre trabalhadores e fazendeiros passam a ser marcados pelas ocupações de terras de forma ruidosa. Segundo Medeiros (1989), com as ocupações e formações de acampamentos, os trabalhadores rurais passam a demandar terras ainda não cultivadas, pressionando diretamente o Estado a tomar uma posição referente ao descaso com a realidade do meio rural, iniciando a implementação de projetos de assentamentos rurais. Porém, essas ações coletivas foram freadas com a implementação do governo militar, em 1964, iniciando um período de retrocesso das lutas sociais no campo e nas cidades.⁵²

A partir da década 1970 a repressão política começa a demonstrar sinais de esgotamento com o surgimento de uma onda de oposição ao governo militar, ajudando a reestruturar o papel das classes populares no cenário político. Inicia assim, o que Medeiros (1989), Bergamasco e Norder (1999), entre outros autores, consideram ser o segundo momento crucial da luta por terra no Brasil. Com a retomada da Contag em 1968, ocorrem dois Congressos Nacionais dos Trabalhadores Rurais, em 1973 e 1979, de grande importância para impulsionar novamente a luta camponesa para a agenda política. Nessa conjuntura, a movimentação de luta dos camponeses, passa a contar não somente com a atuação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas, mas também com a intensificação de lutas de lavradores para se manterem trabalhando na terra, contando com o apoio de setores da Igreja Católica em suas reivindicações.⁵³

Segundo Medeiros (1989), no fim dos anos 1970 e início dos 1980 inicia o terceiro e até então último momento da luta por terra. A abertura para com o diálogo com a democracia evidencia a crise no regime militar, proporcionando o aparecimento de novos atores e o reaparecimento de outros na cena política nacional. Os trabalhadores rurais intensificam suas lutas, realizando greves de grande impacto e repercussão nacional, tal como as greves dos

⁵¹ Com a intenção de fazer base de apoio no meio rural para seu projeto político de transformação social, o PCB contribuiu de forma intensa na primeira etapa da luta por terra e reforma agrária do Brasil. Segundo Medeiros (1989), é a partir da inserção do PCB no meio rural que a palavra *camponês* passa a ser considerada no país como categoria política específica. A partir da leitura pecebista, o Brasil estaria marcado por traços feudais, expressos pelos latifúndios impedindo a contribuição dos camponeses para com o mercado interno. Além disso, o partido considerava o camponês como “massa explorada do campo” e o latifundiário como explorador que devia ser extinto enquanto classe social, para que então encaminhasse o desenvolvimento capitalista através de uma revolução democrática-burguesa aos moldes europeu. Para detalhes de práticas, programas e políticas do PCB ver Medeiros (1989).

⁵² Segundo Medeiros (1989), durante o período da ditadura militar, os sindicatos concentram suas forças em defender os direitos conquistados antes do golpe militar, tais como demandar salários atrasados, demandar a desapropriação nos termos do Estatuto da Terra e encaminhar ações judiciais contra fazendeiros. Ato que demonstram a permanência das demandas dos trabalhadores rurais, mesmo com a debilidade de organização que sofriam. Os sindicatos e as federações, tal como a Contag, assumem como forma de ação recorrer à justiça, objetivando a ampla divulgação e aplicação dos direitos atribuídos aos trabalhadores rurais. Vale dizer, que apesar da forte repressão, o período da ditadura militar não excluiu a reforma agrária de sua agenda política. Elaborou novos planos de reforma agrária e colonização tendo como diretriz a modernização da estrutura agrária, o aumento da produtividade agrícola e da criação de uma classe média rural. O governo militar também apresenta o Estatuto da Terra e cria o IBRA e o INDA, como políticas voltadas para o meio rural nacional, o que Martins (1984) chama de “militarização da questão agrária.” Para uma compreensão aprofundada das atitudes políticas realizadas durante o governo militar, pelos diversos sujeitos sociais desse período, ver Bergamasco (1992; 1999), Martins (1984) e Medeiros (1989; 1999).

⁵³ Para a compreensão do surgimento e da relevância do papel desenvolvido na luta pela terra, por parte dos sindicatos e da Contag, ver Medeiros (1989) e Favareto (2006).

canavieiros da Zona da mata de Pernambuco e de Guaíba em São Paulo; reivindicações através do bloqueio de estradas, como o caso dos pequenos produtores do Paraná contra os interesses da agroindústria e da política agrícola nacional; além de diversas ocupações em terras griladas ou da união.⁵⁴

Nesse terceiro momento da luta por terra no Brasil, deve-se dar destaque para o encontro do novo sindicalismo nas cidades com as organizações de trabalhadores rurais que geraram a CUT e a CGT, além dos diversos movimentos sociais estaduais e nacionais que passam a ter um maior espaço de ação a partir do processo de democratização nacional com a formação da Nova República em 1985 e da Constituição de 1988.⁵⁵

Conforme a história mostra, as situações de conflito social no campo não estão restritas a década de 80, porém segundo Bergamasco e Norder (1999) foi a partir desta década que se difundiu a noção de que qualquer atitude estatal a respeito da estrutura fundiária ocorreria somente à reboque das pressões realizadas pelos movimentos sociais. Para os autores, as transformações nos sistemas produtivos e nas tradicionais relações de trabalho ocorridas dentro das propriedades fundiárias, são fundamentais para se compreender a formação e difusão dos movimentos sociais no estado de São Paulo. Defendem que devido à decadência do cultivo do café, seguido de sua substituição pela pecuária extensiva e semi-extensiva, surgiram questionamentos a respeito da distribuição fundiária, visto o reordenamento da estrutura demográfica e ocupacional do meio rural, causando diversos conflitos sociais no campo paulista (BERGAMASCO; NORDER, 1999; p. 74).

A pluralidade dessas lutas sociais ocorridas no campo paulista e que originaram na formação dos assentamentos rurais, estão inseridas na mesma divisão de periodizações realizadas em nível nacional, conforme visto acima. No primeiro momento - 1945 a 1964 - ocorrem as lutas de posseiros, arrendatários e sitiantes que disputavam áreas que já eram por eles ocupadas. Depois, até o fim da década de 1970 e início de 1980, essas lutas sociais são organizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, visando acabar com a exclusão econômica e social a que os trabalhadores rurais se encontravam. E a terceira e última forma de luta social, seria a feita pelos trabalhadores *sem-terra* que a partir da década de 1980 encontram nos movimentos sociais uma forma de acesso à terra (BERGAMASCO; NORDER, 1999).

No caso das atitudes tomadas pelo governo do estado de São Paulo a respeito dos conflitos sociais que ocorriam no campo, Bergamasco e Norder (1999) defendem que essas atitudes se concentravam na formação de assentamentos rurais, visando amenizar as dinâmicas de ocupação de terra e os conflitos fundiários. Iniciadas na década de 60, mais especificamente como fruto da Revisão Agrária de 31 de Dezembro de 1960,⁵⁶ que tinha a meta de assentar de 500 a 1000 famílias anualmente, as políticas estaduais resultaram apenas em dois projetos pilotos: um em Campinas e outro em Marília, ambos no interior do estado. Atitude política que continua após o período governamental regido pela ditadura militar. “Apenas três projetos, dois no município de Araras e um no de Casa Branca, totalizando 44 famílias, podem ser creditados a um planejamento agrário do governo estadual” (BERGAMASCO; NORDER, 1999; p.80).

⁵⁴ Para maiores informações a respeito dessas mobilizações, ver Medeiros (1989).

⁵⁵ A CUT e a CGT surgiram após a realização da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrida no ano de 1981. Essas instituições foram as primeiras corporificações das diferentes correntes de pensamento dentro do sindicalismo, emergidas no momento em que se encontrava em pauta a discussão do papel desenvolvido pelos sindicatos nas lutas sociais de defesa do trabalhador.

⁵⁶ A Revisão Agrária é fruto da Lei 59.994, de 31 de Dezembro de 1960.

Por outro lado, cabe lembrar que os projetos de reforma agrária implementados pelo governo Federal no estado de São Paulo, na segunda metade da década de 1980, totalizaram-se em 23 ações, assentando 2823 famílias (BERGAMASCO; NORDER, 1999; p. 88). Entre esses processos, consta o assentamento da fazenda Primavera, relatado no item anterior.

As primeiras conquistas por meio de mobilizações e ocupações dos trabalhadores rurais no estado de São Paulo desdobraram-se em novas mobilizações de luta por terras. Nesse processo se conformaram e/ou consolidaram-se organizações e movimentos sociais como o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré que passaram a se envolver em níveis nacionais na luta pela terra, participando de encontros com outros movimentos sociais de trabalhadores rurais, resultando na formação do MST, em Cascavel, no Paraná em 1984 (FERNANDES, 1996).⁵⁷

Ao abordar a formação dos movimentos sociais no campo, no estado de São Paulo, Fernandes (1996) ressalta a importância diferenciada de instituições em cada caso. Na dinâmica entre movimentos sociais e instituições destaca fatores objetivos e subjetivos de condições econômicas, políticas e sociais, bem como aqueles associados à vontade e à cultura, alertando que é:

[...] na elaboração dos determinantes ou fatores objetivos e subjetivos nos espaços de socialização política, que os sujeitos constroem o processo de formação da organização social, que se efetiva no dimensionamento do espaço construído/conquistado. Esse processo conta com a participação diferenciada de uma ou mais instituições (Igreja, sindicato, partido, etc). Analisando essa diferenciação é que compreendemos as diversas experiências vividas pelos trabalhadores em luta (FERNANDES, 1996; p.110).

Entre as mobilizações ocorridas no estado de São Paulo das quais merece destaque devido à influência gerada na luta por terra do estado, está o caso da ocupação da fazenda Pirituba, localizada entre as cidades de Itapeva e Itaberá. Considerada como a primeira ocupação de terra no estado de São Paulo (Fernandes, 1996), a ocupação ocorreu em Maio de 1981 e foi realizada por 40 famílias de pequenos arrendatários da região sudoeste do estado, que se dedicavam a lavoura de feijão e que tinham conhecimento da disputa da área de 17.500 hectares entre o governo do estado e fazendeiros da região. Após 4 meses de ocupação, com um acampamento já montado, essas 40 famílias foram despejadas por ordem do então governador do estado, Paulo Maluf. No governo de Montoro, pelo PMBD, ocorre mais uma ocupação na fazenda, onde novamente as famílias são despejadas. Diante do impasse criado entre o governo do estado e os trabalhadores interessados em ocupar a fazenda Pirituba, cria-se uma comissão intermunicipal de regularização via IAF (Instituto de Assuntos Fundiários), visando arrecadar 4000 hectares para assentar os trabalhadores sem-terra. Mas devido a defesa de alguns grileiros, por parte de vereadores que faziam parte da comissão, a própria é extinta no mesmo ano, ocorrendo uma nova ocupação na área da fazenda no ano de 1984. De acordo com Fernandes (1996), essa ocupação teve a participação de 300 famílias que conquistaram 3851 hectares no ano seguinte, devido o pedido de medida cautelar por parte do estado de São Paulo.

A respeito dessa ocupação, vale lembrar que, assim como outros acontecimentos por parte dos lavradores, sejam eles na categoria de posseiros, arrendatários, ou trabalhadores *sem-terra* do estado de São Paulo,⁵⁸ a questão de grande importância é o fato desses

⁵⁷ Para a compreensão da história e assim da importância do MST na luta pela terra no Brasil, de forma aprofundada, indico a leitura de Carter (2005) e Fernandes (1996).

⁵⁸ Fernandes (1996) nos ajuda a pensar a respeito dos atores-chave das ocupações de terra, mobilizações e conflitos fundiários ocorridos no estado de São Paulo. Para ele são “os trabalhadores expropriados e marginalizados que fazem parte da reserva de mão-de-obra, à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem-

acontecimentos, proporcionarem a outros sujeitos a possibilidade de lutar pelo direito de posse da terra e por cidadania, devido não somente a experiência passada, mas também ao momento de vivência de cada um desses sujeitos. No caso da ocupação da fazenda Pirituba, Fernandes diz que:

Além da experiência da participação na comissão, os trabalhadores também tinham o apoio da CPT e de outros trabalhadores sem-terra que articulavam a luta pela terra no estado. Nas reuniões, eles relatavam e discutiam as várias experiências de ocupações de outros movimentos de trabalhadores sem-terra, que aconteciam em São Paulo e também em outros estados (FERNANDES, 1996; p.116).

Outros exemplos que podemos dar e que estão diretamente ligados à luta travada na fazenda Primavera são: em primeiro, a influência que essa luta específica gerou em um grupo de famílias que já possuía certa experiência em ocupações urbanas, conhecido como “grupo de Campinas”, que em conjunto com outros “grupos” ajudaram na formação do MST no estado de São Paulo e assim na territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 1996).⁵⁹ De acordo com Bergamasco e Norder (1999) esse “grupo de Campinas”, que havia montado acampamento no Trevo da Bosch – trevo localizado na Rodovia Anhanguera e que possibilita acesso a cidade de Campinas -, convidaram alguns coordenadores do assentamento Primavera para conversarem a respeito de suas experiências e vivências na luta por terra, visando incentivar os acampados do “grupo de Campinas” a continuarem na luta pela terra (BERGAMASCO; NORDER, 1999; p. 75).

O segundo exemplo é o surgimento do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo. Segundo Fernandes (1996), logo após a desapropriação da fazenda Primavera para fins de reforma agrária, 13 famílias de boias-frias, que passaram a se denominar de trabalhadores sem-terra e que contavam com o apoio da CPT, reivindicaram ao INCRA uma área de 1.200 hectares que havia “sobrado” durante a elaboração do projeto de assentamento. Em 1982 essas famílias foram incluídas no assentamento Primavera, “acumulando” experiências de luta pela terra na região de Andradina e dando início a formação do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo, que mandava seus representantes às reuniões promovidas pela CPT, passando a se articular com os Movimentos dos Sem-Terra dos estados sulinos na intenção de criar o Movimento dos Sem-Terra em São Paulo.

Conforme Fernandes (1996), o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo ocupou, em 1984, uma área de 370 hectares da fazenda Primavera que havia sido destinada à Associação de Moradores da fazenda, na época da elaboração do projeto de assentamento, mas que estava completamente abandonada. Após o despejo, o INCRA assentou 37 famílias do movimento nessa mesma área (FERNANDES, 1996; p. 94).

terra” (FERNANDES, 1996; p. 109). Vale dizer que hoje em dia, é possível perceber a presença de outros sujeitos nas ocupações, acampamentos e assentamentos de reforma agrária, que não somente os trabalhadores expropriados e marginalizados. Segundo Rosa (2009), a luta pela terra possui sentidos diferentes, justamente por reunir e misturar histórias sociais distintas. Será apresentado ao decorrer dessa dissertação a diversidade de interesses envolvidos na luta pela terra da fazenda Pendengo. O que é possível de se afirmar é que o interesse por um lote de terra coexiste, em um mesmo espaço social, com o interesse de ser socialmente reconhecido.

⁵⁹Para explicar o processo de formação do MST, Fernandes (1996) utiliza dois conceitos: territorialização e espacialização da luta por terra. Por territorialização da luta por terra, deve-se entender o processo de conquistas de frações do território pelos movimentos sociais de luta pela terra. Ou seja, a construção de assentamentos é o que define/explica o processo de construção de um território livre. A partir da territorialização tanto do movimento social, como da luta pela terra, ocorre a espacialização da luta, que seria a definição da própria luta a partir da formação de um espaço social. Isto é, espacializar-se é recriar as dimensões de um espaço social a partir da movimentação dos sujeitos no próprio espaço. Segundo o autor, “o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra” (FERNANDES, 1996, p. 242).

Em 1983, o até então recém-criado Movimento dos Sem-Terra em conjunto com a CPT, passam a criticar o posicionamento político do STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) na luta pela terra. O movimento exigia maior envolvimento e participação constante dos interessados no desenvolvimento da luta pela terra, visando conquistar reconhecimento, o que leva ao confronto direto com seus opositores, caracterizados principalmente pelo Estado e pelos proprietários de terra. Atitude diferente da realizada pelos STRs, que realizavam a prática política de diálogo com o Estado, evitando qualquer movimentação de massas que visassem algum tipo de ruptura com o Estado. Essa diferença continua mesmo com a eleição estadual do PMBD,⁶⁰ que apesar de ser favorável a reforma agrária, ia na contra-mão da política federal, dificultando a resolução da questão agrária a nível de proposta do Movimento dos Sem-Terra. Esses trabalhadores, cansados de esperar as atitudes do governo estadual, passam a realizar ocupações de terra, como medida paliativa para a atuação “morna” por parte do governo a respeito dessa questão emergente,⁶¹ lembrando que as ocupações de terra ainda não haviam sido consolidadas como forma legítima de se reivindicar terra, questão essa que só veio ocorrer de fato na década de 1990.⁶²

O papel desenvolvido pela Igreja Católica, em especial a CPT, foi crucial não somente para a criação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, mas para todo o desenvolvimento da luta por terra no estado. Ao realizar reuniões com os trabalhadores rurais, setores da Igreja Católica proporcionaram a construção de um espaço de socialização política, conforme vimos acima. Segundo Fernandes “A CPT foi a articuladora dos movimentos sociais isolados no Estado de São Paulo, ação que foi essencial para a gênese do MST paulista” (1996; p.125).

Em suma, podemos dizer que a CPT e as CEBs, organizando reuniões com os trabalhadores rurais, tendo por base o igualitarismo comunitário, teve destaque no papel de conscientização dos camponeses brasileiros, questão que pode ser percebida no caso da inserção da Igreja Católica como defensora dos direitos a terra e da dignidade das famílias de agricultores da fazenda Primavera, além de sua presença na assistência religiosa. A presença da Igreja foi crucial para a conquista não somente da terra, mas também para ajudar a inserir a luta do reconhecimento coletivo de um direito, formando assim identidades na pauta social e jurídica, incentivando outros camponeses do estado de São Paulo a se inserirem na luta pela terra e nos movimentos sociais do campo que estavam surgindo.

Como vimos, apesar da grande influência dos acontecimentos, relacionados a luta por terra, das décadas de 1950 e 1960, foi a partir dos anos 1980, com a ação dos *movimentos*, que a luta por terra passou a ocupar espaço diferenciado na agenda da sociedade e do governo brasileiro. A adoção da “forma acampamento” como maneira “adequada” de reivindicar terra e reforma agrária, constrói uma nova linguagem de luta pela terra no Brasil, resultando no aumento da quantidade de acampamentos e assentamentos rurais na década de 1990.⁶³ A

⁶⁰ Segundo Fernandes (1996) os deputados do PMDB foram de grande importância na organização dos trabalhadores rurais, pois foram fomentadores das primeiras discussões sobre ocupações de terra, embora suas intenções fossem sempre eleitorais.

⁶¹ Tem-se informação de três ocupações nesse pretexto: 89 famílias ocuparam 1100 hectares em Ilha Solteira; 107 famílias de ribeirinhos ocupam 900 hectares em Castilho e outras 29 famílias de boias-frias ocupam uma fazenda experimental também em Castilho, sendo todas essas áreas da CESP (Companhia Energética de São Paulo) (FERNANDES, 1996).

⁶² De acordo com Bergamasco e Norder as ocupações de terras públicas adquiriram maior consistência a partir dos anos 1990, quando houve a reestruturação do Departamento de Assentamento Fundiário (DAF), passando a realizar uma intervenção governamental mais intensa, visando atender a demanda de acesso a terra (BERGAMASCO; NORDER, 1999; p. 76).

⁶³ Segundo o link *A luta pela terra e sua conquista*, do Atlas da Terra do DATALUTA - http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm - a quantidade de ocupações de terra e de assentamentos criados em decorrência dessas ocupações cresceu a partir da década de 1990 em relação às décadas anteriores, tendo destaque para o considerável aumento a partir da segunda metade da década de 90, durante os mandatos de FHC na presidência.

inovação de símbolos e procedimentos na luta pela terra, proporcionados pelas ocupações e acampamentos dos *movimentos*, passam a ser reconhecidas pelo governo, construindo entre esses dois atores uma figuração complexa e tensa de dependência e cooperação. Segundo Sigaud, “a dinâmica das ocupações de terra é tributária da política de Estado. Sem ela, os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público-alvo e encontrariam dificuldades para reunir pessoas para as ocupações” (SIGAUD, 2009, p.69).

Por fim, cabe realçar que apesar de não ser uma ruptura na luta pela terra, a modificação na forma de reivindicar terra e reforma agrária a partir da década de 1980 com os *movimentos*, possibilitou a intenção de melhorias na vida de homens e mulheres que fazem essa luta. Atitude essa que não garante a conquista do bem-estar, mas que age como estratégia para que as transformações sociais, políticas e econômicas no campo continuem em movimentação. De acordo com a autora: “Não fosse essa ‘luta’, tenderiam [os homens e mulheres] a permanecer ignorados, como boa parte da população, ou apenas seriam alvos de programas pontuais e emergenciais” (SIGAUD, 2009; p.71).

A intenção das análises e argumentações aqui feitas foi demonstrar a importância dos camponeses na luta por seus interesses por terra de trabalho e por reconhecimento social e jurídico. O que se deve atentar aqui é para o papel de ator histórico-social desempenhado pelos sujeitos envolvidos na luta por terra, ou seja, os trabalhadores *sem-terra* e a constante formação de sua consciência. Questão essa, que relaciono a ideia do historiador E.P Thompson, que defende a classe social como categoria histórica e não estática, estando em constante transformação, visto que ela (a classe) só é percebida quando um conjunto de homens se identifica pelas suas relações de produção e se opõem a outro coletivo, com outras relações de produção. O autor apresenta a ideia de que uma classe social se “auto-faz” (o “autorfazer-se” da obra *The making of the english working class*) através de um processo histórico, composto pela formação social e cultural, ou nas palavras do autor: “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 1987; vol. 1; p. 12). Em outra obra, ao interpretar os costumes como uma arena conflitante composta por ações não-rationais por parte dos atores responsáveis pelo conflito, o autor reconhece o costume como sendo fruto da práxis social. Fruto do cotidiano que, após um período de tempo reivindicando algumas questões de cultura tradicional de forma defensiva à outra cultura, pode até mesmo ser legitimado como uma espécie de cultura obrigatória, como um direito (THOMPSON, 1998).

A partir dessas duas posturas analíticas thompsonianas, acredito que seja possível elucidar que a luta por terra no Brasil deva ser vista como um processo histórico, do qual os sujeitos que a realizam estão em constante movimentação a partir das relações construídas entre eles. Ou seja, é a práxis dos camponeses - o seu cotidiano formado pelas dificuldades encontradas na forma de vida que levavam e que muitas vezes iam contra seus interesses -, somada a práxis da Igreja, dos partidos políticos e dos sindicatos – responsáveis pela defesa, conscientização e organização dos trabalhadores, dos pobres e dos oprimidos -, que deram início as lutas sociais por terra e assim na movimentação dos camponeses, sujeitos socialmente excluídos, em direção a modificação de suas condições de inferioridade no Brasil.

Utilizar Thompson para se pensar as lutas sociais do campo não é algo novo, mas que justamente por isso comprova o peso desse historiador inglês ao se pensar a constituição de movimentações sejam de cunho revolucionário ou de resistência social. Compreender a importância dos homens como sujeitos histórico-sociais é considerá-los em primeiro lugar como representantes legítimos de determinado acontecimento e assim de determinada

conjuntura, o que faz deles sujeitos inseridos em um período histórico, não de forma engessada, mas sim como responsáveis pela construção desse período, junto com muitos outros sujeitos. Em segundo lugar, é considerá-los como “carregadores” e articuladores de uma identidade e de interesses em comum, ou seja, sujeitos que estão em constante diálogo com a realidade, em dialética.

2.3 A formação da Pendengo

Como a maior parte dos atuais assentamentos de reforma agrária a Pendengo passou pela etapa de acampamento, enfrentando as mais diversas situações possíveis quando se reúnem diversos sujeitos sócio-históricos com interesses em comum, no caso não só a terra, mas também o reconhecimento social e jurídico (FERNANDES, 1996; ROSA, 2004; HONNETH, 2008). Questão essa, que pode ser vista como ponto nevrálgico para se compreender a dinâmica que esses sujeitos constroem e assim se envolvem. Segundo Rosa (2009) o interesse em se conquistar um lote de terra e se ver livre das explorações e pobreza sofridas ao decorrer da vida faz com que diversos sujeitos insiram-se nos movimentos sociais do campo e comecem a praticar a maneira, até então, vista como adequada para a conquista de seus interesses: a “forma acampamento”.

Segundo Fernandes (1996), a Pendengo e toda a sua trajetória é fruto da territorialização e espacialização da luta pela terra na região de Andradina. Pois a fazenda Pendengo já havia sido demandada para fins de reforma agrária com grande ênfase desde o fim da década de 1980, ou seja, 14 anos antes de ser montado o acampamento de beira de estrada que resultou na conquista da terra, formando assim o assentamento Pendengo como hoje conhecemos.

O autor nos informa que a fazenda, localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, já era disputada desde a década de 1950 por posseiros e grileiros e que depois de diversos conflitos não relatados, os posseiros foram expulsos da terra. Em nota Fernandes relata que o nome *Pendengo* possivelmente foi dado à fazenda devido “os intensos conflitos e disputas pelas terras da fazenda, entre posseiros e grileiros, durante a década de cinquenta [...] [Tendo em mente que] Pendengo ou pendenga significa disputa” (FERNANDES, 1996; p. 145).⁶⁴ Em 1986 a mesma fazenda volta a ser pauta de discussão novamente, pois durante a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, junto com as Câmaras Municipais de Castilho e de Nova Independência haviam pedido a desapropriação da fazenda Pendengo ao INCRA, que após vitória a qualificou como latifúndio por exploração.

Passado três anos, em Janeiro de 1989, a fazenda Pendengo volta, mais uma vez, a ser assunto na região de Andradina, pois 130 famílias sob a bandeira do MST, após tentativa frustrada de negociação com o INCRA para assentar essas mesmas famílias, ocupam a fazenda do então Serafim Rodrigues de Moraes, tido como grileiro de terras na região. Esse grupo de famílias se intitulava de *Projeto Liberdade* e entre as demandas e interesses deles, estavam:

Exigir a escritura coletiva da área, para evitar vendas dos lotes; trabalhar coletivamente a terra; formar cooperativa de produção; desenvolver diversificação de culturas; exigir assistência técnica permanente no local; vender diretamente à população, eliminando os

⁶⁴ Segundo a versão online do dicionário Aurélio, pendenga significa: “Desacordo, conflito, altercação, bate-boca. Briga, rixa, contenda; disputa.”

atravessadores; procurar financiamentos alternativos, pela PROCEBA, LBA e outros; e O Projeto Liberdade tem como objetivo maior a transformação da sociedade (PASTORAL, 1989 apud, FERNANDES, 1996; p. 144).

Segundo Fernandes esse grupo de famílias, junto com outros grupos espalhados pelo estado de São Paulo – nas regiões de Campinas e Sumaré - formam o “processo de espacialização da luta pela terra na territorialização do MST”. Onde:

O MST [...], se espacializa pela sua práxis, por meio da (re)produção das suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho e pela ação coletiva, reconstruindo o espaço de socialização política. [...] Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta (FERNANDES, 1996; p. 136-7).

Enquanto aguardavam o processo de vistoria da fazenda Pendengo, as famílias iniciam o plantio em partes da fazenda. Mas, em 16 de Fevereiro, logo após sair a liminar de manutenção de posse, as famílias são despejadas pela polícia militar e civil. Em reação, essas famílias marcham até o município de Nova Independência, vizinho a Castilho e acampam na praça da Matriz da cidade por cerca de um mês. Fernandes (1996) relata que no dia 15 de Março de 1989 o *Projeto Liberdade* ocupa outra fazenda, a fazenda Timboré localizada entre os municípios de Castilho e Andradina, com uma área de 3393 hectares e da qual era mais uma entre as várias fazendas do grileiro Serafim Rodrigues de Moraes. Devido à repressão por parte dos jagunços e da polícia militar, essas famílias de trabalhadores *sem-terra* não conseguem montar o acampamento dentro da fazenda Timboré, que passam a acampar na beira da estrada em frente à fazenda.

Fernandes (1996) nos informa que durante esse processo expropriatório das fazendas Pendengo e Timboré, Serafim Rodrigues de Moraes fez uma proposta ao INCRA, em que se nas vistorias as fazendas fossem classificadas como empresas rurais, o INCRA se comprometeria em se abster de promover a desapropriação delas e em troca Serafim “ofereceria” a fazenda Itassul, no Mato Grosso do Sul para as famílias do *Projeto Liberdade*. Segundo o autor, o grileiro “maquiou” a fazenda Timboré com cerca de 300 alqueires de milho circundando os limites da fazenda. Ao Perceber a possível “maracutaia” de Serafim, ao serem avisados dessa proposta feita ao INCRA, os trabalhadores *sem-terra* esquematizaram um plano, visando frustrar a vistoria, conforme o autor narra:

Na primeira semana de junho de 1989, três técnicos do INCRA, acompanhados por um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, três trabalhadores do Projeto Liberdade e dois engenheiros-agrônomo contratados pelo grileiro, iniciam a vistoria da fazenda Pendengo. Quando iam iniciar a vistoria da fazenda Timboré, os trabalhadores “mantiveram” os técnicos do INCRA no acampamento, enquanto a comissão de negociação foi a São Paulo para uma audiência com o superintendente do INCRA, para exigir a suspensão da vistoria. A exigência foi acatada e os técnicos foram liberados (FERNANDES, 1996; p. 147).

As pressões por parte dessas famílias de trabalhadores sem-terra continuaram na semana seguinte a da suspensão da vistoria. Uma comissão do *Projeto Liberdade* vai a Brasília reunir-se com o ministro da agricultura, ao mesmo tempo em que as famílias que estavam no acampamento ocupam a prefeitura de Andradina, reivindicando melhor acesso à cidade, com maior frequência de transporte público passando pelo acampamento, além de pedirem abastecimento de água e 50 carteiras escolares para a escola por eles montada (FERNANDES, 1996; p.147).

Mais duas ações coletivas foram realizadas pelo *Projeto Liberdade* até conquistarem a área da fazenda Timboré. A primeira foi a ocupação da sede do INCRA em São Paulo, realizada em conjunto com mais 250 trabalhadores sem-terra da região de Andradina e

contando com o apoio da CPT e da CUT no dia 25 de Julho de 1989. Após três dias de ocupação, esse grupo deixa a sede do INCRA em São Paulo somente com promessas da instituição. Cansados de esperar a resolução governamental, essas famílias ocupam novamente a fazenda Timboré em 19 de Agosto, burlando o forte esquema de vigia montado pelos jagunços da fazenda que ao perceberem a ação dos trabalhadores sem-terra tentam retirá-los à força, mas não obtém sucesso devido o ofício enviado à polícia militar requerendo a segurança dessas famílias, feito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dessa forma, essas famílias de trabalhadores sem-terra iniciam o plantio de arroz e outras culturas no mesmo dia da ocupação. Ato que leva o juiz da Vigésima Primeira Vara Federal a “sequestrar” a fazenda Timboré, no dia 25 de Agosto, por tempo indeterminado, alegando aumento da violência na região (FERNANDES, 1996; p 149).

De acordo com o autor, no começo do ano seguinte, cerca de 200 famílias da região, que se denominavam *Grupo Chico Mendes*, ocupam a fazenda Timboré e confluindo com as famílias do *Projeto Liberdade* realizam em 1990 a demarcação dos lotes para os dois grupos, passando a ocupar toda a área da fazenda em definitivo, enfrentando diversos impasses, mesmo com o assentamento constituído e com as famílias produzindo em seus lotes (Fernandes, 1996).

No caso da fazenda Pendengo, o laudo do INCRA de 1989 a classifica como empresa rural, mantendo-a sob o controle de Serafim Rodrigues de Moraes. Contudo, décadas depois, em Dezembro de 2003, a fazenda volta a ser reivindicada por trabalhadores rurais, agora sob a organização do SINTRAF. Segundo Loera (2009), a reivindicação da fazenda Pendengo foi realizada por famílias providas de outros acampamentos da região, junto com famílias que não tinham experiências na dinâmica de ocupação de terra, todas sob a bandeira do Sindicato que se responsabilizou pela formação do acampamento com barracas de lona preta, alinhadas uma ao lado das outras na beira da estrada SPV-08.

É importante notar a não realização da ocupação em área da fazenda Pendengo como ato predecessor ao acampamento. As famílias que montaram o acampamento Pendengo, fizeram-no sem adentrar na propriedade, montando as *barracas* na beira da pista, em área considerada como adequada para se montar um acampamento.⁶⁵ Segundo Assis, assentado que entrevistei e um dos primeiros a montar um *barraco* no acampamento, nunca ouve uma ocupação como etapa inicial do acampamento Pendengo, sendo o primeiro ato a montagem do acampamento em área que os pretendentes a acampar haviam avaliado um dia antes.⁶⁶

⁶⁵ Conforme vimos no primeiro capítulo, utilizando outros estudos como base, *barraca* ou *barraco* são as formas utilizadas pelos acampados para se referirem ao local de moradia dentro dos acampamentos. Geralmente são construções feitas de madeira e bambu, que na maior parte das vezes foram retirados pelos acampados em locais próximos a área do acampamento. Além da estrutura, os barracos são cobertos por lona, que quando não é um pertence do acampado, é oferecida pela organização responsável pela montagem do acampamento.

⁶⁶ Em entrevista, Assis afirma ficar sabendo dos planos do SINTRAF de realizar um acampamento para reivindicar as terras da fazenda Pendengo, através do coordenador do acampamento da Fazenda São Luiz. No ano de 2003, Assis estava vivendo somente com seu seguro desemprego e por ter o interesse em ter seu próprio lote de terra, onde pudesse morar e trabalhar, foi até o acampamento da fazenda São Luiz, organizado pelo Sindicato, para obter mais informações de como proceder para se assentar. Na ocasião, o coordenador do acampamento disse para Assis frequentar as reuniões semanais do acampamento e que assim que surgisse uma vaga seria dele. Por cerca de quatro meses, Assis frequentou todas as reuniões que ocorriam aos domingos no acampamento. Porém, quando surge uma vaga da qual fica sabendo pelo coordenador que seria sua, alguns dos acampados da São Luiz se posicionam contra, dizendo que não eram a favor da vaga ser dada a um novato na luta por terra, sendo que outras famílias que já tinham mais tempo de luta mereceriam mais do que ele. Como o próprio Assis me disse: *acampamento é uma burocracia entre os próprios companheiros*. Ao saber que não teria a vaga, Assis desiste de acampar na fazenda São Luiz. Porém, fica sabendo do coordenador do acampamento, que o SINTRAF estava com planos de montar um outro acampamento em Castilho, para reivindicar a fazenda Pendengo. Informação que o levou até a sede do SINTRAF para conversar com Jovelino e Bussolan, coordenadores do Sindicato, que percebendo seu interesse lhe convidam para montar o acampamento na fazenda Pendengo.

Eu fui com o pessoal do sindicato conhecer a área da fazenda, pra agente ver onde que poderia montar o acampamento. Primeiro pensamos em acampar perto da usina, mas não tinha muito espaço lá não e ficava muito longe do córrego que cruza a pista. Ai vimos que tinha um pedaço do lado da pista e perto do córrego que era mais afastado do que os outros. Foi lá mesmo que cada um começou a subir suas barracas.

No dia seguinte, Assis junto de outros futuros *sem-terra* foram em seu carro até a área escolhida para a montagem do acampamento, iniciando sua construção, carpindo e cortando bambus para os *barracos*. Durante esse trabalho, foram abordados por algumas pessoas das quais Assis não soube dizer se eram trabalhadores da fazenda ou da usina de cana Ipê, que fica próxima a fazenda. Essas pessoas ameaçaram chamar a polícia se eles não saíssem de lá. Porém, isso não os intimidou, pois continuaram a abrir a área do acampamento assim que esses homens foram embora e terminando de montar seus *barracos* no fim do dia.

Na fala dos entrevistados, em conjunto com a análise realizada em outros estudos que abordam o mundo das ocupações de terra, é possível perceber que há diferença entre os termos *ocupação* e *acampamento*.⁶⁷ A *ocupação* é entendida como o momento da entrada na propriedade e dos primeiros dias nos quais os sujeitos que adentraram em área da propriedade socializam seus saberes a respeito da montagem de acampamentos. Geralmente as ocupações são realizadas por pessoas que possuem experiências anteriores de ocupações em terra, juntamente com os novatos em ocupações⁶⁸. Já *acampamento* é o termo usado quando as *barracas* estão montadas e as famílias começam a se instalar debaixo da lona. Na maioria dos casos, o acampamento possui a bandeira da organização responsável pela *ocupação*, hasteada em local visível. Vale dizer que não necessariamente as famílias acampadas participaram da *ocupação* que criou o *acampamento*. Muitas famílias aderem a um acampamento a partir do convite de outras famílias assentadas ou acampadas, se instalando dias, meses ou até mesmo anos depois do acampamento já existir.

O acampamento Pendengo como fruto da ação do Sindicato não teve uma ocupação aos moldes acima descritos. O SINTRAF realizou *trabalho de base*⁶⁹ em Castilho, conversando com algumas famílias em áreas mais pobres da cidade e contando com a ajuda do MST, que divulgou a intenção do sindicato em seus acampamentos e assentamentos, o que ajudou na quantidade de pessoas que passaram a procurar o SINTRAF para obter informações a respeito desse acampamento. Neusa, assentada da Pendengo, conta em entrevista que soube do acampamento por sua irmã, que morando em um bairro simples de Castilho recebeu a visita de dois homens do Sindicato que explicaram as intenções do SINTRAF. Segundo Neusa, esses homens eram Jovelino e Bossolan, os dois responsáveis pela formação do acampamento Pendengo.

⁶⁷ Entre esses estudos que discutem a respeito do mundo das ocupações de terra e que colaboram no esclarecimento dessa diferença entre os termos *ocupação* e *acampamento*, cito Loera (2006; 2009), Macedo (2003; 2009), Rosa (2004; 2009) e Smircic (2000).

⁶⁸ Segundo Loera (2009) as pessoas que já possuem experiências na luta pela terra são conhecidas como *velhos de luta* ou *velhos de acampamento*. Essas pessoas realizam as ocupações ora para reivindicar terra para elas, compondo o quadro de futuros acampados, ora como forma de cumprir com certas obrigações para com o movimento social a que fazem parte. Acampados e assentados participam de ocupações para fazer número, cumprindo com a disciplina do *movimento*, ou em retribuição ao movimento social que o representou na luta por um lote de terra e do qual ainda está ligado. Esses *velhos de acampamento* ficam na propriedade ocupada, ajudando os *novatos* na montagem do acampamento. Para uma melhor compreensão das dinâmicas que envolvem a realização de ocupações de terra ver Smircic (2000) e Loera (2009).

⁶⁹ Esse é o termo utilizado para descrever o convite feito pelos *movimentos* para que as pessoas participem de ocupações e acampamentos. Em alguns casos os *trabalhos de base* servem como convite, chamando algumas famílias, para uma futura reunião, da qual é apresentado e discutido o plano da organização do *movimento* de forma mais minuciosa, revelando maiores detalhes da propriedade pretendida e dos procedimentos a serem realizados em uma ocupação de terra. Essas reuniões são conhecidas como *reuniões da terra* e são realizadas em sua maior parte pelo MST. Para uma melhor compreensão do termo *trabalho de base* e para a descrição de uma ocupação de terra ver Loera (2006; 2009), Smircic (2000) e Turatti (2005).

Eu tava em casa quando minha irmã apareceu lá e foi contando sobre essa visita que teve. Ela logo pensou no meu marido que sempre quis ter um sítio e aí foi contar pra gente. [...] fomos até a sede do sindicato que tinha na cidade e aí, em uma ou duas semanas, passemos a acampar (Entrevista, 2103).

João, outro assentado entrevistado, declarou que soube em conversa de amigos, que a situação da fazenda Pendengo era propícia para a reforma agrária: *falaram que o fazendeiro não pagava os impostos e que a fazenda era improdutiva e que por isso, a luta dos sem-terra resolveu fazer uma ocupação na beira da estrada da Pendengo*. Ao saber disso, João, que diz ter sempre sonhado em ter um pedaço de terra para plantar, foi até a sede do Sindicato para informar seu interesse em acampar.

Com a divulgação feita, contando com a ajuda do MST, o SINTRAF realiza a montagem do acampamento na beira da estrada que liga Castilho a Nova Independência, reivindicando a fazenda Pendengo para fins de reforma agrária em Dezembro de 2003.⁷⁰ Segundo os assentados que participaram dos primórdios do acampamento, o SINTRAF organizou um ônibus para levar as famílias interessadas em acampar até o local do acampamento, somente no primeiro dia. Por estar a uma distância relativamente próxima a cidade de Castilho e de Nova Independência, a locomoção até o acampamento não era uma questão difícil de ser resolvida. Os acampados podiam ir de ônibus, responsável pela linha intermunicipal Castilho-Nova Independência, ou de carona, visto que o fluxo de automóveis na SPV-08 não era baixo. Eram poucos os acampados que tinham carro, o que facilitaria ainda mais a locomoção de Castilho até o acampamento.

Cabe reforçar como já dito anteriormente, que os acampamentos de beira de estrada surgiram como estratégia na luta por terra desenvolvida pelos movimentos sociais após o surgimento da medida provisória nº 2.183 de 2001, que proíbe que áreas “invadidas” sejam vistoriadas pelo INCRA por dois anos, contribuindo com a demora no processo de vistoria técnica. Segundo Loera (2009), a partir dessa medida estatal, os movimentos sociais passam a montar acampamentos nas beiras das estradas que limitam as propriedades de terra, demonstrando o interesse na desapropriação de determinada propriedade sem montar o acampamento dentro da própria.

Durante o período de acampamento, passando por diversas dificuldades a que os acampados de beira de estrada estão submetidos, tais como a falta de cuidados com a higiene, com a saúde, alimentação e segurança familiar - corroborando com a falta de atenção necessária para com os sujeitos inseridos na luta por terra -, ocorreu uma divisão sócio-política na organização do acampamento, sem ainda ter completado um ano de duração. Um grupo de famílias novas no acampamento, porém com experiências de luta por terra, passa a discordar das atitudes tomadas a respeito da organização do acampamento realizada pelo SINTRAF e procuram representantes do MST regional que aceita representar essas famílias, dividindo o acampamento em duas organizações políticas: o SINTRAF e o MST (LOERA, 2009; p.39-40; p.109).⁷¹

⁷⁰ Não foi comentado por nenhum assentado entrevistado a presença de setores da Igreja Católica durante o período de acampamento. Ao perguntar se a Igreja havia apoiado o acampamento, ajudando na organização dos acampados e/ou fornecendo algum tipo de auxílio às famílias, a resposta dada foi de que em alguns momentos, não periódicos, a Igreja Católica de Castilho enviava uma quantia de cestas básicas ao acampamento, que eram por eles divididas. Ao conversar com os coordenadores Nino e Neguinho, ambos disseram que nunca houve qualquer tipo de reunião diretamente com instituições religiosas no acampamento Pendengo.

⁷¹ Loera relata que essas famílias incomodadas com o gerenciamento do acampamento por parte do Sindicato, passam “a caçar um movimento” (2009; p. 40). Questão que suscita a relevância que a denominação *movimento social* possui acima de qualquer organização que não tenha essa designação e que exemplifica o que a autora chama de “crença de prestígio” (LOERA, 2009).

Segundo Loera (2009), passado alguns meses, outro grupo de famílias passa a disputar a organização das famílias que continuavam acampadas sob a bandeira do SINTRAF. Esse grupo que já possuíam certo “tempo de acampamento”⁷² propõem uma nova organização, a OLPT (Organização da Luta Pela Terra), que passa a negar a bandeira do Sindicato e assume Nino, até então acampado sob a bandeira do SINTRAF e *velho de luta*, como coordenador desse novo grupo.

Praticamente um ano após a fundação do acampamento, o próprio deixa de estar dividido entre MST e SINTRAF, para apresentar a divisão MST e OLPT. Essa mudança no acampamento Pendengo não foi somente de siglas, mas principalmente de formas de organização, levando o acampamento a dobrar em quantidade de acampados, devido as regras e concessões diferenciadas de cada organização, além da proximidade do acampamento com as cidades de Castilho, Nova Independência e até mesmo Andradina, o que facilitava a circulação das pessoas no acampamento. Segundo Loera (2009), essa proximidade com a cidade fez com que diversas pessoas se instalassem no acampamento, montando um *barraco*, mas não necessariamente morando nele, visto que muitas famílias mantinham casa e trabalho na cidade, comparecendo poucas vezes ao acampamento, atitude que era aprovada no acampamento por parte da organização do MST e reprovada pela OLPT. Esse tipo de acampado geralmente é chamado pelos próprios acampados e assentados de *andorinha* ou *apoio*, visto o pouco tempo que passam dentro do acampamento. No entanto, esses sujeitos, ajudam a aumentar a quantidade de *barracos*, pressionando o governo para a realização das políticas de implementação de assentamentos. Há casos, como o do acampamento Pendengo, que essa categoria de acampado colabora com uma quantia de dinheiro por mês, servindo de fundo de gestão para a organização do acampamento, ou como forma de manter sua vaga no acampamento, chamado de *apoio de barraco*.⁷³

Loera (2009) explica um pouco mais dessa dinâmica, ao dizer que “na maioria dos acampamentos, não se pode montar uma barraca sem ter negociado ou pedido antes uma vaga. São duas coisas que são negociadas ou pedidas de maneira separada.” (LOERA, 2009; p.111) Ao explicar o caso do acampamento Pendengo, a autora prossegue:

A vaga me explicava um dos coordenadores só é cobrada para os novatos, aqueles que se instalam pela primeira vez num acampamento, para aqueles que já estavam na luta, ou seja, que vem de outro acampamento a vaga não é cobrada. Pode acontecer de, antes de negociar a vaga, conseguir ou comprar um barraco de alguma pessoa que desistiu ou mudou do acampamento; no entanto, não se pode simplesmente instalar nele sem antes ter sido liberada uma vaga (LOERA, 2009; p. 111).

No ano de 2005, chega ao acampamento um grupo de famílias que possuíam experiência na dinâmica de acampamentos, os “*novos velhos acampados*”,⁷⁴ que passam a questionar a organização do acampamento, desqualificando essa prática de *apoio de barraco*. Defendiam a presença das pessoas dentro do acampamento para legitimar seus interesses na

⁷² A questão do “tempo de acampamento” será discutida a partir do terceiro capítulo da dissertação, a luz das interpretações de Schmitt (1992), Caume (2002) e Loera (2009).

⁷³ Ambas as nomenclaturas, *apoio* e *andorinhas*, são nomenclaturas utilizadas pelos próprios acampados e assentados, para se referir aos sujeitos e ou as famílias que participam da luta pela terra, sem ter que residir no acampamento e portanto não passam pelo sofrimento de ficar de baixo da lona, como os outros acampados. Para mais informações a respeito dessa categoria de acampados ver trabalhos de Macedo (2003) e Loera (2006; 2009).

⁷⁴ A partir das informações cedidas por seus interlocutores a respeito das dinâmicas na trajetória do acampamento Pendengo, Loera (2009) se refere aos “*novos velhos acampados*” como sendo novos acampados na Pendengo, porém contando com um currículo de ocupações e acampamentos já realizados. Esse grupo de acampados argumentava a respeito da importância do “tempo de acampamento” para a conquista da terra. Ou seja, na vivência no acampamento na categoria de *morador*, sofrendo as vicissitudes e intempéries do cotidiano desse espaço, que em conjunto com a “lógica do merecimento” (LOERA, 2006) legitimaria a conquista de um lote de terra.

terra e realizavam o trabalho de conscientização dos acampados para que morassem no acampamento, ou que pelo menos houvesse um representante da família que pleiteava a terra residindo no acampamento. Para Loera (2009) foi justamente essa questão do *apoio de barraco* que fez com que o grupo de famílias da OLPT, coordenado por Nino, *rachasse* de vez com o MST e sua política de não exigir que o acampado morasse no acampamento, podendo pagar uma quantia à coordenação do MST para manter seu *barraco*. Em uma nova estratégia de luta o grupo da OLPT muda de nome, passando então a se chamar Movimento do Trabalhador Rural (MTR), devido a ideia de que uma organização não possuía o mesmo peso que um *movimento* aos olhos do Estado.⁷⁵

Com o acampamento politicamente dividido por dois movimentos sociais, o próprio passa a ter duas denominações: *Acampamento Pendengo*, por parte do MTR e da cidade de Castilho e *Acampamento Che Guevara*, por parte do MST. Neginho hoje assentado na Pendengo e coordenador pelo SINTRAF/SER, afirmou em entrevista que *Acampamento Pendengo* era a forma que a grande maioria dos acampados se referiam a esse espaço social desde seu início e que o nome *Che Guevara* era a forma utilizada somente por alguns dos acampados pelo MST, principalmente pelos seus coordenadores⁷⁶. Loera (2009), com a intenção, comum em trabalhos acadêmicos, de proteger a integridade dos acampados, nomeia o acampamento como “*Famílias Unidas*”, tendo como base o desejo manifestado por uma acampada sobre o nome do futuro assentamento em caso de sucesso dos acampados.

A divergência na organização do acampamento, entre MTR e MST, esteve associada a grande quantidade de acampados, confluindo diversos sujeitos com trajetórias diferentes na luta pela terra, concordando ou discordando das atitudes tomadas pelos coordenadores de cada grupo. No caso desse segundo *racha*, o MST defendia que ao impor a restrição de residir no acampamento faria com que o próprio se esvaziasse, pois muitas pessoas desistiriam do acampamento. Vale lembrar que para muitos movimentos sociais, como o MST, quanto maior a quantidade de acampados, maior é a pressão exercida para se conquistar as terras pretendidas (LOERA, 2009; p. 112). Questão que pode ser exemplificada com o próprio caso da Pendengo, onde algumas pessoas preferiam pagar mais caro para se instalar no acampamento sob a bandeira do MST e assim não ter que passar pelo sofrimento causado ao ficar debaixo da lona preta.

A procura para se acampar na beira da estrada da fazenda Pendengo era tanta, que diversos novatos, sem conhecer a dinâmica de um acampamento de luta pela terra, pediam vaga nos grupos do acampamento e chegavam a esperar meses para conquistar uma, podendo

⁷⁵ A escolha do nome do *movimento* é um caso curioso. Nino, coordenador desse grupo, diz ter visto esse nome (MTR) na internet referindo-se a um movimento social de Pernambuco e ao gostar do nome simplesmente adotou-o. Contudo, Loera (2009) não encontra nenhuma referência ao MTR em Pernambuco, mas sim no Paraná e no Mato Grosso do Sul. Ambos como Movimento dos Trabalhadores Rurais e não Movimento do Trabalhador Rural. Vale dizer que nenhum desses dois *movimentos* eram de conhecimento de Nino durante a escolha do nome MTR do acampamento Pendengo (LOERA, 2009; p.113-4).

⁷⁶ Segundo o relatório de “Conflitos no campo” do ano de 2007, da CPT, é pelo nome de “*Che Guevara*” que é apresentada uma das quatro ocupações ocorridas na cidade de Castilho, que sob a bandeira do MST e com 200 famílias, reivindicava área de 4186 ha. Em outra referência da CPT, também do ano de 2007 e referente as “áreas em conflito” essas mesmas informações de repetem. Vale dizer, que nessa fonte não se encontra nenhuma informação a respeito do acampamento Pendengo. No capítulo seguinte será relatado mais informações a respeito dessa ocupação realizada em 2007 na fazenda Pendengo. As informações aqui concedidas foram acessadas em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicações-2/notícias-2/12-conflitos/1546-conflitos-no-campo-brasil-2012>. Para uma sucinta análise da quantidade de “ocupações”, “áreas de conflito” e “acampamentos” da região de Andradina, durante os anos de duração do acampamento Pendengo - 2003 a 2009 -, ver tabelas 3 e 4 (ocupações, 2003 a 2005/2006 a 2009), 5 (acampamentos, 2003 a 2009) e 6 (áreas em conflito, 2006 a 2009), situadas nos anexos.

assim montar seus *barracos*.⁷⁷ Algumas famílias que desejavam se instalar do lado do MST, independentemente do porque, encontraram uma forma de não ter que ficar tanto tempo esperando por uma vaga, pois assim que aparecesse uma vaga no acampamento Pendengo pelo grupo do MTR algumas famílias passavam a montar seus barracos no acampamento, ficando lá até surgir uma vaga pelo MST, mudando-se para esse grupo assim que possível.⁷⁸ Atitude que fez Nino, coordenador do MTR, implementar algumas regras de permanência no acampamento pelo seu grupo, criando documentos que comprovassem o compromisso do acampado para com o grupo em que estava (LOERA, 2009; p. 117).

As tensões entre as práticas de luta e formas organizacionais estabelecidas no acampamento Pendengo eram constantes. Neguinho relatou, em entrevista, que o então coordenador de grupo pelo MST, Baixim, que já possuía experiência na luta por terra, realizando o trabalho de militante na região, havia sido chamado para se assentar na fazenda Cafeeira, vizinha a Pendengo. Baixim atende a convocação/convite para se mudar para o assentamento da Cafeeira, sob a bandeira de seu movimento, o MST, assim como também se responsabilizou em levar mais três famílias consigo, para serem assentadas nessa mesma fazenda. Essa atitude provocou insatisfação em algumas famílias dos acampados, como a assentada Maria José disse: *Ficamos a ver navios! Ficamos sem coordenador*. O desgosto de algumas famílias com a atitude tomada por Baixim aumentou quando souberam das intenções de Baixim de continuar a coordenar o acampamento Pendengo, mesmo estando assentado em outra fazenda, o que levou algumas famílias a decisão de sair do MST, porém continuando como candidatos aos lotes que pleiteavam.

Em Outubro de 2008, 40 famílias saem do MST, sendo que 6 delas passam a acampar sob a bandeira do MTR e as outras 34 criam seu próprio grupo se desvinculando da coordenação do MST, passando a integrar e principalmente representar o SINTRAF mais uma vez, na luta pela terra na Pendengo. Essa volta pela procura da bandeira do Sindicato ocorreu devido as relações de proximidade e conhecimento de um dos acampados deste grupo de famílias, Neguinho, devido o tempo em que seu pai, assentado da fazenda Primavera, trabalhou com o Sindicato de Andradina. Questão essa que contribuiu para que Neguinho se tornasse o coordenador do acampamento sob as bandeiras do Sindicato dos Empregados Rurais (SER) e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), expressando uma nova configuração sócio-política, com três organizações sociais em um mesmo espaço social: o MST, o SINTRAF/SER e o MTR⁷⁹. Cada organização responsável por seu grupo de famílias acampadas, pleiteando coletivamente a fazenda Pendengo para fins de reforma agrária.

⁷⁷ O uso do termo “vaga”, utilizado tanto como categoria nativa, como pela bibliografia consultada, indica que o interesse em acampar é muitas vezes assimilado pelos sujeitos envolvidos nessa dinâmica como sendo a entrada em um emprego, do qual o sujeito pede para participar e sua inscrição ao mundo das ocupações de terra passa a ser simbolizada com a *barraca* que monta dentro do acampamento. Questão essa que Loera (2009) designa como forma do pesquisador compreender as referências feitas as atividades realizadas dentro do acampamento e para com o *movimento* como sendo trabalhos a serem realizados.

⁷⁸ Vale dizer que não possuo nenhuma informação a respeito da quantidade de vagas para ser assentado dentro da fazenda Pendengo, portanto da quantidade de vagas para se acampar e reivindicar a fazenda até o momento da última ocupação realizada dentro da fazenda Pendengo. Ocupação da qual os coordenadores totalizaram que o número de vagas seria o mesmo da quantidade de famílias que estavam registradas como acampadas, segundo as condutas de cada movimento social e totalizando em 170 famílias. Vale dizer, que o presente trabalho não se concentrou em analisar a dinâmica de vagas dentro do acampamento Pendengo. Para mais informações a respeito dessa dinâmica ver Loera (2006; 2009).

⁷⁹ Neguinho não demonstra preferencia na sigla a utilizar quando identifica seu grupo. Usa tanto SINTRAF como SER, mas me disse que no INCRA seu grupo está identificando por SER, pois quando a terra foi desapropriada, o INCRA precisava de um nome para o grupo de Neguinho e como o SINTRAF não possuía CNPJ e o SER que atuava em igual escala ao SINTRAF durante o período de acampamento estava com toda a documentação necessária em dia, a escolha do SER para representá-los em qualquer negociação com o INCRA foi uma escolha óbvia.

A confluência de dois movimentos sociais e da associação de dois sindicatos de trabalhadores do campo fizeram do acampamento Pendengo um caso à parte na luta por terra do estado de São Paulo. Do qual, a dinâmica de inserção de cada uma das organizações sociais no acampamento mostram a insatisfação dos grupos de famílias com as táticas praticadas pela organização a que faziam parte, o que demonstra tanto o comprometimento desses trabalhadores rurais com seus interesses e suas tradições (SCOTT, 2002), como também indica o papel de força motora, desempenhado pelas pessoas de carne e osso na luta por terra, podendo modificar os planos previamente traçados pela organização social a que fazem/faziam parte, demonstrando uma relação dialética entre sujeitos e organizações sociais no vir a ser das lutas.

Com essa configuração sócio-política ternária do acampamento Pendengo, os coordenadores, Nino (MTR), Baixim (MST) e Neguinho (SINTRAF/SER) passam a realizar reuniões constantes na sede do INCRA em Andradina, entre o fim do ano de 2008 e o começo de 2009, visando pressionar as autoridades responsáveis pela desapropriação da terra, obtendo a data de 03 de Agosto como a do resultado do laudo da produtividade da fazenda Pendengo. Conforme o relato de Neguinho, foi justamente no dia 03 de Agosto de 2009 que saiu o resultado do laudo de vistoria da fazenda, demonstrando sua improdutividade e, portanto, legitimando a desapropriação da própria, com cerca de 5000 hectares, para fins de reforma agrária.

Neguinho recebeu a notícia do laudo da fazenda pelo telefonema do presidente do Sindicato, enquanto realizava o trabalho de levantar uma cerca na fazenda Primavera, junto de seu cunhado. Em seu depoimento, me disse que logo após o telefonema foi correndo para o acampamento.

Chegando aqui, Murilo, essa pista onde começava o acampamento até lá no final, quase na usina, tava tudo cheio de gente comemorando. Ai nós ficamos indo no INCRA, né! Já que a área é nossa, queremos saber que dia vamos entrar pra dentro. Falaram que era pra dar 30 dias, 60 dias pro fazendeiro. Não!! Muita coisa. Nós ficamos 7 anos. Eu não, mas tem que usar o tempo da luta toda, né. Ai disseram que até o fim do mês saia a emissão de posse (Entrevista, 2013).

O dia 24 de Agosto ficou como data marcada para a emissão de posse, após acordo com o INCRA. E o relato de Neguinho a respeito desse acontecimento, retratado com bastante emoção e alegria, remete a esse dia como mais um dia de festa por todos os acampados.

Quando eram 7 horas você não andava aqui. Era gente pra todo lado, com camisa de movimento, bandeira pra todo lado. Aquela farra. Criança! Mulher grávida! Olha rapaz, você precisa de ver, quanta gente. Tava engraçado aquele dia. Não podia entrar na fazenda ainda. Tinha que esperar o INCRA. Ai ficamos tudo na porteira e só entramos quando o pessoal do INCRA apareceu. Fomos até a sede conversar com o fazendeiro que não estava. Estava em Andradina e por meio de um funcionário seu, o diretor da fazenda pediu 90 dias para sair da fazenda. Nos negamos o seu pedido e negociamos até 30 dias para a fazenda tirar tudo o que tinha, mas que nos já estávamos entrando aquele dia. Esse tempo era pra fazenda tirar seus pertences e ai o INCRA parcelar os lotes (Entrevista, 2013).

Ultrapassados os 30 dias combinados com o INCRA e com o fazendeiro para a retirada de todos os pertences da própria, os acampados foram assumir a posse da fazenda, que ainda não havia retirado todos seus pertences, o que fez com que negociassem mais 15 dias para que o fazendeiro retirasse tudo. Data que mais uma vez não foi respeitada, levando os assentados a assumirem a fazenda mesmo com os pertences que lá estavam, como o depoimento nos mostra: *Fomos até o INCRA e dissemos que ia com gado e tudo mais que tivesse na fazenda!*

Passado a fase da entrada na terra, os assentados iniciaram a terceira etapa da trajetória do assentamento, a de se estabelecer em 30% da área desapropriada pelo INCRA, aguardando a liberação de recursos para iniciarem a construção das habitações. Segundo o depoimento de Neguinho, o primeiro grupo a ter a sua parcela de terra foi o do MTR, seguido do SINTRAF/SER e por último o do MST. Assim que era parcelada a área, cada grupo fez a sua seleção dos lotes para as famílias, com uma média de 12 hectares para cada lote. Nesta estruturação inicial do assentamento Pendengo, Neguinho relata que: *cada um foi se ajudando, com enxada e trator para acertar a estrada e poder limpar os lotes para a construção dos barracos de cada um*, possibilitando o início do trabalho na terra.

Sobre essa etapa, muitos dos assentados entrevistados dizem ter sido a etapa de maior sofrimento, pois as dificuldades enfrentadas no período de acampamento, tais como a falta de água e energia elétrica ainda estavam presentes nessa etapa inicial, só que dessa vez as famílias se encontravam longe uma da outra, dificultando a ajuda mútua que havia no período de acampamento. De acordo com Neusa, assentada entrevistada que está na luta pela terra da fazenda Pendengo desde o acampamento montado pela SINTRAF: *Haviam algumas famílias que estavam longe e não tinha como fazer a mudança. Não tinham uma carroça para ajudar. Isso me marcou muito. Os barracos tudo isolados, nenhuma infraestrutura. Sem água, sem luz*. Neguinho, como coordenador de grupo, também indica essa etapa como a mais difícil de enfrentar:

Eu olhava aquela terra conquistada e não sabia ao certo o que fazer com ela. Não tinha nenhum recurso para nada, nem pra mim e nem pro meu grupo. Mudar tudo era difícil. Mas nos conseguimos, de pouco [...] era um que emprestava a carroça, outro que tinha um carro. Nós fazia uma vaquinha pra pagar o diesel pra quem tinha um trator (Neguinho, assentado entrevistado, 2013).

Foi na tentativa de sanar essas dificuldades que os coordenadores de grupo Nino, Neguinho e Baixim começaram a pressionar o INCRA, atrás de recursos para poderem abrir melhor os lotes, assim como para poderem cercar cada lote e de fato poderem se assentar. Após pressão dos coordenadores, veio o primeiro apoio financeiro aos assentados, destinado a compra de materiais para cercar o lote e para a alimentação das famílias, que haviam recebido somente duas cestas básicas desde a entrada na área da fazenda.

Com o passar do tempo alguns assentados tiveram a ideia de procurar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para iniciarem uma produção leiteira.

Pensamos que seria difícil, mas até que não. Saiu bem mais rápido do que os outros recursos, fazendo o cadastro de todos os interessados em somente dois dias. Ai começamos a encher isso aqui de gado, mas o leite tinha que levar lá na sede porque só tinha energia lá. E com isso o pessoal já começou a ter a renda deles. Aquele que estava no seu barraquinho sem energia, já tinha, pelo menos, a sua renda (Nino, assentado entrevistado, 2013).

A produção de leite foi crucial para o desenvolvimento do assentamento, visto que proporcionou uma renda fixa para cada produtor do assentamento.⁸⁰

Finalmente os assentados chegam a atual etapa do assentamento, a da construção da habitação, da qual foi liberado o recurso de ajuda em duas etapas. Segundo Neguinho: *Mandaram uma primeira parcela de recurso para a habitação que era bem pequena, mas era*

⁸⁰ Abordo a produção leiteira do assentamento Pendengo como uma das atividades que ajudam a construir o assentamento como um espaço social em constante transformação no quarto capítulo da dissertação.

o que tinha [...] primeiro liberaram 5 mil e depois liberaram mais 10 mil reais. Recursos que os assentados utilizaram, primeiro para a construção de suas casas, principalmente para suas fundações, para depois realizarem algumas melhorias em seus lotes, além de poderem investir nas produções individuais e coletivas.⁸¹

No momento do último trabalho de campo que realizei o assentamento Pendengo se encontrava na etapa de construção das habitações, enfrentando dificuldades em determinados aspectos, como o fornecimento de energia elétrica para todos os assentados. Das 201 famílias que residem no assentamento Pendengo, cerca de 70 estão sem energia elétrica, encontrando grande dificuldade para realizarem suas atividades cotidianas, sejam na habitação ou em suas produções, por se encontrarem desprovidas de um recurso básico.

Finalizando o capítulo, cabe destacar que as diferentes configurações sócio-políticas existentes durante a fase de acampamento se mantêm durante o assentamento Pendengo, visto a existência de quatro grupos sócio-políticos, estando entre eles os grupos do MST, do MTR e do SINTRAF/SER, mais conhecidos hoje no linguajar cotidiano dos assentados como *grupo do MST*, *grupo do Nino* e *grupo do Neguinho*, respectivamente. Por último, mas não menos importante, cumpre destacar o *grupo de Éder*, que veio a surgir recentemente devido desentendimentos dentro do *grupo do Nino*, não levantando a bandeira de nenhuma organização de luta pela terra já estabelecida. Discussão essa que será relatada no quarto capítulo e que demonstra, assim como ocorrido durante a fase de acampamento, que as tensões geradas pela convivência de sujeitos com trajetórias de vida específicas, interesses individuais coexistindo com interesses coletivos e de inserções em diferentes redes de pertencimento, levam a constantes construções de novas configurações tanto sócio-políticas, como sócio-econômicas.

É justamente essa questão da relação dialética entre sujeitos e movimentos sociais, que proporcionam acontecimentos tais como os *rachas*. Tema a ser analisado no próximo capítulo, que será focado na dinâmica social do tempo de acampamento, tendo como material analítico os depoimentos dos assentados da Pendengo.

⁸¹ Conforme consultado em www.incra.gov.br, o INCRA divulgou em Abril de 2012 que havia liberado a última parcela da aplicação do Crédito Instalação na Modalidade Aquisição de Material de construção, no valor de cerca de 3,5 milhões, no fim do ano de 2011, para 422 famílias de cinco assentamentos da região Noroeste do estado de São Paulo, estando o assentamento Pendengo entre esses assentamentos beneficiados pela iniciativa do INCRA de São Paulo.

CAPÍTULO III

CONFLITOS NO TEMPO DE ACAMPAMENTO

A sócio-história do tempo de acampamento, objeto deste capítulo, será interpretada a partir da leitura de conflito social de Simmel (1983) e de figuração social de Elias (1990, 2000), com foco centrado na movimentação de pessoas e famílias, no surgimento dos *rachas* e na formação dos novos grupos e organizações dentro do acampamento Pendengo.

De acordo com a noção de “os indivíduos não são de um *movimento*, mas se encontram em movimento” (QUIRÓS, 2006) e reconhecendo, como outros trabalhos mostram, que na realidade temos variações da “forma acampamento” (SIGAUD, 2000) como maneira de demandar terra, os acampamentos de reforma agrária apresentam variações estruturais. As figurações que esses espaços sociais apresentam e das quais aqui expressei como configurações sócio-políticas, não foram todas planejadas pelos indivíduos em seu conjunto ou isoladamente, mas ocorreram a partir da movimentação incessante pela qual os homens constroem e desconstroem formas de sociabilidades, sendo essas as mais diversas possíveis.

Com essa intenção interpretativa, este capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro tópico analisa-se os *rachas* ocorridos no período de acampamento, focando na constituição dos grupos de famílias responsáveis pelas novas configurações sócio-políticas, elucidando esses acontecimentos e as dinâmicas do acampamento através dos depoimentos dos assentados durante as entrevistas realizadas. No segundo tópico, discute-se a ideia da personificação pela qual a liderança de uma organização social passa a ser a referência às diferentes configurações em sua identificação cotidiana, gerando a fala “*grupo do fulano ou sicrano*”, proporcionando diversidade na socialização política de um mesmo espaço social. Por fim, no último tópico discuto a possibilidade de se pensar a construção de acampamentos e principalmente a vivência dentro deles - o tempo de acampamento - como uma ideologia organizacional dos movimentos sociais de luta por terra, tendo como referência a noção de “forma acampamento” (SIGAUD, 2000) como modelo variável de ação coletiva para se reivindicar terra.

3.1 Os *rachas*

Como produtos das tensões de convivência grupal de um espaço social, em um período específico, construindo novas configurações a partir de novos sujeitos, novos líderes, novos grupos e, portanto, novas relações sociais, os *rachas* podem ser compreendidos como discórdias a respeito das atitudes tomadas pelas lideranças de determinado espaço social, capazes de reconfigurar as relações de poder existentes nesse espaço de interações. No caso de *rachar* um acampamento ou um assentamento de reforma agrária, deve se ter em mente o surgimento de discórdias, geralmente políticas ou econômicas, na forma de organizar determinado espaço. Neguinho, assentado da fazenda Pendengo e um dos responsáveis pela realização do terceiro *racha* ocorrido na trajetória do acampamento, define, em entrevista, o significado do *racha* como: *não aceitar a ideia dos outro e, portanto sair desse grupo*.

Outro assentado, ao responder a pergunta do que seria *rachar*, me disse ser um acontecimento que divide o grupo, contudo é uma divisão da qual se mantém a unidade original do grupo de acampados ou assentados.

Pensa em uma laranja. Ela é redonda e cheia de gomos. Se você tirar os gomos, vai continuar sendo uma laranja, mesmo que o formato não seja mais o mesmo, certo? Rachar seria como se os gomos fossem um grupo de famílias, onde elas se separam, se afastam, devido alguma desavença com algum tipo de pessoa, ou com outro grupo de famílias. É dividir o pessoal, mas manter a unidade. A laranja abriu, mas continua sendo laranja do mesmo jeito. Não é só porque não faz mais parte de uma organização que vai deixar de lutar, ou que vai atrás de outro pedaço de terra e larga os outros. Não é assim! A divisão até mesmo ajuda a coordenação a cuidar cada uma de seu grupo (Assis, assentado entrevistado, 2013).

A partir destes depoimentos, que ilustram a concepção de como se encarar os *rachas* a partir dos responsáveis por essas ações, isto é, a partir dos sujeitos e das categorias nativas, é possível assegurar que independentemente da quantidade de *rachas* ocorridos ao longo de toda sua trajetória, o acampamento Pendengo sempre foi encarado pelos acampados como sendo único. Mesmo que em cada grupo sócio-político houvessem regras e concessões diferenciadas, a partir das diferentes normas de cada uma das organizações que coexistiram durante o período do acampamento, a maioria dos acampados - responsáveis pelas diversas configurações - mantiveram-se em seus *barracos* iniciais. Não havendo reconfigurações ou reestruturações radicais no espaço físico do acampamento ao longo de sua trajetória, a não ser o crescimento do número de acampados e de *barracos*. Segundo alguns dos assentados entrevistados, que participaram do terceiro *racha*, a configuração do acampamento a partir da coexistência de mais de uma organização pouco interferia no cotidiano das famílias:

Mesmo com o acampamento dividido, mesmo com os rachas, ele (o acampamento) sempre foi um só. Não tinha essa coisa de fulano do MST não conversar com integrante do MTR, ou de ter que mudar o seu barraco porque saiu de tal grupo e agora faz parte de outro grupo. O que mudava, era só algumas regras. Em tal grupo aceitava andorinha e em outro não, num tinha que pagar apoio e no outro queria que fosse morador. Mas acampamento era um só (Assis, assentado entrevistado, 2013).

Ou seja, a totalidade do acampamento se mantinha única aos olhos dos próprios acampados, independentemente das configurações que as relações de coesão e de tensão apresentavam ao decorrer de sua trajetória. Com o surgimento de novos grupos e novas lideranças, surgem novas sociabilidades dentro do acampamento, mas sem excluir a sociabilidade primordial, que dá origem ao acampamento e que mantém uma identidade coletiva a todas as famílias: a identidade de acampado, ou de *sem-terra*.

Conforme vimos na introdução, a identidade coletiva surge a partir do sentimento de pertencimento do sujeito a um determinado grupo (GOMES, 1988). Contudo, não há como ignorar a existência de diversas outras identidades coexistindo em um mesmo espaço social, visto a grande quantidade de relações construídas e desconstruídas no próprio, fazendo de um mesmo espaço social um espaço de interações entre identidades, ou seja, uma complexidade de relações na construção de uma totalidade (MOREIRA, 2008). No caso dos *rachas* ocorridos durante o acampamento Pendengo, a situação é a mesma. As identidades assumidas pelos grupos, primeiro familiares e depois sócio-políticos, estão cercadas de outras identidades, tanto internas a seus membros, como na relação externa entre os outros grupos existentes no acampamento. Na verdade, a relação entre os grupos é o que mantém a sociabilidade original dos acampados, mesmo que essa seja constantemente reconstruída. Isto é, mesmo que novos grupos surjam, reconfigurando as diversas interações sociais dentro do acampamento, mantiveram-se as sociabilidades necessárias para que essas famílias continuassem reivindicando a mesma fazenda.

Acredito que ao resgatar cada um desses acontecimentos, através dos fatores cruciais para seus surgimentos - relatados ao pesquisador pelas famílias que os realizaram -, possa-se

perceber as diferenças e semelhanças existentes entre cada um dos três *rachas* ocorridos ao longo do acampamento Pendengo, assim como algumas das significações que esses acontecimentos tiveram para os sujeitos neles envolvidos.

Como exposto no capítulo anterior, o primeiro *racha* surge a partir da insatisfação de um grupo de famílias acampadas para com a forma de organizar o acampamento realizado pelo SINTRAF. Essas famílias, que já possuíam experiências em lutas por terra, já tendo participado de ocupações e outros acampamentos - os “*velhos de acampamento*” (LOERA, 2009) -, alegavam que não havia qualquer tipo de gerenciamento do acampamento por parte do sindicato, o que fez com que passassem a buscar no MST uma alternativa para corrigir a falta de organização das famílias. Segundo Luciana, umas das primeiras a montar um *barraco* na beira da estrada SPV-08:

Os coordenadores do acampamento não sabiam dar nenhuma informação, deixando as famílias tudo sem saber o que fazer. Foi aí que um pessoal, que já tinha experiência, reuniu mais algumas famílias e disse que iam atrás do MST pra acampar na Pendengo e que o MST, por ser um movimento, era mais forte do que o sindicato na luta (Luciana, assentada entrevistada, 2013).

A expressão utilizada pelo coordenador do MST - Baixim - ao relatar o primeiro *racha* à Loera (2009), ilustra a insatisfação com o sindicato representando a luta por terra dessas famílias. Ao dizer que as famílias “*foram caçar um movimento*” (LOERA, 2009; p.40; p.109), a relevância que a categoria *movimento* demonstra é de grande influência nos homens e mulheres que aderem à luta por terra. Além disso, também é interessante notar que o movimento social que essas famílias procuram/*caçam* é o *movimento* com um impactante histórico de lutas por terra, assim como de conquistas em nível nacional. Acredita-se aqui, que a busca pelo MST se deve a trajetória histórica desse *movimento* na luta pela terra e o forte simbolismo político que carrega.

A trajetória do MST assume papel de destaque na cena política brasileira, sendo na conjuntura da década de 1980 o primeiro movimento social de trabalhadores rurais a reivindicar terra em nível nacional, influenciando diversos movimentos sociais que vieram a surgir depois (CARTER, 2006). Apesar da forma de ação do MST hoje não se diferenciar fortemente das formas de outros movimentos sociais, visto a opção pela pressão política do ativismo público ser adotada e praticada pela maioria dos movimentos sociais, sindicatos e outras organizações de luta pela terra, o MST está marcado por seu discurso e por suas práticas consideradas, por muitos, como radicais e agressivas.⁸² Vale dizer que o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários a partir das ocupações de terra seguidas da montagem dos acampamentos, a realização de ocupações em prédios de órgãos estatais, o fechamento de estradas e a realização de marchas de grande extensão, são alguns dos exemplos das ações realizadas pelo MST tidas como “agressivas”. Do lado dos ativistas, essas ações coletivas, adotadas como estratégias na luta pela terra, são, em regra geral, lembradas com orgulho, fazendo do MST um *movimento* com grande acúmulo de capital político e social, colaborando para a crença entre os acampados e pretendentes a acampar de que o MST é o mais organizado e influente dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária no Brasil, conforme outros estudos já demonstraram.⁸³ Segundo Carter, as

⁸² Segundo Carter: “O ativismo público refere-se a uma forma específica de conflito social caracterizada por ser: organizada, politizada, visível, autônoma, recorrente e basicamente não-violenta. Este padrão de política contestatória é posto em ação essencialmente para atrair a atenção pública, influenciar as políticas do Estado, e moldar as ideias, valores e ações da sociedade” (CARTER, 2006; p.138).

⁸³ Entre os estudos que abordam essa crença dos acampados para com o capital político e social do MST tido com superior em relação a outros movimentos sociais, ver Carter (2006), Loera (2009) e Rosa (2004; 2009).

atitudes do MST tidas como agressivas e radicais têm os seus motivos. Para o autor a realidade segregadora e resistente do sistema político brasileiro, monta um cenário árduo, o que faz com que os movimentos sociais que lutam pela construção da democracia no país tenham que se comportar de forma “forte, musculosa e áspera”. O radicalismo do MST é visto pelo autor como “[...] reação às condições adversas que têm dificultado a implementação da reforma agrária no Brasil” (CARTER, 2006; p.153).

Dessa forma, a busca pelo MST no acampamento Pendengo, se deve a importância que esse *movimento* adquiriu ao decorrer de suas ações ao longo da história, transmitindo confiança aos homens e mulheres que buscam nos acampamentos que se inserem, entre diversos motivos, a presença de uma organização do porte de um *movimento*, que lhes transmitam seriedade nos objetivos pretendidos e na forma de organização. De acordo com um assentado:

Sem sombra de dúvida, o MST é a organização mais organizada na luta pela terra. As reuniões que eles têm são pra resolver as coisas e não pra ficar de conversa. Precisa de uma organização forte pra lutar contra os fazendeiros. Mesmo que eles [os fazendeiros] não produzam, eles não vão querer sair da terra e precisa de força pra tirar eles de lá. O MST tem essa força, que outros não tem. (Beto, assentado entrevistado, 2013)

Com a decisão de apoiar a luta das famílias do acampamento Pendengo, que lhe procuraram em seu escritório regional, o MST passa a ocupar o acampamento conjuntamente com o sindicato, trazendo consigo mais famílias provindas do *trabalho de base* realizado por seus militantes na região de Andradina.

As atitudes tomadas, ou a falta de atitudes, a respeito da organização do acampamento levou o SINTRAF ao descrédito com as famílias acampadas, que ao discordarem da forma que o sindicato levava o acampamento, somado ao fato de procurarem outra organização para representa-las na luta pela posse da fazenda Pendengo, fez com que a representação política do sindicato dentro do acampamento desaparecesse ao decorrer do tempo.

A presença tanto de Jovelino como de Bossolan - líderes sindicais, responsáveis por organizar o acampamento - passou a se reduzir com a presença do MST. Segundo as informações concedidas pelos assentados entrevistados, o Sindicato passou a aderir à forma de organização do MST, não se posicionando a respeito de qualquer atitude tomada por esse *movimento* no acampamento e não mantendo seus coordenadores informados de qualquer novidade. Em suma, o SINTRAF deixou de existir como organização sócio-política das famílias que representava, o que fez com que houvesse uma modificação na correlação de forças dentro do acampamento. Segundo Assis:

O SINTRAF foi quem começou tudo, mas depois virou tipo uma organização fantasma. Tem, mas ao mesmo tempo não tem. [...] Pra mim, aquilo tudo não estava certo. Ai eu fui junto de um pessoal pro MST e outro pessoal ficou mais um tempo perdido pelo acampamento. Moravam no acampamento, estavam todos juntos, mas não estavam com o MST (Entrevista, 2013).

A quantidade e qualidade das informações a respeito da situação do acampamento e da desapropriação da fazenda Pendengo continuaram precárias mesmo com a presença praticamente única do MST como organizador do acampamento. Segundo o assentado Zé Hélio, o MST prezava mais pela presença massiva de seus integrantes em mobilizações tais como a participação em ocupações de terra em outras fazendas, ajudando a montar outros acampamentos e realizando marchas e piquetes nas cidades da região, do que às dinâmicas e até mesmo à permanência no espaço do acampamento.

Você perguntava pros coordenadores quando que a terra ia sair e como que estava o processo nosso e eles sempre desconversavam. Diziam que nós tinha que ficar movimentando, que tinha que ajudar nas lutas de outros acampamentos, porque aí nossa terra também ia sair. Mas resposta mesmo, eles não davam (José Hélio, assentado entrevistado, 2013)

Questão que demonstra a frustração de alguns acampados a respeito da promessa que os “*velhos de acampamento*” (LOERA, 2009) haviam apresentado para os novatos com a presença do MST organizando o acampamento. A crítica à falta de organização dentro do acampamento, antes feita ao sindicato, se manteve visto a diretriz dos coordenadores do MST ser voltada mais para as ações coletivas externas, realizando mobilizações de protesto e por reforma agrária em níveis regionais, estaduais e até mesmo nacionais, do que visando sanar as dificuldades e vicissitudes enfrentadas pelas famílias dentro do acampamento.

Ao organizar as famílias acampadas sob sua bandeira para diversas atividades em prol da luta por terra e reforma agrária no Brasil, visando pressionar a tomada de atitude por parte dos órgãos responsáveis pela desapropriação de terras e a implementação de políticas de reforma agrária, a coordenação do MST passou a ser criticada por diversos acampados da Pendengo, conforme demonstra a assentada Maria José:

O MST exigia que você participasse de outras lutas. Chamava as famílias pra ajudar em ocupação de terra e em outros acampamentos, em marcha, em várias manifestações. Só que não é, assim, um convite, é uma ordem. Se não pode ir ninguém da sua família, porque tem que ir no mínimo um da família, aí tem de pagar uma taxa. Então, assim o MST faz muita luta, mas as vezes parece que esquece das dificuldades das famílias. Não pensa muito no acampamento. Aí nós lutava pros outros, mas pra nós mesmo não vinha nada (Maria José, assentada entrevistada, 2013).

Vale dizer que, para alguns dos acampados, novatos, pelo MST, as atividades propostas/impostas pelo movimento, visando compor sua *jornada de lutas*⁸⁴, eram tidas como atos de baderna, dos quais não tinham o interesse em participar. *As manifestações de protesto do MST são tudo bagunçadas. Tinha gente pra todo lado sem saber o que tinha de fazer. Uma baderna mesmo* (Neusa, assentada entrevistada, 2013).

Ainda nesse momento inicial da luta pela desapropriação da fazenda Pendengo, outro acontecimento que merece ser exposto para se compreender as relações de poder que configuraram a trajetória do acampamento – gênese do segundo *racha* que estava por vir -, foi o fato das famílias acampadas não terem nenhum tipo de cadastro como candidatas a desapropriação da fazenda. Segundo Nino, “*velho de acampamento*” que aderiu a luta da Pendengo logo após a entrada do MST à essa luta “em conjunto” com o sindicato, foi devido seus contatos particulares que descobriu que o acampamento não havia sido, até então, listado pelo INCRA como existente. Conforme ele conta:

Passado algum tempo e devido a uns conchavos que a gente tem lá fora, descobrimos que o sindicato, junto com os coordenadores aqui, estavam só é enganado o pessoal. Nem tanto os coordenadores, pois eles estavam indo pela cabeça do sindicato. Os coordenadores não iam checar qualquer informação que o sindicato passava para eles, se é que tinha informação. Foi aí que eu liguei para o pessoal de São Paulo, do qual eu ainda tenho um bom conhecimento e eles me disseram que nem o nome do acampamento estava listado pelo INCRA. Com isso o povo se reuniu e pagou uma passagem para mim e outro rapaz, lá pra São Paulo, levando a listagem do pessoal e na volta eu já fiquei de coordenador pelo MST, junto com os que já estavam (Nino, assentado entrevistado, 2013).

⁸⁴ *Jornada de lutas* ou *mobilizações* são as expressões utilizadas pelos militantes do MST, para descrever as diversas ações coletivas que realizam, tal como marchas, bloqueios de estradas, passeatas e ocupações.

Ou seja, a rede de relações de Nino, construídas a partir de sua trajetória de luta pela terra, possibilitou o andamento do acampamento Pendengo, que aos olhos estatais nem se quer existia.⁸⁵

O conhecimento do jogo político e social internalizado por Nino a partir de suas experiências na luta pela terra levou-o a intervir na organização do acampamento em que se encontrava. A partir de suas experiências na luta por terra e de seu capital político e social, Nino passou a exercer algo do qual os acampados esperavam ser desenvolvido pelos coordenadores do acampamento, assumindo assim a confiança de muitos dentro desse espaço, tanto que passa à posição de coordenador de grupo pelo MST, ao lado dos outros coordenadores que já existiam.

A condição de falta de informação a respeito do processo de desapropriação que incomodava grande parte dos acampados passou a crescer cada vez mais, envolvendo tanto as famílias acampadas que se encontravam à parte do MST, ou seja, as famílias que não aderiram ao *movimento* quando o próprio começou a fazer parte do acampamento, assim como famílias acampadas pelo MST. Situação que se agravou quando houve uma visita no acampamento, em outubro de 2004, do então coordenador geral do ITESP, Marcos Pilla, para realizar comício eleitoral para o cargo de vereador a qual concorria. Segundo meus interlocutores, durante sua visita Marcos alegou que a fazenda já estava com pedido de emissão de posse para a construção do assentamento. Questão que incomoda alguns dos acampados que eram “*velhos de acampamento*”, que replicaram aos novatos, em reunião posterior, que não seria possível a fazenda ser desapropriada em tão pouco tempo, visto que até então nenhum órgão governamental - INCRA ou ITESP - havia realizado uma visita ao acampamento e recolhido o nome das famílias acampadas, havendo somente o cadastro das famílias feito por Nino e levado pessoalmente ao INCRA. A partir desse acontecimento surge outro grupo de famílias dentro do acampamento, composto por acampados incomodados com o depoimento do coordenador geral do ITESP, somado a algumas famílias que mesmo sem experiência acumulada na luta pela terra, aderem a esse novo grupo, organizando-se sob a liderança de Nino. Esse grupo cria uma organização para representa-los na luta pela desapropriação da fazenda Pendengo: a Organização Luta Pela Terra (OLPT). Nino narra o ocorrido, da seguinte forma:

Passou uns meses juntou um pessoal que achou estranho essa visita do Pilla, veio também um pessoal que acreditava mais nos velhos de luta, do que nos coordenadores do acampamento e falaram que não iam mais acampar com o MST ou com o sindicato e que queriam ficar é comigo, nem que fosse individual. Foi aí que decidimos fazer a OLPT (Entrevista, 2013).

Em dezembro de 2004, Nino passa a liderar 80 famílias, sob a bandeira da organização que cria, negociando diretamente com os órgãos estatais a demanda pelo assentamento dessas famílias na fazenda Pendengo e reconfigurando sociopoliticamente mais uma vez o acampamento. Iniciado pelo SINTRAF, que passa a “ceder” espaço para outra organização, coexistindo a ponto de ser substituído pelo MST, a configuração do acampamento passa então a ser entre MST e OLPT. Mudança estrutural na organização, da qual a coexistência de organizações passa a ser marcada por tensões e conflitos até então não presentes no acampamento.

⁸⁵ Não foi possível confirmar, no trabalho de campo, se a inserção do MST no acampamento Pendengo apaga a história prévia do próprio, visto que os dados da CPT só reconhecem o acampamento reivindicando a fazenda Pendengo a partir de 2006 como não identificado e em 2007 como acampamento “*Che Guevara*” e estando somente sob a bandeira do MST. Contudo, é possível perceber a influência e o peso político do MST na luta pela terra a partir da divulgação desse acampamento por parte deste *movimento*. Ver tabelas 3 a 6 nos anexos.

Devido o *trabalho de base* realizado pelo MST e devido principalmente à proximidade com as cidades de Castilho, Nova Independência e Andradina, a quantidade de indivíduos que passaram a pedir vagas e montar *barracos* no acampamento Pendengo, aumentaram. Todavia, cada uma das organizações que construíam o acampamento tinham diferentes posicionamentos a respeito do interesse em uma vaga nesse espaço social.⁸⁶

Os militantes do MST não viam problema na existência de acampados que pagassem taxa de apoio, os tidos *andorinhas ou apoios*, dentro do acampamento. Já a OLPT era contra essa prática, defendendo que a vaga dentro do acampamento e, portando, como candidato a uma vaga no futuro assentamento, tinha de ser comprovada com a moradia de no mínimo um membro da família dentro do acampamento. Prática essa que passou a ser engrossada com a presença de “*novos velhos acampados*”⁸⁷ dentro do acampamento Pendengo. Com a presença desses acampados *velhos de luta*, que desqualificavam a prática de *apoio de barraco* realizada pelo MST, a OLPT passa por uma mudança, não na forma de organização, mas sim na sua nomenclatura. Como forma de referendar o segundo *racha*, a OLPT muda de nome, passando a se chamar Movimento do Trabalhador Rural (MTR). Mudança que se deve ao fato dos acampados acreditarem que um movimento social possui maior peso e importância na cena política do que uma organização, como mostra o depoimento de Sandra:

Se você procurar, pelo Brasil, uma organização que tem história na luta da reforma agrária, você vai encontrar poucas. Agora se você procurar por movimento, tu dá de cara já com o MST. Assim, [...] eu acho [...] precisa de ter um movimento pra lutar contra os fazendeiros, precisa de ter uma organização forte e isso é com um movimento que se consegue. Porque parece que o governo só conversa com movimento. Não querem saber do acampamento se não for de movimento (Sandra, assentada entrevistada, 2013).

De acordo com Rosa (2004; 2009), ao estudar a inserção do MST na Zona da Mata de Pernambuco, um movimento social possui maior peso aos olhos de diversos acampados do que outras formas organizacionais na luta pela terra. Em seu estudo, o autor apresenta diversos depoimentos, dos quais é possível perceber a preferência dos acampados em serem representados por *movimentos* (no caso o MST), pois os consideram como instituições de maior peso político nas estratégias de luta pela terra, assim como de maior relevância no amparo as famílias acampadas e da possibilidade de conquistarem maior *status* social e político, a partir de suas inserções dentro dos quadros organizacionais do *movimento*, em nível de desenvolverem carreira na militância.⁸⁸ Além disso, Rosa (2004; 2009) mostra que mesmo quando os trabalhadores rurais não tinham a possibilidade ou não se interessavam em buscar o MST, para que lhes auxiliassem e representassem na luta por terra, incumbiram à CPT, que

⁸⁶ Vale dizer que não obtive nenhuma informação a respeito a quantidade de vagas que os coordenadores disponibilizavam dentro de cada um de seus grupos, antes da última ocupação realizada dentro da fazenda em 2007. Da qual ambos os coordenadores decidiram totalizar em 170 vagas, visto ser esse o número de famílias que estavam acampadas na Pendengo na época.

⁸⁷ Conforme relatado anteriormente, os “*novos velhos acampados*” seriam novos indivíduos que passam a acampar reivindicando a fazenda Pendengo. Porém, esses indivíduos contavam com um currículo de ocupações e acampamentos já realizados, podendo assim serem considerados como *velhos de acampamento* ou como Nino disse em depoimento: *velhos de luta*, devido suas experiências na luta por terra. Para uma melhor compreensão da diferenciação entre *novos* e *velhos acampados*, ver Loera (2009).

⁸⁸ Em entrevista feita por Rosa (2009) com um jovem militante do MST, coordenador da Regional Mata Sul na Zona da Mata de Pernambuco, que já havia participado dos quadros do sindicato na região, é possível perceber sua preferência pelo MST, como sendo um órgão mais ativo e mais consistente na luta pela terra, além de lhe possibilitar a ascensão social como indivíduo, ainda na juventude. Possibilidade essa, que foi realçada em diversos outros depoimentos expostos pelo autor, independente de suas idades. Isto é, diversos sujeitos que fazem ou fizeram parte do MST, enxergam nesse *movimento*, mais especificamente na participação em seus quadros organizacionais de maior responsabilidade, a possibilidade de conquistar uma nova inserção social, da qual passariam a assumir maior *status* político e social e consequentemente maior reconhecimento, preferindo assim ingressar-se na luta por terra através de um *movimento*, ao invés de outras organizações sociais.

lhês amparavam socialmente, a função de representação social, política e jurídica, passando a realizar ocupações de terra e montando acampamentos, assumindo símbolos e funções da luta pela terra. Isto é, mesmo que esses trabalhadores rurais não se interessassem em serem representados por um movimento social, era através da reprodução das ações estabelecidas pelo MST como adequadas para se conquistar a desapropriação de terras, que eles agiam. Conforme o autor apresenta: “organizar os acampamentos e representá-los ‘diante da Justiça’ e, principalmente, do Estado é uma tarefa que foi consagrada ao longo da década de 1990 a um movimento” (ROSA, 2009; p.101). O que faz com que houvesse a incorporação de elementos da “forma movimento” em outras instituições⁸⁹.

Ao deixar de ser uma *organização* e passando a ser um *movimento*, o grupo de famílias liderados por Nino continua a assumir o posicionamento contrário a permissão de não-moradores dentro do acampamento sob a sua bandeira, levando-o a implementar regras de permanência no acampamento, como a criação de um documento em que um dos membros da família acampada tinha de assinar, comprovando o seu compromisso para com o MTR.

Com o acampamento configurado a partir da coexistência de dois movimentos sociais, outra regra que compunha o cotidiano do acampamento Pendengo e que ajuda a compreender as diferentes formas de ação realizadas por cada grupo e a dinâmica desse espaço social foi motivo de divergências. O *caderno de pontos* e seus diferentes manejos ocasionaram mais uma tensão dentro do acampamento Pendengo. Como uma ferramenta, onde são marcadas as presenças dos moradores do acampamento ou dos *apoios*, visando controlar o tempo de dedicação e o envolvimento dos acampados no acampamento, o *caderno* tinha de ser assinado por todos os pretendentes, tornando-se uma norma das duas organizações. Os acampados que ficavam no acampamento durante os fins de semana tinham que acumular 8 assinaturas no fim do mês, os que ficavam por três dias acumulavam 12 assinaturas e assim por diante.

No caso aqui analisado, o *caderno de pontos* do MST circulava entre moradores de confiança do coordenador, visto que o próprio não morava no acampamento e os que tinham que assinar se dirigiam até o barraco onde estava o *caderno*. Já no caso do MTR a dinâmica para recolher as assinaturas era diferente:

Nesse caso, os acampados sob a bandeira do MTR devem ter um mínimo de quatro assinaturas por semana, mas o desejado é que assinem todos os dias. Uma das tarefas dos coordenadores [no caso Nino e sua esposa que moravam no acampamento] é visitarem os acampados para coletar as assinaturas ou, como pude também observar, esperar no barraco da coordenação, para que as pessoas passem e assinem. É claro que, como qualquer mundo social, há exceções à regra e há acampados que não cumprem com o mínimo de quatro dias (LOERA, 2009; p. 120).

Utilizado como forma de contabilizar o tempo passado no acampamento e o tempo passado no *barraco* pelos acampados, algumas lideranças de *movimentos* e coordenadores de acampamentos enxergam no *caderno de pontos* uma forma de controlar quem entra e quem sai e quando entram e saem do acampamento. Isso é, contabilizam o *tempo de acampamento* de cada família, visando assim auxiliar na seleção dos candidatos a uma vaga no futuro

⁸⁹ A realização da ocupação de terra, seguido da montagem de um acampamento é o que Rosa (2004; 2009) chama de “Forma Movimento”, que pode ser vista como modelo contemporâneo de ação coletiva e que surgiu a partir das ações do MST no sul do país. Para ele: “O que de início (pensando no caso dos primeiros acampamentos do sul do país) era um conjunto de signos articulados de forma pouco refletida, na medida que incorporava elementos presentes nas diversas tradições de seus fundadores, tornou-se nos últimos anos uma espécie de modelo, cultivado nos mais distintos pontos de contato entre sujeitos do Estado e grupos organizados: uma espécie de *forma movimento* que sustenta os movimentos e reestrutura o Estado” (ROSA, 2010; p. 102).

assentamento. Conforme veremos no terceiro tópico desse capítulo, apresentando alguns elementos que constituem as variações da “forma acampamento”, o *caderno de pontos* pode ser visto como:

[...] um dispositivo local que serve para classificar – tendo como critério o tempo de barraco – os concorrentes a um lote de terra. Mas também mostra a heterogeneidade de grupos e categorias de acampados: os que *cumprem regra, moradores de final de semana, apoios, acampados* ou *moradores* (LOERA, 2009; p.122).

Segundo as famílias mais antigas da Pendengo, com quem tive a oportunidade de entrevistar, todas afirmaram a existência do *caderno de pontos* desde os primórdios do acampamento, quando a organização das famílias nesse espaço era somente de responsabilidade do SINTRAF. Conforme Assis me informou:

No começo eu mesmo era um dos que marcava a presença do pessoal. Sai andando e ia marcando o nome dos que tavam presente. Depois que passou pro MST agente criou a regra de cada semana o caderno ficar na casa de um, onde o pessoal ia todo dia assinar. Ai, se naquela semana a pessoa saísse, o caderno tinha que ir pra outro. Era um rodízio pra não sobrecarregar uma pessoa só. Porque esse que ficava com o caderno, ficava restrito a essa tarefa pela semana toda. Não podia sair pra trabalhar ou pra fazer bicos (Entrevista, 2013).

Ao perguntar para quem serve o *caderno de pontos*, Assis me respondeu que era para que os coordenadores tivessem controle de quem estava acampado, ao mesmo tempo que servia como um documento do acampado para comprovar que esteve acampado e por quanto tempo foi.

Servia pra constar se o pessoal estava ali. Servia como uma espécie de documento pros acampados, porque se você tá acampado e acontece alguma coisa, você tem como provar que estava acampado na beira da estrada. Era pra provar que a pessoa esteve acampada ali e que era presente no acampamento. Porque os coordenadores diziam que quem não assinasse, podia não ser escolhido pra ser assentado (Assis, assentado entrevistado, 2013).

Assim, os *cadernos de ponto*, devido sua implementação rotineira na dinâmica do acampamento, assumiam uma responsabilidade maior do que as atas de reuniões, das quais os acampados assinavam tanto para comprovar suas presenças nas reuniões, como para legitimar as decisões tomadas durante as reuniões.

Segundo Neusa, assentada pelo SINTRAF, mas que acampou a maior parte do tempo sob a bandeira do MST, o *caderno de pontos* fazia parte da estratégia dos coordenadores para manter as famílias cumprindo as regras que eram estabelecidas por cada *movimento*. Isto é, funcionava como uma forma de assegurar que os acampados estavam ou presentes no acampamento, no caso dos moradores, ou presentes nos dias de pagar a *taxa de apoio*, no caso dos não-moradores.

Na época a gente tinha medo de não assinar, porque os coordenadores falavam que só assentava quem assinava o caderno. Mas, os mais velhos do acampamento e os que eram andorinha, sabiam que não era o caderno que assentava as famílias e sim o cadastro do INCRA. Mas quem é novo, não sabe como funciona e aí você vai arriscar? Que nada, vai fazer como eles falam que tem que fazer (Sandra, assentada entrevista, 2013).

Contudo, independente das críticas possíveis de serem feitas a essa ferramenta de controle, não se pode negar a relação dos *cadernos de ponto* com as *disciplinas* existentes dentro dos acampamentos. Segundo Loera (2006), a *disciplina* dos acampamentos são regras construídas ou reproduzidas pelos acampados, tendo por referência tanto as experiências individuais passadas em outros acampamentos, como as diretrizes apresentadas pelas

coordenações gerais dos movimentos sociais a que pertencem. Como uma linguagem particular, o quadro de regras e condutas normativas das *disciplinas* sofrem modificações ao decorrer de suas assimilações por parte dos acampados. Pois, mesmo que os acampados se demonstrem dispostos a cumprir com as regras, visando sua permanência dentro dos acampamentos, elas são constantemente desrespeitadas, mostrando seu caráter fluido a partir do momento que são os sujeitos que as fazem eficazes e não as regras por si (BOURDIEU, 2004).

De acordo com Bourdieu (2004) e Elias (1997), o “habitus”, o saber social incorporado, constitui o princípio de comportamento e de ação dos indivíduos de determinado espaço social, fazendo com que as condutas normativas, as regras criadas para determinado espaço, sejam constantemente adaptadas e modificadas a partir das experiências, saberes e técnicas dos indivíduos inseridos em determinado espaço social, configurando-o de diferentes maneiras ao decorrer do tempo.

Assim, é possível perceber o *caderno de pontos*, juntamente com outras atividades internas aos acampamentos, como elemento que compõem tanto a linguagem social relativa ao mundo das reivindicações de terra e reforma agrária, envolvendo diversos sujeitos, como uma linguagem particular ao espaço social dos acampamentos. As diferentes formas de administrar o *caderno de pontos*, entre as diferentes organizações dentro do acampamento Pendengo mostram esse caráter maleável entre as regras e as práticas a partir das ações humanas, assim como também demonstram as tensões criadas a partir das divisões sócio-políticas desenhadas pelos *rachas*, no caso específico da configuração do acampamento entre o MTR e o MST. Vale realçar aqui, o fator não premeditado dessa configuração sócio-política e, portanto, dessas tensões.

Conforme Elias (1990; 1997; 2000), as configurações sociais são frutos das interações interdependentes e funcionais entre os indivíduos e dos indivíduos para com a sociedade, o que faz com que os resultados harmoniosos ou hostis não possam ser previstos ou arquitetados pelos sujeitos que as constroem. Como produto das relações sociais, portanto dos interesses, das redes de pertencimentos e das condutas normativas, uma figuração, tal como a possível de ser percebida entre MST e MTR, pode apresentar os mais diversos resultados de sociabilidade, inclusive novas figurações. Justamente o que ocorre no acampamento Pendengo, em outubro de 2008.

Conforme já relatado, o coordenador do acampamento pelo MST, Baixim, foi beneficiado com um lote no assentamento da fazenda Cafeeira, para onde se muda, ao mesmo tempo em que convida três outras famílias acampadas pelo MST na beira da estrada da fazenda Pendengo, para se assentarem junto dele. Atitude essa que, somada ao desagrado para com os *compromissos* impostos pelo MST aos acampados, compondo a *disciplina* do acampamento e principalmente desse *movimento* em relação à luta pela terra, leva a mais um *racha* no acampamento Pendengo. Quarenta famílias insatisfeitas saem do MST, das quais seis mudam-se para o MTR e as outras trinta e quatro criam seu próprio grupo, tendo Neguinho e Luciana, ambos acampados pelo MST, como principais responsáveis na organização dessas famílias, que passam a ter no SINTRAF a organização representativa de seus interesses. Ou seja, o sindicato volta a ocupar espaço organizacional dentro do acampamento que foi responsável em construir.

Esse terceiro *racha*, ocorrido durante o período de acampamento surge, assim como os outros, devido as insatisfações dos acampados para com as atitudes das lideranças do acampamento, somado as experiências, os conhecimentos e as redes de relações dos acampados. Os *velhos de luta* e as trajetórias de vida dos acampados foram cruciais para a

eclosão dos *rachas* e cruciais para as reconfigurações da dinâmica do acampamento, corporificando novos grupos e novos coordenadores.

No caso dessa nova divisão sócio-política do acampamento Pendengo, muitos dos acampados demonstraram sua insatisfação com o MST, a ponto de passarem a acampar sob a bandeira do SINTRAF, devido a continuidade de falta de informação concisa a respeito do processo de desapropriação da fazenda Pendengo. Segundo os assentados entrevistados, pouco lhes era relatado a respeito das atuais condições de suas reivindicações na época do acampamento. Situação essa que já era realidade desde o início do acampamento, abrindo espaço para a coexistência entre diferentes organizações de luta pela terra, assim como para o surgimento de diversas relações e situações inovadoras, dentro do acampamento. De acordo com Neusa, que *rachou* com o MST em 2008:

Toda vez que a gente perguntava pros coordenadores quando que a terra ia sair, ou se tinha alguma novidade do nosso caso, eles sempre enrolavam o pessoal. Diziam que a luta pela terra era demorada, que era um processo demorado e não informavam nada pra nós. Ai começamos a brincar com essa situação, dizíamos que a terra sairia em agosto. A gosto de Deus (Entrevista, 2013).

Além da falta de informação por parte dos coordenadores, relatada por Neusa, outro motivo que levou quarenta famílias a se desvincularem do MST em 2008 foram as atividades ou *compromissos* em nível de *disciplina/obrigação* que o *movimento* impunha aos acampados sob sua bandeira. Iremos discorrer melhor a respeito dessa questão, ao discutir as variações da “forma acampamento” perceptíveis no acampamento Pendengo. Contudo, adianto um pouco dessa discussão.

O caráter tido como “radical” do MST, com suas ações reivindicatórias para a luta por terra e reforma agrária no Brasil, das quais os acampados são deslocados de seus acampamentos visando “engrossar” as marchas e as ocupações de terra e de prédios de órgãos públicos, com uma grande quantidade de manifestantes, foi um estorvo para muitos dos acampados na Pendengo, chegando a somar nos motivos que causaram o terceiro *racha*. Para Décio, que acampou pelo MST, mas mudou-se para a bandeira do Sindicato, o MST era muito agressivo em sua forma de agir, impondo a obrigatoriedade de no mínimo um membro da família acampada participar de todas as manifestações e/ou tarefas que surgissem. Caso contrário, a família pagava uma taxa à coordenação do *movimento*.

O MST obrigava a participar de outras tarefas. Em ocupações e em acampamentos na região. Tiveram as ocupação da fazenda Ipê, do Lagoão, teve a da Cafeeira que nós ficamos 30 dias lá e prometeram que quando saísse a terra, algumas famílias iam se assentar lá. Mas não dava pra todos participarem. Muitos tinham que trabalhar, né? Esses que só dormiam no acampamento, trabalhando durante o dia não conseguiam ir. Ai ou pagavam os trinta reais, ou iam as mulheres, ou os filhos mais velhos (Décio, assentado entrevistado, 2013)

Conforme discutido acima, essas atividades organizadas pelo MST podem ser vistas como parte da *disciplina* desse *movimento* e assim como uma linguagem particular a determinados acampamentos e movimentos sociais. De acordo com Loera (2006), essas atividades constroem o espaço social dos acampamentos, assim como constroem um perfil dos *sem-terra* que continuam na luta por terra. Porém, não são todos os acampados que conseguem se adaptar a tal rotina de manifestações. Uns alegam a dificuldade em deixar de trabalhar, visando a alimentação de sua família, para participar das reivindicações, assim como outros cansam de realizar atos para outros acampamentos, reclamando a falta de atenção das lideranças para com seus próprios acampamentos. De qualquer forma, essa

linguagem social foi um dos motivos que causaram os dois últimos *rachas* do acampamento Pendengo.

Mas talvez, o mais forte motivo do terceiro *racha* tenha sido a atitude tomada por Baixim, coordenador pelo MST, em assentar-se e eleger as famílias que seriam também assentadas na fazenda Cafeeira, ausentando-se do dia a dia do acampamento. Conforme uma assentada disse em entrevista: *Nós que estávamos acampados, que participavam das atividades que ele [Baixim] propunha, que sofria igual, que lutava pra ter um lote, perdemos o representante. Ficamos a ver navios! Ficamos sem coordenador.*

Vale realçar aqui, o quanto que a esperança dos *sem-terra*, depositada nas organizações de luta pela terra é refletida nas figuras de seus coordenadores militantes. As informações a respeito do processo de desapropriação, a procura por sanar algumas dificuldades, tanto materiais como sociais, entre outros problemas que possam surgir durante o período em que se passa debaixo da lona, na maioria das vezes são mediados pelos coordenadores, e mais do que isso são atitudes esperadas pelos acampados de serem realizadas por seus coordenadores, conforme Neuguinho demonstra ao relatar o terceiro *racha*:

Quando você tem uma pessoa representando você. Você deposita toda a confiança nele. Principalmente quando você chega [ao acampamento], pois vai ver aquele líder ali como um orientador. Mas aí chega um momento que ele diz: “olha eu to mudando daqui, mas eu não to deixando vocês”. Mas pronto, ele desapareceu! Eu discuti bastante mais ele, numa boa. Eu disse: “Você errou a partir do momento que você pegou o seu lote. Eu não sou contra isso, você lutou bastante, você vem da luta, você cansou e quer o seu lote e parar um pouco. Mas, os outros três lotes que você tinha lá, você não podia indicar as pessoas pra levar. Você tinha que chegar aqui dentro do acampamento e fazer um sorteio. Esse aí que você tá levando é lutador que nem eu.” Sabe Murilo, a gente apanhou junto, correu junto, nós fomos pra Brasília, São Paulo, a gente passou frio junto. Tinha que ser sorteio. Qualquer que caísse lá era merecedor. E foi o que falamos pra ele, quando rachamos (Entrevista, 2013).

Essa frustração com a atitude de Baixim é compartilhada, entre os antigos acampados pelo MST, como o motivo que alavancou o terceiro *racha*.⁹⁰ A maioria dos assentados que participaram desse *racha* elencaram, em seus depoimentos, a escolha e não o sorteio das famílias a serem assentadas na fazenda Cafeeira como o motivo propulsor dessa divisão sócio-política, tal como a fala de Décio também demonstra:

Ninguém foi contra o lote que o Baixim ganhou. Ele mereceu. Organizou as famílias daqui e coordenou tudo. Passemos 30 dias somando ao acampamento da Cafeeira. Mas aí, se ele disse que algumas famílias nossas seriam assentadas lá, por sorteio, então tinha de ser por sorteio. O lote dele é merecido, mas os outros três, não! Tu não pode dizer: “esse lote é seu, esse outro é de tal e esse outro de tal”. Tinha de fazer uma assembleia geral explicando o que aconteceu e aí sortear os três lotes, para três famílias irem com ele. Mas não fez. Foi aí que a gente fez o racha (Décio, assentado entrevistado, 2013).

Esse senso de justiça dos acampados, fruto de uma “lógica de merecimento” igualitária para todos que sofrem as vicissitudes do *tempo de acampamento*, conforme Loera (2006) demonstra, pode ser visto como causa emotiva que constrói diversas figurações. Conforme relatado no primeiro capítulo, Elias (1997; 2000) apresenta as emoções como causas e consequências das diversas interações interdependentes e funcionais dos indivíduos de um mesmo espaço social, tanto micro como macro. Isto é, as emoções compartilhadas entre um grupo, perceptíveis ou não por seus indivíduos, são elencadas pelo autor como elo significativo das figurações construídas. No caso dos *rachas* do acampamento Pendengo, as

⁹⁰ Segundo Loera (2009), as indicações de pessoas para serem assentadas não é uma prática nova no mundo das ocupações de terra. Iremos dialogar a esse respeito em momento oportuno da dissertação.

emoções em comum, tal como o sentimento de exclusão que os acampados tinham em relação às lideranças e principalmente suas atitudes, constituíram novos grupos e, portanto, novas configurações.

Contudo, deve-se atentar para a relação de poder que se desnaturaliza a partir do momento em que determinado grupo se apresenta contra as atitudes de seus coordenadores. Ao se posicionarem contra a falta de informação a respeito das condições reais do processo de desapropriação da fazenda, contra a forma de organizar as famílias acampadas, contra as *disciplinas* impostas por determinado *movimento*, ou contra as atitudes tidas como excludentes e assim autoritárias, demonstrando assim uma relação de poder pautada na oposição entre autoridades e subordinados, esses últimos passam a assumir o mesmo patamar simbólico dos primeiros. Isto é, a partir do momento em que se configura uma relação de antagonismo social, tal como um conflito, há o reconhecimento das duas partes como iguais, visto o interesse de uma das partes em modificar essa relação. De acordo com Simmel (1983), um conflito social pode ser visto tanto como uma forma evidente de sociação, visto a necessidade de haver no mínimo dois indivíduos para que se desenhe uma interação entre homens, assim como um patamar social onde os opositores se reconhecem como iguais. Para o autor, o conflito pode ser visto como uma espécie de palco teatral, onde as partes encontram-se no mesmo plano situacional, nivelando-se simbolicamente nesse espaço/tempo por eles construído, do qual resultará na modificação ou na produção de novos grupos de interesses, uniões e organizações.

Mesmo apresentando relações de poder ao longo de sua trajetória, estabelecidas pela simples diferenciação entre funções e atividades assumidas pelos seus integrantes, o acampamento Pendengo mostrou a força motora dos homens e mulheres como sujeitos capazes de modificarem a assimetria de poder perceptível em um espaço social. Isto é, os *rachas*, como acontecimentos específicos e resultado das relações sociais construídas, possibilitaram reconfigurar social e politicamente o acampamento, por serem ações humanas, ou seja, ações carregadas de experiências e de conhecimentos a partir das redes de relações dos indivíduos envolvidos, possibilitando constantes modificações.

Diferente de outros casos, que apesar de apresentarem os *rachas* como desentendimentos a partir das hierarquias existentes nos acampamentos, ou como críticas às formas de conduzir a organização das famílias acampadas, os *rachas* ocorridos ao longo do acampamento Pendengo não foram vivenciados como delitos. Muito pelo contrário. Os *rachas* da Pendengo foram ações aceitas por todos os integrantes do acampamento, por mais que as lideranças e coordenadores pudessem se posicionar contra essas ações. Pode-se visualizar essa práxis social como expressão de uma convivência democrática dentro do acampamento, o que não se mostra ser uma regra geral.

Turatti (2005), ao estudar acampamentos do MST no interior do estado de São Paulo, apresenta os *rachas* como sendo crimes aos olhos dos coordenadores, dos quais a pena a quem realizasse o delito, de criticar a coordenação do acampamento, seria a mesma de quem comete outros crimes dentro desse espaço, tal como o roubo de alimentos. No caso analisado pela autora, o medo de ser expulso acarretava no silêncio dos acampados, que não tinham a prática de opinar e deliberar sobre o processo social a que estavam sujeitos. Assim, os *rachas* tornam-se possibilidades remotas de ocorrerem sob o risco de uma quase certa expulsão do acampamento. A autora interpreta a relação da *base* do acampamento para com a coordenação, como sendo uma relação de poder no mesmo nível que há entre patrões e empregados, em que dependendo do patrão não se questiona o andamento e as formas de trabalho e não se pede aumento de salário, pois a possibilidade de ser despedido é notória.

Assim, “a base legitima formas que condena e reproduz as atitudes de submissão a cuja supressão ela deveria visar por meio da participação no movimento” (TURATTI, 2005, p.93). Essa situação de submissão, conforme vimos, não foi vivenciada pelos acampados da Pendengo, pois como o depoimento de Neginho mostra, ao explicar uma das naturezas dos *rachas*, esses acontecimentos foram gerados a partir das interações e, portando, da comunicação entre os acampados, fossem eles experientes ou novatos no processo sócio-histórico de luta por terra:

O racha acontece quando a maioria percebe que o líder do lado que ele tá, tá só tapeando eles. Então aquele que entende um pouco mais, ele não vai querer ficar com um cara que tá contando mentira. Ai os sem-terra se juntam, quem conhece um pouco mais com quem é novo, e procuram um líder entre eles mesmo e tocam o acampamento da sua forma (Neginho, assentado entrevistado, 2013).

Em suma, podemos dizer que os *rachas* ocorridos no acampamento Pendengo, podem ser vistos tanto como interações entre os acampados, como também interações entre diferentes organizações sócio-políticas de representação desses acampados. Conforme vimos, as insatisfações dos acampados, somado as suas trajetórias de vida ocasionaram as divisões sócio-políticas dentro do acampamento, surgindo assim novos *movimentos* e novas formas relacionais entre os acampados e seus respectivos representantes e não o silêncio resignado.

Caume (2002), ao estudar a formação de um acampamento no Rio Grande do Sul, elucida que a disputa por representação política dos acampados, por parte de duas organizações diferentes, gerou um *racha* dentro daquele espaço social. Antes organizado sob a hegemonia política do MST, o acampamento da fazenda Annoni passou a ser composto por MST e Associação Gaúcha de Reforma Agrária (AGRA) a partir da votação em assembleia geral que formou uma nova coordenação geral do acampamento, composta por representantes de ambas as instituições. Mudança que sacramentou as divergências políticas existentes no acampamento visto a coexistência de duas organizações de representação das famílias acampadas perante os órgãos estatais.

Segundo o autor, a AGRA, criada pelos filhos dos antigos lavradores da fazenda Annoni, foi a materialização das insatisfações desses sujeitos para com a presença do MST e dos acampados *sem-terra* reivindicando a desapropriação da mesma fazenda. Dessa forma, visando representar seus direitos perante os órgãos estatais e, portanto, negando a presença do MST como organização que os representassem, os filhos dos antigos colonos da fazenda Annoni criam essa instituição para que defendesse publicamente os seus interesses na desapropriação da fazenda.⁹¹ Para o autor, esse *racha* veio a confirmar a disputa discursiva que havia dentro do acampamento, da qual a AGRA acusava o MST de submeter os agricultores acampados a conflitos despropositados com o Estado, que não levariam ao assentamento das famílias, priorizando então, como ação coletiva, a negociação com os órgãos estatais. Já o MST, defendendo os confrontos diretos com o Estado e com os latifundiários, através principalmente das ocupações de terra, desqualificava as ações da AGRA como sendo atitudes politicamente manipuladas, que assumiam um comportamento de “acomodação política” (CAUME, 2002. p. 222).

O que é interessante realçar, é que para o autor esse *racha*, essa divisão sócio-política ocorrida no acampamento, foi fruto da disputa discursiva de ambas as organizações

⁹¹ Segundo Caume (2002), os filhos dos colonos da fazenda Annoni criticavam a presença do MST na fazenda, por este reivindicar a desapropriação para o assentamento tanto para as famílias acampadas como das famílias dos colonos. Para os filhos dos antigos lavradores a desapropriação da fazenda deveria privilegiar o assentamento de suas famílias e não a dos acampados pelo MST, gerando assim um clima de hostilidade entre ambos os grupos.

envolvidas, visando a conquista hegemônica da representação dos acampados perante a sociedade. Isto é, o acampamento passou a apresentar uma dupla representação sócio-política que disputavam entre si o monopólio da verdade sobre as formas legítimas de luta pela terra, assim como disputavam o direito de quais famílias deveriam ser assentadas.

Assim, Caume (2002) demonstra que é possível perceber e analisar os *rachas* como sendo a cristalização de divergências políticas, pautadas na disputa entre discursos opostos, mas não contraditórios, que visam através de um monopólio da forma correta em se agir na luta pela terra, obter o controle da maior parte dos acampados, passando assim a representar hegemonicamente os acampados perante a sociedade e acumulando capital político e social. Contudo, cabe comentar que as diferenças discursivas entre as organizações sócio-políticas, que geram tensões e conflitos dentro de um mesmo espaço social, são diferenças socialmente construídas a partir das trajetórias de vida dos indivíduos responsáveis por esses acontecimentos. As experiências individuais em outros espaços ou outros universos sociais possibilitam a construção de diferentes visões de mundo, portanto de diferentes discursos a respeito da forma correta de agir na luta pela terra, podendo gerar divisões, dentro do mesmo espaço social, ao mesmo tempo em que passa para a figura do sujeito responsável por esse acontecimento toda a responsabilidade por quem adota sua visão de mundo e sua forma de agir. Há então, a personificação das organizações sociais a partir das atitudes tomadas e adotadas pelos acampados. Assunto esse, a ser discutido a seguir.

3.2 Organizações personificadas

A luta por terra e reforma agrária no Brasil pode ser vista como um processo sócio-histórico, formado por diversas relações sociais, complexas ou não, construídas pelos sujeitos envolvidos com determinada demanda específica, ao decorrer do tempo. Conforme vimos no segundo capítulo, rupturas e continuidades a respeito das formas de se reivindicar e conquistar terra no Brasil ocorreram ao decorrer das mudanças conjunturais construídas, assimiladas e criticadas por diversos sujeitos. Mudanças essas que implicaram em modificações dos atores envolvidos com a demanda por terra no país, tal como o surgimento dos movimentos sociais a partir da década de 1980 e a construção de novas formas e comportamentos de luta pela terra.

Com os movimentos sociais de luta pela terra representando diversos homens e mulheres perante a sociedade, essas organizações passam então a dialogar diretamente com os órgãos estatais criados pelo governo, responsáveis pela aplicação das políticas referentes a essa demanda específica. Iniciado através das ações coletivas⁹² que os movimentos sociais realizam e das quais o Estado passa a legitimar, o contato entre essas duas instituições representativas passa a ser direto, onde o Estado reconhece os *movimentos* como organizações que representam os interesses de um determinado grupo de cidadãos. Assim, reuniões entre os membros dos *movimentos* e dos órgãos estatais passam a ocorrer com a intenção de resolver as demandas expostas através dos atos públicos. A partir do reconhecimento da sociedade e do Estado, através principalmente do contato direto com a esfera do poder político, os movimentos sociais passam a conquistar capital político e social a partir do acúmulo e da relevância de suas demandas e conquistas, o que de alguma forma expressam-se nas figuras sociais das pessoas envolvidas, gerando aquilo que denomino aqui de “organizações personificadas” ou “personificação das organizações”.

⁹² Por ação coletiva adoto aqui, a definição exposta pelo sociólogo Alberto Melucci: “orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais, no interior de um campo de possibilidades e de limites que os atores percebem” (MELUCCI, 2001; p.157).

De acordo com Rosa (2004; 2009), ao ingressar em um movimento social, mais especificamente nos quadros de maior responsabilidade, tal como o de coordenador, liderança, ou dirigente, o indivíduo pode vir a assumir um maior *status* social e político. O engajamento a um movimento social possibilita uma nova inserção social a esse indivíduo que passa a circular por novos ambientes sociais tais como câmeras e gabinetes e sendo assim recebido pelos órgãos estatais como sendo o representante de determinado *movimento* e de determinado grupo de pessoas. Reconhecimento esse, que se expande, atingindo não somente a esfera política local, mas também estadual e até mesmo nacional, assim como também se expande para diversas camadas da esfera social, visto a popularidade que esses sujeitos assumem, tanto dentro como fora dos acampamentos e assentamentos que coordenam. Contudo, é a partir desse engajamento, do desenvolvimento de atividades específicas, que diversos indivíduos passam a assumir para si a responsabilidade para com as famílias que representam e das quais depositam grandes expectativas em suas atitudes.

Ao se tornar coordenador de acampamento ou de assentamento, independentemente da forma que o levou a assumir tal cargo, determinado indivíduo passa a se responsabilizar pela organização das famílias que estão acampadas ou assentadas, visando assim conter ou solucionar problemas referentes ao espaço social que ajuda a construir. São responsabilidades que envolvem situações locais, tais como desavenças políticas ou sociais entre os acampados ou assentados e roubos ou delitos cometidos e situações não-locais, tais como a representação das famílias em espaço externo ao do acampamento ou do assentamento, pressionando os órgãos estatais e negociando projetos de melhorias para seu grupo (fornecimento de cestas básicas para os acampados e a abertura de estradas dentro do assentamento, entre outras questões que são assumidas pelos coordenadores). Assim, pelas responsabilidades pretendidas, os coordenadores passam a ser a instância máxima dentro dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, representando tanto as famílias acampadas ou assentadas perante a sociedade, como as organizações a que pertencem perante as famílias acampadas ou assentadas. Contudo, é devido a essa responsabilidade assumida para com os indivíduos de determinada associação, o que faz com que as lideranças sejam observadas e cobradas pelas tarefas que lhe foram confiadas.

De acordo com Turatti (2005), quando o líder de um acampamento apresenta e enfatiza uma matriz discursiva da qual lhe aplica todas as responsabilidades pelo acesso à terra das famílias que representa, tal como uma espécie de “messias que guia o povo na caminhada para a terra prometida” (TURATTI, 2005; p.109), está criando tanto uma arma para si, como contra si, visto que passa a ser vigiado pelos acampados que lhe depositam confiança, esperançosos de que seus desejos sejam realizados através da mediação de seus líderes. Para tanto e para que não seja criticado, o líder necessita de constantes confirmações práticas, isto é, de demonstrações concretas de que está exercendo a função que lhe foi confiada, mesmo que o sucesso não seja imediato, pois caso for, “o ‘messias’ vira o ‘demônio’ que, não atentando para o problema de seu rebanho, merece o abandono de seus fiéis” (TURATTI, 2005; p.110).

Além de representar e lutar pelos interesses em comum de diversas famílias, os coordenadores passam a assumir também a função de exemplos comportamentais dentro dos acampamentos. Ao perguntar para um assentado que havia desenvolvido a função de coordenador de grupo pelo MST no acampamento Pendengo, qual é a função que um coordenador desempenha, ele enfatizou a importância de servir de exemplo para os acampados, visando evitar maiores problemas dentro de uma realidade social de precariedade.

A função do coordenador é a de procurar as entidades que respondem pela luta pela terra. Tem que ir pra São Paulo, pra saber como que tá o andamento do processo de

desapropriação da fazenda; tem que correr atrás de comida pro acampamento. Mas também, o coordenador tem que tomar conta do pessoal, dos acampados. O acampado que tá ali tem que seguir uma norma. Ele não pode brigar, ele não pode matar, ele não pode derrubar a mata, não pode usar droga, não pode andar armado, nem matar o gado do fazendeiro. Ele não pode fazer nada disso! Então a gente tem que tá de olho no pessoal pra não acontecer do acampamento ser despejado por causa de besteira de um ou dois indivíduos. Temos que servir de exemplo, pra que os outros não façam o que dissemos que não pode fazer (Assis, assentado entrevistado, 2013).

Essa reponsabilidade assumida pelo coordenador, portanto a representatividade que lhe é atribuída em diferentes espaços e por diferentes sujeitos, tal como principalmente os acampados e os assentados, mas também os moradores da cidade e os órgãos estatais, entre outros sujeitos que o reconhecem como sendo o coordenador do acampamento, o fulano do MST, ou o sicrano da CUT o leva muitas vezes à incorporação das regras e normas da organização a que faz parte no espaço social em que se encontra, a ponto de um acampamento ser conhecido não somente como de determinada organização, mas sim como de determinada pessoa ligada a tal organização, ou até mesmo a somente como de determinada pessoa.

No caso dos *rachas* ocorridos ao longo do acampamento Pendengo, responsáveis pela sua configuração ternária entre MST, MTR e SINTRAF/SER, é possível perceber a força exercida pelas lideranças, assim como sobre elas, a ponto de cada grupo sócio-político atuante nesse espaço passar a ser conhecido mais pelos nomes de seus coordenadores do que de suas organizações, quando foram instituídas. Como visto anteriormente, foi a partir da configuração estabelecida entre SINTRAF e MST que surgem as primeiras figuras representativas de uma liderança dentro do acampamento Pendengo. Vale lembrar que os responsáveis pela organização inicial do acampamento não vivenciavam o dia a dia dentro desse espaço. Ambos - Jovelino e Bossolan - assumiam a função de dirigentes do SINTRAF na região e nunca chegaram a acampar na Pendengo, delegando para alguns acampados a função de coordenarem o cotidiano do acampamento. Contudo, como muitos desses sujeitos escolhidos não possuíam experiência na luta pela terra, as reclamações dos acampados a respeito da falta de organização e de informações a respeito do processo de desapropriação passaram a ser constantes, a ponto de gerar o primeiro *racha* do acampamento Pendengo. Foi a partir dessa destituição do poder que havia sido estabelecido pelo SINTRAF, com o surgimento do MST dentro do acampamento, que novas lideranças surgiram, a começar pela escolha de Baixim como coordenador geral pelo MST.

De acordo Loera (2009), Baixim, também conhecido pelas famílias assentadas na Pendengo como Biro, assumiu a coordenação geral do acampamento pelo MST, devido sua participação ativa na organização do acampamento⁹³. Assim como a grande maioria dos primeiros sujeitos a aderirem ao acampamento Pendengo, Baixim não tinha experiência na luta por terra. Muito pelo contrário, era novato nesse mundo social. Contudo, era uma das pessoas que despontaram no acampamento, ao se prontificar para realizar diversas tarefas, se mostrando interessado em compreender as dinâmicas referentes à organização do acampamento, o que o levou a ser escolhido pelas famílias que *racharam* com o SINTRAF para representa-las sob a bandeira do MST. Da mesma forma que Baixim foi escolhido, outras pessoas que se prontificavam a construir o acampamento, ajudando na construção dos *barracos*, na limpeza do terreno e assim na alocação das famílias e na organização do acampamento, também foram escolhidas, pelos próprios acampados, para assumirem outras

⁹³ As informações aqui apresentadas a respeito de Baixim foram retiradas tanto do trabalho de Loera (2009), como das informações que os assentados da fazenda Pendengo me concederam a seu respeito. Infelizmente não consegui ter contato direto com Baixim, pois nas oportunidades que tive de ir até ao assentamento Cafeeira, local em que Baixim reside, não foi possível encontra-lo.

atividades de organização, tal como a coordenação de grupos ou setores.⁹⁴ Caso como o de Assis, que sempre despontou como pessoa extremamente útil na organização do espaço social e na prestação de ajuda as famílias acampadas, assumindo a função de coordenador de grupo pelo MST, cargo do qual logo veio a desistir devido a sua necessidade de trabalhar, o que lhe impossibilitava dedicação exclusiva ao acampamento. De acordo com ele:

Mesmo sendo só eu e a minha esposa, alguém tinha de trabalhar. Se ficasse dependendo da cesta que vem do governo o acampado passava fome. Pois essa cesta não é muito boa, não vem o essencial e não vem com frequência. Então a pessoa precisa ter um filho que trabalha e ajude, ou então tem que sair pra trabalhar. Trabalha um pouco e volta pra acampamento, pra então pode se manter. Foi por isso que eu saí da coordenação e passei a função pra outro. Se eu ficasse dedicado ao trabalho de coordenador teria que ficar sem trabalhar e aí não tinha como (Assis, assentado entrevistado, 2013).

Dessa forma, é possível perceber a afirmação de que ao ser indicado para assumir um cargo de liderança, seja por parte dos acampados que escolhem alguém para representa-los, seja por oferta de determinado *movimento*, o indivíduo que assume esse cargo inicia um processo de comprometimento com o acampamento e com o *movimento*. Inicia-se assim uma espécie de dívida desse sujeito para com as famílias que o escolheram. Conforme Loera (2009), “aquele que aceita o cargo se sente endividado com aquele fez a oferta e se sente comprometido para ficar e dedicar mais tempo às tarefas do acampamento e do *movimento*” (LOERA, 2009; p.191).

Ao assumir o cargo de coordenador geral do acampamento pelo MST, Baixim passou a materializar no acampamento Pendengo, através de seu posicionamento, as regras e condutas do MST. Isto é, passou a aplicar o posicionamento do MST, provindo de regras e decisões de níveis regionais, estaduais e nacionais, portanto superiores, dentro da dinâmica do acampamento, levando a uma forma específica de comportamento esperado por parte dos acampados, mais especificamente no cumprimento das regras inseridas dentro das mobilizações desse *movimento*, as tidas *jornadas de luta* realizadas pelo MST e priorizadas como atividades cruciais para a conquista da terra, isto é, para a espacialização e a territorialização da luta por terra (FERNANDES, 1996).

Segundo Loera (2009), dentro do mundo das ocupações de terra, principalmente das atividades realizadas pelo MST, o acampado que não participa com frequência das atividades propostas, das mobilizações, é malvisto por seus coordenadores, assim como o coordenador passa a ser malvisto pelos militantes das Regionais e Estaduais do *movimento* quando não há acampados de seu acampamento participando das mobilizações organizadas pelo *movimento*. Questão essa, que faz com que os coordenadores dos acampamentos sejam vigiados não somente pelos seus acampados, mas também por seus superiores, pelas direções Regionais e Estaduais. O seu prestígio está em jogo por ambos os lados.

Ao iniciar uma forma de acampamento, estabelecida pela conduta do MST, Baixim inicia um processo de imposição da participação nas atividades do *movimento* a todos que acampavam sob sua bandeira. Para ele, assim como para diversos coordenadores de acampamento do MST, o importante na luta é a quantidade de pessoas que consegue mobilizar, ou como disse à Loera: “*vale mais um dia de luta do que um mês de barraco*” (LOERA, 2009; p.182). Atitude essa que desagradava alguns dos acampados, que se

⁹⁴ Geralmente os acampamentos do MST apresentam em sua composição organizacional mais de um coordenador. Além do coordenador geral, que assume a responsabilidade geral do acampamento e dependendo da quantidade de famílias acampadas, há a presença de coordenadores de grupo e coordenadores de setores específicos, tais como saúde, alimentação, segurança e educação, entre outros setores que sejam necessários à realidade social dos acampados. Para uma melhor compreensão da estrutura organizacional dos acampamentos do MST, ver Rosa (2004; 2009) e Turatti (2005).

incomodavam com a falta de prioridade do MST para com os problemas internos ao acampamento e que somado a outros acontecimentos levaram ao segundo *racha*, configurando-o em MST e MTR e assim na coexistência de duas formas diferentes de organizar um acampamento em um mesmo espaço social.

Nino que era coordenador de grupo de famílias pelo MST, passa a assumir a função de coordenar a OLPT e depois o MTR, devido principalmente seu conhecimento das dinâmicas que envolvem o mundo das ocupações de terra. Mesmo nunca tendo desenvolvido a atividade de coordenador antes de ir acampar na Pendengo, Nino havia acompanhado as atividades da militância do MST durante o período em que acampou na fazenda Timboré, em Andradina, aprendendo como proceder nas negociações de desapropriação de terra e expandindo sua rede de relações dentro desse mundo social específico. Além disso, Nino mantinha uma boa relação com algumas figuras políticas importantes da região, entre elas com o vice-prefeito de Castilho à época. Contatos e experiências que ao construírem sua trajetória de vida, foram cruciais para construir a trajetória do assentamento Pendengo. Tornando-se líder de 80 famílias que decidiram *rachar* com o MST, Nino cria a OLPT ao saber que a existência de uma organização que representasse os acampados facilitaria nas negociações com os órgãos estatais, para depois criar seu próprio *movimento*, o MTR conforme nos conta:

*Na realidade o MTR é lá de Pernambuco. Eu entrei em contato com eles lá e depois da autorização fundamos o MTR aqui, sendo filial do de lá. Mas com o estatuto daqui mesmo, tudo certinho. Só que na verdade quando a gente fundou aqui, o que a gente fundou não foi um movimento, foi uma organização. Criamos a OLPT, que está filiada à CUT lá de Araçatuba, no meu nome. Quando surgiu o *racha*, de imediato, enquanto a gente pensava em que movimento entrar, tínhamos que ter uma organização e depois de uma reunião com o pessoal, decidimos colocar OLPT, que foi um nome criado na hora mesmo. Ai fomos até Araçatuba onde conversamos com o coordenador da CUT e nos registramos lá e na CONAB também, que ainda tá registrado como OLPT, mas como eu sou o líder ainda, não tem problema (Entrevista, 2013).*

Com esses registros feitos Nino passa a ser reconhecido como coordenador do acampamento pelo MTR, tanto dentro do acampamento Pendengo, como fora dele, passando a ser recebido pelo prefeito da cidade e pelos dirigentes do INCRA e do ITESP, como sendo o responsável por parte das famílias acampadas na beira da estrada SPV-08. Com esse reconhecimento Nino passa a assumir uma posição até então desconhecida em sua vida, o que lhe possibilita maior liberdade para realizar uma forma de acampamento que acreditava ser mais adequada para a conquista da terra. Como ele mesmo disse em entrevista: *Como líder de movimento deu pra trabalhar com mais segurança.*

Nino, assim como Baixim, manteve o *caderno de pontos* como uma conduta dentro do acampamento, visando contabilizar a presença das famílias que *cumpriam regra*⁹⁵ e, portanto estabelecer quais das famílias acampadas seriam futuramente assentadas nas terras da fazenda Pendengo. Contudo, conforme já mencionado, a forma de lidar com o *caderno de pontos* foi diferente para cada um dos dois líderes. Como maneira de realizar a forma de organização do acampamento que cada um acreditava ser a mais adequada ou correta, o *caderno de pontos* foi uma das ferramentas utilizadas para que cada coordenador tivesse o

⁹⁵ Segundo Loera (2009) *cumprir regra* seria o mesmo que realizar as atividades apresentadas pelo *movimento*, portanto pelos coordenadores, como necessárias de serem realizadas pelos acampados para se manterem no acampamento e assim, como candidatos a um lote de terra. Entre essas atividades/regras que os acampados cumpriam estava tanto a assinatura do *caderno de pontos*, como outras atividades que compunham a *disciplina* do *movimento* e do acampamento, adentrando-se no campo dos compromissos que os acampados assumem para com o espaço social em que vivem, assim como para com as organizações que os representam.

controle de suas famílias. Enquanto Baixim estabelece que os acampados sob a bandeira do MST deveriam assinar o *caderno* conforme o tempo em que passam no acampamento, isto é, conforme o tipo de vaga que estabeleceram ao ingressarem no acampamento, Nino determinava que as assinaturas deveriam ser diárias, estabelecendo uma relação opositora a respeito das formas de comportamento esperado para a conquista da terra por parte de cada uma dessas bandeiras. Ou seja, enquanto o tempo enfrentado dentro do acampamento e embaixo da lona preta era interpretado por Nino como o tempo e as atividades a serem realizadas/sofridas para que os acampados merecessem ser assentados, Baixim acreditava no cumprimento das atividades de mobilização propostas pelo MST como sendo cruciais para a conquista do lote de terra para as famílias que reivindicavam a fazenda Pendengo.

A diferença existente entre MST e MTR durante o período de acampamento, mostra-se como sendo uma diferença entre condutas e estratégias de ação adotada ou criada por seus coordenadores, Baixim e Nino. Diferença essa que levou os interessados a acampar em ter de escolher sob qual bandeira e, portanto quais regras e condutas, iriam se instalar. Tinham a opção de ou serem moradores, ou de *cumprirem regra* por dois ou três dias no acampamento, marcando presença nas mobilizações que eram organizadas. Escolha que imbricava no acúmulo de capital social e político dos coordenadores, visto o reconhecimento de suas regras como sendo as melhores ou as mais adequadas na conquista por um lote de terra.

Assim, mesmo sem haver qualquer tipo de separação física dentro do acampamento Pendengo tal como a realocação dos *barracos*, a divisão sócio-política entre o MST e o MTR, passa a ser a divisão entre o acampamento do Baixim e o acampamento do Nino, dos quais as famílias acampadas passam a se adaptar, ou não, as regras estabelecidas e os símbolos construídos.⁹⁶ Vale dizer que para os interessados em acampar na Pendengo, com essa configuração já estabelecida, era necessário primeiro pedir vaga aos coordenadores, negociando o tipo de vaga que desejavam, se *apoio* ou *morador*, para somente depois de terem o aval do coordenador, instalarem seus *barracos* e pagarem a *taxa de apoio*, tornando-se acampados *novatos*.⁹⁷

A não adaptação às regras estabelecidas pelos coordenadores levavam à modificações dentro do acampamento Pendengo. Loera (2009) relata que alguns dos *novatos*, acampados pelo MTR, chegaram a mudar de *movimento* dentro do acampamento Pendengo, devido as suas preferências em acampar pelo MST, seja porque acreditavam que por esse *movimento* possuir maior reconhecimento social e político a desapropriação das terras da fazenda sairiam mais rapidamente, ou porque ao acampar pelo MST não teriam de passar todo o tempo no acampamento e, portanto, sofrendo debaixo da lona preta. Situação que levou Nino a criar documentos que comprometessem os acampados pelo seu *movimento* a se manterem nele, dos quais a mudança de *movimento* que pudessem vir a ocorrer implicaria na desistência de uma vaga ao assentamento pelo MTR. Contudo, as modificações de *movimento* dentro do acampamento não se limitaram a transitar do MTR para o MST, e sim na formação

⁹⁶ Vale comentar que as famílias que acampavam sob a bandeira do MTR passaram a pintar de verde as letras de seu *movimento* nas paredes de seus *barracos*, assim como as famílias do MST pintavam de vermelho as letras de seu *movimento*, demarcando quais famílias estavam acampadas sob qual bandeira.

⁹⁷ Segundo Loera (2009) e confirmado por meus interlocutores, a *taxa de apoio* ou *taxa de barraco* era aplicada por ambos os *movimentos*, variando seus valores. Do lado do MTR a taxa era de R\$ 5,00; já do lado do MST a taxa podia chegar até R\$ 30,00, dependendo dos dias que se passava no acampamento. O valor arrecadado servia como fundo de gestão do acampamento, isto é, servia como recursos utilizados pelos coordenadores do acampamento para poderem realizar viagens até Castilho, Andrada e São Paulo para acompanhar o processo de desapropriação da fazenda, assim como servia para a realização de mobilizações de cada *movimento*.

de mais um grupo que se posiciona contra as condutas e o comportamento de uma liderança específica, realizando a terceira divisão sócio-política dentro do acampamento Pendengo.

Conforme já foi analisado, o terceiro *racha* do acampamento Pendengo surgiu devido às críticas dos acampados do MST ao seu coordenador e a sua forma de acampamento, que valorizava mais a participação nas mobilizações de luta pela terra (marchas, passeatas, ocupações de terras, ocupações de prédios públicos, bloqueios de estrada), do que o tempo e o sofrimento passado dentro do acampamento, levando quarenta famílias a saírem desse *movimento*, procurando outras organizações para representa-las. Apesar da maioria das famílias decidirem por buscar a representação do sindicato mais uma vez dentro do acampamento Pendengo, enquanto apenas seis famílias aderiram ao MTR, escolhendo assim, em ambos os casos, uma nova forma de acampamento, o que é interessante comentar é a aversão desses acampados para com as lideranças que já estavam estabelecidas dentro do acampamento, dando oportunidade para outro sujeito assumir, em conjunto com Nino e Baixim, as rédeas organizacionais do acampamento Pendengo.

Neguinho foi escolhido para assumir a coordenação de trinta e quatro famílias que *racharam* com o MST devido seu posicionamento de liderança na organização dessas famílias contra as atitudes tomadas por Baixim. Junto com Luciana, Neguinho organizou algumas reuniões com essas famílias, para demonstrar sua indignação com o posicionamento de Baixim, o que levou outras famílias incomodadas com a relativa desatenção do MST para com o cotidiano do acampamento, a se juntarem a Neguinho e Luciana, compondo um novo grupo sócio-político dentro do acampamento Pendengo. A escolha de Neguinho como coordenador das famílias surgiu, assim como no caso de Nino, por parte das próprias famílias acampadas que incumbiram essa função a um sujeito que já possuía experiência na luta por terra. De acordo com Neguinho, *foram os acampados que me colocaram como coordenador e como eu era mais um entre eles que tava cansado de não ter informação da fazenda, assumi esse cargo*. Dessa forma, Neguinho passa a procurar uma organização que representasse seu grupo, encontrando, como já relatado, no SINTRAF/SER a resposta.

Eu via o MST e o sindicato, como os mais fortes na luta pela terra e o MTR eu via como meio que acomodado com a situação. Como eu havia saído do MST, eu logo pensei em ir para o sindicato, ainda mais porque meu pai havia trabalhado com eles por um bom tempo. Fui até a sede deles e expliquei o que havia ocorrido e por fim pedi para que eles nos apoiassem e eles disseram que forneceriam tudo o que precisássemos (Neguinho, assentado entrevistado, 2013).

É interessante frisar que a experiência de Neguinho no mundo das reivindicações por terra, era diferente da experiência vivenciada por Nino. Enquanto Nino havia aprendido e incorporado algumas formas e discursos a respeito da luta por terra durante sua experiência como acampado na fazenda Timboré, Neguinho mesmo tendo acampado em outras fazendas, nunca se aproximou muito dos coordenadores e das lideranças dos acampamentos e dos *movimentos*. Sua experiência na luta pela terra se dava principalmente através do tempo vivenciado na fazenda Primavera, pois assim como outros indivíduos que acamparam e que hoje estão assentados na Pendengo, Neguinho tem vínculos familiares com os lavradores da fazenda Primavera, local do qual passou sua infância, justamente no que talvez tenha sido o período mais intenso da luta desses lavradores pelo direito de posse da terra, vingando no assentamento das famílias que lá estavam em 1980, conforme vimos no segundo capítulo. Soma-se a essa vivência, compondo a trajetória de vida de Neguinho a ponto de acumular conhecimento e contatos a sua rede de relações e então ao seu capital político e social, o relativo contato que ele tinha com o sindicato, visto que seu pai trabalhou como tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina (STR) logo após ser assentado na

Primavera.⁹⁸ Ambas essas vivências de Neguinho, mesmo que ocorridas durante sua infância ou em períodos em que não estivesse tão presente na vida de seu pai fizeram, segundo ele: *com que tivesse contato com a luta pela terra desde criança que, querendo ou não, faz com que a gente aprenda um pouco de como que ela funciona.*⁹⁹ Ou seja, assim como Nino que antes de chegar a acampar na fazenda Pendengo nunca havia assumido alguma posição de liderança dentro dos espaços sociais por quais passou, Neguinho incorporou as vivências que teve em outros espaços e realidades dentro do mundo da luta por terra. Como ele mesmo disse em entrevista: *antes de vir pra luta da Pendengo, eu tava na luta da Primavera.* O que fez com que pudesse assumir a posição de crítica à realidade por ele enfrentada dentro do acampamento Pendengo, a ponto de ser elencado por trinta e quatro famílias como seu representante na luta pela desapropriação da fazenda Pendengo.

O conceito de “habitus” teorizado por Bourdieu (2005) e Elias (1997) também nos ajuda a analisar essa influência de vivências, da trajetória de vida de um indivíduo, para a construção de um espaço de socialização e de luta tal como o acampamento Pendengo, assim como do surgimento de lideranças dentro desse espaço social. Ao ser considerado como uma “tradição histórico-cultural internalizada” (SALLUM, 2011) ou um “saber social incorporado” (ELIAS, 1997), da qual os sujeitos trazem consigo saberes e técnicas vivenciadas e as re(constroem) a partir de suas interações em determinado espaço e tempo, o “habitus” passa a ser “um conjunto de disposições que permitem múltiplas orientações de conduta dentro de uma classe ou fração de classe” (SALLUM, 2011; p.190), fazendo dele um expoente das diversas e possíveis interações existentes entre os indivíduos e a sociedade e por não ser caracterizado como um comportamento mecanizado, passa a compor juntamente com outros saberes, realidades e contextos, as diversas figurações que um espaço social possa apresentar. Dessa forma, é possível dizer que as diferentes vivências de Baixim, Neguinho e Nino em outros acampamentos e contextos inseridos no mundo das ocupações e reivindicações de terra, das quais os comportamentos eram coletivos ou visavam uma construção coletiva, isto é, uma forma de perceber o mundo e agir nele como grupo, ajudam a construir e/ou manter uma forma de posicionamento perante a luta pela terra, ou como Lerrer (2008) chamou, “um estilo sem-terra de militar”.

Lerrer (2008) ao analisar a trajetória de militantes sulistas do MST, que na década de 1980 atuaram na estruturação desse movimento social no Nordeste brasileiro, descreve a dialética entre história individual, história institucional e contexto histórico, apresentada pelo sociólogo Olivier Fillieule ao analisar o engajamento individual em causas de militância, como crucial para estruturar as características organizacionais do MST, assim como para estruturar o “habitus” de militante. Se apropriando do conceito de “habitus” como “estruturas incorporadas” (BOURDIEU, 2005), a autora mostra em seu trabalho que o habitus militante, ou “estilo sem-terra de militar” (LERRER, 2008) é fruto direto da relação das dinâmicas do MST, ou seja, do “habitus” social do coletivo, junto com as trajetórias de vida de cada um desses militantes. Para a autora, o “estilo sem-terra de militar” seria produto da organicidade que o MST tenta aplicar em todos os locais em que está organizado, através principalmente de

⁹⁸ Manuel, pai de Neguinho, trabalhou cerca de 15 anos como tesoureiro do STR. Em entrevista, ele me informou que foi para o sindicato a convite de um amigo que havia assumido a liderança do sindicato de Andradina. Também me disse que via no sindicato uma forma de ajudar os assalariados e os trabalhadores rurais em conquistarem seus direitos trabalhistas e por isso decidiu ingressar nos quadros do sindicato.

⁹⁹ Neguinho deixou de morar na fazenda Primavera, junto de seu pai na década de 1990, passando a residir, junto de sua esposa, em outras cidades do estado de São Paulo por cerca de 15 anos. Período esse que chegou a acampar tanto pelo MST, na fazenda Santa Maria, como pela CUT, na fazenda Bete Murimur, ambas na região de Andradina. Desistiu do primeiro acampamento ao perceber a impossibilidade de trabalhar e cumprir com todas as atividades propostas pelo movimento, assim como desistiu do segundo acampamento após sair o laudo do INCRA comprovando a produtividade da fazenda e, portanto, a impossibilidade de ser assentado.

seus cursos e encontros de formação política, em relação com as diversas tradições (históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas) que fazem parte da trajetória de vida de cada sujeito.

Tidos como lugares de “reatualização” de sua formação ideológica (LERRER, 2008; p.177), os cursos e encontros promovidos pelo MST, são vistos pela autora como forma de credenciar os *sem-terra* à categoria de militantes, o que faz com que tenham acesso inicialmente “a espaços de participação de maior prestígio interno, tornando-os efetivamente orgânicos dentro da estrutura do MST”, visando em seguida inseri-los no que Lerrer chama de “modernidade emancipadora, pois além do acesso à formação política, o MST incentiva a instrução formal e técnica, inserindo ambos os saberes dentro da lógica de uma luta por direitos e, assim, constituindo novos laços de sociabilidade e vivência comunitária em torno dessas lutas” (LERRER, 2008; p.185).

Contudo, como a própria autora argumenta, esse “estilo sem terra de militar”, essa forma de posicionamento perante a luta por terra, assim como o próprio conceito de “habitus” mostra, não pode ser visto como algo engessado e único. Muito pelo contrário. A constante movimentação dos sujeitos inseridos nos quadros representativos de maior escalão - os coordenadores e dirigentes militantes -, faz com que conheçam diversas realidades em diferentes espaços sociais, adaptando uma forma organizacional ao contexto em que se encontram. No caso analisado pela autora, essa adaptação ocorreu a partir do contato dos militantes sulistas com as tradições e o contexto agrário nordestino, totalmente diverso da realidade que os gaúchos estavam acostumados a enfrentar. A autora demonstra que os valores sociais compartilhados pela população rural nordestina e suas atitudes em relação ao mundo e ao tempo, de forma não vinculada ao modo de produção capitalista, não ia de encontro com os valores e atitudes praticadas pelos militantes gaúchos. Esses ao contrário dos nordestinos, já eram acostumados com uma conduta econômica que buscava racionalizar totalmente as etapas produtivas visando a acumulação de bens na agricultura (LERRER, 2008).

Ao se pensar no caso do acampamento Pendengo, as diferentes trajetórias de vida com os diferentes contatos e assimilações do processo sócio-histórico da luta por terra, por parte não somente dos coordenadores, mas de diversos acampados, foram cruciais para a construção das diversas figurações que o período de acampamento apresentou, principalmente as formadas pelos *rachas*. As formas de acampamento apresentadas pelos coordenadores de cada grupo sócio-político - MST, MTR e SINTRAF/SER -, mostram as incorporações e as adaptações que cada um desses sujeitos tiveram a respeito da luta por terra, constituindo o acampamento Pendengo como sendo uma unidade contraditória, e da qual a existência de cada um desses grupos ocorria devido o reconhecimento dos acampados a forma de acampamento que consideravam como adequada para a conquista da terra.

Porém, além desse reconhecimento interno, Baixim, Neguinho e Nino obtinham o reconhecimento fora do acampamento. Loera (2009) demonstra o quanto que esses sujeitos passaram a ser identificados como figuras importantes pela população de Castilho e região a partir do momento em que assumiram as posições de líderes. Categoria que lhes possibilitou a conquista de *status* social e político em diferentes espaços sociais, envolvidos diretamente ou não na luta pela desapropriação da fazenda Pendengo. Entre as conquistas de prestígio obtidas por esses três sujeitos, vale citar aqui que todos passaram a frequentar espaços até então bloqueados, tal como o gabinete do prefeito de Castilho para a realização de reuniões, em alguns casos particulares, discutindo os direitos dos acampados na cidade como, por exemplo, o uso do centro de saúde para atendimento médico dos acampados. A esse respeito, Loera

(2009) relata que os acampados do grupo de Nino tinham preferência no atendimento do centro de saúde de Castilho durante o período em que a cidade era administrada pelo PSDB. Pois enquanto a presença física do coordenador do MST no centro de saúde era necessária para comprovar a condição de acampado do indivíduo que procurava o atendimento médico, por parte do MTR somente um atestado que comprovasse sua situação de acampado sob essa bandeira lhe possibilitava o atendimento. Situação essa que, somada a outros casos apresentados pela autora através do relato de seus interlocutores, menciona uma relativa preferência de negociação da administração municipal do PSDB com o MTR, o que podemos inferir como sendo ou pela boa relação pessoal de Nino com o vice-prefeito desse parido desde a infância, ou pela forma de acampamento e de *movimento* não tão radical do MTR em relação ao MST.¹⁰⁰ No entanto, vale informar que na administração municipal seguinte, sob a tutela da coligação de vários partidos, entre eles PT, PTB e PV, as negociações eram preferencialmente estabelecidas com o MST.¹⁰¹

O reconhecimento social e político dos coordenadores do acampamento Pendengo, na região de Castilho, pode ser ainda visto na formação de outros três acampamentos sob a responsabilidade da CUT e em parceria com o MTR. Localizados no município de Nova Independência, esses acampamentos de beira de estrada, reivindicando a desapropriação das fazendas Brinco de Ouro, Serenata e Bete Murimur surgiram no começo de 2007 e contaram com o apoio simbólico e físico do MTR até surgir o laudo do INCRA, informando a produtividade de todas as fazendas. Segundo Nino, a atuação do MTR nesses acampamentos, era a de ajudar na propagação da luta por terra e reforma agrária na região. Vale dizer também que segundo Nino, foi no acampamento Nossa Senhora Aparecida II, reivindicando a fazenda Brinco de Ouro, o acampamento que o MTR teve maior participação. Segundo me informou:

Eu fiquei sabendo pelo pessoal da CUT, do qual eu tenho contato, que a [fazenda] Brinco de Ouro estava penhorada. Ai por ser uma terra improdutiva veio logo a ideia de montar um acampamento na estrada. Ai, fui fazer trabalho de base em Nova Independência e aqui em Castilho, junto de um pessoal da CUT que me convidaram pra ajudar eles. Mas posso dizer que fui eu quem levantou esse acampamento (Nino, assentado entrevistado, 2013).

Entretanto, no mesmo ano que conseguiu juntar 30 famílias para acampar na fazenda Brinco de Ouro, o laudo de produtividade dessa fazenda o fez desistir do acampamento. Para ele: *Não adianta fazer uma luta, se não tem como você conseguir. Quando saiu o laudo da fazenda dizendo que era produtiva, eu acabei desistindo de lutar lá. Não tinha o que o movimento pudesse fazer.* Apesar da desistência de Nino e, portanto, do MTR, o acampamento Nossa Senhora Aparecida II continuou sob a coordenação da CUT e segundo as informações de Nino e Neguinho mantém-se até hoje sob essa bandeira, porém, não souberam me dar mais informações a respeito do próprio.

O convite da CUT e a responsabilidade assumida por Nino de *levantar* o acampamento Nossa Senhora Aparecida II, é mais um exemplo do prestígio que passou a ter na região a partir do momento em que se tornou coordenador de cerca de 80 famílias dentro do acampamento Pendengo e, principalmente, por ter criado seu próprio *movimento*. Seu

¹⁰⁰ Vale informar o leitor que no período citado, isto é, durante a administração municipal de Castilho sob a tutela do PSDB, ainda não havia surgido o grupo de Neguinho, estando o acampamento Pendengo configurado sociopoliticamente entre MST e MTR.

¹⁰¹ Não cabe realizar aqui uma análise a respeito das relações de proximidade e, portanto, dos conchavos políticos existentes entre diversas organizações e instituições no mundo social de luta por terra. Para uma melhor compreensão dessas dinâmicas existentes tanto na categoria de acordos formais, como de acordos informais, colaborando com a complexidade de relações existentes dentro desse processo sócio-histórico indico as leituras de Caume (2002), Loera (2006; 2009), Macedo (2003; 2009) e Rosa (2004; 2009).

reconhecimento como coordenador de acampamento e principalmente como líder de um movimento social lhe proporcionou um *status* político e social até então desconhecido por ele.

De acordo com Rosa (2004; 2009), a criação de um movimento social, como forma adequada de se demandar terra e direitos, é compreendida como uma pedagogia adotada, não somente pelos homens e mulheres interessados na conquista de um lote de terra e dos quais tiveram ou não contato com um *movimento* antes, mas também é compreendida pelos funcionários dos órgãos responsáveis pela legitimação dos acampamentos e da construção dos assentamentos. Essa assimilação faz com que determinados sujeitos, que representam física e simbolicamente um acampamento, um assentamento e/ou um movimento social, sejam então reconhecidos como sujeitos de grande importância para a construção e o andamento da luta pela terra no Brasil. Como o autor diz, esses sujeitos carregam consigo sinais de “distinção social”, visto a possibilidade de terem “em suas mãos, o destino de diversas pessoas, a ira e a admiração de milhares de pessoas que dependem de sua ação individual para chegarem à terra” (ROSA, 2004; p.72).

Com essa ideia de Rosa (2004), é possível perceber o quanto que as organizações sociais que agem através do viés político tal como os movimentos sociais, possibilitam a seus integrantes, principalmente os que desempenham funções de maior responsabilidade ao representar o coletivo, tornarem-se atores legítimos no cenário social e político nacional a ponto de serem reconhecidos como os responsáveis desse coletivo que representam. No caso aqui analisado, os grupos de acampados reconhecidos como sendo do MST, do MTR ou do SINTRAF/SER, tornam-se os grupos de acampados do Baixim, do Nino e do Neguinho, que assumem a responsabilidade que lhes foi apresentada e confiada pelos próprios acampados, tornando-se coordenadores e militantes que incorporam as regras e condutas em sua pessoa a ponto de serem conhecidos, conforme Loera (2009) considerou a partir de seus interlocutores, como os *donos* do acampamento. Na categoria de *donos* de determinado espaço social, esses indivíduos criam e recriam regras a ponto das organizações que representam serem na verdade suas organizações. Personificam as organizações tal como a fala de Nino e Neguinho, a respeito do processo de seleção das famílias a serem assentadas, demonstra: *é o coordenador que diz quem é assentado e quem não é. É o coordenador que decide!*

3.3 Ideologia organizacional

Ao personificar as organizações, os coordenadores conhecidos como sendo os *donos* do acampamento passam a construir esse espaço social a partir de seus conhecimentos e seus capitais simbólicos. No entanto, como vimos acima, a reestruturação das regras do acampamento ocorrem a partir das trajetórias de vida de todos os acampados, somado as constantes interações interdependentes existentes nesse espaço de socialização e de luta. A não aceitação de uma conduta apresentada pelo coordenador pode levar a uma reconfiguração do acampamento, tal como ocorrido na Pendengo. Assim sendo, é a relação entre história individual, história institucional e o contexto histórico, tal como Lerrer (2008) apresentada apoiando-se em outros autores, o que faz com que um acampamento, como uma etapa transitória, esteja em constante formação visto as constantes interações realizadas. Com isso, a intenção deste tópico é demonstrar a movimentação de sujeitos de carne e osso e, portanto, de suas visões de mundo como sendo responsáveis pela formação dos acampamentos e do processo sócio-histórico da luta pela terra.

Ao focar nas formas de se constituir um acampamento, isto é, nas formas de se organizar as famílias dentro de um mesmo espaço e de representá-las social e politicamente,

analiso essas “formas” como sendo ideologias organizacionais em constante construção, em constante configuração, visto a diversidade de interações criadas a partir dos conflitos sociais ocasionados dentro do acampamento Pendengo, conforme vimos.

Vale dizer que, por ideologia organizacional refiro-me a efetivação da visão de mundo de determinado grupo organizado ou em organização. Apoiando-me em Lowy (1994; 2003) que define a ideologia como sendo visão social de mundo, em que ao lutar para transformar a realidade o sujeito passa a entender a sociedade, da mesma forma que ao entendê-la passa a lutar por sua transformação, acredito que as formas de acampamento estabelecidas, criticadas e recriadas pelos acampados da Pendengo, possam ser vistas como teoria e prática das formas que esses sujeitos pensam e se portam perante a realidade social que os cercam.¹⁰² Dessa forma, a visão de mundo desses acampados passa a ser produzida pelas condições objetivas da existência social desses indivíduos ao longo da história, o que não significa que seja uma percepção constantemente consciente, e sim possível de ser em alguns casos uma prática involuntária. Entretanto, o que destaco aqui é o caráter dialético das visões de mundo existentes ao longo dessa etapa da trajetória de reivindicação da fazenda Pendengo, da qual as diferentes formas de se organizar, conduzir e representar as famílias acampadas perante a sociedade civil e política, a partir dos próprios acampados, levaram o acampamento Pendengo a apresentar uma confluência organizacional. MST, MTR e SINTRAF/SER ocuparam a posição de organizações atuantes ao longo de todo o período transitório de reivindicação da fazenda Pendengo por serem frutos das interações entre os acampados, que buscaram nessas organizações uma representação de seus interesses, levando essas diferentes organizações a se relacionarem entre si, configurando constantemente o acampamento e se estabelecendo dentro do assentamento, conforme será analisado no próximo capítulo.

Ao se montar um acampamento, mesmo que algumas condutas sejam pré-estabelecidas como essenciais para seu sucesso, ou seja, para a conquista da terra, sendo reconhecidas como adequadas por todos os sujeitos envolvidos nesse processo, elas estão submetidas a modificações, retirando qualquer possibilidade de engessar o comportamento dos acampados. Mesmo que Sigaud (2000) tenha pensado em uma “forma acampamento,” ao perceber que a maneira adequada de se agir ao reivindicar terra se compunha pela associação de performances e linguagens específicas que permitem uma comunicação fluída entre os sujeitos envolvidos - acampados, organizações representativas e o Estado -, a autora não considerou essa forma como única e imutável, principalmente devido o reconhecimento de que as pessoas que participam dos acampamentos se colocam de diversas maneiras diante dos movimentos sociais. Isto é, mesmo que a maneira de reivindicar terra, com a realização da ocupação da propriedade, seguida da montagem do acampamento tenha sido reproduzida em diversos locais, tal como a Zona da Mata de Pernambuco (local de estudo da autora), essa “forma” passa a ser adaptada a cada contexto sócio-histórico, trazendo assim variações da “forma acampamento”.

Mesmo estando presente, o que a autora descreve como sendo as performances e a linguagem social da “forma acampamento”, em grande parte dos acampamentos de reforma agrária espalhados pelo Brasil, a partir da década de 1980 surgem variações a essa forma que são suscetíveis as diferentes assimilações da própria. Ou seja, variam de acordo como a leitura

¹⁰² Vale dizer que por compreender a sociedade, Lowy (1994; 2003) se refere ao sujeito ter conhecimento do peso histórico e social como sendo os construtores fundamentais da realidade social em que o próprio se encontra. Para o autor, apoiando-se na leitura de Marx, uma sociedade existe como consequência de sua formação, ou seja, a partir das relações estabelecidas entre as classes sociais ao longo do tempo histórico, fazendo com que qualquer transformação no campo das ideias ocorra em conjunto com a transformação da sociedade. Não é pretensão deste trabalho realizar uma análise teórica do conceito de ideologia. Para a compreensão do conceito aqui adotado ver Lowy (1994; 2003).

que os acampados fazem dessa forma “adequada” de se demandar terra e principalmente das realidades que cada acampamento encontra, realidades sociais, culturais, econômicas e políticas vinculadas a um tempo e um espaço específico. Dentre essas variações da “forma acampamento” surgida a partir do contexto histórico, é possível citar uma que readapta a luta pela terra, que é a realização dos acampamentos de beira de estrada, não como segunda forma de reivindicar a terra, isto é, como possibilidade provinda do despejo do acampamento dentro da propriedade, mas sim como primeira e única possibilidade.

Devido a Medida Provisória nº.2.183 de 2001, editada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e mantida nos governos seguintes (PT), todas as áreas ocupadas passam a ter seu processo de desapropriação suspenso por dois anos, reestruturando por lei a maneira de demandar terra e assim reestruturando, portanto a “forma acampamento”. Contudo, as ocupações não são totalmente descartadas pelos *sem-terra*. Pelo contrário, continuam sendo utilizadas como forma de demonstrar qual propriedade querem que seja desapropriada. O que muda é que as ocupações passam a ser realizadas não como etapa inicial da luta pela terra, visando a formação do acampamento, mas sim como forma de pressionar os órgãos estatais a realizarem a desapropriação das fazendas que já estão sendo demandadas por determinado acampamento. Ou seja, a ocupação da fazenda continua sendo uma tática para a desapropriação, porém passa a ocorrer, em alguns casos, após a montagem do acampamento na beira da estrada, funcionando de forma pontual na pressão política, sem a intenção de acampar dentro da área ocupada por muito tempo.

No caso do acampamento Pendengo, três ocupações foram feitas dessa maneira, isto é, com o acampamento na beira da estrada e nos limites da fazenda Pendengo já constituído e com a figuração sócio-política composta pela coexistência entre MST e MTR. As duas primeiras ocupações ocorreram em tempo simultâneo, contudo por terem sido realizadas por *movimentos* diferentes e em áreas diferentes, é possível caracteriza-las como sendo ocupações separadas. Enquanto o MST ocupou parte da área da fazenda, da qual hoje se localiza a sua unidade de agrupamento de assentados, isto é, após o córrego que cruza a fazenda Pendengo seguindo no sentido de Nova Independência, o MTR ocupou a área de entrada da sede da fazenda. Mesmo iniciando simultaneamente - Janeiro de 2007 - e com os mesmos procedimentos, isto é, com os acampados cortando as cercas da fazenda e passando a montar diversas *barracas* de lona dentro da fazenda, ambas as ocupações tiveram diferentes durabilidades. Enquanto o MST ocupou a fazenda por cerca de quinze dias, o MTR teve uma ocupação mais longa, totalizando trinta dias. Porém, essa maior durabilidade na ocupação por parte do MTR não significa que sua ação tenha sido com maior ou menor intensidade em relação a conduta do MST. Segundo os acampados, ambas as ocupações tiveram as mesmas formas organizacionais, do qual o objetivo era acelerar o processo de vistoria e de desapropriação da fazenda. Como alguns assentados me disseram em entrevista: *Tem que ocupar pra pressionar. Mas é coisa curta, foi só pra fazer um movimento, mesmo. Ou então:*

Se você acampar na beira da estrada e nunca ocupar, a fazenda nunca sai e vai ficar sempre enroscada. Falam que ela tá na justiça, que você já ganhou, mas aí o fazendeiro tira na justiça e prolonga uns anos. Vai prolongando, prolongando, até que muita gente desanima e aí desiste. Então é aí que nós faz a ocupação, pra mostrar pro fazendeiro e pro país que nós estamos ali, estamos reivindicando um pedaço de chão. E temo que conseguir, seja ali, ou seja em outro canto. E o governo passa a enxergar os sem-terra. É uma forma do governo ver a gente (Assis, assentado entrevistado, 2013).

Outro me disse: *As ocupações aqui foram pra pressionar o fazendeiro. Foi a nossa luta né. Então foi o que a gente fez pra marcar presença. Falar que essa terra era nós que queríamos!* (José Hélio, assentado entrevistado, 2013).

Esses depoimentos ajudam a demonstrar o reconhecimento por parte dos acampados da ocupação como sendo uma das táticas realizadas para se conquistar terra. Como uma forma não somente de determinada organização marcar presença em um espaço social, mas também como uma forma dos diversos sujeitos categorizados como *sem-terra* explicitarem suas intenções e marcarem suas presenças como demandantes de terra perante a sociedade.

Vale dizer que na opinião de Nino, mesmo que as ocupações fossem diferentes, visto que os *movimentos* eram diferentes, a reivindicação da fazenda Pendengo era conjunta, o que pode caracterizar as ocupações como sendo um trabalho coletivo. Como ele mesmo disse: *A primeira ocupação foi dividida né. Mas ao mesmo tempo, não tinha ninguém competindo. Tanto nós [MTR], como o MST lutamos pela mesma coisa. Lutamos pela desapropriação da fazenda. E a ocupação nós fizemos para pressionar.*

Com o INCRA reconhecendo as ocupações e assim as reivindicações a partir de uma visita realizada às ocupações, os acampados voltam para o acampamento na beira da estrada, aguardando a realização e o resultado da vistoria da fazenda Pendengo, acordados para o início do segundo semestre de 2007. Porém, passado o tempo estipulado e sem qualquer notícia a respeito do processo da desapropriação, os acampados passam a questionar os coordenadores que não souberam fornecer nenhuma informação precisa, tanto que em Setembro de 2007 Lourival e outros dois acampados pelo MTR insatisfeitos com a falta de informação de seu coordenador, vão à sede regional do INCRA em Araçatuba para ter notícias a respeito do processo de desapropriação da fazenda Pendengo e descobrem que apesar da fazenda constar como demandada para desapropriação pela Justiça, a maior parte das documentações do processo não constavam como retirados pelos coordenadores, o que implicava na ausência dos coordenadores no INCRA pressionando-o. Conforme Lourival contou:

Passou cinco meses e nada de notícia e nada dos coordenadores saberem de algo. Ai o pessoal foi se injuriando e foi ai que eu resolvi ir pra Araçatuba. Foi ai que a assessora de lá [INCRA] me disse que ninguém da Pendengo tinha pisado o pé ali desde a ocupação. Me disse que não era o INCRA que ia correr atrás do processo e sim os acampados e os movimentos que tinham que correr atrás e pressionar. Ai eu fiquei indignado. Por que quando você tá acampado, quando você tá lutando por um pedaço de chão, quanto mais rápido sair melhor pra você (Entrevista, 2013).

Ao voltar para o acampamento e divulgar essa informação, os acampados, tanto do MTR como do MST, indignados com a falta de atitude por parte dos coordenadores, passam a pressionar suas organizações para que uma atitude seja tomada, chegando a conclusão de que realizar mais uma ocupação dentro da fazenda seria a melhor maneira de pressionar os órgãos estatais e dar continuidade a reivindicação do acampamento. Assim, Baixim e Nino, mesmo tendo conhecimento da Medida Provisória n.º.2.183, organizam mais uma ocupação, só que dessa vez em coletivo, ou seja, os dois *movimentos* se juntaram e realizaram uma única ocupação dentro da fazenda Pendengo.

Contudo, antes de organizar as famílias pelo MTR, Nino, na posição de coordenador geral, excluí Lourival do *movimento*, que passou então a ficar sem representação política e social dentro do acampamento, visto o seu desinteresse em acampar sob a bandeira do MST. Entretanto, em nenhum momento Lourival foi expulso do acampamento, como ele mesmo me disse:

Depois que me excluíram do MTR, não tinha o porquê eu sair do acampamento. Na verdade ninguém ia me tirar daqui. Eu fui lá e pressionei o INCRA, fiz minha parte como sem-terra durante todo o tempo de acampamento. Com coordenador ou sem coordenador eu ia ficar, porque eu sabia que todos que acampavam iam pegar terra. E sobre esse

negócio de eu ser excluído, eu penso assim: a verdade dói né? Quando você começa a mexer na casca da ferida do peão, ou em algo que ele fez de errado, aí quando começa a coçar, ou a doer, ele tem que fazer alguma coisa. Foi aí que resolveram fazer a ocupação na sede (Entrevista, 2013).

Essa exclusão de Lourival do MTR demonstra a força política e social que Nino possuía tanto na categoria de coordenador do acampamento, como de dirigente de um movimento social, colaborando assim com as ideias expostas no tópico acima a respeito das organizações serem personificadas por suas lideranças. Ao se sentir difamado por Lourival, Nino o excluiu com a intenção de demonstrar sua autoridade dentro do acampamento Pendengo. Além disso, Nino também incorpora, junto de Baixim, a fala da assessora do INCRA à Lourival, de que *não era o INCRA que ia correr atrás do processo e sim os acampados e os movimentos que tinham que correr atrás e pressionar*, resolvendo assim realizar mais uma ocupação na fazenda Pendengo. Dessa vez, ambos os grupos sócio-políticos ocuparam a sede da fazenda, passando cerca de cinquenta dias dentro da propriedade como pressão ao INCRA para que realizasse a vistoria da fazenda.¹⁰³

O que é interessante destacar a respeito das ocupações realizadas dentro da fazenda Pendengo, é que esses atos demonstram a assimilação dessa ação coletiva por parte dos sujeitos envolvidos na luta - acampados, *movimentos* e o INCRA -, como sendo a maneira adequada de se demandar terra. Os depoimentos dos acampados, o discurso do INCRA quando pressionado por Lourival e a atitude tomada pelos coordenadores, tanto antes como após a fala do INCRA, colaboram com a ideia de Sigaud (2000; 2008), de que as ocupações de terra são realizadas e reconhecidas como um pedido de redistribuição das terras por parte do Estado, onde o acampado é o pretendente a terra e os movimentos sociais seus representantes. Isto é, mesmo com modificações de nível judicial, tal como a Medida Provisória número 2.183, as ocupações reforçam a ideia de que a luta pela terra deve ser feita através das ações coletivas dos *sem-terra*.

O reconhecimento da importância da ocupação como forma de pressão política, mostra como os acampados, estejam eles em posições de liderança ou não, conhecem as regras e as condutas do jogo em que estão inseridos, o que lhes possibilita tanto reproduzi-las como recriá-las a partir de suas vivências e de suas visões de mundo. As diferentes formas de se organizar e conduzir o acampamento, realizadas dentro do acampamento Pendengo como visto acima, colaboram com essa ideia. Pois, mesmo que cada forma de acampamento esteja sob a responsabilidade de uma organização e principalmente de um coordenador diferente, foram os acampados quem as legitimavam, visto que optavam por qual forma de acampamento preferiam se estabelecer, circulando, mudando e até mesmo criando novas bandeiras dentro do espaço social transitório do acampamento.

Dedico aqui, espaço para aprofundar as diferentes formas de acampamento que existiram durante o período de acampamento reivindicando a fazenda Pendengo, focando na relevância dos *cadernos de pontos* e suas dinâmicas de seleção das famílias a serem assentadas. Ainda dialogando com o tópico a respeito das organizações personificadas e, portanto, da incorporação das estruturas consideradas como adequadas para se demandar terra por parte dos sujeitos que constroem os acampamentos a partir de suas movimentações, os *cadernos de pontos* utilizados no acampamento Pendengo, podem ser vistos como uma

¹⁰³ Cabe registrar, mais uma vez, que as ocupações realizadas na fazenda Pendengo, no ano de 2007, constam no Caderno de Conflitos no Campo da CPT como sendo organizadas somente pelo MST, sem nenhuma referência a participação do MTR, tanto na ocupação conjunta, como na ocupação realizada ao mesmo tempo, porém em áreas diferentes da fazenda Pendengo. Para mais informações consultar as tabelas referentes as ocupações de terra realizadas nas cidades de Andradina, Castilho e Nova Independência entre os anos de 2003 a 2009. Tabelas 3 e 4, situadas nos anexos.

ferramenta de organização, visando a seleção dos indivíduos acampados que serão beneficiados com um lote de terra a partir do cumprimento dessa regra estabelecida pelos coordenadores e aceita pelos acampados.

Ao funcionar como registro dos acampados, do qual um representante da família demandante de terra passa a assinar o *caderno* de acordo com a quantidade de dias em que está no acampamento e do qual no fim do mês confirma-se se a quantidade de assinaturas condiz com a quantidade de tempo estipulada, devido a sua posição no acampamento - se *morador* ou *apoio* -, o *caderno de pontos* passa a ser compreendido pelos acampados como uma das regras desse espaço. Ou seja, o *caderno de pontos* se integra como parte do *cumprir regra* estipulado por cada coordenador, junto com outras atividades tais como os *compromissos* para com o acampamento e/ou para com o *movimento*. Dessa forma, os acampados passam a ver no *caderno de pontos* uma regra que ao contabilizar o tempo de acampamento, principalmente o tempo passado debaixo da lona, lhes será utilizado a favor no momento de conquistar um lote de terra. Pode ser visto como uma forma de contabilizar o merecimento desses indivíduos e suas famílias perante o movimento social e o coordenador que os representam, visando a conquista legítima de uma vaga no assentamento.

Loera (2009) apresenta os *cadernos de pontos* como ferramentas cruciais para a dinâmica social dos acampamentos, tendo em vista não somente o caso do acampamento Pendengo, por ela analisado, mas contando também com outros três referências que apresentam, em contextos diferenciados, a existência e a importância de listas e cadernos como dispositivos de organizações sociais que indicam, a partir de seu cumprimento, quais demandantes serão ou não beneficiados por órgãos estatais. Um desses referenciais utilizados pela autora relata a existência de procedimentos a serem seguidos entre os moradores de uma cidade satélite de Brasília, visando classificar os beneficiados pelo governo local com a doação ou venda de terra em Brasília. Ao funcionar como uma das variáveis a conceder benefícios estatais, o “Tempo de Brasília” era uma espécie de fórmula mágica estatal, isto é, um tempo social institucionalizado, que somava aos pontos necessários para que o indivíduo conquistasse benefícios estatais. O segundo referencial utilizado por Loera (2009), provém do relato feito por Macedo (2003), de listas fixadas em uma *barraca* central de um acampamento no estado de Rio de Janeiro, elencando as famílias que cumpriam com os critérios estabelecidos pela coordenação do acampamento e que estariam em vantagem na hora de serem assentadas em comparação às outras famílias que não cumpriam as regras estabelecidas. Por fim, a autora utiliza Quirós (2006), que menciona a existência de listas nas sedes dos movimentos de desocupados em Buenos Aires, classificando seus integrantes a partir da quantidade de mobilizações que participam e assim dos benefícios recebidos pelo Estado, relacionadas às pressões políticas.

Todos esses dispositivos, encarados como práticas nativas assumiam, dentro de seus espaços sociais específicos, a dimensão de verdade, ou de crença, alcançado o nível de uma “lógica de merecimento” (LOERA, 2006) criada e aceita pelos integrantes desses espaços, a ponto de, se não totalmente legitimada pelo Estado, no mínimo reconhecida pelos representantes dos órgãos estatais a ponto de interferir em suas decisões legais. Caso como o do acampamento Pendengo, que a partir da implementação do *caderno de pontos* por parte do SINTRAF, logo nos primórdios do acampamento, se manteve como conduta normativa interna ao longo das reconfigurações sócio-políticas ocorridas, a ponto dos coordenadores me afirmarem em entrevista que são eles, na categoria de líderes e apoiados nos *cadernos de pontos* como provas ou evidências, que decidem quem é ou não assentado.

As diferentes formas de acampamento realizadas pelos três grupos sócio-políticos existentes durante o período de acampamento são demonstradas, entre outras maneiras, pelo manejo do *caderno de pontos*. Vimos até aqui que as dinâmicas e condutas do MST e do MTR se diferenciavam bastante, pois enquanto o MTR exigia a assinatura dos acampados uma vez por dia ao longo da semana, convertendo em regra a moradia dentro do acampamento, o MST de Baixim estipulava que o acampado cumprisse com a quantidade de dias que estabelecia ao entrar no acampamento, ou seja, que *cumprisse regra* de dois, três, ou quatro dias, passando a assinar o *caderno de pontos* nesses dias. Já no caso de Neguinho, o *caderno de pontos* estipulado pelo SINTRAF assumia a mesma forma que o MTR, da qual uma única família ficava responsável pelo caderno (a família do coordenador) e os outros acampados iam até seu barraco para assinar diariamente.¹⁰⁴

Ao perguntar qual era a função do *caderno de pontos* para Nino e para Neguinho, ambos me responderam que *sem ele* [o caderno de pontos] *não tem como controlar quem tá e quem não tá acampado*. Nino aprofunda, ao dizer que:

Quando se quer acampar, tem que pedir vaga pro coordenador, subir o barraco e cumprir com o acampamento. Ele tem de morar no acampamento e cumprir as regras, pra daí ser assentado. Porque, se monta o barraco e nunca que aparece, não vai ser assentado. Tem que ser acampado pra se assentar, e aí com o caderno de ponto tem como o coordenador dele saber se ela tá acampado ou não (Nino, assentado entrevistado, 2013).

Na sequência, Nino me informou que o *caderno de pontos* é crucial para a seleção das famílias a serem beneficiadas com um lote de terra. Conforme me disse:

O peão acha que o caderno de ponto é bobeira, mas é através dele que se comprova se esteve ou não acampado e aí na hora da seleção e com o caderno na mão, o coordenador diz quais são as famílias que podem ser assentadas. Porque na mesa de seleção das famílias senta os coordenadores do acampamento, os representantes dos movimentos e o pessoal do INCRA. Se eu tenho 50 famílias, cadastradas pelo INCRA, o pessoal deles vai ler o nome de cada uma, se eu não quiser que a família do Zézinho [exemplo não real dado pelo interlocutor] não seja assentada, porque não cumpriu a regra, eu falo: “essa família tá fora!” (Entrevista, 2013).

Em entrevista com Neguinho, é possível perceber, assim como no depoimento de Nino, a importância que ambos, como coordenadores de acampamento, dão ao *caderno de pontos* como sendo uma evidência do merecimento de determinadas famílias acampadas a serem assentadas. Sendo assim, o *caderno de pontos* pode ser visto como uma prova do tempo que as famílias passam dentro do *barraco*, servindo tanto para os coordenadores retirarem, da lista de candidatos do INCRA, as famílias que não cumpriram com as regras, assim como para que as famílias comprovem seu tempo passado dentro do acampamento.

Não é o INCRA quem tira a família [da possibilidade de ser assentada]. Quem tira é a coordenação. O coordenador tira e coloca as famílias que quer, na mesa de seleção daquele dia. O INCRA vai perguntando: Esse fica? Eu respondo se sim ou não. Tinha deles [acampados] que até queriam processar. Mas se eles não se encaixaram dentro da norma, não ficavam dentro do acampamento, como é que você vai ficar com uma família dessas?! (Neguinho, assentado entrevistado, 2013).

Vale destacar, que apesar dos depoimentos tanto de Nino como de Neguinho, a respeito do *caderno de pontos* como sendo um dispositivo que auxilia na seleção das famílias

¹⁰⁴ Vale dizer, que apesar de se demonstrar contra a política de aceitação de uma grande quantidade de acampados na categoria de *apoio*, o MTR de Nino não estava excluído dessa realidade. Muitos que não residiam nos barracos devido trabalhos que mantinham nas cidades, visando se manter como acampados, compensavam sua ausência de tempo passado dentro do acampamento pagando uma taxa à coordenação do *movimento*, demonstrando a flexibilidade às regras estabelecidas. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica ver Loera (2009).

a serem assentadas - onde segundo Nino *se no dia da seleção chegar um nome que não consta no caderno do coordenador, mas consta na lista do INCRA, não adianta nada, porque quem pega terra é quem tá registrado pelo coordenador* -, não é essa a forma legal conhecida. De acordo com o INCRA, os critérios de seleção para assentar as famílias demandantes de terra é outro. Segundo os procedimentos técnicos e administrativos para a seleção de candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária de Agosto de 2005 e fundamentado no código civil brasileiro; no Estatuto da Terra de 30 de Novembro de 1964; no Decreto nº.59.428 de 27 de Outubro de 1966 e na Lei nº.8.629 de 25 de Fevereiro de 1993 diversos critérios são estabelecidos para o assentamento das famílias demandantes de terra, apesar das inscrições serem abertas para qualquer pessoa interessada, contemplando em ordem: 1- agricultores(as) sem-terra; 2- posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; e 3- agricultores(as) cuja propriedade não ultrapasse a um módulo rural do município. Vale dizer que entre os critérios apresentados pelo INCRA, consta como principal e, portanto como critério básico para ser beneficiado com as políticas de assentamento, a vocação agrícola da família demandante, fazendo, junto com a inscrição desses sujeitos em listas das quais fornecem informações pessoais ao INCRA, com que o processo estatal seja selecionador e excluso ao mesmo tempo.¹⁰⁵ Para Caume (2002), ao elencar critérios específicos tais como idade e ocupação produtiva anterior, o Estado passa a definir um “tipo ideal” de futuro assentado, o que implica em um enquadramento dos beneficiários a conquista de um lote de terra.

Esses critérios criados pelo INCRA visam estabelecer regras a serem seguidas por todos os demandantes de terra no território nacional que são referentes ao governo Federal, do qual demonstra o reconhecimento do Estado para com esses sujeitos específicos e suas organizações representativas. Contudo, esse reconhecimento social e jurídico, realizado pelo diálogo com os demandantes de terra a partir da abertura estatal com a redemocratização do país, não deve ser visto como estático e sim como suscetível a modificações conjunturais e específicas. Caume (2002), ao assumir que o social é cortado pelo poder, constituindo relações conflitivas dentro de um mesmo espaço, realiza uma análise sócio-histórica de dois assentamentos de reforma agrária e percebe a existência de variações dos critérios de seleção propostos pelo INCRA na época em que ambos eram acampamentos. O autor mostra a negociação existente entre o aparato estatal e os demandantes de terra para se definir quais famílias seriam assentadas em determinada fazenda no Rio Grande do Sul. Ou seja, mostra como, a partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos na construção desse processo sócio-histórico, se redefinem os critérios de seleção das famílias assentadas, demonstrando que a construção de um espaço social, tal como um assentamento de reforma agrária não está restrito aos moldes propostos pela racionalidade burocrático-administrativa. “Assim, a luta, o conflito, é um componente inextrincável da tessitura do espaço social e territorial ‘assentamento de reforma agrária’” (CAUME, 2002, p. 59). Para o autor, os diferentes sujeitos inseridos na luta pela terra, proporcionam diferentes discursos e práticas que dialogam e interagem, proporcionando a flexibilidade das normas legitimadas, sejam elas estatais ou não. Dessa forma e segundo o autor, as relações construídas em um mesmo processo sócio-histórico podem ser vistas como diálogos entre diferentes poderes, em que o poder passa a ser visto como uma prática em contraposição a outras práticas.

Ao adotar os grupos já existentes durante a fase de acampamento como critério de seleção das famílias a serem assentadas e não o núcleo familiar, como era estabelecido pelo

¹⁰⁵ As informações a respeito desses critérios estatais, a respeito dos procedimentos para a seleção de candidatos para o Programa Nacional de Reforma Agrária, constam na norma de execução nº45, de 25 de Agosto de 2005. Documento acessado pelo endereço <http://www.incra.gov.br>.

Estatuto da Terra, o caso do assentamento 16 de Março estudado por Caume (2002) demonstra a flexibilidade das leis perante as vicissitudes da realidade social. No caso, o autor elenca que a escolha desse critério ocorreu por dois fatores: a relativa facilidade administrativa e operacional a ser encontrada pelos técnicos estatais quando o assentamento estivesse constituído, visto a propensão dos grupos de família nas formas de produção coletivas e comunitárias; e o interesse do movimento social que representava os acampados (no caso o MST) de dar continuidade as formas organizacionais implantadas durante o acampamento, que funcionavam como experiência de coletivização do trabalho, formando uma base para a aplicação prática de sua visão de mundo. Isto é, os interesses do *movimento* responsável pela organização e representação das famílias acampadas se mostraram capazes de intervir nos critérios estatais estabelecidos, demonstrando seu reconhecimento dentro do cenário político.

Já no caso do acampamento Pendengo, além da visibilidade marcante que os movimentos sociais têm dentro dessa etapa específica da luta pela terra, o papel dos coordenadores com seus dispositivos e condutas assumem maior relevância ainda, interferindo diretamente nos critérios de seleção das famílias elaborados pelo INCRA a partir da exclusão dos que não cumprissem com suas regras. As regras e, portanto as formas de acampamento estipuladas por Baixim, Nino e Neguinho comprovavam a partir dos mecanismos que cada um adotava para o controle organizacional do acampamento, que o não cumprimento das regras seriam registradas e, portanto, serviriam de comprovante do merecimento de cada família a ser beneficiada no processo de seleção a um lote de terra na fazenda Pendengo. Assim, o *caderno de pontos* serviu como uma evidência do tempo de acampamento enfrentado pelas famílias, como um documento legitimado pelo coordenador do acampamento referendando a “lógica do merecimento” (LOERA, 2006).

Para terminar a discussão e a análise aqui pretendida, sobre as ideologias organizacionais existentes ao longo do tempo de acampamento e construídas pelos próprios acampados, é de grande importância abordar as interpretações que utilizei a respeito da expressão “*tempo de acampamento*”. Schmitt (1992) ao estudar a identificação dos colonos gaúchos com o termo “*sem-terra*”, até então novo no cenário político nacional da época, aborda o “tempo de acampamento” como sendo o período onde se constrói um espaço de sociabilidade do qual os acampados passam, através das constantes interações por eles criadas, a assimilar o atributo “*sem-terra*” como crucial para se inserir na luta pela terra. Para a autora, “colono sem-terra” representa o mesmo que um “nós político”, isto é, um coletivo justamente por se fundar em uma ação coletiva de grupo e nas relações que estabelece com diferentes forças sociais presentes no campo dos conflitos agrários. Ao mesmo tempo, esta mesma identidade também seria o “produto de uma construção cultural, resultante de uma trama diferenciada de experiências históricas significadas pelos indivíduos/grupo no curso de sua trajetória social” (SCHMITT, 1991, p. 20) que se relaciona estreitamente com o meio rural.

Ao estudar um acampamento específico, localizado no Rio Grande Sul e formado em 1987, a autora considera que a identidade assumida pelos acampados foi se constituindo a partir do entrecruzamento de diferentes trajetórias individuais e familiares transcorridas em uma determinada correlação de forças dentro do acampamento, espaço onde o conflito pela terra era vivido cotidianamente e do qual se institucionalizavam formas de participação política, além de estabelecer normas que regiam a vida social em que os acampados organizavam “determinados significados em relação à sua história passada, suas diferenciações internas, sua posição no universo social e suas perspectivas futuras”

(SCHMITT, 1991; p. 610)¹⁰⁶. Assim sendo, o “tempo de acampamento” abriria espaço para a experimentação de novas sociabilidades, na qual o grupo de acampados ia “construindo uma teia de relações que serve como suporte para a construção de uma identidade social e política comuns” (SCHMITT, 1991; p.643) que não é estática, mas cotidianamente recriada e negociada a partir das interações existentes nesse espaço social.

Já Caume (2002), apresenta o “tempo de acampamento” como sendo um “processo coletivo de luta pela terra” (CAUME, 2002; p.17). Contudo, vale dizer que o autor ao focar na análise do discurso dos antigos acampados, torna esse processo em uma memória que pode ser tanto positiva como negativa, dependendo das experiências vivenciadas por esses sujeitos. Isto é, ao ser lembrado o “tempo de acampamento” pode ser apresentado/narrado pelos antigos acampados – assentados entrevistados pelo autor – de diversas formas, entre elas: como sendo um período de maior união em relação ao período do assentamento; como um período marcado por uma maior frequência de ações públicas de foco político, tais como os enfrentamentos, as mobilizações e os despejos; ou então também pode ser narrado a partir das dificuldades que marcaram o cotidiano da vida desses acampados, tal como a alimentação, o cuidado dos filhos e a privacidade, entre outras atividades cotidianas.

Por fim Loera (2009) apresenta a expressão “tempo de acampamento” a partir da correlação de três fatores possíveis de existirem nesse espaço social e que ao funcionarem conjuntamente, ultrapassam a concepção de uma medida cronológica e atingem os níveis de ordenador das relações sociais e de demarcador de prestígio, responsáveis pela construção do *status* social dos acampados. Isto é, através das variantes “tempo de barraco”, “tempo de luta” e “tempo de reforma”, compõem-se o “tempo de acampamento”, apresentado como sendo “uma categoria nativa que faz sentido para um grupo ou população ao qualificar um conjunto de atividades ou de comportamentos específicos” (LOERA, 2009; p.235). Para a autora, o “tempo de barraco” seria o tempo e o sofrimento enfrentados pelos acampados em baixo da lona, ou seja, é o período de estadia dos *sem-terra* dentro dos acampamentos e que pode vir a ser comprovado a partir dos *cadernos de pontos*, legitimando aos olhos dos coordenadores o sofrimento vivenciado por essas famílias, assim como o merecimento delas de serem beneficiadas com um lote de terra na fazenda pretendida, através do tempo que passaram em baixo da lona preta. Já o “tempo de luta” seria uma forma de contabilizar e demarcar o prestígio dos acampados que participam das mobilizações propostas pelo *movimento* a que fazem parte, medindo a capacidade de mobilização desses sujeitos dentro do acampamento e em prol da luta por terra. De acordo com a autora: “as dificuldades vivenciadas durante as mobilizações (ocupações, marchas e passeatas) são consideradas uma forma de legitimar o tempo de luta” (LOERA, 2009; p.157). Por fim, o “tempo de reforma” pode ser apresentado como sendo uma espécie de síntese dos outros dois “tempos”, visto que é uma expressão utilizada por militantes para contabilizar as conquistas e derrotas adquiridas na luta por terra, da mesma forma que também serve para “[...] lembrar o cumprimento de *obrigações* para com o *movimento*” (LOERA, 2009; p.25). A autora ainda diz que o “tempo de reforma” é quantificado pela maioria dos assentados que participam em ocupações e outras mobilizações não a partir do momento em que foram assentados, mas sim a partir do momento em que realizaram suas primeiras ocupações.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Segundo a autora, até chegarem ao acampamento, a primeira experiência de participação política da maioria dos acampados por ela estudados havia se dado nos grupos de Pastoral organizados pela Igreja Católica.

¹⁰⁷ Vale esclarecer que Loera (2009) apresenta em seu estudo, tanto o “tempo de luta”, o “tempo de barraco”, como o “tempo de reforma”, como questões percebidas no cotidiano dos acampamentos do MST.

Vale dizer que, através da movimentação de diversos sujeitos em diferentes ocupações e acampamentos, seja no interesse de conquistar um lote de terra ou de cumprir com a *disciplina* do movimento social do qual participam, os acampados sejam eles *velhos de luta* conforme exposto por Nino, ou novatos nesse processo, colaboram, junto dos assentados que possuem um maior “tempo de reforma”, na expansão da luta pela terra, ou como defende Fernandes (1996), na “territorialização e espacialização da luta pela terra”.

Assim, o “tempo de acampamento” apresentado por Loera (2009), possui com essas três variantes uma dinamicidade de interações num mesmo espaço social, do qual o tempo/espaço enfrentado por diversos indivíduos apresenta-se como sendo um código social do qual o seu cumprimento a partir de diversas nuances mostra-se não como algo único e estático, mas justamente pelo contrário. Isto é, como algo mutável a partir dos contextos e dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, o “tempo de acampamento” de Loera (2009) pode ser visto como uma maneira de demonstrar a existência de variações da “forma acampamento” de Sigaud (2000), da qual a reivindicação de terra, reconhecida como “adequada” perante todos os sujeitos envolvidos em determinado processo sócio-histórico, mostra-se como uma linguagem social cambiante a partir dos interesses, atividades, identidades e assim configurações construídas e reconstruídas em um mesmo espaço social.

Ainda a respeito do “tempo de acampamento” como componente ativo da forma a qual o acampamento passa a se estruturar, cabe realçar aqui a importância dos compromissos realizados pelos acampados na função de cumprir com diversas atividades propostas por determinado espaço social e/ou movimento social e assim com a *disciplina* do movimento. De acordo com Loera (2006), os “*compromissos*” são vistos como atividades que podem ser assumidas tanto pelos acampados, como pelos assentados, cumprindo com diversas funções para com a luta por terra e reforma agrária. Ou seja, os “*compromissos*” assumem o papel de tática de luta por dois aspectos: o de *disciplina/obrigações*, pensando o trabalho da militância das organizações envolvidas na luta pela conquista da terra e o de *ajuda*, que seria o trabalho do dia a dia que há nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

O conceito de compromissos apresentado por Loera (2006) foi construído tendo como base o texto “Ensaio sobre a dádiva” e Marcel Mauss, no qual o autor apresenta, a partir da existência de uma força moral totalizadora na lógica de dar, receber e retribuir presentes em sociedades tidas como primitivas, duas dimensões da dádiva: a voluntária e a obrigatória. Quem entra na lógica de dar/receber/retribuir faz isso não porque se submete a algo imposto coercitivamente como uma dívida, mas sim porque adere a esse compromisso, adentrando em uma lógica de reconhecer o outro. Lógica essa que pode muito bem ser utilizada ao analisar o caso dos compromissos dos acampados e assentados para com a luta pela terra e por reconhecimento social e moral. Ao dar e receber, os sujeitos envolvidos nessa relação passam a se aceitar. Ou seja, há uma confluência de ato voluntário e generoso com a atitude de obrigatoriedade, devido os interesses surgidos nessa relação de troca. Dessa forma, é possível estabelecer uma relação entre as dimensões da dádiva de Mauss, com as formas de *compromissos* apresentadas por Loera (2006).

É interessante salientar a esse respeito, que os compromissos sejam eles em níveis de *disciplina/obrigações* ou de *ajuda* podem vir a gerar divisões sociais e políticas tanto na fase de acampamento como na de assentamento, conforme o caso da Pendengo nos mostra. Pois, justamente alguns dos compromissos apresentados pelas organizações sociais como necessários para a conquista da terra, podem ser mal vistos por alguns dos acampados e/ou assentados, que passam a deixar de realizá-los, chegando a se rebelar contra essas atividades e montando outros grupos dentro do mesmo espaço social como forma de negar as regras e as

condutas estabelecidas pelas organizações sociais responsáveis pela representação desses sujeitos específicos.

Assim, volto a enfatizar a importância dos sujeitos de carne e osso no processo sócio-histórico da luta por terra, do qual as relações construídas e desconstruídas nos espaços criados a partir das demandas desses sujeitos configuram diferentes condutas de ação em um mesmo espaço social. A movimentação existente entre acampados e assentados, de diversos acampamentos e assentamentos de reforma agrária pelo país mostram que diferentes formas organizacionais se relacionam independentemente das consequências. Tanto Lerrer (2007; 2008), como Loera (2006; 2009) e Rosa (2004; 2009) demonstram em casos diferentes a circulação dos *sem-terra*, ajudando na territorialização e espacialização da luta por terra no Brasil, da qual a “forma acampamento” percebida por Sigaud (2000) expande-se por todo o território nacional, apresentando flexibilidade a partir do contexto e dos sujeitos que constroem essa ação de demanda. Lerrer (2007; 2008) e Rosa (2004; 2009) ao estudarem os sujeitos que integram e constroem o MST, enfatizam a importância do movimento social, isto é, da organização representativa dos *sem-terra*, na construção das atitudes desses sujeitos, em seu “estilo sem-terra de militar” (LERRER, 2008), do qual a formação política e educacional dos acampados passa a ter enorme relevância para o desenvolvimento da luta por terra. De acordo com Lerrer (2007; 2008) a formação política e educacional fornecida pelo MST através de cursos de formação técnica e de militantes, além das escolas fundamentais com metodologias específicas, é o que constitui a base de sua prática política, visando inserir os acampados e os assentados no que a autora chama de “modernidade emancipadora”, que seria o acesso à instrução formal e política de seus membros. Segundo a autora, é através desse esforço de elevar a consciência de sua base, visando a transformação da realidade social brasileira através das disputas políticas, que o MST constitui laços de sociabilidade em seu interior. Isto é:

O estilo ‘sem-terra’ de militar, em suma, tem em seus cursos e encontros de ‘formação política’ um dos seus mais efetivos lugares de reatualização, até mesmo porque neles se reproduz o tipo de organicidade que o MST tenta aplicar em todos os lugares onde está organizado (LERRER, 2008; p.177).

Dessa forma, a autora defende, assim como Rosa (2004), que os integrantes que compõem o MST, como movimento social que possui uma visão de mundo específica, são os indivíduos que passaram pelos cursos de formação realizados por esse *movimento*, construindo laços de sociabilidade e incorporando as formas discursivas e práticas dessa organização. Para Rosa, “somente pertence ao MST quem ocupa um cargo, uma função específica em sua hierarquia, podendo ou não ser assentado ou acampado” (ROSA, 2004; p.53)¹⁰⁸.

Não negando a importância dos *movimentos* e de todos os seus dispositivos organizacionais de níveis político e social, tais como os cursos de formação por eles fornecidos, acredito que as interações, sejam elas intencionais ou não, entre os acampados e dos acampados com outros sujeitos externos a esse espaço social, assumam papel de maior importância na construção dos acampamentos e das identidades de seus integrantes. Isto é, acredito que o acampamento, como espaço de materialização das relações sociais de uma diversidade de indivíduos, tenha maior peso do que a visão de mundo de determinado movimento social e de seus cursos de formação, ao longo da construção desse espaço e dos sujeitos que o constroem diretamente. Defendo isso, apoiando-me na análise e interpretação

¹⁰⁸ Conforme vimos anteriormente, Rosa (2004; 2009) apresenta o MST, aos olhos de seus integrantes, como sendo um lugar social no qual podem se instalar como indivíduos e do qual são reconhecidos por isso. Isto é, “[...] um lugar sobre o qual [seus integrantes] têm algum poder sobre a vida de algumas pessoas” (ROSA, 2009; p.72).

dos *rachas* e nos conflitos ocorridos ao longo da trajetória do acampamento Pendengo aqui analisados e nas pesquisas feitas por Loera (2006; 2009), das quais a autora defende que os indivíduos escolhem fazer parte de um acampamento e não de um *movimento*, o que faz com que esses indivíduos estejam em movimento e não sejam do *movimento*. Neste sentido, interpreto o “tempo de acampamento” como um período de sociabilidade que mantém, cria e transforma os interesses, as redes de relações e as identidades dos acampados, passando a ter grande responsabilidade pela construção inicial do processo sócio-histórico da luta por terra no Brasil. É a partir do ingresso de determinado indivíduo em um cotidiano do qual a luta por terra está presente em todas as dimensões, em um espaço do qual os indivíduos transformam a realidade social em que vivem a partir das relações de suas experiências individuais com seus interesses coletivos, de forma coesa ou tensa, que se constrói a luta por terra, incentivando-o ou não a ingressar na cena política de forma mais direta, isto é, como militante de determinado movimento social.

A posição contrária a uma forma de organizar e representar instaurada como hegemônica dentro do acampamento pode levar alguns sujeitos a assumirem a posição de liderança contra essa forma, o que faz com que surjam novos consensos, novas ações e assim novos grupos coexistindo social e politicamente em um mesmo espaço. Isto é, a inserção de determinados indivíduos no cenário político, tal como os *donos do acampamento*, assim como o aprendizado de questões cruciais, como a negociação com os órgãos estatais, passa a ser produto das interações existentes dentro dos acampamentos e não somente dos cursos e das escolas de formação política que alguns *movimentos* fornecem.

Ao se inserirem na luta por terra, esses determinados indivíduos passam a interferir diretamente na construção dessa luta ao decorrer do tempo, visto as constantes configurações que implicam a esse processo a partir do papel que desenvolvem como sujeitos sócio-históricos, isto é, como *sem-terra* em primeiro lugar e depois como coordenadores, militantes ou *donos* do acampamento. No caso do acampamento Pendengo, foi essa categorização - a de *sem-terra*, ou de acampado - a base para as diversas interações que ocorreram nesse espaço social. Em que, mesmo possuindo um mesmo interesse em comum, ou até mesmo uma mesma visão social de mundo, os acampados da Pendengo divergiam quanto a forma de organizar suas ações reivindicatórias a ponto de expressarem uma sociação conflituosa, construindo uma correlação de forças da qual a hegemonia política desse espaço social era cambiante.

O que procuramos demonstrar nesse capítulo foi a diversidade de relações existentes dentro de um acampamento específico reivindicando a desapropriação da fazenda Pendengo para fins de reforma agrária, com o objetivo de colaborar com a ideia de que são os homens e as mulheres os responsáveis pela construção da luta por terra a partir de suas atividades, experiências e sonhos, regulando e transformando o seu cotidiano e o cotidiano de seus semelhantes dentro do acampamento. Ou seja, as interações construídas e desconstruídas de forma planejada ou não planejada pelas famílias acampadas funcionaram como uma grande engrenagem responsável em movimentar demandas, formas e políticas a respeito de uma das esferas da questão agrária nacional: a desapropriação e redistribuição de terras.

CAPÍTULO IV

CONFIGURAÇÕES DO ASSENTAMENTO PENDENGO

Cumpre-se registrar de início, que a análise aqui apresentada a respeito das configurações do assentamento Pendengo se direciona mais para uma apresentação inicial das configurações gestadas no período que decorre entre a destinação dos lotes aos acampados e a realização do último trabalho de campo. Esta análise preliminar dos dados que conseguimos coletar em entrevistas e outras fontes não dá conta de muitas questões que vão se apresentar no decorrer desta interpretação. Reconhece-se que ao falarmos de configurações sócio-econômicas, conforme será relatado no capítulo, uma abordagem ancorada em saberes da economia política deveria ser acionada, tanto na coleta e produção dos dados, como na interpretação dos próprios. Assim, a transcrição das entrevistas e suas análises colocaram em cena dimensões de processos dos quais temos agora apenas indicadores. O tempo limite da titulação de mestrado inviabilizou novos retornos ao campo de pesquisa, bem como um aparato teórico-metodológico mais aprofundado para analisar as dimensões econômicas da vida social dos assentados, o que faz com que a análise dessas dimensões figuracionais do assentamento Pendengo sejam introdutórias para próximos estudos a serem realizados sobre esse espaço social.

Assim, registra-se a impossibilidade de ter identificado e realizado uma análise mais minuciosa e enriquecedora para a discussão das dimensões sócio-econômica e sócio-política do assentamento Pendengo. Alguns questionamentos que podem vir a surgir a partir da leitura desse capítulo, principalmente a respeito da produção leiteira dos assentados, analisada no primeiro tópico, tais como: a relação desses assentados-produtores com a forma do PRONAF acessada; as redes de relações que se estabelecem entre os laticínios e os assentados-produtores e; um maior detalhamento das situações vividas pelas famílias categorizadas como não-produtoras de leite, ficam para futuros trabalhos.¹⁰⁹

O assentamento representa o desfecho de um processo sócio-político, onde o monopólio da terra e o conflito social dos *sem-terra* com os proprietários, ou tidos proprietários, são superados, iniciando-se assim outro processo a partir da construção de uma nova organização econômica, social e política, pautada na heterogeneidade das famílias e de todas experiências vivenciadas na fase de acampamento. Esse novo processo - responsável pela constituição de configurações sócio-políticas e sócio-econômicas -, que passa a ser construído pelas famílias assentadas, apresenta diversas facetas constituídas tanto pelas relações internas como pelas relações externas. Ou seja, são as relações entre os assentados; entre os assentados e as coordenações; entre os assentados e os órgãos estatais; entre os assentados e a cidade; entre outras relações possíveis, o que compõe a realidade diversificada que as famílias assentadas vivenciam.

Como fruto ou coroamento da luta pela terra, os assentamentos surgem também das contradições vividas no interior do processo de construção desses espaços sociais. Tanto no período de acampamento - conforme o capítulo anterior demonstra -, como no período de assentamento, as contradições e os conflitos que surgem das diversas formas de relações, são causa e consequência da realidade vivenciada pelas famílias assentadas. Mais uma vez nos

¹⁰⁹ Não é pretensão desse texto, abordar a situação legislativa e judiciária do assentamento ou das famílias assentadas, porém é possível informar que todos os lotes do assentamento Pendengo estão hipotecados no Banco do Brasil, o que faz com que qualquer dívida que o assentado assumo, referente ao lote, seja de conhecimento do banco, impossibilitando o assentado de realizar qualquer tipo de investimento ou negociação com/para o lote, até quitar sua dívida no banco.

apoiamos em Simmel (1983), que interpreta o conflito como uma forma de sociação que produz e/ou modifica novos grupos e novas realidades. Ou seja, as contradições e os conflitos resultam das relações sociais, reestruturando as figurações já existentes em determinado tempo e espaço.

Ao se pensar nas possíveis figurações existentes em um assentamento de reforma agrária, o senso comum tende a não visualizar as possibilidades de diversificação de interações sociais existentes nesse espaço social, pensando-o como homogêneo e uniforme, ou ainda que suas interações sejam relações de poder onde a figuração predominante seria a de dominantes e dominados. Porém, por mais que as disputas ocorridas em assentamentos possam ser consequência das relações de poder, esse poder não necessariamente está relacionado a um interesse exploratório ou de estigmatização. As figurações construídas/construtoras nos/dos assentamentos são exemplificações da diversidade de interações que coexistem em um mesmo espaço.

Vale dizer, que é a partir da materialização das relações sociais dos integrantes de um espaço específico (FERNANDES, 1996), que será aqui apresentado e discutido as figurações do assentamento Pendengo percebidas ao decorrer do trabalho de campo. Assim, objetivamos demonstrar a materialização de algumas interações dos assentados, bem como em dar sequência a sócio-história do assentamento Pendengo. A análise interpretativa aqui realizada tem como foco principal, as atividades realizadas pelas famílias que residem no assentamento Pendengo e que ajudam o pesquisador a perceber determinadas formas de interação social e assim sendo de configurações, tanto sócio-políticas como sócio-econômicas, existentes em determinado campo de estudo.

Com a intenção de produzir um texto que demonstre indicadores de uma configuração em movimento no assentamento Pendengo, esse capítulo está dividido em três tópicos, dos quais serão discutidos, preliminarmente, algumas das unidades/diversidades que constituem esse espaço social. Primeiramente o texto passa a discutir a principal produção realizada pelos assentados da Pendengo, a produção leiteira. Nesse tópico, apresento como que a pecuária leiteira surge como opção de produção no assentamento Pendengo e a dimensão de sua importância, responsável por compor o que considero ser a primeira configuração sócio-econômica do assentamento a partir da diferenciação entre produtores/não-produtores de leite e da coexistência de associações produtoras no mesmo local. Vale chamar a atenção para o caráter exploratório desse tópico, onde apresento informações que ajudam na caracterização de uma configuração sócio-econômica dentro do assentamento Pendengo, contudo sem aprofundar da maneira que gostaria, devido a indisponibilidade de tempo do pesquisador para tanto. O segundo tópico abrange outras atividades realizadas pelos assentados da Pendengo percebidas ao decorrer das viagens de campo. Nesta parte do capítulo, abordo diversas atividades realizadas pelos assentados, como forma de se inserirem na sociedade, dialogando com alguns dos conceitos de pluriatividade. Por fim, o terceiro e último tópico é dedicado a apresentação e análise de outras figurações que constroem a dinâmica social do assentamento Pendengo, demonstrando a complexidade de relações possíveis dentro de um mesmo espaço social. Para tanto divido o tópico em dois, analisando situações diferentes, mas relacionadas a ideia de que há a presença de elementos contraditórios dentro de uma unidade social.

Vale a ressalva de que, escrever a respeito da dinâmica atual de um determinado espaço social, só é possível a partir do momento que se leve em consideração dois pontos: 1- a correlação de atores, portanto forças que atuam ao mesmo tempo nesse espaço e 2- os acontecimentos históricos ocorridos que formam a trajetória de determinado espaço de vida e

de trabalho. Dessa forma, o objetivo pretendido nesse capítulo, de analisar a dinâmica atual do assentamento Pendengo, tendo como ângulo de visão suas configurações, só foi possível devido os relatos e análises realizadas nos capítulos anteriores.

Segundo os dados do INCRA no ano de 2009 foram emitidos sete decretos desapropriatórios em 5.930 ha de área no estado de São Paulo, assentando um total de 1559 famílias por este órgão.¹¹⁰ Dentro desse total, se encontram as 173 famílias assentadas na fazenda Pendengo, sob as bandeiras do MST, MTR e SINTRAF/SER. Essas famílias começam a construir o assentamento a partir da entrada na terra, ou seja, quando as famílias passam a residir em 30% da área da fazenda, ainda se encontrando embaixo de *barracos*. Nesse momento, de pré-assentamento, denominado pelos assentados de *primeira etapa do assentamento* ou *etapa dos 30%*, observa-se, dentro da área da fazenda, a divisão dos grupos – MST, MTR e SINTRAF/SER – construída anteriormente.

Segundo os assentados me relataram em entrevista, foi através de sorteio, realizado em reunião geral logo após a notícia da desapropriação da área da fazenda Pendengo para a formação do assentamento, que cada grupo passou a saber qual a área da fazenda que seria destinada para se assentarem. Para tanto, os coordenadores, junto do INCRA, dividiram a área total da fazenda em quatro subáreas: *área da sede*¹¹¹, *área do gasoduto*¹¹², *área depois do rio*¹¹³ e a *área do Inferninho*. *Inferninho* era o nome dado a uma parte da fazenda Pendengo na qual, segundo os assentados, costumava sempre alagar, devido ser um espaço cercado por área de Reserva Legal com um pequeno rio. A partir do momento que essa área passou a ser ocupada, já com o assentamento constituído, as famílias que lá residem mudaram o nome de *Inferninho* para *Paraíso das Águas*. Ao perguntar, aos assentados, porque fizeram essa mudança, não obtive resposta concreta. Simplesmente disseram que o nome mudou. Porém, mesmo que essa área apresente um novo nome, ainda é conhecida por alguns assentados como *Inferninho*. Vale dizer, que essa área foi designada para assentar normalmente as famílias que estavam acampadas na Pendengo, cabendo aos coordenadores a opção de transforma-la em uma área de assentamento coletivo, isto é, uma unidade de agrupamento que assentasse famílias do MST, do MTR e do SINTRAF/SER. Isso ocorre devido a quantidade de famílias assentadas ter superado a dimensão da área sorteada para cada organização compor seu agrupamento. Ainda a respeito do *Inferninho* ou *Paraíso das Águas*, é interessante apresentar a ideia de que as famílias assentadas nessa área, foram famílias que tinham menor “*tempo de acampamento*” em relação as outras famílias. Isto é, famílias que aderiram ao acampamento Pendengo em seus momentos finais, na etapa de término do acampamento conjuntamente com a legitimação estatal do assentamento, ou até mesmo famílias que aderiram ao assentamento quando este já estava em processo de construção.

A partir dessa divisão, o grupo de *Neguinho* (SINTRAF/SER) foi sorteado na *área do gasoduto* e o grupo de *Nino* (MTR) na *área da sede*, sobrando para o grupo do *Baixim* (MST) a *área depois do rio*. Feita essa divisão e ainda sem saber quais famílias seriam deslocadas até a área do *Inferninho*, cada grupo se muda para acampar em frente a área

¹¹⁰ Informação obtida no site do INCRA. <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/outras-publicacoes>

¹¹¹ Área que abrange a sede da fazenda Pendengo.

¹¹² Esta área consiste da parte da fazenda Pendengo que é cortada por uma tubulação de gasoduto da ligação Brasil-Bolívia. Área propriamente reservada ao gasoduto de destinação estatal, que abrange cerca de 20 metros em toda a sua extensão e se encontra protegida por grade. No caso, mesmo que a existência de uma tubulação de gasoduto em um assentamento de reforma agrária seja algo interessante de se analisar, não faz parte dos objetivos desse trabalho se dedicar a esse detalhe. O assunto não foi abordado pelo pesquisador e nem pelos assentados ao decorrer das entrevistas. Aparentemente a faixa de gasoduto não teve, até a última viagem de campo, qualquer relevância nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da trajetória do assentamento Pendengo.

¹¹³ O rio a que se referem os assentados, na verdade é um riacho que corta a fazenda e que leva o nome de riacho Pendengo.

referente a sua futura unidade de agrupamento, constituindo o que os assentados chamam de *primeira etapa do assentamento*.¹¹⁴

Essas famílias, agora sob a tutela do INCRA, ficaram cinco meses nessa etapa inicial, da qual realizaram algumas obras para abrigar melhor as famílias dentro dos 30% de área em que se encontravam. Os grupos do MST e do MTR concentravam a maior parte de suas famílias ainda na beira da estrada, sendo poucas as famílias que já se encontravam dentro da propriedade. Já o grupo do SINTRAF/SER passou a acampar em linha, após uma faixa de estrada que abriram, já dentro da propriedade.¹¹⁵

No fim desse período, cada grupo sócio-político faz seus parcelamentos dos lotes, a partir da determinação do INCRA de que a área do assentamento seria de 5 mil hectares, loteados em 12 hectares cada, assentando as 173 famílias acampadas e registradas no INCRA como acampadas, que segundo as informações concedidas se apresentava, no momento do loteamento, estruturado com cerca de 80 famílias sob a bandeira do MST, 72 sob a bandeira do MTR e 21 pelo SINTRAF/SER.¹¹⁶ Fora essa quantidade de famílias beneficiadas com um lote dentro do assentamento, somaram-se cerca de 30 famílias que se inseriram no acampamento nas etapas finais de reivindicação da fazenda e que foram destinadas, pelo INCRA em conjunto com cada uma das organizações atuantes, para a área do *Inferninho*, futuro *Paraíso das Águas*, totalizando as cerca de 200 famílias assentadas ao todo. No caso, os grupos de Nino e Neguinho realizaram sorteio entre todas as famílias com maior *tempo de acampamento*, para se distribuir os lotes, exceto os coordenadores, que pelo posto assumido tiveram o privilégio de escolherem seus lotes antes da realização do sorteio. Já o MST se posicionou de forma diferente, deu a seus integrantes a opção de escolha dos lotes desde que se respeitasse 4 núcleos de assentados, cada um com um número limitado de moradores e um coordenador. A partir dessa lógica de distribuição, os acampados/assentados pelo MST passaram a escolher entre eles quais lotes cada um queria, chegando a realizar sorteio nas ocasiões em que mais de uma família demonstrava interesse pelo mesmo lote dentro do mesmo núcleo de grupo, até conseguir esquematizar todo o loteamento sob sua bandeira.

Com a distribuição das áreas e dos lotes, inicia-se o processo de mudança das famílias para dentro da área do assentamento, dando início de fato ao período de assentamento com a construção das habitações. O primeiro grupo a ter sua área parcelada por tratores foi a *área da sede*, da qual se encontra o grupo do Nino, seguido pelo grupo do Neguinho e por último o grupo do MST.¹¹⁷

As famílias de cada um desses grupos que passaram a aderir ao acampamento em momentos mais próximos a notícia da desapropriação, ou até mesmo já na *fase dos 30%*, foram encaminhadas para a área do *Inferninho*. Como dito acima, a adesão tardia significa pouco ou nenhum “*tempo de acampamento*” e baixo nível de convivência na luta pela

¹¹⁴ Vale dizer que não tive acesso a informações a respeito dos critérios técnicos utilizados pelo INCRA para a divisão do assentamento em quatro áreas. Assim sendo, narrei aqui o discurso dos assentados ao me relatarem a divisão da área da fazenda Pendengo em quatro unidades de agrupamento, destinadas a formação do assentamento, todas, segundo os meus entrevistados, em consenso com o INCRA.

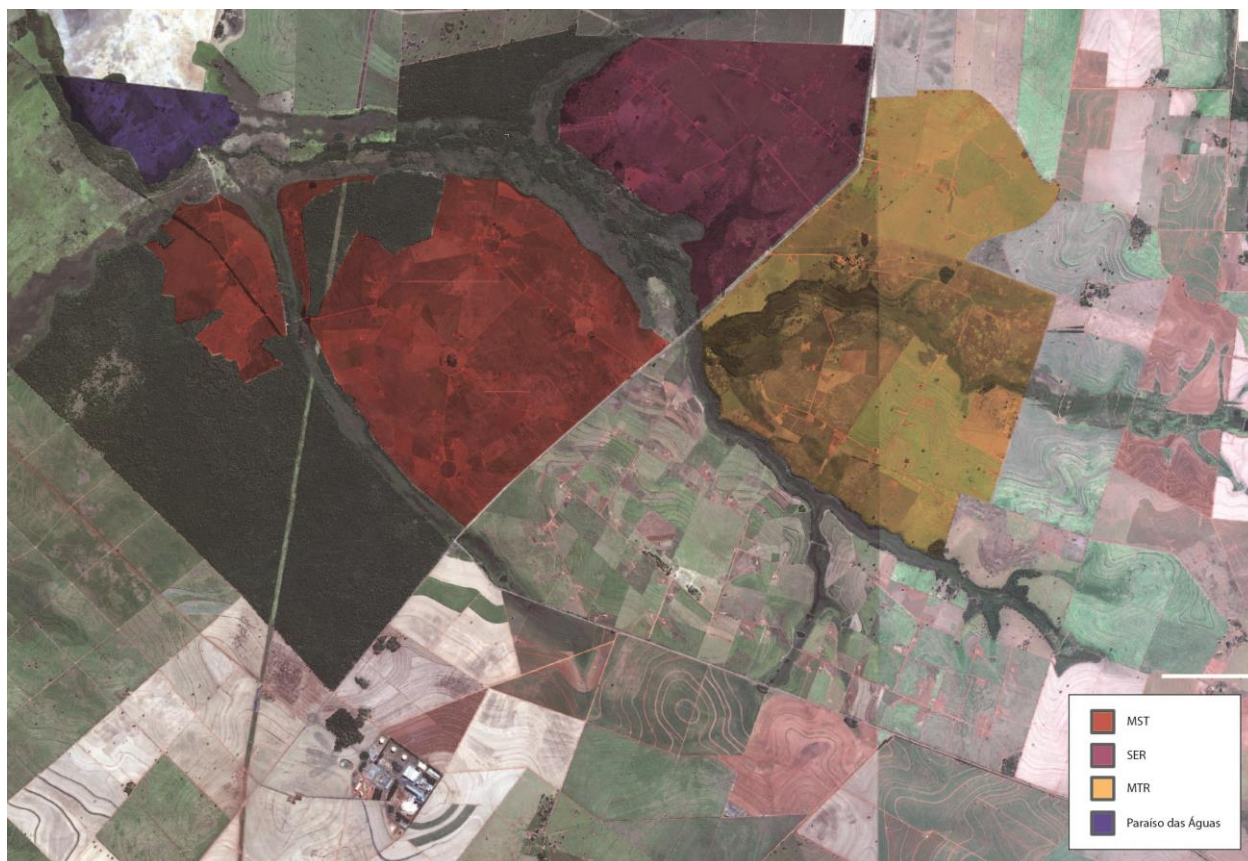
¹¹⁵ Para colaborar na compreensão de como era estruturado o assentamento no início da *etapa dos 30%* ver mapa 7 no anexo, feito por Neguinho, coordenador pelo SINTRAF.

¹¹⁶ Não se tem informação, até então, da real distribuição de hectares para os assentados, pensando-se na relação da área desapropriada da fazenda de 5.000 ha para a quantidade de lotes com 12 ha cada. Presume-se que parte dos 5.000 ha do assentamento sejam divididos entre a área dos dutos do gasoduto e a área de reserva, das quais serão relatadas ao longo do capítulo.

¹¹⁷ Segundo meus interlocutores, uma minoria de famílias do assentamento possuem seus lotes homologados, ou seja, não possuem a documentação de concessão de uso do lote. Essas poucas famílias se encontram nessa situação ou porque compraram os lotes após o cadastro do INCRA contabilizando a quantidade de famílias assentadas, ou por não terem o reconhecimento dos coordenadores do assentamento, levando-as a ocuparem lotes abandonados dentro do assentamento.

desapropriação da fazenda Pendengo. Assim, o *Inferninho* parece acolher sujeitos com um baixo capital simbólico de luta, portanto inferiores em suas dimensões simbólicas. Posteriormente, entre os esforços de valorização destes assentados, a área passa a ser nominada de *Paraíso das Águas* em uma possível procura de fugir do significado desqualificador original de *Inferninho*, que poderia ser colocado às identidades das pessoas aí assentadas. Compõem-se assim, a quarta e até então última unidade originária de agrupamento do assentamento Pendengo, configurando-o conforme o mapa abaixo mostra.¹¹⁸

Mapa 1: Unidades de agrupamento do assentamento Pendengo



Fonte: elaboração própria.

A partir da construção das habitações, com a presença das famílias iniciando suas atividades produtivas em seus lotes, conforme será visto ao decorrer deste capítulo, o assentamento Pendengo começa a se configurar a partir de sua extensão física. Formado por quatro unidades de agrupamento, o assentamento Pendengo passa a desenvolver suas próprias dinâmicas sociais, políticas e econômicas a partir das interações entre seus moradores, estando essas, relativamente limitadas pela dimensão geográfica do espaço em que se encontram, ou seja, da proximidade física entre cada assentado. Por ser um espaço de grande dimensão territorial - 5 mil hectares - e principalmente por se apresentar de forma fragmentada - as quatro unidades de agrupamento iniciais -, o assentamento Pendengo apresenta diversas figurações, a partir das diversas relações construídas entre as unidades de agrupamento e dentro de cada unidade de agrupamento.

¹¹⁸ Para uma melhor compreensão de como cada unidade de agrupamento foi estruturada dentro do assentamento Pendengo, ver os mapas de 5 a 11, situados nos anexos e realizados por moradores de cada uma dessas áreas, assim como por documentos dos quais tive acesso durante a pesquisa de campo, demonstrando a forma e a delimitação de cada uma dessas unidades de agrupamento.

Acredito que seja possível apresentar a relevância dessa determinada limitação física existente no assentamento Pendengo a partir da definição apresentada por Antônio Candido a respeito da importância dos bairros na vida do caipira. Candido (2003), apresenta a base territorial e o sentimento de localidade como sendo os dois pontos cruciais para se conceitualizar o bairro. A base territorial seria a delimitação física do bairro, o tamanho da área que abrange determinados sítios e fazendas. Já o sentimento de localidade vem a surgir a partir do intercâmbio entre as pessoas residentes dessa área. A relação entre ambos os pontos resulta assim no bairro, uma “porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (CANDIDO, 2003, p. 84).

No caso do assentamento Pendengo a convivência entre os assentados está, assim como no conceito de Candido (2003), na proximidade física entre as famílias. Porém, mais do que na necessidade de cooperação, existente no sentimento de localidade, os assentados da Pendengo se relacionam a partir dos interesses econômicos, principalmente os relacionados à produção leiteira e das afinidades sociais e políticas construídas no período de acampamento. Muitos assentados que tinham amizade durante o acampamento, mesmo estando acampado sob diferentes organizações, têm suas amizades prejudicadas devido a distância em que se encontram no atual momento de suas vidas. O caso mais expressivo dessa questão é visivelmente o experimentado pela unidade de agrupamento do *Paraíso das Águas*. Por estarem distantes da maioria dos assentados, as famílias dessa unidade passam a desenvolver uma sociabilidade mais isolada em relação às outras, pautada principalmente pela produção de leite, da qual os assentados-produtores entregam sua cota de leite nas associações que desejarem, conforme será analisado mais a frente. Entretanto, o que vale dizer aqui, é que a distância física é um fator limitador para as interações sociais dos assentados da Pendengo, pois acabam se concentrando em maior intensidade dentro de cada unidade de agrupamento e não entre as unidades.

Para terminar essa apresentação inicial do assentamento Pendengo e dar início a discussão propriamente indicada desse capítulo, vale informar aos que desconhecem algumas das dinâmicas do universo rural, que assim como muitos outros assentamentos de reforma agrária a união entre os assentados, tal como a idealização de uma comunidade em total harmonia, não está presente no assentamento Pendengo. Muitos dos assentados que entrevistei relataram o período de acampamento como sendo de maior união entre os integrantes do que o período de assentamento. Segundo Sandra:

no acampamento o pessoal era cem vezes mais unido. Quando você não tem nada, o pessoal dá valor, ajuda um o outro. Ai quando pega a terra, sei lá o que acontece que um esquece o outro [...] Quando pega, as pessoas não consideram mais o outro. Acha que já conseguiu tudo e não agradece o outro, não vê se o outro precisa de ajuda também (Sandra, assentada entrevistada, 2013).

Já outro assentado disse, em entrevista, que são poucos os assentados que trabalham junto, que produzem em coletivo, ajudando um o outro. Para ele, a Pendengo *Ficou um assentamento individualista. Mesmo montando as associações de leite, o que leva ela é a ideia de que é cada um por si e Deus por todos*. A distância enfrentada entre as famílias que tinham laços de afinidade durante o período de acampamento, juntamente com o tempo gasto trabalhando no lote e com os afazeres domésticos, entre outras atividades realizadas pelos assentados tiram qualquer tipo de pré-noção que possa haver a respeito da vida dentro de um assentamento. Como afirma Caume (2002), ao estudar os conflitos dentro dos assentamentos de reforma agrária a partir das diversas e muitas vezes díspares matrizes discursivas que constroem esses espaços sociais: “À idealização, contrapõe-se a dinâmica de tensões e, portanto, de conflitos” (CAUME, 2002, p.590).

4.1 As produções da Pendengo

A principal atividade de produção do assentamento Pendengo é a produção leiteira, da qual cerca de 100 famílias assentadas participam. Surgida antes mesmo dos lotes estarem prontos para a realização de qualquer tipo de produção neles, encontrando-se sem energia elétrica e sem as casas estarem totalmente prontas, a produção leiteira foi uma decisão de parte das famílias assentadas que decidiram procurar o PRONAF para iniciar a produção e assim um processo de renda dentro da terra, conforme Nino disse:

Nós que decidimos em produzir o leite, porque é o único projeto que se você começa dia primeiro, no dia 30 você já tem um pagamento. Porque os outros projetos que você faz é tudo mais complicado, pois é tudo a longo prazo, seja horta, seja roça, seja qual que for. Mas mesmo assim, nós demoramos um ano pra poder acessar o PRONAF (Entrevista, 2013).

Ao declarar um ano de demora, Nino está se referindo ao fato do PRONAF demorar essa quantia de tempo para disponibilizar os recursos para o início da produção. Quando o acordo de financiamento da produção de leite foi realizado, através do PRONAF, Nino, como coordenador de grupo e principal liderança do incentivo a produção dentro do acampamento, inicia um acordo com um galpão de venda de materiais de construção e com uma firma do município de Reginópolis que vendia madeira, para então os assentados interessados em realizar a produção leiteira poderem preparar seus lotes para as cabeças de gado a serem compradas para a produção.¹¹⁹

Para Neguinho, optar em realizar a produção de leite foi a melhor coisa que os assentados fizeram como grupo constituído, pois em sua opinião a fase mais difícil do assentamento é quando se entra no lote.

Assim que você entra, vem a normativa de que você não pode sair de dentro do lote pra trabalhar e se você não pode sair pra trabalhar, você tem que ter recurso [...] Quando eu entrei no lote, me perguntei: o que que eu vou fazer com esse monte de terra e sem recurso? Você não podia sair pra trabalhar, tinha que permanecer ali sem nada. Então essa possibilidade de acessar o PRONAF foi muito bom. Pois depois de feito, em 30 dias já dá pra tirar uma renda. Tem família aí que se tirava R\$100, passou a tirar R\$1000. Foi isso que animou (Entrevista, 2013).

Apesar dessa fala de Neguinho abrir diversas possibilidades interpretativas, principalmente a respeito do aumento de renda dessas famílias em um curto período (30 dias), não foi possível obter informações que abordassem e, portanto, questionasse essa afirmativa, tal como: de que forma essas famílias de assentados-produtores adquiriram os animais para produção leiteira? Isto é, mesmo que tenham sido comprados a partir do financiamento provindo do PRONAF, de qual ou quais fazenda(as) essas vacas em lactação foram compradas? Sem ter informações para discorrer a esse respeito, volto a relatar, em termos gerais, o início da produção de leite dentro do assentamento Pendengo, destacando o fato de que essa decisão dos assentados em procurar o PRONAF como forma de investimento na instalação, iniciando a pecuária leiteira, foi crucial para que fossem enquadrados como agricultores familiares, tal como o INCRA solicita aos assentados, passando do contrato de

¹¹⁹ Vale informar mais uma vez ao leitor que não foi possível, ao decorrer da pesquisa, coletar dados que esclareçam a relação dos assentados com o PRONAF, a ponto de definir a qual grupo de beneficiários - A, B ou A/C - os assentados da Pendengo se encontram e nem qual forma de programa foi estabelecido - PRONAF Agroindústria ou PRONAF de custeio e comercialização para agroindústrias familiares -, de acordo com os critérios definidos pelo programa. Deduz-se, a partir da leitura e análise dos depoimentos dos assentados-produtores que o programa estabelecido possa ser o PRONAF Agroindústria, voltado para investimentos que visem o beneficiamento, a armazenagem, o processamento e a comercialização da produção agropecuária. A definição da forma de programa auxiliaria em uma análise mais minuciosa, contudo isso não foi possível para a realização desta dissertação de mestrado.

concessão de uso, para o título de domínio da terra ao decorrer do tempo.¹²⁰ Para o INCRA a identificação dos estabelecimentos familiares deve respeitar dois critérios: o de que o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado e de que a família é a encarregada em dirigir as atividades no estabelecimento. Vale dizer, que a produção dentro do lote é uma característica marcante na construção de uma tipologia do assentado, pois a partir dessa atividade, entre outras atividades e identidades possíveis, o assentado passa a ser caracterizado como agricultor familiar. Nomenclatura que tem peso considerável no momento em que se negociam acordos com os órgãos governamentais responsáveis pelos investimentos nas produções e, portanto, como defende Carneiro (1998) na inserção dos assentados no mercado competitivo.

Iniciar a produção e até mesmo o diálogo com o INCRA, visando o acesso ao PRONAF, não foi uma atividade fácil no assentamento Pendengo. Segundo os coordenadores Nino e Neguinho, tanto o grupo do MST estabelecido no assentamento, como o INCRA não aceitaram a ideia de se iniciar qualquer tipo de produção sem antes o assentamento estar fornecido de energia elétrica e com todas as casas prontas.

Contudo Nino, desenvolvendo o papel de coordenador pelo MTR, se posicionou contra as críticas feitas pelo MST e pelo INCRA, a respeito de se iniciar o investimento na produção leiteira antes mesmo do assentamento estar estruturalmente pronto. Na verdade, ele foi crucial na negociação da estrutura básica necessária para a produção leiteira do assentamento Pendengo, sem nem mesmo ter saído o primeiro recurso de investimento à produção, no valor de R\$ 3.200 para cada família interessada. Porém, foi criticado pelo INCRA por não ter apresentado as licitações das compras, realizando-as a fiado. Ele diz que os interesses do MTR e do SINTRAF/SER a respeito da produção de leite foram *empurrados goela abaixo*, tanto do INCRA como do MST.

O MST queria que a gente acessasse o PRONAF só depois que as casas e a energia estivessem prontas. Até hoje tem casa aí que tá sem energia alguma e já tem três anos que o povo tá tirando leite [...] E nesse tempo todo o INCRA ficava pressionando para que ninguém trabalhasse como empregado. Foi aí que eu e o Neguinho fechamos pra ficar com a maioria do pessoal e aí conseguir o acordo no PRONAF. Porque no INCRA, sempre que tem que tomar alguma decisão, sempre é pautado pela maioria, na verdade é a metade e mais um. Foi aí que nós fechou com o PRONAF, dissemos: Nós não vai sair da terra, mas queremos os recurso pra produzir, pra então poder ficar dentro do lote como eles queriam (Nino, assentado entrevistado, 2013).

Essa divergência, quanto ao início da produção de leite no assentamento Pendengo, pode ser vista a partir do conceito de conflito social de Simmel (1983). Conforme já apresentado, acredito que esse conceito ajude a pensar a relação estabelecida entre os interesses do MTR e do SINTRAF/SER em oposição ao MST e ao próprio INCRA, em relação ao início da produção de leite e do acesso ao PRONAF antes de se completar a construção das casas e a distribuição de energia elétrica. O posicionamento do MTR em conjunto com o SINTRAF/SER, ao confrontar as prerrogativas do INCRA, defendidas pelos MST, passa a ser reconhecido a partir do momento que as duas organizações aglutinam uma quantidade relevante de assentados interessados em tornarem-se produtores. Ao reunir a *metade mais um*, como disse Nino, a aliança do MTR com o Sindicato passa a apresentar seus interesses de forma mais enfática, visto que além de reconhecidos como opositores, portanto, em igual situação simbólica ao INCRA e ao MST, compondo uma sociação conflituosa, a aliança de organizações adere às regras estabelecidas pelo INCRA para se legitimar uma

¹²⁰ O título de domínio da propriedade está garantido pela Lei 8.629/93 da Constituição Federal, transferindo o imóvel rural em caráter definitivo ao beneficiário da reforma agrária, após a comprovação do cumprimento das cláusulas de contrato de concessão de uso, além da comprovação de que o beneficiário tem condições de cultivar a terra e pagar o título de domínio.

decisão dentro do assentamento. Isto é, quando Nino diz que juntou a maioria de assentados que pode para fazer vingar o financiamento do PRONAF, ele demonstrou que internalizou as regras que lhe foram apresentadas como necessárias de serem seguidas para que o financiamento se tornasse uma realidade.¹²¹

Com o aval do INCRA, visto a adesão da maioria dos assentados - *a metade e mais um* - em optar por iniciar a produção de leite antes mesmo da habitação estar totalmente concluída, inicia-se a distribuição de recursos do PRONAF para cada família interessada em realizar a produção de leite. No total foram destinados R\$ 20 mil para cada produtor, dos quais foi possível, segundo os assentados-produtores entrevistados, comprar cerca de 8 cabeças de vacas leiteiras, mais alguns dos materiais necessários para iniciar a produção, tal como arame para cercar a área do lote destinada as vacas, além dos insumos necessários. Vale informar que, segundo as informações obtidas na pesquisa de campo, esse recurso de R\$20 mil tem a duração de oito anos a partir de sua adesão, onde os três primeiros anos são de carência, seguidos por cinco anos dos quais o produtor tem de pagar o investimento feito no valor total de R\$12 mil.

Inicialmente a produção de leite era armazenada em um tanque de resfriamento que ficava na sede da fazenda, único local que possuía energia elétrica na época, atendendo a todos os produtores e acumulando cerca de 3 mil litros de leite por dia, dependendo da quantidade de litros entregue por cada produtor. Sob os cuidados de Nino, o primeiro esquema adotado para se ter o controle da produção do assentamento e firmar o futuro pagamento de cada produtor era o de um canhoto com a data e a quantidade da entrega, além do nome do produtor que era destacado, entregando parte para o produtor, enquanto o restante do canhoto ficava com ele. Ao final do mês somava-se a quantidade de canhotos, para que cada produtor tivesse conhecimento da quantidade de leite entregue e assim o quanto iria receber do laticínio responsável pelo fornecimento do tanque de armazenamento. Segundo os produtores, o laticínio responsável por fornecer o primeiro tanque para o armazenamento e resfriamento do leite do assentamento Pendengo foi o laticínio Líder, que realizava o pagamento para o responsável pelo tanque todo final de mês, do qual o produtor familiar retirava diretamente. Tanto nos primórdios da produção leiteira, como atualmente, o litro do leite varia, segundo os produtores, de 0,80 centavos em período de chuva, quando a produção de leite das vacas é maior, a R\$1,10 em períodos de seca, quando a produção é mais escassa. Também me informaram que o laticínio recolhe a quantidade de leite todos os dias e fornece remédios e ração para as vacas leiteiras, mediante desconto do pagamento no fim do mês.

Com o passar do tempo, a dinâmica da produção leiteira sofreu modificações, assim como a dinâmica social do assentamento. A quantidade de produtores aumenta, o que fez com que um único tanque de armazenamento não fosse o suficiente para conter toda produção de leite do assentamento. Além disso, surgiram outros fatores que ajudaram a modificar a configuração econômica inicial do assentamento Pendengo, referente a produção de leite, tal como: a oferta de outros laticínios interessados em comprar a produção dos assentados; o acesso à energia elétrica nos lotes para além da sede; e a distância que os produtores tinham de enfrentar para entregar o leite retirado em seus lotes até o tanque localizado na sede. Todos esses fatores reunidos resultaram na formação de diferentes associações de comercialização

¹²¹ Vale informar que ao decorrer da pesquisa, não foram buscadas informações a respeito de qualquer estruturação de um mercado de leite ao entorno do assentamento Pendengo, ou qualquer informação que tivesse relação com uma possível facilitação ou introdução dos assentados a elos comerciais e mercantis de leite na região de Castilho, Nova Independência e Andradina. É por esse motivo que não há nenhuma referência ao longo da dissertação a respeito da comercialização de leite feita através da relação estabelecida entre as associações e os laticínios, focando somente, mesmo que parcialmente, na esfera de produção das associações criadas pelos assentados da fazenda Pendengo.

do leite produzido no assentamento Pendengo, totalizadas hoje em cinco, cada uma com seus tanques de armazenamento e resfriamento espalhados pelo assentamento.

A partir da obtenção da energia elétrica para além da sede da fazenda, surgiu dentro do assentamento a possibilidade de expandir e principalmente facilitar o trabalho que envolve a produção leiteira. Alguns dos assentados-produtores que residiam longe da sede da fazenda se desvinculam da primeira associação de produtores e criaram novas associações dentro do assentamento. Inicialmente esses novos grupos de produtores escolheram um lote para colocar o novo tanque fornecido pelo laticínio que passa a procura-los, buscando manter a lógica de compra e venda de leite com os assentados, contudo apresentando algumas diferenças em relação a primeira experiência de produção. Dessa forma, o assentamento Pendengo possui, hoje, quatro laticínios atuando em seu espaço, todos seguindo a mesma linha de relação com os produtores, onde fornecem ração e remédios que ficam armazenados em um pequeno galpão e aos cuidados do responsável pelo tanque. Segundo meus interlocutores, o produtor não é obrigado a comprar os remédios e a ração do laticínio, estando livre para comprar em outro lugar, caso queira. Vale dizer que, assim como funcionava com o primeiro laticínio, qualquer tipo de produto que o produtor pegue no galpão, será descontado do pagamento de sua produção no fim do mês. Além disso, também me informaram que todos os laticínios se assemelham no preço pago pelo litro do leite, que varia de 0,80 centavos a R\$ 1,10, dependendo da época do ano e da qualidade do leite, fatores esses que influenciam na variação do preço do leite produzido, visto que a partir da mistura do leite em um único tanque, as diferenças individuais de qualidade passam a se unificar.

Os quatro laticínios que forneceram tanques, portanto que trabalham no assentamento Pendengo, recolhendo o leite dos produtores são: Líder que possui dois tanques, Cractopier e Trevisam, além de uma cooperativa, COAPAR. Vale registrar que nesta análise não exploramos dados e nem realizamos entrevistas que pudessem esclarecer a respeito da natureza das interações mediadas pelos tanques dos laticínios, nem da cooperativa, bem como de seus vínculos com os responsáveis pelo tanque de resfriamento dentro do assentamento Pendengo. Isso se deve, tanto pela falta de informação concedida pelos meus interlocutores a respeito das negociações e relações com os laticínios, como pela falta de tempo e atenção do pesquisador para a análise de dados que seriam enriquecedores para a leitura socioeconômica destas relações mercantis do assentamento Pendengo.

A proximidade entre os lotes, visando reduzir a distância a percorrer para entregar o leite, foi o principal motivo para que se formassem novos grupos de produtores, resultando na fragmentação, mas não extinção do primeiro grupo que se manteve mesmo com os rearranjos ocorridos. As produções de leite reestruturaram o espaço e a dinâmica do assentamento Pendengo, visto que com elas ocorre uma modificação da vida e do trabalho que havia antes, formando novos grupos e novas coesões após a distribuição da energia elétrica para parte do assentamento. Contudo, vale dizer que o surgimento desses novos grupos de produção leiteira, isto é, das novas associações de comercialização de leite do assentamento, não são vistas pelos assentados como sendo *rachas*, apesar de proporcionarem uma dinâmica específica.

Logicamente outras relações sociais, econômicas e políticas compõe o quadro de dinâmicas existentes e formadoras do assentamento Pendengo, conforme será relatado ao decorrer desse capítulo. Porém, a importância da produção de leite no assentamento Pendengo ocorre não somente por sua presença marcante no atual momento em que o assentamento se encontra, mas também por ser a primeira atividade produtiva dos assentados, possibilitando a formação de uma configuração sócio-econômica.

A formação de mais de uma associação de comercialização de produtores levam os assentados-produtores a estabelecerem relações com seus semelhantes em nível de formar uma nova sociabilidade dentro da sociabilidade já existente no assentamento. Ou seja, as relações sociais demarcadas pelas áreas, ou unidades de agrupamento existentes no assentamento, a partir da divisão das áreas de cada grupo (MST, MTR, SINTRAF/SER e *Paraíso das Águas*), passam a coexistir com as relações entre os produtores. Vale dizer que ao surgir mais de uma associação de leite, conforme explicado acima, surgem também variações das relações sociais entre os assentados-produtores. Cada associação possui uma quantidade de integrantes, cada um com suas especificidades, que se relacionam devido a realização dessa atividade produtiva, somado a proximidade em que se encontram no assentamento, o que faz com que cada associação tenha a sua particularidade.

A complexidade das interações relacionadas às associações comercializadoras de leite, tornaram-se visíveis ao pesquisador somente após a última viagem de campo, o que impossibilitou uma análise minuciosa desse processo sócio-econômico vivenciado pelos assentados nos últimos anos. Cabe aqui, uma descrição das interações responsáveis pela construção de mais uma figuração dentro do assentamento Pendengo. Pode-se afirmar, a partir do trabalho de campo realizado, que há diferenças entre as associações e que elas se devem aos sujeitos que as formam, com suas atividades e identidades próprias. Entre as diferentes atividades e, portanto, as diferentes formas de se realizar a produção leiteira, pode-se citar aqui a utilização de máquinas para a retirada de leite por parte de poucos assentados-produtores, enquanto a maioria dos produtores retira o leite à mão. Além disso, há a diferença entre a quantidade de leite entregue por cada produtor, independentemente da associação a que faz parte, implicando em uma diferenciação econômica entre eles. Conforme veremos no próximo tópico do capítulo, muitos assentados inserem-se na pluriatividade rural, o que faz com que realizem mais de uma atividade, limitando a quantidade de vezes que retiram e entregam o leite. Por fim, é possível dizer que a quantidade de leite retirada e entregue por cada produtor também depende da quantidade de vacas leiteiras de cada um, bem como da qualidade do animal. Conforme informado posteriormente, a raça e o pedigree das vacas estão relacionados à capacidade de lactação do animal, o que faz com que algumas perguntas a respeito do processo de lactação, relacionadas ao funcionamento do processo produtivo de parte dos assentados, surjam, mesmo que as respostas não sejam possíveis de serem dadas no presente texto, tal como: qual tem sido o destino do bezerro(a) desmamado(a) e como tem sido realizada a fecundação das vacas para novas crias? Isto é, todos os assentados-produtores possuem um macho para a fecundação, ou alguns recorrem a fecundação artificial? Questões que enriqueceriam a análise das configurações do assentamento Pendengo, mas que ficam encaminhadas para próximos e possíveis trabalhos.

Com a comercialização de leite sendo realizada por mais de uma associação, portanto com mais de um grupo de produtores interagindo na dinâmica do assentamento Pendengo, com laticínios da região, as relações existentes no espaço do assentamento passam a ser ternárias, ou seja, passa a existir dentro do assentamento Pendengo as relações entre famílias produtoras de leite e famílias não produtoras de leite; entre produtores de uma mesma associação leiteira; e entre produtores de associações diferentes. Dessas três formas de “sociação”, isto é, de interações entre os assentados-produtores, nos aproximaremos de uma análise indicativa somente daquelas formadas por produtores e não-produtores de leite e a entre associações diferentes, simultaneamente.

Antes de iniciar a reflexão a respeito dessa forma de relação social/econômica específica, cabe o esclarecimento de que as diversidades entre os produtores, independente das associações produtoras a que pertencem, compõe a complexidade do assentamento

Pendengo, do qual o pertencimento a um determinado grupo abre o leque de possíveis identidades que constroem dialeticamente um espaço social. Isto é, a construção de uma unidade a partir da totalidade de processos sociais que a envolvem.

Segundo as informações concedidas pelos assentados, o assentamento Pendengo possui 201 famílias morando, das quais hoje cerca de 100 trabalham com a produção de leite, divididas em cinco associações produtivas diferentes, conforme pode-se inferir na tabela montada a partir das informações concedidas pelos meus interlocutores.

Tabela 2. Associações de comercialização da produção leiteira.¹²²

Produção de leite do assentamento Pendengo	Responsável pelo tanque	Organizações	Laticínio	Quantidade de família de produtores	Localização dentro do assentamento. (Ver mapa 2)
Associação Assentamento Pendengo (AASPE)	Nem. (Assentado pelo MTR)	MTR, SER e MST	Líder	30	1
Associação Rio Paraná	Rosalino. (assentado pelo MST)	MTR, SER e MST	Cractopier	15	2
Associação José de Alencar	Neguinho (assentado e coordenador do SER)	MTR, SER e MST	Trevisam	20	3
Associação do Junio	Junio (Assentado pelo MST)	MST	Líder	26	4
Não identificada	não identificado	MST	Coapar	cerca de 10	5

Fonte: Tabela realizada a partir das informações concedidas pelos assentados entrevistados.

Com essas informações e mesmo sem ter conhecimento de questões legais e burocráticas das associações, a não ser que são geridas por reuniões e que apresentam responsáveis fixos pelo tanque de resfriamento e pelas negociações a respeito da entrega de ração e remédios, é possível apresentar uma divisão analítica do assentamento em dois grupos: os produtores e os não-produtores de leite. Vale dizer que, com a adoção da produção de leite como a atividade agrícola realizada pelo maior número de assentados, muitas famílias que inicialmente eram contra a ideia de produzir leite, seja por desconhecimento da prática ou por aversão a esse trabalho, viram no sucesso de seus semelhantes uma possibilidade de obter uma forma de renda, aumentando a quantidade de interessados, tal como o depoimento de Neguinho mostrou: [...] *depois de feito, em 30 dias já dá pra tirar uma renda. Tem família aí que se tirava 100 reais, passou a tirar 1000. Foi isso que animou.* A quantidade de não-produtores diminui ao decorrer do tempo, restringindo-se as famílias que realmente não estão interessadas em realizar esse tipo de atividade agrícola em seu lote.

Vale dizer, que não percebi ao longo das viagens de campo, qualquer atitude estigmatizadora ou preconceituosa dentro do assentamento para com os assentados não-produtores. A categorização não-produtores utilizada no presente texto é restrita ao fato dessas famílias não praticarem a produção de leite, simplesmente por não estarem interessados em mexer com vacas, ou por não estarem interessados em mexer com vacas dessa forma. Esses assentados realizam outras atividades agrícolas dentro de seus lotes, tais com o cultivo das culturas de milho, feijão e mandioca, destinadas à venda.¹²³ E mesmo com

¹²² Para localizar as associações dentro do assentamento Pendengo, ver mapa 2 na página 175: As associações de comercialização da produção leiteira.

¹²³ Além do manejo dessas culturas, há alguns casos de famílias assentadas que trabalham com o trato de animais tal como galinhas, porcos e cabras, além da prática de inseminação artificial em bovinos, visando à venda dos animais.

as famílias que não realizam nenhuma atividade produtiva, estando alguns lotes praticamente abandonados, não foi possível perceber uma relação ao nível de estabelecidos/outsiders, como a feita por Elias (2000) ao estudar um caso específico de figuração.

Mesmo percebendo a diferença tipológica entre produtor e não-produtor de leite, da qual acredito que o primeiro grupo possui um nível de coesão mais elevado do que o outro, pelo fato de estar constituído como grupo a partir das associações de produtores, não foi possível perceber uma relação de dominadores e dominados, ou seja, de exclusão a qualquer forma de poder hegemônico, ou de superioridade tal como as relatadas por Elias (2000) em sua pesquisa em um bairro de periferia na Inglaterra, onde um grupo assume uma posição social superior a outro, construindo uma relação de superioridade, da qual não há a integração em seu mesmo meio social, apesar de não haver qualquer tipo de diferença econômica entre ambos grupos a ponto de diferencia-los em classes sociais distintas.

O fato de estarem reunidos a partir de um interesse em comum faz dos assentados-produtores, inseridos nas associações de leite, grupos coesos, porém essa união tem suas ressalvas. Apesar de construírem as associações de comercialização de leite, os assentados-produtores realizam as produções de forma individual, onde cada produtor se responsabiliza pela forma que realiza sua produção, mesmo havendo o suporte da associação por de trás. A responsabilidade de negociar com os fornecedores de ração e remédio para as vacas leiteiras, assim como qualquer outra negociação em nome da associação de produtores, estão sob a responsabilidade de um único produtor escolhido pelo grupo, que passa a assumir a posição de coordenador da associação.¹²⁴ Assim, esse produtor se responsabiliza pelo tanque de armazenamento, tendo que registrar a quantidade de litros de leite entregue por cada produtor, além de realizar a limpeza diária do tanque. Vale dizer, que os trabalhos de responsabilidade administrativa e de limpeza do tanque, realizados pelos coordenadores de cada associação de leite do assentamento Pendengo, são atividades a mais para esses produtores, das quais desconheço a existência de qualquer forma de remuneração para tal atividade que ocupa o tempo desses assentados. Já aos outros produtores, cabe a eles solucionarem qualquer tipo de problema que possa surgir com suas produções, estando livres para procurarem remédios e ração em outros locais caso queiram, ou caso o barracão de sua associação não forneça no momento que o assentado-produtor necessite. Dessa forma, alguns assentados consideram que as associações não promovam a união dos produtores, como é o caso de Assis que me disse em entrevista que *a associação é coletiva, mas a produção é individual. Não tem nenhum tipo de ajuda entre os produtores. O que leva as associações e o assentamento é cada um por si e Deus por todos.*

Apesar de novos grupos produtores serem formados ao decorrer da trajetória do assentamento não foi percebido, ao longo das viagens de campo e dos relatos concedidos nas entrevistas feitas com os assentados, qualquer tipo de disputa por hegemonia entre eles. Segundo me relataram, não há uma superioridade em disputa pelas associações de produtores de leite que foram surgindo no assentamento Pendengo. Na verdade, a troca de membros entre as associações é algo normal na dinâmica do assentamento, mesmo que não seja tão praticada atualmente. A rotatividade entre os assentados-produtores, que avisam sua saída de uma associação, passando a integrar outro grupo de produtores, relacionando-se diretamente com o

¹²⁴ Não foi possível averiguar ao longo da pesquisa, quais são as formas de funcionamento das associações produtivas em níveis burocráticos e legais, isto é: quais são os processos pelos quais se escolhem os coordenadores? Como o laticínio reconhece essa escolha? Se há um estatuto de fundação dessas associações atuantes e se são entidades jurídicas? Entre outras perguntas possíveis de serem realizadas e que enriqueceriam a análise aqui feita.

responsável pelo tanque, foi algo comum a partir do momento em que as associações foram surgindo.¹²⁵

Uma possibilidade de se pensar isso está no comentário do assentado Assis, a respeito da falta de união aos grupos de produtores. Apesar de serem realizadas através das associações, as produções são em primeira instância individuais, fazendo delas grupos não tão coesos. São os assentados junto com suas famílias que realizam a produção, entregando diariamente a quantidade de litros que conseguem tirar de suas vacas. Não há nenhum tipo de cláusula que obrigue o produtor a entregar uma quantidade determinada de leite, nem mesmo que o obrigue a entregar sua produção para o mesmo laticínio, como dito acima. O fato do produtor estar inserido a uma associação produtora de leite, não faz com que essa associação seja um grupo estreitamente integrado, muito menos uma união harmoniosa entre os produtores a ponto de gerar uma coesão eterna entre eles. As associações de produtores de leite do assentamento Pendengo não estão restritas a participação de produtores vinculados a um determinado grupo político, ou qualquer tipo de afinidade social ou política que possa ter entre os sujeitos. Há uma grande mescla de interesses e afinidades políticas e sociais em cada associação produtora, visto que é a proximidade geográfica para a entrega do leite o fator principal da formação dessas associações.¹²⁶ Segundo Neguinho, atribuir para o produtor a escolha do tanque a ser entregue sua quantia diária de leite, portanto a associação a fazer parte, é algo crucial para uma boa produção, principalmente em épocas de seca, quando o gado exige maior atenção, evitando que o assentado-produtor gaste mais tempo na entrega do leite do que no trabalho em seu lote.

A diversidade de vínculos dentro das associações produtoras de leite, formadas por assentados pelas três bandeiras presentes no assentamento, faz com que não seja totalmente perceptível formas de disputa de poder nesse ambiente, e que estigmatizações entre as associações e para com os não-produtores, caso ocorram, estejam latentes na dinâmica do assentamento Pendengo. Segundo Elias “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2000; p.23). No caso do assentamento Pendengo, mesmo que os assentados-produtores se encontrem inseridos em um grupo - o grupo de produtores -, a não disputa de poder entre os assentados para fazer parte das associações, faz com que as possíveis dificuldades enfrentadas pelos não-produtores não sejam motivo explícito de dominação por parte dos assentados-produtores, mesmo havendo diferença entre essas categorias. Contudo, quando os não-produtores passam a assumir outras identidades, que possam ser consideradas como inferiores, prejudicando o bem estar dessas famílias dentro do assentamento e apresentando novas figurações, a possibilidade de perceber relações de estigmatização aumenta, tal como veremos ao decorrer do texto.

Das cinco associações que existem no assentamento, das quais duas são compostas por membros de uma única organização sócio-política - MST -, e as outras três são compostas de forma mesclada por membros das três organizações sócio-políticas presentes nesse espaço social, não me foi relatado, ao decorrer da pesquisa, nenhum tipo de disputa entre elas. Porém,

¹²⁵ Como dito anteriormente, a forma geral das relações estabelecidas na primeira experiência de produção de leite do assentamento manteve-se com as novas associações que surgiram, havendo um produtor responsável em se comunicar com o laticínio e seus fornecedores.

¹²⁶ Vale dizer, que da mesma forma que há a possibilidade de realizar-se trocas de produtores entre as associações, por interesse dos produtores, existem também casos de desistências dessa atividade agrícola. Ao conversar com os assentados-produtores, eles me informaram que alguns assentados chegaram a desistir da produção leiteira, o que faz com que tenham assumido o compromisso de pagar o investimento feito pelo PRONAF. Entre essas desistências, os assentados me relataram dois casos: os que desistiram do assentamento, abandonando o lote de terra e os que continuam assentados, porém realizando outra atividade agrícola para seu sustento e para arrecadar o montante necessário visando o pagamento referente ao investimento proporcionado pelo INCRA.

mesmo não havendo nenhum patamar elevado a ser conquistado pelas associações, em que uma seria hegemônica em relação as outras, as relações sociais existentes tanto entre produtores e não-produtores, como entre as associações, reconstroem a dinâmica sócio-econômica do assentamento a ponto de implementar um mapa de mobilidade de parcela considerável dos assentados.

As duas associações que são compostas somente por membros assentados sob a bandeira do MST estão localizadas no espaço do assentamento destinado a esse *movimento*, ou seja na *área depois do rio*. Das associações mescladas, duas estão situadas no espaço do MTR - a *área da sede* - e uma no espaço do SINTRAF/SER, conhecida por *área do gaseoduto*. Não há registro de nenhuma associação localizada na unidade do *Paraíso das Águas*, contudo algumas famílias assentadas nessa unidade de agrupamento participam normalmente da produção leiteira, entregando o leite nas associações que preferem, geralmente as mais próximas de seus lotes.¹²⁷

Mapa 2: As associações de comercialização da produção leiteira.



Fonte: Elaboração própria.

Ao habitar próximo da sede da associação comercializadora, lote onde o tanque de armazenamento de leite de sua associação fica, o produtor passa a usufruir de mais tempo para trabalhar em seu lote, seja na retirada do leite, seja em qualquer outra forma de atividade que venha a desempenhar, como outras produções coletivas ou individuais; trabalhos em outros lotes, podendo ser tanto de caráter agrícola ou não; trabalhos externos ao assentamento,

¹²⁷ Vale informar que, a capacidade de armazenamento de cada tanque de resfriamento varia de acordo com a quantidade de produtores em cada associação. Em média os tanques de cada uma das associações possuem o limite de 2 mil litros.

mas inseridos como atividades rurais; e trabalhos na cidade como atividades constantes no dia a dia dos assentados, ajudando assim a compor as configurações sócio-econômicas do assentamento Pendengo.

4.2 A diversidade de trabalho

A partir do relato e da análise da produção de leite do assentamento Pendengo, é possível perceber a importância que a atividade produtiva tem na categorização de determinado sujeito social. Porém, uma única atividade produtiva não abrange as múltiplas identidades assumidas por um assentado e praticadas em um assentamento. Segundo Moreira (2008), a complexidade que envolve a construção da identidade de um assentamento está expressa nos mais diversos interesses, portanto tensões que possam surgir, tanto nas relações internas como nas relações dos assentados com o externo - mercado, partidos políticos, escola e agentes de saúde, entre outras instituições e sujeitos externos ao assentamento, mas em relação com ele. Com essas diversas relações ocorrendo, o autor visualiza um processo de constante “(re)criação do assentamento” a partir dos diversos pontos de vista de quem o percebe. Ou seja, o assentamento é visto para os movimentos sociais como território conquistado, para os assentados como espaço a ser construído e para o Estado como forma de solucionar o problema fundiário nacional. O que faz, então, com que diferentes visões de mundo, experiências e práticas, existentes em um mesmo espaço social e sobrecarregadas de história interajam a ponto de orientar as diversas relações existentes no assentamento.

Porém, cabe lembrar que a trajetória de vida da maioria dos assentados está diretamente ligada não somente a luta pela terra travada no período de acampamento, mas também na luta pela sobrevivência através do trabalho realizado no assentamento. Ou seja, o que é “exigido” do sujeito para que seja integrado a sociedade, integrado ao modo de produção capitalista, mesmo que seja através de relações sociais não capitalistas (OLIVEIRA, 2004). Dessa forma, cabe aqui, discorrer um pouco a respeito das atividades realizadas pelos assentados da Pendengo que os caracterizam como agricultores familiares, ou como militantes políticos, construindo a identidade complexa desse espaço social específico em constante construção figuracional.

Partindo-se da ideia de Moreira (1999), de que a relação dos produtores com o mercado agrícola não é competitiva e sim imperfeita, visto a presença de grandes capitais ao lado do mercado, dificultando a produção e a inserção do produtor rural familiar na sociedade e confirmando uma assimetria de poder. Cabe a este, o produtor, buscar alternativas, desenvolver outras atividades visando assim suprir suas necessidades para permanecer no meio rural tal como a prática de uma ética de sobrevivência¹²⁸. No caso do assentamento Pendengo, muitos dos produtores de leite realizam outras atividades produtivas dentro de seus lotes, para assim poderem se manter no assentamento. Ser produtor de leite não significa produzir 100 litros por dia, nem mesmo dar exclusividade a essa forma de produção em seu lote. A grande maioria dos assentados mantém uma roça em seus lotes, das mais diversas culturas, da qual além de utilizarem para consumo próprio, também chegam a comercializar entre eles e na cidade, buscando melhorar a situação precária da qual se encontram.

¹²⁸ A economia neoclássica elaborou uma tipologia do campesinato a partir do conceito de “ética da sobrevivência”, da qual ao definir o pequeno agricultor familiar - o camponês - como um “minimizador de riscos”, ou como um sujeito “avesso à penosidade”, implica dizer que suas atividades produtivas estão ligadas exclusivamente a seu interesse em se manter no meio em que se encontra, ou seja, sobreviver. Para uma explicação a respeito dessa forma de se analisar o campesinato ver Abramovay (2007).

O assentado Assis, por exemplo, apesar de ser produtor de leite pela Associação Rio Paraná, não faz dessa atividade a única para se manter. Por ter poucas cabeças de vacas Assis entrega no máximo 15 litros por dia, o que lhe rende por volta de R\$495 por mês, quando o litro do leite é pago em seu valor mais alto (R\$1,10). Total que, segundo ele, *é pouco para se ter uma vida digna*, obrigando-o a realizar outras atividades produtivas em seu lote, como a criação de porcos e galinhas, além do cultivo de milho e feijão, que, segundo ele, devido as péssimas condições do solo, não lhe proporcionam a satisfação que imaginava ter ao trabalhar em seu lote de terra.

Por não ter um bom pasto e devido as fortes mudanças climáticas que atingem a região, Assis diz ser difícil manter um único padrão de leite, o que faz essa atividade não ser extremamente rentável, como ele mesmo diz:

O preço oscila muito. Se chove o preço cai, e se não chove aí pagam um pouco mais devido a dificuldade do leite sair. Além disso, pra ter uma boa safra tem que ter as ferramentas. Se você tiver uma cocheira, a vaca pode chegar a uns 30 litros de leite. Mas se você joga essa mesma vaca no pasto, ela vai dar 15 litros no máximo. E se você comprar ração pra dar direto para vaca, o leite não vai pagar a ração que comprou (Assis, assentado entrevistado, 2013).

Ao tentar o cultivo de milho e feijão, investindo em ambas as culturas como outra atividade a ser feita, junto com o leite, Assis teve outra decepção até o momento, devido as fortes geadas que atingiram sua plantação. Perdeu muito dinheiro e não teve produtividade nenhuma, chegando ao prejuízo de R\$1.500 em um ano, além do gasto que teve com produtos e ferramentas para realizar a reelaboração do solo de seu lote, que estava muito fraco para qualquer tipo de cultivo e do qual ainda não está totalmente apto para uma boa safra. O entrevistado relata ainda que se colheu 30 quilos de feijão durante praticamente todo o ano de 2013, foi muito. Sua estimativa era de colher de 20 a 30 sacos, visto ter plantado 60 quilos de semente no começo do ano. Sua experiência com o plantio de milho também não foi bem sucedida, pois é o terceiro ano seguido que apesar da planta crescer, nunca conseguiu colher, pois o milho não desenvolve.

A opção que Assis adota, em alguns momentos, para elevar sua renda mensal, é a realização de pequenos trabalhos na cidade de Castilho. Atividade que apesar de não gostar muito de realizar, sabe da importância que tem para sua permanência no lote. Segundo ele, arrumar um trabalho de carteira assinada fora do assentamento, seria negar sua condição de assentado. *Se eu arrumar trabalho fichado em alguma indústria aí, eu não seria assentado. Eu seria só o dono de sitio de lazer. Eu tenho é que produzir no meu lote!* Essa lógica adotada na fala de Assis, assim como de muitos outros assentados, está regrada de um lado na palavra de ordem do MST e seguida pela maioria dos movimentos sociais de luta pela terra: *Ocupar, resistir e produzir*, o que faz com que os assentados que internalizaram essas três palavras sintam-se na obrigação de trabalhar na terra, tanto em retribuição a determinado movimento social, como principalmente como forma de se manterem ligados ao que buscavam: o seu próprio lote de terra. De outro lado, essa lógica possui ligação com a exigência e o controle do INCRA para com os assentados, condicionando a posse do lote à produção e assim a categoria de agricultor familiar.

Porém, a busca por outras atividades não tiram o caráter campesino do assentado, descaracterizando-o como agricultor familiar. Segundo Wanderley (2001), a pluriatividade é adotada como estratégia da agricultura familiar em todos os momentos possíveis, visando assim manter a sua permanência nos meios rurais e até mesmo os vínculos com o patrimônio

familiar. Isso se deve não somente a uma possível situação precária do agricultor familiar,¹²⁹ que tem de buscar em outras atividades profissionais maneiras de se manter na terra, outras formas de subsistência, mas sim que a pluriatividade ocorre devido a constante relação do agricultor familiar com a cidade, ou como a autora nomeia, ao “continuum rural-urbano”. Na visão da autora, a pluriatividade praticada pelo agricultor familiar não significa o abandono da agricultura como atividade profissional e nem mesmo o abandono do meio rural e sim a continuidade da relação que o agricultor de hoje tem com a cidade. Para ela, a pluriatividade é uma forma de integrar a cidade ao campo como uma via de mão dupla, onde se mantém o “continuum rural-urbano” como sendo uma aproximação desses dois ambientes sem a perda de suas especificidades.¹³⁰

Mais do que no rural, é na vida local que o “continuum rural-urbano” se desenvolve, visto ser o “ponto de encontro” do mundo rural com o mundo urbano. Dessa forma, um município, isto é, a vida local é parte integrante tanto do mundo urbano como do mundo rural, principalmente pela relação estabelecida entre ambos ambientes, havendo um fluxo campo-cidade, cidade-campo em grande intensidade. Fluxo esse que é uma realidade na vida de muitos assentados na fazenda Pendengo. Como já dito acima, muitos assentados por não conseguirem depender somente das produções agrícolas arrumam outras atividades para manterem-se em seus lotes, como é o caso de Clóvis, que assim como Assis, desenvolve *bicos* como pedreiro na cidade de Castilho, visando melhorar sua situação econômica.

Segundo Clóvis, a sua produção de leite não é suficiente para manter sua família no assentamento, sendo necessário buscar outras atividades remuneradas, das quais a principal que realiza é com construção, tanto fora como dentro do assentamento. Antigo morador da cidade de Castilho, onde trabalhava como pedreiro, Clóvis passou a acampar na fazenda Pendengo na expectativa de conseguir um lote para então poder trabalhar na terra e melhorar sua condição de vida. Como não tinha condições de sustentar sua família ao ficar todo tempo no acampamento, passa a morar na casa de sua irmã, voltando a trabalhar como pedreiro na cidade de Castilho, enquanto sua esposa e filhos ficam no acampamento. Atividade remunerada que manteve, com menor intensidade, mesmo após ser assentado e da qual diz ser imprescindível para sobreviver e para viabilizar um trabalho descente em seu lote:

Se você quer ter um plantio é necessário uma irrigação e pra isso tem que ter um poço bom, tem que abrir um artesiano. Ai fica muito caro, porque tem que comprar as mangueiras, a caixa, uma bomba se não quiser tirar a água no braço. Pra tudo isso tem que ter dinheiro e é pra isso que eu trabalho por ai (Clóvis, assentado entrevistado, 2013).

Segundo Carneiro, o caráter “familiar”, da agricultura familiar deve ser entendido como uma unidade inter-relacional de parentesco e trabalho, formada tanto por coesão como por dispersão, visto a diversidade de papéis exercidos pelos membros dessa unidade. A autora

¹²⁹ A respeito do caráter pobre e precário da população rural, entres outros, tal como a submissão política, Wanderley (2001) aponta a estrutura fundiária, como um dos responsáveis por tal situação de disparidade social nesse espaço específico, onde a predominância da propriedade patronal “cria” espaços vazios.

¹³⁰ Wanderley (2001) parte do princípio de que o rural deve ser entendido como “mundo”, visto tamanha complexidade e especificidade que envolve esse espaço integrado ao conjunto da sociedade brasileira. Segundo a autora, o conceito de “continuum rural-urbano” surgiu ao se pensar o término do isolamento entre as cidades e o meio rural, passando a ser desenvolvido por duas vertentes. A de que o rural representaria uma extremidade atrasada em relação ao progresso dominante da outra extremidade, o urbano. Dessa forma, a realidade rural seria substituída pelos valores urbanos. Já outra vertente, considera o “continuum” como uma integração entre os extremos rural e urbano, através de intensos processos que mantêm o caráter diferenciado de cada extremidade. Para a autora, essa segunda vertente possui maior relação com o mundo rural contemporâneo, visto a presença marcante das diferenças entre as representações sociais de cada um desses espaços, levando à criação de identidades e posições sociais particulares a cada um desses espaços, mesmo com uma homogeneização resultante desse processo. De acordo com a autora: “As diferenças vão se manifestar no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, de forma que o rural se torna um ator coletivo, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais” (WANDERLEY, 2001, p.33).

aprofunda sua ideia, da unidade familiar ser fruto da inter-relação parentesco/trabalho, a partir da autonomia assumida pela unidade familiar em relação à produção e assim ao mundo externo, o que a autora chama de “caminhos alternativos de reprodução social” (CARNEIRO, 1999) e que faz com que a unidade familiar possua uma plasticidade para se adaptar a diferentes condições econômicas e sociais. Ou seja, o caráter familiar da agricultura estaria representado não somente nas relações de trabalho, mas sim na integração desse fator com um conjunto de variáveis de ordem social e cultural. Para a autora “[...] responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados, que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não” (CARNEIRO, 1999, p.257)¹³¹.

Essa plasticidade de adaptação assumida pela agricultura familiar, ou diversidade de papéis exercidos pelos seus membros, são perceptíveis, de acordo com Carneiro (1999; 2008), devido as plurais atividades praticadas pelos membros da agricultura familiar, onde as atividades não-agrícolas passam a habitar o cotidiano dessas unidades sociais modificando sua dinâmica. Para a autora, a remuneração individualizada pelo trabalho fora da agricultura pode ser vista como uma das formas de atividade externa e não-agrícola presente no cotidiano do agricultor familiar, realizadas justamente visando a sua permanência no meio rural, visto que a queda da renda agrícola é uma realidade relativamente presente na vida do produtor rural familiar. Contudo, a autora chama a atenção para o fato de que é o patrimônio cultural o motivo responsável por levar o agricultor à prática de atividades não-agrícolas. É a rede de sociabilidade dos componentes das famílias o responsável por tentar conter a queda do rendimento agrícola, mantendo o patrimônio a partir da inovação das tradições.¹³²

Ainda na linha de pensamento a respeito do “continuum rural-urbano”, Oliveira (1991) contribui ao defender a ideia de que o meio rural é ocupado pelo modo de produção capitalista de forma ampliada, onde há relações sociais não capitalistas, agindo como pilares da reprodução do modo de produção capitalista. Ou seja, o modo de produção capitalista se reproduz no campo através de sua articulação com as relações sociais não capitalistas, que o autor define como sendo algumas das atividades da agricultura familiar. Assim, a relação rural/urbano se constitui de forma contraditória, onde os processos desiguais do modo de produção capitalista caminham no sentido de eliminar a separação entre o rural e o urbano, ao invés de fortifica-la. O autor defende essa união dialética tanto no processo produtivo, como no processo de luta pela reforma agrária, que apesar de ser feita no campo, segundo ele, deve ser ganha é nas cidades (OLIVEIRA, 1991; 2004).

A formação dessa unidade contraditória, entre cidade e campo, é percebida segundo Oliveira (1991; 2004) em diversos casos: tanto na presença de trabalhadores da cidade compondo a industrialização de produtos agrícolas no campo; como na presença do trabalhador assalariado do campo na cidade, o chamado *bóia-fria*; além da presença de diversos trabalhadores rurais realizando manifestações nas cidades; e também na busca dos camponeses por condições de crédito e por compradores de seus produtos, fruto de suas

¹³¹ Apesar das diversas diferenças teóricas entre os termos de camponês e agricultor familiar, existentes não somente ao analisar o território brasileiro, ambos os conceitos, na leitura aqui adotada, possuem a mesma abrangência. Não cabe aqui, retomar essa discussão de forma minuciosa, visto sua vastidão. Contudo, vale deixar claro que o conceito ou noção de camponês aqui adotado está pautado a partir de três pontos principais – o trabalho, a terra e a família (OLIVEIRA, 1991; 2004) – e que suas atividades são plurais, isto é, diversificadas, mas voltadas para a sua identificação social. Essas noções científicas abordam a diversidade e todo caráter heterogêneo existente na realidade rural brasileira. Portanto, ao se falar em agricultor familiar ou camponês, no presente trabalho, está se referindo ao mesmo sujeito social.

¹³² Vale dizer que para Carneiro (2008), a unidade familiar agrícola pluriativa está representada pela presença de atividades de setores distintos da economia em sua reprodução social, ou seja, pela prática de atividades não-agrícolas, enquanto a unidade familiar agrícola não-pluriativa, possui a sua reprodução econômica, social e cultural restritas exclusivamente a produção agrícola, podendo ser representadas tanto pela prática da monocultura, como da policultura, assim como pela integração parcial ou total ao mercado agrícola.

atividades agrícolas. Essa relação, que compõe a realidade do meio rural nacional, contradiz as teorias ortodoxas de desenvolvimento do capitalismo no campo, que previam a separação entre agricultura e indústria, ou seja, entre o campo e cidade. Segundo o autor, as formas de reprodução ampliada do capital no meio rural ocorrem de maneira que as relações camponesas de produção familiar não são totalmente extintas. Muito pelo contrário, elas são recriadas e redefinidas a ponto de proporcionarem ao camponês a possibilidade de existir, ou de pensar existir como classe social.¹³³

A respeito da presença dos assentados da Pendengo na cidade de Castilho, contribuindo com o fluxo responsável pela relação rural/urbano e compondo as atividades agrícolas dos assentados da fazenda Pendengo, há o caso de Luciana e seu marido, que tem como atividade principal a comercialização de sua produção na cidade. O casal possui uma horta de diversas culturas no fundo de seu lote e da qual lhes proporciona a única fonte de renda fixa, provinda de atividade agrícola. Por não serem totalmente aceitos dentro do assentamento, devido o não acolhimento do casal por parte das organizações sociais atuantes, assim como também não são reconhecidos pelo INCRA como assentados legítimos, esse casal não recebe, até então, nenhum tipo de recurso, dificultando qualquer forma de produção em seu lote. Ressalto, conforme os assentados me informaram, que até o momento os assentados legitimados pelo INCRA receberam duas parcelas de fomento destinadas a construção de suas habitações totalizando R\$15.000 e um fomento inicial para alimentação no valor de R\$3.200.

Essa particularidade enfrentada por Luciana e seu marido, a ser analisada no próximo item desse capítulo, não os impedem de trabalhar no lote que ocupam, do qual mantém a horta responsável por ser a única fonte de renda provinda de atividade agrícola do casal.¹³⁴ Independentemente da cultura que estão plantando, vão uma vez por semana para a cidade de Castilho para comercializar seus produtos na barraca da feira, que ocorre toda quarta-feira. Quando a safra de sua plantação aumenta, o que depende da época do ano, chegam a ir para a cidade cerca de três vezes por semana vender sua produção para mercados, bem como de porta em porta nas casas da cidade. Levam seus produtos, que vão de culturas fixas tais como o maxixe, a mandioca e a couve, até outras culturas como abóbora, abacaxi e melancia, entre outros produtos, em seu próprio carro.¹³⁵

O casal me disse que não tem a intenção de produzir leite, tal como a maioria dos assentados da Pendengo faz. Sua pretensão de atividade agrícola, além da horta e a partir do momento que passarem a ter recurso para isso, é com a engorda de novilhos e com a criação de galinha caipira, da qual o casal já iniciou a realizar. Porém, para realizar a produção da forma que querem, necessitam de mais recursos para então comprarem as ferramentas necessárias para o trabalho.

Na opinião do casal, que não se inseriu em nenhuma das cinco associações de produção de leite do assentamento Pendengo, até então: *Participar nessas associações*

¹³³ Vale realçar que inserido no campo científico da geografia, Oliveira se atenta para o papel do território na construção dessa unidade contraditória entre indústria e agricultura. Segundo o autor, "são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território" (OLIVEIRA, 2004, p.40). Assim, o autor defende que o território seja um efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Para a compreensão das ideias do autor, que muito colaboram para a discussão do desenvolvimento contínuo e contraditório das forças produtivas no meio rural brasileiro ver Oliveira (1991; 2004).

¹³⁴ Além da atividade agrícola, Luciana e Juscelino possuem uma casa na cidade de Castilho, da qual também a utilizam como fonte de renda, alugando-a por R\$350, o que ajuda a compor a renda fixa do casal.

¹³⁵ Antes de comprarem um carro, Luciana ia para a cidade no ônibus escolar, carregada de sacolas de sua produção, enquanto Juscelino ia de moto levando os produtos mais pesados. Em épocas de grande colheita, principalmente de melancia, pagavam um frete de R\$ 30, do qual arrumaram na cidade de Castilho.

*significa dor de cabeça. Tem que ficar lidando com a opinião dos outros, tem que fazer tudo o que a coordenação quer que faça. Produzir sozinho é menos stress, é muito melhor. Ao preferirem a produção individual - seja em pequena escala como a que fazem, ou até mesmo em grande escala, como pretendem realizar a partir do momento em que forem legitimados pelo INCRA, recebendo recursos para produzir e então venderem para o CEASA -, o casal se mostra interessado em utilizar o lote de terra como espaço para viverem e trabalharem sem ter que depender de outros interesses. Para eles, uma associação produtiva deve visar em primeiro lugar a união dos produtores, pois acreditam que *somente com a união é possível iniciar um trabalho descente*. Comentário do qual demonstra a insatisfação com os grupos existentes dentro do assentamento Pendengo e suas respectivas coordenações constituídas durante a fase de acampamento e que se mantiveram no assentamento, mesmo que suas presenças não sejam tão fortes como foram no processo sócio-político anterior.*

Outros dois exemplos da diversificação de trabalhos realizados pelos assentados e que ajudam a compreender a diversidade de figurações existentes no assentamento Pendengo, são os de Lourival e Chicão. Ambos os assentados realizando mais de uma atividade agrícola visam complementar a renda mensal de suas famílias e então permanecer como assentados, enfrentando as dificuldades que lhes são apresentadas ao decorrer do processo de construção de suas vidas dentro do assentamento. Processo esse, dos quais os assentados encaram como luta a ser enfrentada e vencida.

Além da produção de leite, Lourival trabalha cortando cana para a usina Ipê, sem ter carteira assinada, como forma de complementar sua renda em alguns meses. Pai de três filhos e já avô, Lourival que entrega cerca de 70 litros de leite por dia, diz que só com a produção de leite não é possível ter uma boa condição de vida.

Nós aqui, damo de 10 a 0 na fazenda que tinha antes. As cabeças [de vaca] do assentamento tudo produz leite, cada um ai tem uma galinha ou um ovo pra comer, no fim do ano da pra comer uma leitoa que cria. Mas nós vai conquistando tudo isso é na luta. Tivemos que brigar pra produzir o leite! Onde já se viu isso? O MST e o INCRA, não queriam que nós produzíssemos antes de ter energia. [...] Pra quem tem família, assim que nem eu, só o leite não dá conta, tem que fazer alguma outra coisa. Tem que lutar do jeito que dá (assentado entrevistado, 2013).

Na mesma situação de Lourival, assim como outros assentados, está Chicão. Antigo trabalhador da fazenda Pendengo, cuidando do gado que havia na fazenda, passou à condição de assentado, tal como os outros funcionários da fazenda, assim que saiu a emissão de posse da fazenda. Apesar de participar da Associação Assentamento Pendengo (AASPE), entregando sua produção de leite todos os dias no tanque da Cractopier, Chicão diz que seria difícil se manter no assentamento se não contasse com a ajuda financeira de seu filho mais velho que trabalha e mora na cidade de Castilho, além dos *bicos* que faz, tocando gado em algumas fazendas da região, principalmente em época de seca, quando a produção de leite é menor.

Se não fosse as fazendas ai, que me chamam pra tocar os bois, seria bem difícil. Aqui tem trabalho pra fazer (ele está se referindo ao seu lote), mas não dá pra fazer muita coisa com a terra do jeito que tá, sem ter dinheiro pra comprar insumo, pra fazer uma cocheira pras vacas. Nós vive, mas é difícil, ainda mais sem ter a energia aqui. Nós não lutemos pra ter esse lote, eu era é desconfiado de sem-terra, mas nós luta hoje pra viver bem, viver que nem gente (assentado entrevistado, 2013).

Segundo Wanderley (2001), as famílias de agricultores, pluriativas ou não, são responsáveis por uma tradição cultural específica, da qual a reprodução é necessária para que ocorra a dinamização econômica e sócio-cultural do mundo rural, fazendo do caráter familiar

um elemento de referência para a população do meio rural. Independente de ser ou não praticante da pluriatividade, os agricultores familiares visam a permanência da tradição cultural nas relações que estabelece. Isso faz da agricultura familiar uma forma social adequada as exigências da agricultura moderna, sem perder seu caráter específico: a relação do sujeito com a terra, com o trabalho e com a família.

A tradição cultural e a trajetória de cada unidade familiar são dois fatores importantes para se estudar o assentado. A relação desse sujeito social com a terra e com o trabalho na terra são atividades/identidades que estão associadas também ao agricultor, seja ele assentado ou não. Porém, esses não são os únicos fatores, portanto identidades, cabíveis para a análise desse sujeito social.

Tendo como premissa a discussão da diversidade de atividades como construtoras das diversas figurações dentro de um mesmo espaço social a que esse tópico se propõe, outro fator que pode ser utilizado para a análise do assentamento Pendengo, a partir de seus integrantes e atividades por eles realizadas é o trabalho político. Apesar de não compor os quadros de atividades agrícolas, nem de atividades plurais, os atos, as manifestações e as ocupações, não podem deixar de ser considerados como trabalho, visto o tempo e a energia que a atividade de militância exige para a construção de um espaço propício para uma vida digna.

Segundo Bergamasco (1992), diversas são as estratégias familiares dentro dos assentamentos de reforma agrária visando a construção de um espaço de vida e de trabalho, através da superação das dificuldades impostas para tal. Mesmo analisando uma conjuntura e situações diferentes das vivenciadas pelo assentamento Pendengo, a realidade encontrada no estudo da autora é um tanto quanto semelhante a de hoje em dia, onde são as atitudes tomadas pelos trabalhadores rurais, variando a partir da presença ou ausência do Estado, o que proporciona o ponta pé inicial ao desenvolvimento dos assentamentos¹³⁶.

Ao perguntar aos assentados se participaram de alguma forma de luta pela terra, após a emissão de posse, estando então legitimados como assentados perante o Estado, as respostas variavam de acordo com a organização pela qual foram assentados e principalmente a função que desempenharam na organização, durante a época de acampamento. Assis, que ajudou a montar os primeiros barracos, logo nos primórdios do acampamento, ainda somente sob a bandeira do SINTRAF e que assumiu o cargo de coordenador de grupo pelo MST, diz ter realizado poucas atividades de luta pela terra após estar assentado. Conforme me informou em entrevista: *Nós fizemos ocupação em Pereira Barreto e Fernandópolis, a pedido da regional de Araçatuba. Mas ficamos pouco tempo. Foi só pra movimentar a luta deles. Hoje, eu nem sei se eles conseguiram ser assentados.*

Esse tipo de atividade, realizada por Assis, é uma prática bem comum dos movimentos sociais de luta pela terra, onde recrutam pessoas já assentadas para compor os quadros de uma ocupação de terra, visando pressionar as autoridades responsáveis, assim como o fazendeiro, com um grande contingente de pessoas realizando a ocupação, mesmo sabendo que esse contingente não ficará por muito tempo no acampamento formado. Loera (2006) relata essa prática dos assentados como inserida nos *compromissos* que os sujeitos, sejam eles acampados ou assentados, têm para com o *movimento* e a categoria social a que fazem parte. Como já relatado, os *compromissos* são atividades realizadas que cumprem

¹³⁶ Bergamasco (1992), analisa os projetos de reforma agrária do estado de São Paulo, a partir de dois estudos de caso, visando demonstrar que as implementações de assentamentos de reforma agrária e de técnicas de modernização nos próprios não são frutos exclusivos da presença e da atuação do Estado e sim das atitudes dos assentados como estratégias para enfrentar as dificuldades de produção e modernização que enfrentavam, estando o Estado à reboque desse processo.

funções tanto a respeito do movimento social a que o acampado ou assentado faz parte, assumindo a característica de *disciplina/obrigação*; como do espaço social que está construindo, assumindo a esfera de *ajuda*.¹³⁷

No caso da dinâmica atual do assentamento Pendengo, além do caso de Assis e outros assentados que ajudaram em ocupações de terra pelo MST na região, ocorreram outras formas de atividade política que contribuem na luta pela terra e pela reforma agrária, que são as manifestações realizadas nas cidades, tal como passeatas, ocupações de órgãos públicos e o bloqueio de estradas e rodovias, visando melhorias para seu próprio assentamento. Segundo Commerford (1999), as ocupações de órgãos públicos estão inseridas dentro das possíveis atividades de luta por direitos dos trabalhadores rurais. O autor classifica essas ações coletivas como “*jornadas de luta*”, onde há a mobilização de uma grande quantidade de pessoas tidas como representantes de um universo maior. Representantes não somente de determinado acampamento ou assentamento rural, mas também representantes dos trabalhadores e das condições precárias de vida que possuem.

As ações coletivas que compõe o quadro das “*jornadas de luta*” objetivam a reivindicação de diversas questões: a desapropriação de áreas para a construção de assentamentos; a construção de estradas, escolas e postos de saúde em assentamentos; a liberação de crédito de investimento; a regularização fundiária e a segurança de acampados ameaçados de morte, entre outras questões que são exigidas pelos assentados e acampados para terem o reconhecimento social da luta que travam e então iniciarem a construção de melhores condições de vida em determinado espaço social. Porém, como o próprio autor reconhece, por mais que essas “*jornadas de luta*” busquem a solução dos problemas expostos, o que conquistam na maioria das vezes são “somente promessas e compromissos verbais ou escritos” (COMMERFORD, 1999, p.135).

Segundo o autor, o que as ocupações de órgãos públicos implicam, juntamente com outras ações coletivas de manifestação, é a possibilidade de inverter a ordem do *status-quo*, onde os centros de poder passam à categoria de reféns, de subordinados ao interesse dos *movimentos* e dos sindicatos, invertendo a ordem cotidiana das coisas, onde são os assentados, os trabalhadores e os pobres que são subordinados a hegemonia do Estado, dos fazendeiros e dos patrões. “A passagem da indiferença dos poderosos ao reconhecimento por eles, ainda que momentânea, fica registrada no compromisso público assumido e assinado e, mais tarde, no próprio serviço reivindicado” (COMMERFORD, 1999; p.144).

Nino e Neguinho, na posição de coordenadores de grupos e militantes de organizações sociais de luta pela terra, citaram algumas viagens que fizeram a Araçatuba, Brasília e São Paulo, juntamente com outros assentados, tanto como forma de contribuir na luta por terra realizando manifestações, como pela aplicação de políticas públicas no assentamento Pendengo. Atos políticos, tais como a ocupação da sede do INCRA em Araçatuba e os bloqueios das Rodovias Marechal Rondon e Euclides de Figueiredo, no ano 2010, também são citados por outros assentados como ações das quais participaram para pleitear direitos do assentamento Pendengo, em especial a instalação dos postes de energia

¹³⁷ Em muitos casos as atividades em níveis de *compromissos* assumidas por assentados tornam-se suas profissões, onde a conquista de seu lote de terra, ao serem assentados, não os satisfaz. Pautado na ideia de “significação social” de Elias, Rosa (2004; 2009), mostra que ao aderir ao MST, alguns sujeitos que realizam atividades da militância, passam a perceber a possibilidade de ascensão social que esse *movimento* lhes proporciona.

elétrica. Problema esse, ainda enfrentado por uma parcela dos assentados na fazenda Pendengo e do qual será relatado no próximo item.¹³⁸

O que convém afirmar aqui é que as atividades praticadas pelos assentados sejam elas agrícolas ou não, políticas ou não, de caráter coletivo ou individual, todas são realizadas por sujeitos sócio-históricos específicos, visando inserirem-se na sociedade a partir da legitimação para a construção de um espaço de vida e de trabalho. Seja como unidades produtivas ou unidades sociais, os assentados enfrentam de diferentes formas as dificuldades que lhes são apresentadas, ao decorrer do processo de construção dos assentamentos.

As produções realizadas no assentamento Pendengo podem ser descritas como exemplos da pluriatividade praticada pelos agricultores familiares, ou camponeses brasileiros, contribuindo assim para a leitura dialética a respeito das configurações responsáveis pela construção de um espaço social, no caso um assentamento de reforma agrária. Deve-se ter em mente, assim como Carneiro (2008) nos lembra, que a pluriatividade praticada pelos agricultores familiares se localiza em uma dimensão de coexistência de processos sociais distintos e até mesmo contraditórios, assumindo a função de “campo de possibilidade” nas unidades familiares. Ou seja, de constantes interações.¹³⁹

Somam-se as atividades agrícolas realizadas pelos assentados, diversas outras atividades tal como *bicos* nas cidades e até mesmo no meio rural, compondo assim o que vemos como sendo a pluriatividade da agricultura familiar, além do trabalho de militância política, realizado dentro e fora desse espaço social, que influenciam, juntamente com as trajetórias de vida de cada assentado, na constante construção das configurações sociais, políticas e econômicas do assentamento Pendengo. Portanto, como um “local de vida e de trabalho” (WANDERLEY, 2001), o assentamento deve ser visto como um espaço em que ocorre a coexistência de tendências, que podem vir a ser contraditórias, assumindo assim uma identidade complexa.

4.3 Unidade contraditória

A leitura aqui feita a respeito da trajetória do assentamento Pendengo, é a de que esse espaço social tem sido constituído por três pontos específicos: 1- as trajetórias de vida de cada assentado, cada uma com suas especificidades e experiências acumuladas provindas tanto antes do acampamento como durante ele; 2- o tempo de acampamento como vivência de luta e sofrimento; 3- e as interações atuais, focadas principalmente nas atividades produtivas. Os dois primeiros pontos devem ser vistos como pilares de sustentação para o terceiro, o das interações que ocorrem na contemporaneidade e que continuam a construir esse espaço social específico. Interações essas, que compõe o corpo desse capítulo e que exemplificam, mesmo que preliminarmente, a complexa dinâmica que envolve um assentamento de reforma agrária, construído a partir das relações sociais carregadas de interesses individuais e coletivos.

Ao analisar as atividades produtivas realizadas pelos assentados, o presente capítulo aborda uma forma de se pensar a constituição de um espaço social, da qual sei não ser a única,

¹³⁸ A respeito da escolha de quais órgãos públicos a ocupar Commerford (1999; p.131), diz: “Os alvos preferidos das ocupações são órgãos públicos identificados pelos organizadores como responsáveis pela solução de determinados problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais”.

¹³⁹ De acordo com Carneiro (2008), podemos entender o “campo de possibilidade” como o espaço de formulação de projetos definidos por fatores sócio-econômicos, junto com as mais diversas peculiaridades da unidade familiar, tal como seu capital cultural.

e é tentando contribuir com a leitura interdisciplinar, que abordo outros acontecimentos observados ao decorrer da pesquisa e relatados em meu caderno de campo, que contribuem na compreensão de diversas configurações dentro do assentamento Pendengo, transformando-o em uma unidade contraditória e do qual o caso de Luciana e Juscelino talvez seja um caso emblemático das contradições existentes no assentamento Pendengo.

Luciana e seu marido são uns dos primeiros a montar sua barraca e morar no acampamento Pendengo, logo no começo do ano de 2004. O casal soube da existência desse acampamento ao irem a outro acampamento que tinha na região, o acampamento Nova Canaã, pedir vaga para pleitear a fazenda Cafeeira. Sem saber muito bem como funcionava a luta pela terra - somente a partir de notícias em jornal e pela televisão -, Luciana, que sempre teve o sonho de ter um sítio para poder trabalhar na terra, foi até esse acampamento perguntar quais eram as regras para poder se conquistar um lote de terra.¹⁴⁰ Foram informados pelos coordenadores do acampamento, sob a bandeira do MST, que apesar de não haver vaga nesse acampamento, o SINTRAF estava abrindo um acampamento para reivindicar a área da fazenda Pendengo e que se tivessem interesse tinham que se registrar na sede do sindicato em Castilho e montar um barraco no acampamento.

Foi em Novembro de 2003, quando a gente veio ver a terra e começou a fazer o barraco. Quando chegamos aqui, tinha no máximo uns três barracos, com as armações de bambu, todos da ponte pra lá, mas não tinha uma pessoa sequer. Mas foi em Janeiro de 2004 que lonamos e mudamos pra cá, quando já tinha uns 10 barracos da ponte pra lá (Luciana, entrevistada, 2013).

Assim como todos os responsáveis que iniciaram a construção do acampamento Pendengo, Luciana e Juscelino foram acampados pelo SINTRAF. Porém, mudaram de organização ao decorrer dos cinco anos que passaram acampados. A primeira mudança foi para o MST, assim que este passou a compor juntamente com o sindicato a configuração sócio-política do acampamento. Luciana disse que não via no sindicato uma organização de fato, não via capacidade nas pessoas que coordenavam o acampamento, visto a ausência de líderes pela bandeira do SINTRAF, o que fez com que passassem a acampar sob a bandeira do MST, iniciando uma jornada de lutas externas à área da fazenda Pendengo, mas relacionadas à luta pela terra. Participaram de marchas, ocupações de terra e em órgãos públicos, além de bloqueios de rodovias. Atividades que não eram realizadas pelo sindicato e que os fizeram se sentir inseridos na luta pela terra, conforme disseram:

O MST me ensinou muita coisa. Foi com eles que passei a entender como que a luta funciona. Tem que ocupar a fazenda, tem que fazer barulho e tem que ajudar, pensando em ser ajudado também. O que cansava era que o MST fazia muita ocupação, então a gente ficava muito pra fora do acampamento (Luciana, entrevistada, 2013).

Assim como a maioria dos acampados pelo MST que haviam ajudado nas ocupações da fazenda Cafeeira, Luciana ficou na expectativa de conquistar um lote de terra nessa fazenda, visto a promessa feita pelo coordenador de que assim que a emissão de posse fosse conquistada, quatro vagas seriam sorteadas para os acampados da Pendengo. Como foi dito anteriormente não houve sorteio, mas sim indicações. Baixim, que assumia a posição de coordenador pelo MST, pegou uma dessas vagas e indicou outras três famílias do

¹⁴⁰ Antes de passarem a residir no acampamento Pendengo, Luciana trabalhava na cidade de Castilho, ela tinha um trailer de lanches que a ocupava todas as noites e trabalhava de dia como diarista. Juscelino fazia *bicos* com construção e na roça, além de ter trabalhado em uma carvoaria. Eles se mudaram para o acampamento junto com seus dois filhos, mas mantiveram a casa que moravam em Castilho, passando a aluga-la.

acampamento Pendengo para se assentarem na fazenda Cafeeira. Atitude que indignou parte dos acampados pelo MST ocasionando o terceiro *racha* do período de acampamento.

Luciana, que participou ativamente desse *racha*, não quis assumir nenhuma função na coordenação do novo grupo que ajudou a montar, devido problemas familiares que estavam ocorrendo. Seu filho mais velho estava traficando drogas em Castilho, o que fez com que deixasse de se envolver com o acampamento, até o ponto em que a situação atingiu seu limite e ela preferiu voltar para Castilho, onde mantinha sua casa, acreditando ser o ambiente mais adequado para sanar essa questão familiar. Dessa forma, Luciana abandona o acampamento Pendengo no ano de 2008 para resolver seus problemas familiares. Vale realçar que a ideia de sair do acampamento partiu de Luciana, em nenhum momento ela e sua família sofreram algum tipo de repressão dos outros acampados, ou até mesmo algum comunicado para que se retirassem do acampamento devido o envolvimento de seu filho com tráfico de drogas.¹⁴¹

Durante o tempo que ficaram na cidade, saiu o resultado da emissão de posse da fazenda Pendengo, legitimando-a para a construção de um assentamento rural. Luciana e Juscelino voltaram ao acampamento para conversar com os coordenadores pedindo uma vaga na lista de seleção das famílias a serem assentadas, porém não conseguiram. Nenhum dos coordenadores cedeu uma vaga para sua família, alegando que a vaga havia sido preenchida por outra família a partir do momento que desistiram do acampamento.¹⁴² Atitude que lhe deixou indignada, ainda mais quando recebeu a notícia, ao procurar o INCRA, de que não cabia somente a ele, como órgão estatal, mas principalmente aos coordenadores do acampamento o poder de decidir se seriam ou não assentados.

Quando saiu a terra eu fui no INCRA lutar lá, falar que ninguém aqui queria me dar um pedaço de terra. Mas não fizeram nada. Eu cheguei a vir aqui, peguei assinatura de várias pessoas que conheciam a gente, praticamente todo mundo me apoiou, mas não deu certo, os coordenadores não me deram o direito de entrar na terra que eu lutei por 5 anos. Foi aí que resolvemos ocupar esse lote que estava vazio (Luciana, entrevistada, 2013).

Ao receber as notícias negativas tanto dos coordenadores do acampamento, como do INCRA, Luciana, que estava morando em Castilho, resolveu esperar o momento em que a terra seria dividida e os lotes concedidos aos assentados para tentar mais uma vez, junto ao INCRA e aos coordenadores, uma vaga no assentamento. Nesse meio tempo o filho mais velho de Luciana foi preso devido o seu envolvimento com tráfico de drogas, o que fez, junto com a segunda resposta negativa por parte dos coordenadores de grupos do assentamento, com que tomasse a atitude de continuar a luta por um lote de terra no assentamento Pendengo, passando a ocupar um lote do qual soube, por seus amigos assentados, que estava abandonado.

¹⁴¹ Na maioria dos acampamentos de reivindicação de terra, existem algumas regras que visam evitar problemas nas relações entre os acampados. Entre essas regras está a proibição do uso de drogas e de bebidas alcoólicas, além do emprego de força física ou de armas na regulação de disputas. Porém, nem sempre a realização dessas atitudes ou comportamentos levam o acampado a ser expulso. Em alguns casos os acampados infratores passam pela avaliação dos coordenadores e do corpo de acampados. Para a compreensão das regras estipuladas para a vivência em acampamentos e suas flexibilidades ver Macedo (2003), Loera (2006; 2009), Rosa (2004) e Turatti (2005).

¹⁴² Vale lembrar que após a última ocupação dentro da fazenda Pendengo, os coordenadores do acampamento estabeleceram que o limite de vagas para reivindicar a fazenda e, portanto, a quantidade de lotes que seriam destinados para o assentamento, seria para 170 famílias. Número que os coordenadores concluíram como sendo o correto para assentar todas as famílias que se encontravam registradas como acampadas. Contudo, vale lembrar que após a conquista da terra, novas famílias surgiram reivindicando uma vaga dentro do assentamento Pendengo, o que fez com que uma recontagem e uma redistribuição fosse realizada em conjunto com o INCRA, destinando as famílias que excediam a quantidade inicial de 170, para a área do *Inferninho*, atual *Paraíso das Águas*. Dessa forma a quantidade de vagas disponíveis no assentamento passa a ter relação com a quantidade de famílias inscritas na lista de acampados encaminhada ao INCRA.

Sem saber ao certo o motivo de sua exclusão, da qual Luciana acredita ser devido o fato de ter sido uma das organizadoras do terceiro *racha* ocorrido dentro do acampamento, em que procurou convencer diversas famílias acampadas pelo MST a se juntarem a ela. Luciana acha que tenha sido estigmatizada dentro do acampamento, tanto pelos coordenadores do MTR e do MST como pelos acampados, como desordeira. Questão da qual é difícil assegurar, visto o sucesso obtido com a recriação do grupo do sindicato dentro do acampamento. Ao conversar com os coordenadores do SINTRAF/SER e do MTR a respeito do caso vivenciado por Luciana, ambos disseram que não tinha como recebe-la de volta a partir do momento que sua vaga havia sido preenchida. Para Nino: *colocá-la na lista de famílias a serem assentadas, significaria excluir a família que havia preenchido sua vaga quando saiu do acampamento*. Atitude essa, da qual tanto ele como Neguinho não estavam interessados em realizar e que segundo eles não implica em estigmatizações dentro do acampamento, visto que não se manifestaram contra a ocupação do lote que Luciana realizou. De acordo com Neguinho: *o lote não estava sendo usado. Ela foi lá e ocupou. Agora é dela. Só que como ela não tá interessada em fazer parte de nenhum grupo, não tem como o coordenador ajudar com as papeladas do INCRA*.

No final da *fase dos 30%* do assentamento, Luciana e Juscelino passam a ocupar um lote na área destinada ao grupo do SINTRAF/SER, último grupo que participaram em seu tempo de acampamento, após saber que a família que havia sido sorteada para se assentar nesse lote tinha desistido. Segundo Luciana, tomar a atitude de ocupar um lote abandonado foi consequência de tudo o que aprendeu em cinco anos de acampamento e de luta pela terra, aprendidos mais especificamente com o MST. Movimento social que lhe expandiu os conhecimentos a respeito das difíceis realidades que envolvem a luta pela terra. *O MST me ensinou a ocupar, resistir e produzir. Então, mesmo que não seja mais do MST, eu vou ocupar, resistir e produzir no meu lote*. Depoimento esse, que demonstra a incorporação das experiências vividas pelos sujeitos ao decorrer de suas trajetórias de vida. Conforme o texto aborda, as trajetórias individuais somadas as trajetórias institucionais, relacionadas a partir das diversas interações existentes entre os atuais assentados ao decorrer da trajetória do assentamento Pendengo, fazem com que sejam as pessoas de carne e osso, que aderem a um *movimento*, fazendo parte de um acampamento e/ou um assentamento, os responsáveis pelo processo sócio-histórico de luta pela terra. Isto é, os sujeitos ao aderirem a um movimento social de luta pela terra não sofrem a imposição de uma “visão de mundo”, mas sim passam a construir uma “nova visão de mundo”, visto o leque de possibilidades criadas a partir de diversificados interesses pessoais e coletivos existentes dentro de um mesmo espaço social. Conforme vimos no terceiro capítulo e de acordo com Rosa (2004; 2009), o movimento social deve ser visto como um espaço de socialização dos indivíduos, proporcionando a interação entre sujeitos de diferentes locais, além da possibilidade de propiciar significação social a partir da conquista de capital social de alguns desses sujeitos, geralmente os que desempenham funções de liderança. Aquisição essa, que proporciona o crescimento das redes de relações desses sujeitos a partir de um conjunto de ações e procedimentos que regem suas atuações. Contudo, acredita-se aqui que essa constante interação que os movimentos sociais proporcionam, sejam existentes tanto quanto ou até mesmo em maior expressão dentro dos acampamentos e dos assentamentos. Nesses espaços sociais, as interações existentes entre seus construtores não são necessariamente compostas a partir de uma única visão de mundo. Ao passar cinco anos acampada, mudando de bandeira mais de uma vez, Luciana percebeu que a dinâmica social da luta pela terra é feita pelas famílias que acampam e que se encontram assentadas. Percebeu que as ações desses sujeitos sociais, que suas interações muitas vezes estruturadas por experiências vividas, experiências acumuladas, servem como motor na luta por terra, tal como uma ideologia organizacional mutável.

Apesar de não sofrer nenhuma manifestação contrária a sua atitude de ocupar, por parte dos assentados da Pendengo, Luciana sofreu críticas por parte do INCRA, como ela mesmo conta:

O INCRA disse que nós estávamos errados, que não devíamos ter ocupado. Ai eu reclamei. Eu disse: Quantas fazendas eu não ocupei pra ajudar os outros? E agora eu não ia ocupar pra mim? [...] como a gente já tinha um dinheirinho guardado, nós pagamos um trator, começamos a plantar, abrimos uma estrada que tem uns 300 metros e vai até lá em baixo, que tem uma horta, que é o nosso sustento. Pois toda semana nós vamos vender na rua. [...] Então nós trabalhamos muito e somos bastante elogiados por isso e fazemos isso pra provar a quem quer que seja, que o que queremos é terra pra trabalhar.

Ao receber essas críticas Luciana passou a desacreditar no INCRA como um órgão público legitimador da luta pela terra. Ela continua:

Poxa, é com o INCRA que eu tenho que contar, ele não é o responsável em realizar os assentamentos? Ele tinha que avaliar o meu processo, ver quanto tempo que passei no acampamento. Eles dizem que eu não posso ficar aqui, mas eu tive cadastro, tive assinatura nos cadernos de ponto, assinatura nas entregas de cesta básica com meu R.G, tudo [...] Conversando com alguns amigos meus, eles me disseram pra entrar na justiça, porque eu tenho as provas de que eu tava na luta. Eu to pagando o advogado, e o processo ta lá na segunda instância. Eu mandei foto da gente trabalhando aqui na terra, mandei carta onde contei minha história pro juiz. Tudo o que eu tinha pra provar que eu quero essa terra pra trabalhar, eu passei pro advogado. Eu fiquei sabendo, em uma intimação que o juiz mandou pro INCRA que o advogado me mostrou, que o juiz não tem motivo pra me tirar daqui e que se o INCRA tem algum motivo que ele se manifestasse até um prazo que até já passou (Entrevistada, 2013).

O caso de Luciana e Juscelino foi o primeiro, porém não único, de ocupação de lote dentro do assentamento Pendengo. Aparentemente existem mais quatro casos que são de conhecimento dos assentados, mas que infelizmente não puderam ser confirmados, devido vicissitudes do trabalho de campo. As informações que me foram cedidas são que todos se encontram na mesma situação, ou seja, são moradores do assentamento Pendengo, não pertencentes a nenhum grupo sócio-político e não creditados como assentados legítimos pelo INCRA, o que impede essas famílias a terem acesso aos recursos do PRONAF e coloca em risco a possibilidade de não terem a propriedade dos lotes quando ocorrer a futura a emancipação do assentamento.¹⁴³ Dessa forma, habitam e produzem nos lotes ocupados, mas não recebem nenhum tipo de recurso do INCRA, seja para a habitação, seja para a produção. Estão à deriva de sua própria sorte, sem ter nenhum amparo por detrás, visto que ainda moram em barracos, não estão fornecidos de energia elétrica e tudo o que realizam em seus lotes é fruto de trabalho próprio, como o caso já relatado da produção e comercialização realizadas por Luciana e Juscelino.

Para terminar a discussão do caso das ocupações de lotes, como uma das realidades existentes nessa unidade contraditória que é o assentamento Pendengo, à luz do que foi discutido até então nesse capítulo, é interessante notar o mérito ao trabalho dentro do lote dado pela maioria dos assentados, sejam eles legítimos ou não aos olhos do INCRA. Ao conversar com Luciana, mais uma vez veio à tona a afirmação de que o trabalho dentro do lote serve como comprovante da situação de assentado e assim merecedor da situação que ocupam. Assim como Assis, Luciana critica os assentados que não produzem em seus lotes, ela diz:

¹⁴³ Segundo Nino, coordenador pelo MTR, essas ocupações ocorreram devido o abandono dos lotes por parte das famílias selecionadas, que em alguns casos chegaram até mesmo a receber os benefícios do INCRA para a habitação, porém nada realizaram dentro do lote, abandonando-o e que quando era comentado que houve uma ocupação, as pessoas não faziam nada para ir contra esse ato, simplesmente deixavam os interessados entrar na terra.

Tem muitos aí, que entrou, pegou o lote com uma facilidade e agora vai lá no sítio dele pra ver. Ele pega mandioca no sítio de um, pega uma outra coisa no sítio de outro. O cara não tem nada, não tem uma casa, não tem gado, não produz nada [...] Quando nós entramos aqui, só tinha as armações do barraco e mato, muito mato. A mulher aqui [refere-se a antiga beneficiada pelo INCRA com o lote] não tinha feito é nada. Quando nós entramos aqui, foi as 23 horas do dia 3 de Dezembro, tava tudo abandonado. Nos tivemos que limpar tudo. Tivemos que construir a vida aqui trabalhando (Entrevista, 2013).

Segundo Candido (2003; p.30), “O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem, por assim dizer, a cada etapa da evolução [...]”, o que faz com que o espaço, que a natureza que o homem habita, esteja em constante relação com o sujeito. São modificados por ele, ao mesmo tempo em que o modificam, em um processo resultante do trabalho realizado pelo homem em determinado espaço e tempo. A importância da atividade produtiva para a definição do sujeito é, no caso desse capítulo, de suma importância, pois são as atividades realizadas pelos assentados o que serve de base para as interações que dão a dinâmica do assentamento Pendengo, aqui analisada.

Abramovay (2007) ao realizar um resgate minucioso das definições a respeito do campesinato, remete-se as formas de pensar esse sujeito sócio-histórico propostas por Chayanov e Tepicht, que categorizavam o camponês pelo seu momento contemporâneo de existência, tendo o seu comportamento definido pela sua interação com o meio, ou seja, através do trabalho realizado. Por mais que isso esteja presente na dinâmica atual do assentamento Pendengo, onde o trabalho no lote é uma forma do sujeito se afirmar como assentado, ou seja, sua identidade a partir da atividade que realiza, não é possível tomá-la como verdade única e absoluta, visto a previsão fatal que esses dois pensadores deram ao produtor rural familiar. Por ser um “local de vida e de trabalho” (WANDERLEY, 2001), ou de “junção de moradia e trabalho” (MARTINS, 2003), os assentamentos são espaços constantemente construídos, o que faz com que suas interações busquem realizações sociais, econômicas e políticas.

O caso de Luciana é um exemplo disso, pois ao aguardar a legitimação do INCRA, ela passaria do *status* de ocupante para o de assentada. Título que lhe proporciona benefícios para a sua vida dentro do assentamento. Para ela, a legitimação do INCRA tem valor devido os investimentos e fomentos que o próprio disponibiliza aos assentados para habitarem e produzirem na terra, pois o reconhecimento simbólico de ocupar, produzir e resistir ela já possui, sentindo-se satisfeita com suas atividades, mesmo sabendo de sua limitação. O reconhecimento econômico visando melhorias na produção, ainda é algo distante de sua realidade, tornando-a componente do assentamento em situação desprivilegiada, a partir de sua situação precária de ocupante perante as famílias legalmente assentadas.¹⁴⁴

Essa segregação vivenciada por essas famílias ocupantes fazem deles sujeitos inseridos no assentamento, sem ao entanto participarem de algum grupo coeso existente dentro desse espaço social. Sua situação ilegítima perante o INCRA, junto com a falta de interesse dessas famílias em inserirem-se aos grupos estabelecidos dentro do assentamento Pendengo, impossibilita-os de participarem de qualquer associação produtiva com recursos e investimentos estatais, contribuindo na construção de uma dinâmica complexa onde a

¹⁴⁴ As famílias de ocupantes do assentamento Pendengo nunca receberam nenhum recurso do INCRA, o que comprova que se encontram ilegais perante o governo. Segundo Luciana, o lote que ocupa ainda consta como registrado no nome da família cadastrada pelo INCRA na época da seleção das famílias assentadas na Pendengo, o que implica no não recebimento de qualquer recurso estatal. Situação que só pode ser modificada a partir do momento que o lote for homologado a seu favor.

heterogeneidade reina, visto a diversidade de papéis desenvolvidos nesse cenário constantemente construído.

4.3.1 O conflito da energia elétrica e o quarto *racha*

Mais uma particularidade que merece atenção na construção da dinâmica social do assentamento Pendengo, ajudando a compor o leque de grupos existentes nesse espaço social a partir da diversidade de situações enfrentadas no dia a dia, é a respeito das famílias que tem seus lotes desprovidos do fornecimento de energia elétrica. Problema atual do assentamento que aflige cerca de setenta famílias, impossibilitadas de realizarem melhorias tanto em suas habitações, como em suas produções. Mesmo tendo o planejamento de distribuição dos postes de energia para todo o assentamento Pendengo sido aprovado no ano de 2011, três grupos de assentados se encontram desprovidos de energia elétrica. Fora as famílias que se encontram em situação ilegítima aos olhos do INCRA dentro do assentamento, como o caso de Luciana, a unidade de agrupamento inteira do *Paraíso das Águas* e mais 38 famílias assentadas na área do MTR - *área da sede* - estão sem energia desde o momento em que passaram a habitar seus lotes.

No primeiro caso, dos “ocupantes”, a falta de energia ocorre devido o impasse que essas famílias enfrentam com a legitimação de sua habitação dentro do assentamento, conforme discutido acima. Já no caso das famílias residentes da unidade de agrupamento do *Paraíso das Águas*, as famílias que lá residem, se encontram sem energia devido a relativa dificuldade de se percorrer a única estrada que dá acesso a essa área do assentamento. Por estarem em uma área isolada, os assentados no *Paraíso das Águas*, se encontram desprovidos de alguns recursos e benefícios que as outras unidades de agrupamento do assentamento Pendengo desfrutam, conforme já discutido.

Já no caso vivenciado por 38 famílias assentadas na área do MTR, o não acesso à energia elétrica ocorre devido o fato de estarem localizadas em área próxima a uma reserva legal, portanto de preservação ambiental dentro do assentamento, o que dificulta o trabalho de instalação e manutenção dos postes de energia elétrica pela empresa responsável. A partir do mapa abaixo e relacionando-o com os outros mapas expostos no trabalho, é possível perceber que praticamente metade do grupo de famílias assentadas na área do MTR, estão situadas abaixo de uma faixa de área de vegetação fechada com a presença de um córrego, que compõe parte da área de reserva ambiental do assentamento Pendengo. Particularidade que dificulta na construção de habitações, visto que segundo as leis nacionais de preservação do meio ambiente, qualquer alteração ou degradação das características desse meio pode vir a ser considerado crime ambiental, sendo julgado a partir da gravidade da atitude realizada.¹⁴⁵ Dessa forma, a implantação de postes de energia elétrica implicariam no derrubamento de árvores da área de reserva legal, causando transtorno a ser resolvido pelos órgãos federais e municipais responsáveis pela área do assentamento Pendengo.

¹⁴⁵ Os assentados entrevistados se referem a essa área somente como *reserva*. O que me faz presumir que seja uma reserva legal. Segundo o Novo Código Florestal (Lei 12.651) a categorização “reserva legal” deve ser entendida como área localizada no interior de uma propriedade rural com uso sustentável dos recursos naturais, destinada a conservação da flora e fauna nativas, portanto prevista de proteção pelo Código Florestal Brasileiro. Em casos de planejamento de assentamentos com a existência de reservas legais em sua área, a reserva é excluída da área total da propriedade a ser contabilizada para o parcelamento dos lotes do assentamento, ao mesmo tempo que é mantida como área do assentamento.

Mapa 3. A reserva legal dentro do assentamento Pendengo.

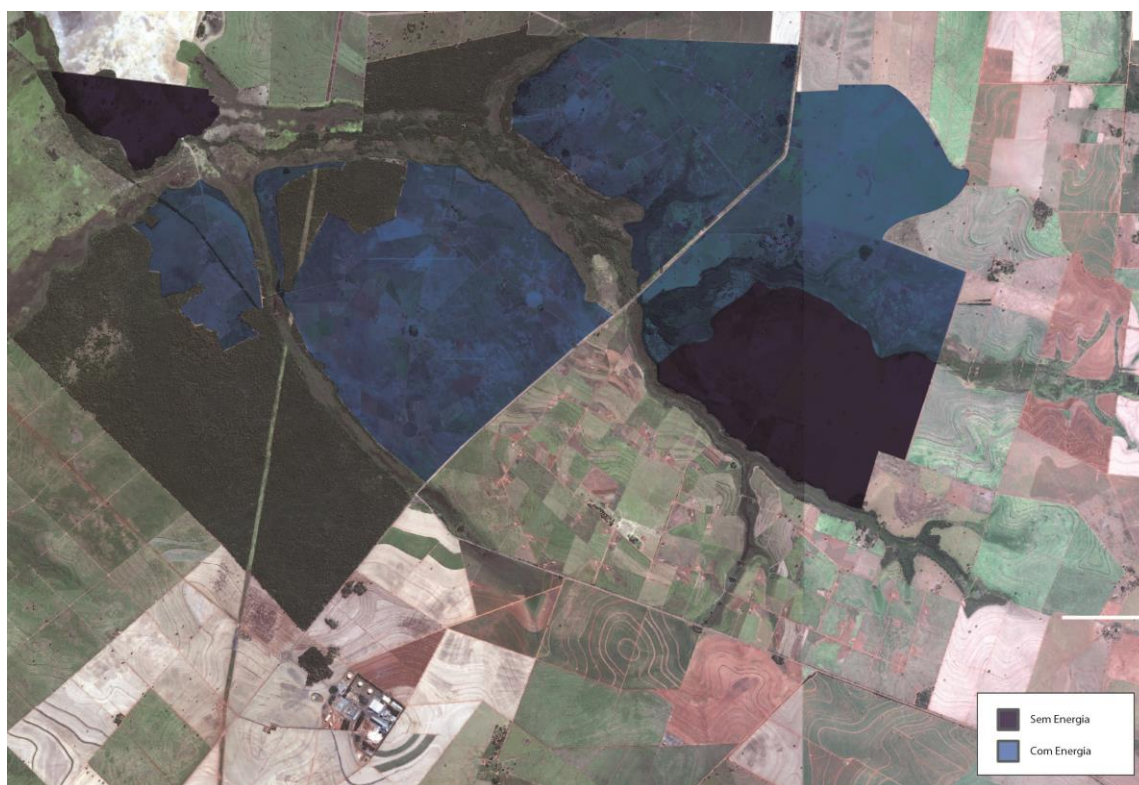


Fonte: Elaboração própria.

Não é pretensão desse trabalho minuciar e analisar esse problema ambiental, visto a falta de competência para tanto. Porém, as consequências sociais que esse imbróglgio traz são questões que enriquecem a análise aqui pretendida, ainda mais quando a companhia de energia elétrica responsável - Elektro -, tem contrato com o governo federal para instalar todos os postes de abastecimento de energia elétrica do assentamento Pendengo até o fim do ano de 2014.

A partir do momento em que famílias desprovidas do uso de energia elétrica coexistem dentro do assentamento com famílias que usufruem do uso da energia elétrica, é possível visualizar mais uma figuração para o assentamento Pendengo. Além das figurações produtores/não-produtores e de assentados legitimados/não legitimados, comentadas acima, a dicotomia que há entre as famílias beneficiadas de energia elétrica e as desprovidas desse mesmo bem, também assume papel de destaque para o conhecimento desse espaço social, como mais uma antinomia de identidades. Assim como as outras figurações, a relação existente entre as famílias providas de energia elétrica e as desprovidas, ou seja, a figuração com energia/sem energia, é responsável por dar suporte as diversas interações que ocorrem no assentamento Pendengo. Contudo, a falta de energia deve ser encarada com uma realidade e não como uma opção, tal como o caso da produção de leite. Essas famílias enfrentam as mesmas dificuldades que as outras, porém com um fator extremamente negativo a seu favor, devido o descaso das autoridades responsáveis pelo fornecimento de estruturas básicas de vida em agrupamentos judicialmente legitimados.

Mapa 4: Configuração assentados com energia/assentados sem energia elétrica.



Fonte: Elaboração própria.

Não há como negar que possuir energia elétrica em seu lote vem a facilitar a vida dos assentados, pois o simples fato de se conseguir conservar o alimento por mais tempo, ou até mesmo de ter uma garrafa de água gelada em sua própria casa, já é algo comemorado por essas famílias que passaram seis anos na beira da estrada *bebendo água quente*, como muitos costumam dizer. *Sem energia é muito cansativo, tem que ficar subindo água do poço na mão, não dá pra ter água gelada a hora que quer e se tiver carne fresca tem que comer depressa, porque senão o alimento apodrece*, disse em entrevista uma assentada no *Paraíso das Águas*, pelo MST. A falta de energia elétrica dificulta a realização das atividades cotidianas dos assentados que passam a ter no cair do dia o momento de maior dificuldade de seu cotidiano, realizando todas as atividades à luz de vela, ou simplesmente deixando de realiza-las. Seus cotidianos ainda são remetidos ao tempo de acampamento, como diz João:

Tudo o que é coisa que nós fazemos aqui, fazíamos igual no barraco. Cuidar das crianças, dar de comer pra elas, dar banho no nenê é tudo com vela [...] qualquer atividade que o assentado aqui faz, tem que parar quando escurece. Já são nove anos vivendo como acampado (Assentado entrevistado, 2013).

Além das dificuldades encontradas no bem-estar da habitação, essas famílias de assentados desprovidos de energia elétrica enfrentam dificuldades na produção que realizam, ou possam vir a realizar, visto a contribuição da energia elétrica não somente no crescimento da produção, mas também na estabilização da própria, conforme Chicão disse em entrevista: *Com energia melhora muito. Você pode por uma bomba no poço para puxar água e você consegue fazer uma ração pro gado. Estabiliza a produção. [...] Sem energia você fica jogando de um lado pro outro e vai andando devagar sem as vezes não tirar nada da terra*. Ou como me informou Luciana, que também enfrenta dificuldades para realizar sua produção:

Nós que queremos mexer com galinha e mais pra frente com inseminação, sem energia elétrica fica bem difícil. A gente precisa dela pra trabalhar, pra sair dessa situação de acampado. Precisamos continuar e crescer a produção aqui, queremos colocar um poço artesiano pra regar mais fácil a horta, pra ter água fácil pras plantas e pras criações (Entrevista, 2013).

Assim como a configuração que há entre produtores/não-produtores em todas as suas esferas de atuação - produtores de uma mesma associação, produtores de diferentes associações e entre produtores e não produtores -, a figuração que há no assentamento Pendengo entre os providos de energia elétrica e os desprovidos de energia elétrica, não implica em uma estigmatização explícita entre esses grupos, no caso do primeiro para com o segundo. Mas gera condições de classificação social de famílias com mais ou menos sucesso produtivo. Isso se deve pelo fato de que mesmo desprovidos de um recurso que seus semelhantes obtêm, as famílias sem energia elétrica não estão impossibilitadas de trabalhar na terra. Um exemplo disso é o fato de que há famílias assentadas nas unidades de agrupamento do *Paraíso das Águas* e do MTR, próximo à área de *reserva*, que participam normalmente das produções de leite existentes no assentamento e que não se encontram em grande desvantagem produtiva às famílias de produtores providos de energia elétrica em seus lotes. Isso se deve ao fato de que a prática produtiva da maioria dos assentados-produtores de leite da Pendengo não depende de métodos e ferramentas que necessitem de energia elétrica para seu funcionamento. Logicamente, que em muitas atividades produtivas o uso de energia elétrica proporciona uma vantagem, conforme apresentado a partir da fala dos assentados e que exemplifica a existência de condições de poder dentro do assentamento, porém o que está sendo discutido aqui é que mesmo que a falta de energia elétrica proporcione a existência de mais uma divisão social no assentamento Pendengo, ela não é motivo para afirmar a presença da exclusão dessas famílias nas atividades realizadas dentro do assentamento.

O que pode ser dito a respeito da figuração com energia/sem energia elétrica é que ela explicita a dificuldade de realização de algumas atividades e planos dos assentados sem energia elétrica, mas não a ponto de impossibilita-los de praticar essas atividades. Mesmo que essa figuração demonstre uma assimetria de poder, portanto uma relação desigual entre os assentados, essas famílias desprovidas de energia elétrica participam da dinâmica do assentamento, visto sua presença em diversas atividades, tal como nas associações de comercialização de leite. Na verdade essas famílias desprovidas de energia elétrica dão novas formas a dinâmica do assentamento, como é o caso de Éder que criou um novo grupo sócio-político dentro do assentamento Pendengo devido a sua indignação para com a demora na implantação dos postes de energia elétrica.

Assentado pertencente ao grupo do MTR e produtor de leite, Éder reside na área próxima à *reserva* e cansado de esperar a instalação dos postes que fornecem energia elétrica para essa área do assentamento foi diversas vezes cobrar o posicionamento de seu coordenador de grupo, Nino, que lhe explicava que apesar do projeto de implantação dos postes de energia elétrica já ter sido aprovado, a companhia responsável tinha que aguardar o aval do IBAMA para iniciar as obras. Desfavorecido, assim como todas as outras 37 famílias desprovidas de energia elétrica assentadas na área do MTR, Éder passou a reunir essas famílias para que se formasse uma comissão de assentados a fazer pressão perante o INCRA e a Elektro. Como coordenador geral do MTR, Nino não se manifestou nem a favor e nem contra a essa comissão formada por Éder, porém lhe informou das dificuldades burocráticas que impediam o avanço da instalação dos postes de energia elétrica para essa área específica do assentamento. Passado um ano e não tendo nenhuma obra sido realizada, Éder forma um grupo sócio-político separado do MTR, do qual passa a liderar 19 famílias que estavam assentadas pela coordenação de Nino e desprovidas de energia elétrica em seus lotes.

Ao formar esse novo grupo em 2012, Éder passa a desconsiderar as regras e atitudes tomadas pelo MTR, passando a levantar simbolicamente mais uma bandeira sócio-política no assentamento Pendengo. Atitude que pode ser tomada como mais um *racha* na trajetória do assentamento Pendengo, na medida em que 20 famílias passam a desconsiderar as regras do MTR. Porém, diferente dos *rachas* ocorridos durante a fase de acampamento, esse novo *racha* tem outra forma de interação, portanto de modificação na dinâmica social dessas famílias.

Primeiro pela diferença temporal desses acontecimentos, o que implica na modificação do espaço social em que ocorrem, mesmo que os sujeitos envolvidos sejam os mesmos. Os *rachas* ocorridos no período de acampamento implicavam na urgência em sair da situação em que se encontravam, buscando a conquista da fazenda Pendengo o quanto antes. Ou seja, os *rachas* do acampamento ocorriam devido a insatisfação que algumas famílias tinham com os coordenadores do acampamento. Já no caso do grupo de Éder, o *racha* ocorre durante o período de assentamento, o que faz com que as reivindicações sejam outras. Não está sendo reivindicada a terra, mas sim outros direitos, mesmo que a insatisfação com o papel desenvolvido pela liderança ainda esteja em pauta e seja uma crítica da relativa despreocupação da liderança com a diferenciação dos recursos, de energia elétrica, entre os assentados do MRT.

O segundo motivo que explicita a diferença entre os *rachas* ocorridos no acampamento e o *racha* atual é o seu aparente desconhecimento pela grande maioria dos assentados. Poucos são os assentados que têm conhecimento de que houve mais um *racha*, onde mais um grupo passou a existir dentro da área de habitação das famílias do MTR. Além disso, outro fator que dificulta a divulgação e principalmente a efetivação do trabalho pretendido por essas 20 famílias agrupadas é o fato desse grupo não ser legitimado pelo INCRA como grupo atuante no assentamento, dificultando a repercussão de qualquer ato que possam vir a realizar para demonstrar sua luta e conquistar seus objetivos.

Ao perguntar ao Nino o que achava desse novo *racha*, ocorrido em seu grupo, ele me disse que não vê na atitude de Éder qualquer tipo de relevância, pois independente das atitudes que o novo grupo possa tomar, todas terão que passar pelo seu aval. Segundo ele:

Isso aí que ele fez não tem representatividade alguma, pois qualquer atitude que o governo tome será passada somente para os grupos cadastrados no INCRA, ou seja, se não for associação de produção, não é possível formar qualquer outro grupo político aqui dentro (Nino, assentado entrevistado, 2013).

Sem demonstrar ressentimentos com a atitude de Éder, Nino diz que em nenhum momento foi omisso para com os assentados a respeito do fornecimento de energia, sempre relatando os impasses burocráticos na negociação com o IBAMA, dos quais desconhece os procedimentos de forma criteriosa.

Na opinião de alguns dos assentados desprovidos de energia elétrica que se mantiveram sob a coordenação de Nino, o ato de criar um novo grupo ou mudar de grupo não adiantaria nada, visto que as atitudes tomadas por Éder não se diferenciam muito das atitudes de Nino. Além disso, alguns assentados questionavam a relevância do grupo de Éder, devido principalmente o fato do grupo não possuir uma bandeira de representação reconhecida. Conforme João diz:

No começo o Éder e um ou dois assentados viajavam pra conversar na Elektro, na prefeitura, no INCRA, iam fazer pressão. Mas que também não era muita coisa não. Hoje em dia, ele nem vai mais. Pra quem tem vaca pra cuidar, não dá pra ficar saindo muito [...] Eu até pensei em passar pro lado dele, mas sem ser movimento não adianta muito, o INCRA não respeita (Assentado entrevistado, 2013).

Segundo Chicão:

Pro governo só está incluído no assentamento os grupos do MTR, MST e SER, que estão desde o acampamento. E no caso desse aí, que foi formado depois é como fosse um grupo menor do MTR. Mas se o Nino fala uma coisa, não significa que eles vão concordar com a ideia dele. Não que ele mande, mas se for uma decisão do grupo, onde reúne, conversa todo o pessoal e vota, aí chega numa decisão. Com eles é de outra forma, é por eles mesmo. Mas qualquer coisa, assim de papelada do governo é tudo pelo MTR (Assentado entrevistado, 2013).

É interessante perceber mais uma vez o peso existente de uma organização consistente, da bandeira de movimentos sociais, na luta por terra que há entre os acampados e assentados, assim como legitimada pelo INCRA. Conforme discutido no terceiro capítulo, a partir dos relatos e das análises a respeito dos *rachas* no tempo de acampamento, tendo por base estudos de outros autores, a categoria *sem-terra* considera que um movimento social seja mais adequado do que qualquer outro tipo de organização social no amparo e nas estratégias da luta pela terra, realizada por sujeitos sociais específicos. A utilização corriqueira da frase *pegar um movimento* por parte de acampados, portanto de *sem-terras*, passa a ser utilizada também por assentados, visto a importância de uma organização social já legitimada nas negociações políticas com o Estado. No caso aqui discutido, o grupo de Éder é considerado pelos próprios assentados como sendo um subgrupo do MTR, portanto com pouca expressão sócio-política, o que faz com que a adesão dos assentados a esse quarto *racha* tenha sido reduzida não somente pelo motivo causador do *racha* não abranger todos os assentados, mas principalmente devido a falta de expressão sócio-política assumida pelo grupo de Éder frente às instituições externas e relevantes à dinâmica do assentamento Pendengo, no caso, o INCRA e também a Elektro.

Para os integrantes do grupo de Éder, Nino, na posição de coordenador, foi negligente com um problema real que atinge metade de seu grupo. Sendo essa atitude, ou falta de atitude como o depoimento diz, o motivo que os levou a criarem um novo grupo. Neide, uma das integrantes do grupo liderado por Éder diz:

Nós criamos o grupo porque o Nino não tava fazendo nada pra pressionar a Elektro, pra ter energia para o seu próprio grupo e como o Éder levantou essa luta, aí nós juntamos com ele. Ficar sem energia depois de assentado é ruim demais, pra quem tá acampado desde o começo já são nove anos sem luz, sem carne fresca. É difícil (Neide, assentada entrevistada, 2013).

De acordo com esse depoimento, é possível pensar essa relação de poder do grupo de Éder com o MTR, da mesma forma que os outros *rachas* ocorridos na trajetória da Pendengo, ou seja, a partir de uma antinomia de poder, onde o *racha* realizado pelo grupo de Éder representa não somente o interesse em adquirir o fornecimento de energia elétrica, mas o de conquistar esse direito através de sua própria representação sócio-política. Através da criação de uma hegemonia alternativa ao MTR, compondo o quadro de grupos sócio-políticos do assentamento Pendengo.¹⁴⁶ Assim, a análise do quarto *racha* é aqui tomada como sendo uma disputa pela conquista de direitos e de legitimação social de atuação, colaborando com a ideia de complexidade nas relações estabelecidas em um único espaço social aqui defendida, à luz do conceito de “conflito social” de Simmel (1983).

¹⁴⁶ Não foi possível entrevistar Éder ao decorrer da pesquisa de campo. Conforme informado na introdução, só tive acesso a algumas informações de forma mais clara na segunda etapa da pesquisa de campo, sendo o caso da formação do grupo de Éder um exemplo disso. Ao procura-lo não obtive sucesso, estando seu lote aparentemente vazio todos os momentos que tentei visitá-lo. As informações aqui relatadas a respeito da formação desse grupo foram concedidas por assentados pertencentes e não pertencentes ao grupo de Éder, entrevistados ao decorrer da pesquisa.

O conceito de conflito social de Simmel (1983) cabe mais uma vez aqui, visto que como forma de interação, o conflito produz ou modifica grupos de interesses. Segundo o autor, podemos ver o conflito social de diversas formas, entre elas como espaço onde dois pólos diferenciados se encontram no mesmo nível, proporcionando o reconhecimento do oposto, em conjunto com uma modificação nas relações entre ambos, que pode vir a ser a de superação das desigualdades entre esses opostos. Porém, como força dinâmica, Simmel defende que o conflito seja a negação de qualquer tipo de unidade e que o resultado de união ou de desunião que o conflito possa vir a gerar, sejam interpretados como momentos em que as partes não são vistas como semelhantes.

No caso do quarto *racha* ocorrido na trajetória do assentamento Pendengo, o grupo de Éder se considera como sendo semelhante aos outros três grupos sócio-políticos do assentamento, mesmo que seu embate seja diretamente com o MTR. Porém, mesmo que o grupo de Éder assuma o mesmo nível simbólico que os outros grupos sócio-políticos a partir de seu desentendimento/insatisfação com o grupo do MTR, a ponto de não reconhecer suas normas e decisões, o pouco reconhecimento que o último dá ao primeiro, faz desse conflito uma “sociação” diferente das ocorridas no período de acampamento.

O que convém afirmar aqui, a partir da leitura de Simmel (1983), é que independente do pouco reconhecimento pela maioria dos assentados na fazenda Pendengo e até mesmo do INCRA perante o grupo de Éder, o conflito entre o grupo de Éder e o MTR existe, visto o interesse do primeiro se desvincular do segundo, buscando o reconhecimento das autoridades estatais como grupo atuante no assentamento, o que (re)-cria as formas sociais desse espaço, ao mesmo tempo que as mantém sob determinadas condições, no caso o não fim da socialização que há entre os integrantes do grupo de Éder e todos os outros assentados da fazenda Pendengo, sejam eles integrantes do MTR ou não, compondo a unidade simmeliana neste caso chamada de assentamento Pendengo. Segundo o autor, “[...] provavelmente não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. [...] uma união ‘pura’ não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983; p.124).

Vale dizer, que a busca por legitimação do INCRA e assim a significação social emplacada pelo grupo de Éder é a mesma que as famílias ocupantes dos lotes realizam. A diferença está na falta de uma representação do coletivo no caso dos ocupantes, que não criaram um grupo visando fortalecer seu objetivo para então poderem apresentar de forma explícita mais um palco de conflito social dentro do assentamento Pendengo. Ao lutar pelo direito à energia elétrica, o grupo de Éder e os ocupantes buscam proporcionar facilidades aos seus cotidianos, sem contar a possibilidade da formação de uma nova associação, seja de produção de leite ou não, que o fornecimento de energia elétrica proporciona a uma unidade de agrupamento.¹⁴⁷

Ao criar um novo grupo, as famílias lideradas por Éder passam a se posicionar não somente contra o MTR, ou o Nino especificamente, mas principalmente como um grupo que busca espaço para existir dentro do assentamento Pendengo em nível de coexistência sócio-política com os outros grupos, apresentando então mais uma configuração para esse espaço social. Contudo, o que vale destacar aqui é a relação de assimetria de poder, da qual a hierarquia do MTR é a mesma do MST e do SINTRAF/SER, ou seja, ela surge a partir da

¹⁴⁷ A maioria dos integrantes do grupo de Éder são produtores de leite, inclusive o próprio Éder. Esses assentados-produtores participam das duas associações atuantes no espaço do assentamento sorteado para a habitação dos assentados pelo MTR. Vale dizer que a formação de uma associação de leite pelo grupo de Éder não foi relatada por nenhum dos integrantes desse grupo como objetivo do próprio.

legitimação estatal de que esses três são os únicos grupos sócio-políticos reconhecidos pelo INCRA como atuantes no assentamento Pendengo. Reconhecimento esse, que se deve a existência desses grupos como atuantes no período de acampamento, portando os grupos que dialogaram com o INCRA a emissão de posse da fazenda Pendengo. É esse fator histórico, o critério utilizado para legitimar a hierarquia de poder atribuída ao MTR, ao MST e ao SINTRAF/SER e do qual o grupo de Éder está desprovido, mesmo que seus integrantes tenham o mesmo “*tempo de acampamento*” que os outros assentados.

A simples existência de mais um grupo sócio-político atuando no assentamento, independente de ser legitimado ou não, e independente de ter o amplo conhecimento e reconhecimento dentro do assentamento, é algo que compõe a dinâmica do assentamento, assim como outras diversas questões apresentadas ao decorrer desse capítulo, em um nível de diversidade de relações que constroem constantes figurações. A existência da relação entre o grupo de Éder e o MTR e assim da relação autoritária de Nino para com Éder, em que o coordenador do MTR entrava os interesses desse novo grupo, vem a servir como mais um exemplo que confirma a diversidade de figurações existentes na trajetória do assentamento Pendengo, até então. O que pode ser dito, ao se estudar esse espaço social específico é que são os equilíbrios e os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos, coesos ou não, o que sustenta as diversas dinâmicas que ocorrem. Os diversos grupos atuantes, ou seja, as unidades formadas por interesses políticos, econômicos, pelo trabalho realizado, pela forma de ocupação, pelo desprovimento de alguns recursos, constituem a partir das igualdades e contrariedades um único grupo heterogêneo: o grupo de assentados da fazenda Pendengo.

Segundo Martins (2003), a falta de homogeneidade nos assentamentos rurais está relacionada ao fato da luta realizada pela categoria *sem-terra* não ser uma luta pela terra, mas sim contra a desagregação das relações sociais tradicionais, o que faz com que exista uma diversidade de lutas, sujeitos e interesses mediados pela expectativa da reforma agrária. O autor acredita que a heterogeneidade existente nos assentamentos é fruto da procura e da construção desses espaços sociais por parte de “um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas” (MARTINS, 2003; p.17). Afirmação perigosa de ser feita se tomada como única ao se pensar o assentado. Primeiro pela estigmatização que é implicada a esse sujeito social que passaria a ser visto somente como um miserável que não encontra espaço no crescente custo da reprodução social e busca sua sobrevivência a partir da adoção de uma luta específica. Segundo pela falta de atenção aos casos de sujeitos e famílias que procuram a luta pela terra visando a realização de um sonho, tal como o caso de Luciana, que mesmo enfrentando todas as dificuldades para se assentar, ainda luta para realizar seu desejo de trabalhar na terra, de ter seu lote legalizado e de continuar a produzir nele.

No terceiro capítulo, ao analisar a dinâmica social do acampamento, pautada principalmente pelo surgimento dos *rachas* reconfigurando esse espaço social, teve-se a intenção de discutir a diversidade de relações construídas nesse espaço, preenchido por interesses, lutas e trajetórias de vida, das quais a migração urbano-rural como alternativa de sobrevivência esteve presente. Essa diversidade de atividades, portanto identidades, também estão presentes na dinâmica social do assentamento. Contudo, o que se tentou demonstrar aqui é que muitas famílias inserem-se em movimento sociais, participando e construindo acampamentos e assentamentos de reforma agrária e, portanto, fazendo a luta por terra na intenção de realizarem sonhos com a conquista de um lote de terra e do reconhecimento moral e jurídico por parte da sociedade. Sabe-se que o assentamento não é a etapa final da luta pela terra, visto a quantidade de dificuldades que esses sujeitos enfrentam ao buscar uma condição

digna de vida e de trabalho, mas descartar a possibilidade da conquista do lote de terra como de interesse primordial de alguns dos sujeitos envolvidos na luta pela terra é fechar os olhos perante a diversidade da realidade, perante a diversidade de significações tanto da luta pela terra, como da reforma agrária.

A diversidade de produção, a diversidade de relação com o mercado, de relação com as políticas públicas, de relação com a cidade e como focamos aqui, a diversidade de relações dentro do mesmo espaço social em que vivem, fazem da dinâmica de vida dos assentados da Pendengo algo extremamente complexo. O que se tentou mostrar nesse capítulo foi que a atividade de se pensar um assentamento leva o pesquisador a ter noção de que são diversos os pilares que ajudam a construir esse espaço social, mesmo que nem todas as especificidades sejam abordadas com a mesma intensidade analítica. Ao se pensar a dinâmica de um assentamento rural deve-se reforçar a ideia de que é o sujeito, através de suas interações com seus semelhantes, com a sociedade e com o meio que se encontra, o que constrói e desconstrói seu espaço social. Apresentar e compreender o assentado, o agricultor familiar e o camponês dentro da dinâmica das sociedades contemporâneas levam o pesquisador a ter noção de que não há uma única forma de vida desse sujeito que possa ser utilizada como parâmetro de análise, muito pelo contrário. A partir do momento em que a diversidade e a complexidade de formas de vida se apresentam como realidade, diversas são as categorias que podem ser utilizadas para que o pesquisador apresente a sua leitura da dinâmica de uma unidade contraditória, tal qual o assentamento Pendengo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer o cotidiano do assentamento Pendengo, nas idas a campo, procurei estar atento às falas e as práticas sociais dos homens e mulheres que lá vivem, trabalham e se relacionam. Ao registrar seus discursos, a partir da relação com minhas referências teóricas, relatando, reconstruindo e analisando as significações vivenciadas pelos assentados em diferentes etapas da luta por terra, direitos e reconhecimento, a presente dissertação teve como intuito demonstrar a diversidade de relações construídas por esses sujeitos ao decorrer de toda a trajetória do assentamento Pendengo até então percorrida. Diante da análise do conjunto diversificado de discursos e práticas sociais, realizadas tanto no período de acampamento, como no de assentamento, foi possível desconstruir a imagem de que um assentamento, como um resultado da luta por terra, seja um espaço social constituído somente de forma homogênea. Mas sim como resultado das diversas interações que passa a construir, isto é, do constante diálogo de imposições, subordinações e reivindicações; de idealizações, resistências e conflitos existentes em um espaço social. Assim, contra as formas e modelos organizacionais e estatais engessados, surge a diversidade de projetos e interesses coletivos e individuais, isto é, à homogeneização das práticas sociais surge a afirmação de convivência entre indivíduos e interesses diferentes.

O que tentei demonstrar ao longo do texto, é que os acampados e os assentados, isto é, os responsáveis diretos pela luta por terra no Brasil, podem ser vistos como síntese de fatores externos - tal como a expressão contrária a situação econômica, política e social a que esses sujeitos se encontram -, com elementos subjetivos ligados à vontade, às visões de mundo e as experiências e saberes práticos, sejam eles políticos ou não que cada um possui. É dessa síntese entre condição sócio-histórica e interesses particulares que surge o *sem-terra* e o assentado. Sujeitos esses, constantemente em construção a partir das relações criadas, reproduzidas e recriadas nos espaços que vivem, trabalham e reivindicam. Para Fernandes (1996), pautando-se em estudos de psicologia social, é impossível se explicar uma evolução social sem se considerar os diversos processos de aprendizagem que ocorrem ao decorrer das estruturas normativas de uma organização, fazendo com que novas relações surjam a partir dos interesses objetivos e subjetivos dos sujeitos envolvidos na luta pela terra. Contudo, o que o presente trabalho demonstrou é que além das estruturas normativas de uma organização - de um *movimento* -, as interações construídas e desconstruídas entre os acampados e assentados que estão inseridos nesses espaços, tem tanta ou até mesmo maior intensidade em configurar a luta pela terra. São as interações interdependentes, funcionais e não estritamente intencionais (ELIAS, 1997; 2000; 2001) que ocorrem entre os indivíduos de um determinado espaço e desses indivíduos para com a sociedade, o que configura constantemente esses espaços.

Assim, acredito que a luta pela terra não seja somente a luta de indivíduos e famílias sob a bandeira de determinado *movimento*, ou sob as atitudes de determinadas pessoas, tal como os coordenadores e as lideranças dos acampamentos e assentamentos, mas sim como uma luta feita principalmente por homens e mulheres que possuem interesses e atividades particulares, ao mesmo tempo que compartilham interesses, atividades e, portanto identidades coletivas, reconstruindo constantemente seus espaços sociais a partir dos conflitos gerados por essas interações, reforçando a ideia da existência de variações na forma de se demandar terra no Brasil. Ou seja, a matéria necessária para a construção de um acampamento e de um assentamento de reforma agrária se encontra principalmente sob a esfera da interação entre os indivíduos que constituem esses espaços, ou como defende Loera, as pessoas “ao se

instalarem debaixo da *lona preta*, não decidem fazer parte de um *movimento*, mas sim de um acampamento” (2009; p.240).

Contudo, não se pode descartar as práticas e os discursos externos a esses espaços, contudo em constante diálogo com os próprios. Os órgãos estatais, tal como o INCRA, o ITESP, as prefeituras e os políticos municipais, estaduais e federais são sujeitos sociais externos aos acampamentos e assentamentos, mas de enorme importância para o desenvolvimento do processo sócio-histórico da luta por terra. Sem suas intervenções, de maneiras diferenciadas, não se é possível legalizar os assentamentos, assim como não é possível realizar determinadas políticas públicas e, portanto, não é possível efetivar a luta pela terra. Mesmo reconhecendo a importância dos discursos e das práticas de sujeitos externos aos espaços dos acampamentos e dos assentamentos de reforma agrária como atores ativos das configurações desses espaços, o presente trabalho se voltou para as atividades e relações construídas pelos acampados e pelos assentados, indo de encontro com a noção de que os homens constroem suas próprias histórias através da criação dos meios de sua existência social, reproduzindo-a ou transformando-a a partir das condições específicas a que se encontram.

Ao se deparar com uma questão social atual, é preciso perceber o movimento constante dado pelas relações recíprocas entre os indivíduos envolvidos. Dessa forma, a percepção sociológica deve aumentar seu alcance, considerando os vínculos existentes para além de seu foco. Um tema presente é produto de um processo contínuo, portanto existe um passado a ser considerado, do qual sua reconstrução histórica implica uma problematização do processo a que está inserido. É nessa toada que antes de apresentar as interações coesas e conflitivas tanto do período de acampamento, como do período de assentamento da fazenda Pendengo, a presente dissertação se concentrou em realizar um sucinto resgate histórico da conjuntura de lutas por terra do estado de São Paulo, dialogando com o contexto nacional na intenção de contextualizar as transições, as rupturas e as continuidades existentes nesse processo sócio-histórico. Através desse resgate foi possível perceber a diversidade de identidades assumidas e formas estabelecidas como adequadas para se reivindicar terra no Brasil a partir da década de 1950. Além disso, essa parte da dissertação serve para situar o leitor do contexto específico da luta pela desapropriação da fazenda Pendengo, iniciado na década de 1980 e finalizado somente em 2009, após diversas reestruturações dos sujeitos demandantes dessa fazenda ao longo do tempo, reforçando a ideia de que a luta pela terra pode ser vista como um processo sócio-histórico.

Ao iniciar a discussão a respeito da trajetória de reivindicação pela desapropriação da fazenda Pendengo para fins de reforma agrária e, portanto, das relações estabelecidas pelos acampados ao longo de todo o período transitório do acampamento reiniciado em 2003, a dissertação apresentou uma leitura sociológica dessa etapa específica, relacionando os seus principais agentes construtores com o meio e as regras que encontravam, passando a construir um espaço de novas sociabilidades do qual seus integrantes criam “uma teia de relações que serve como suporte para a construção de uma identidade social e política comuns” (SCHMITT, 1992; p.643). Todavia o “*tempo de acampamento*”, esse período transitório e fundamental para a conquista do assentamento, mostra-se como sendo um tempo/espaço de constantes conflitos coexistindo com o interesse coletivo de se conquistar um lote de terra.

Dessa forma, a identidade política e social do *sem-terra* passa a ser construída através dos discursos e das práticas dos diversos sujeitos envolvidos nessa etapa da luta pela terra, em que os órgãos estatais, as organizações representativas e as visões de mundo dos

acampados passam a ter seus discursos mesclados, compondo as identidades dos acampados a partir de seus interesses e dos adversários que se configuram em suas trajetórias de luta.

Conforme visto ao longo da dissertação, a legitimação estatal da “forma acampamento” (SIGAUD, 2000) como maneira “adequada” de se demandar terra e reforma agrária no Brasil a partir da década de 1990, fez com que aumentassem a quantidade de acampamentos mediados por diversas organizações sociais de trabalhadores rurais ao longo do território nacional. Porém, a implementação/expansão dessa “forma” não ocorreu de maneira estática e sim cambiante, devido a vasta extensão do território nacional, das modificações conjunturais e principalmente devido a heterogeneidade dos sujeitos que demandam terra no país, construindo esse processo específico e assim as conjunturas que o tempo histórico nos apresenta. Ao atribuir aos acampamentos uma nova linguagem social da luta pela terra, compreendida por proprietários de terra, trabalhadores rurais, *movimentos* e representantes dos órgãos estatais, Sigaud (2000) passa a demonstrar que os acampamentos possam ser vistos como uma confluência de práticas e discursos, que constroem esse espaço social ao decorrer das interações criadas, recriadas e reproduzidas pelos acampados.

A partir dos conflitos ocorridos ao longo de todo o período de acampamento, resultando nos *rachas* que configuraram não somente o acampamento, mas também ajudaram a configurar o assentamento Pendengo conforme vimos, foi possível perceber a existência de variações na maneira de se demandar terra, colaborando com a ideia de variações da “forma acampamento” apresentada por Loera (2009) e da qual se abre um vasto campo de estudos, visto a grande quantidade de acampamentos reivindicando a desapropriação de propriedades para fins de reforma agrária em território nacional.

As diversas interações construídas ao longo do período de acampamento, consolidadas a partir da coexistência de dois movimentos sociais e um sindicato, marcaram presença na formação do assentamento, dando um corpo sócio-político ternário ao assentamento, visto que as formas de organizar o acampamento a partir da representação de Nino, Baixim e Neguinho se estabeleceram como unidades de agrupamento iniciais do assentamento Pendengo. Dessa forma, a diversidade de configurações criadas a partir das relações entre os acampados e dos acampados com a sociedade, foi de fundamental importância para a formação do assentamento.

Ao se pensar nos *rachas* aqui analisados, a presente dissertação teve a intenção de demonstrar, além da diversidade de interações possíveis em um mesmo espaço social, os diversos sentidos que esse termo pode vir a assumir. Os diversos depoimentos dos assentados remetem a diferentes momentos, portanto diferentes acontecimentos que fazem parte da construção do assentamento Pendengo. Isto é, o contexto da situação faz com que determinado acontecimento, historicamente constituído, possua um significado particular. Ao apresentar as análises de Caume (2002) e Turatti (2005) a respeito dos *rachas* que cada um observou em suas pesquisas, foi possível demonstrar que essa categoria nativa possui diferentes significados dentro do mundo de luta por terra, estando eles relacionados a um tempo, a um espaço e a sujeitos específicos, o que faz com que variações de significados estejam presentes ao se analisar esse termo.

Passado todo o processo de reivindicação pela posse da terra, vimos que o assentamento Pendengo, apresentou e continua apresentando diversas tensões e coesões devido as sociabilidades criadas por seus integrantes, que reproduzem e criticam as condutas normativas provindas tanto das lideranças de cada grupo sócio-político instituído, como dos órgãos estatais. As diversas interações existentes nesse “local de vida e trabalho” (WANDERLEY, 2000) possibilitam novos consensos, novos conflitos e novos grupos, tais

como as configurações produtores/não-produtores de leite, assentados/ocupantes e assentados com energia/assentados sem energia elétrica demonstra. As atividades desenvolvidas e as visões de mundo dos assentados possibilitam, em conjunto com a realidade social que vivenciam e que vivenciaram ao decorrer de toda a etapa de reivindicação da terra, a constante configuração desse espaço social. Ao não pensar na existência de conflitos dentro dos assentamentos, o pesquisador passa a fechar os olhos perante a realidade social. Para Caume (2002), ao analisar diversos discursos atuantes na dinâmica de assentamentos de reforma agrária, tanto o pesquisador, como o próprio assentado devem ter claro para si que à idealização desse espaço de vida e trabalho, legalizado estatalmente, contrapõe-se a dinâmica de tensões e conflitos entre os sujeitos que o constroem.

Com a análise feita especificamente a respeito das configurações do assentamento Pendengo, a dissertação passou a dialogar mais diretamente com essa ideia de Caume (2002), proporcionando, mesmo que preliminarmente, a descrição processual das dinâmicas narradas pelos assentados e presenciadas ao longo de minhas viagens de campo. Com foco principalmente nas atividades realizadas pelos assentados, responsáveis pela diversidade de relações construídas nesse espaço social, foi possível perceber algumas configurações e reconfigurações que foram se constituindo desde a data inicial do assentamento com a emissão de posse da fazenda Pendengo em Agosto de 2009, até a coexistência entre as várias associações comercializadoras de leite da atualidade.

Como uma unidade contraditória, na qual os conflitos que nivelam simbolicamente os opostos ocorrem por ser uma das maneiras mais vívidas dos homens se relacionarem (SIMMEL, 1983), o assentamento Pendengo mostra-se como um espaço em constante construção, um espaço produzido cotidianamente, do qual as configurações que apresenta se consolidam a partir dos interesses dos assentados e das etapas específicas a que esses sujeitos passam ao decorrer de suas vidas, compondo a trajetória desse espaço social a partir das experiências de vida de cada indivíduo, entre elas as dificuldades enfrentadas durante todo o período do acampamento.

As relações e divisões, que denominamos como sendo sócio-políticas e sócio-econômicas, vivenciadas/construídas pelos assentados da Pendengo ao decorrer de todo o processo de luta pela terra aqui analisadas, colaboram com a diversidade de configurações possíveis de surgirem em um mesmo espaço social, onde tensões e conflitos ocasionados pelas discórdias entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo coexistem com as relações coesas e harmoniosas vivenciadas pelos mesmos sujeitos e nos mesmos espaços, exemplificando a movimentação entre indivíduos envolvidos na luta pela terra, carregados de interesses particulares e coletivos, experiências acumuladas, redes de relações e condutas normativas em constante interação, como sendo a engrenagem da luta por terra no Brasil. Para tanto os conceitos de figuração teorizado por Elias (1990; 1997; 2000) e o de conflito social de Simmel (1983), foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa. Através deles foi possível analisar a constituição de grupos ou associações sociais, não somente relatando suas trajetórias históricas, mas somado a isso as relações estabelecidas entre os indivíduos responsáveis pela formação de determinados grupos, com base nas condutas que são construídas ao decorrer do processo de formação das unidades e que estão aptas a qualquer tipo de modificação, possuindo uma dinâmica própria. Como ferramenta de análise, ambos os conceitos me permitiram uma visão diacrônica tanto do processo sócio-histórico de luta por terra, como da produção de um assentamento de reforma agrária, que foram enriquecidos com outros conceitos e noções discutidas ao decorrer da pesquisa.

Dessa forma, a pretensão da presente dissertação ao analisar diversas figurações existentes ao decorrer de toda trajetória de construção do assentamento Pendengo até então, foi de colaborar com a ideia de Quirós (2006), realçada por Loera (2006; 2009), de que são as pessoas, homens e mulheres, em constante movimentação os responsáveis em realizar a luta por terra. Assim, essa dissertação conclui que as dinâmicas sociais de luta pela terra, compostas por diversas interações, são feitas em primeiro lugar pelas famílias que acampam e/ou que se encontram assentadas e que justamente a diversidade de sujeitos construindo esse processo sócio-histórico fazem com que as dimensões relacionais sejam as mais diversificadas, a ponto de se mostrarem contraditórias na construção de uma unidade tal como um acampamento ou um assentamento e, portanto, complexas. Além disso, ao apresentar uma leitura das relações sociais como construtoras de uma unidade, o presente trabalho teve a intenção de elucidar algumas das dinâmicas de vida em acampamentos e assentamentos de reforma agrária, exemplificando através de um único caso empírico a diversidade de sujeitos, interesses e interações possíveis de coexistirem nesses espaços de vida, luta e trabalho, visando assim colaborar contra as noções de estigmatização desses espaços e dos indivíduos que constroem esse processo sócio-histórico conhecido como luta por terra.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. São Paulo, Edusp, 2007.
- ALCÂNTARA, J. J. George Simmel e o conflito social. *Caderno Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 2, n. 3 jan/jul, 2005.
- ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- BERGAMASCO, S. Ontem e hoje. A difícil realidade dos assentamentos rurais. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Campinas, v. 22, set/dez, 1992.
- _____. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, número 31, 1997.
- _____; NORDER, L. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In MEDEIROS, L. S; LEITE, S. (orgs). *A formação dos assentamento rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porta Alegre/Rio de Janeiro, Editora da Universidade, 1999.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- _____. Da regra às estratégias. In *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.
- _____. *Razões Práticas*. Campinas, Papirus, 2005.
- _____. A ilusão biográfica In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Editora 34, 2003.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e política. In: COSTA, L. F. C; BRUNO, R; MOREIRA, J (orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- _____. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F; FLEXOR, G; SANTOS, R (orgs.). *Mundo rural brasileiro: Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Edur, 2008.
- CARTER, M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Democracia no Brasil. *Revista de Geografia Agrária*, São Paulo, n. 4, p. 124 -164, 2006.
- CAUME, D. J. *A tessitura do “assentamento de reforma agrária”*. Discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Tese de doutorado, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- COMERFORD, J. *Fazendo a luta*. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1992.
- CURADO, F. F. *Ocupação e assentamento na fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás*. Dissertação de mestrado, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1990. (vol. I).
- _____. *Os Alemães*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1997.
- _____. *Os Estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2000.
- _____. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, J. Zahar. 2001.
- _____. *Escritos e Ensaio. Estado, processo, opinião pública*. NEIBURG, F; WAIZBORT, L. (orgs). Rio de Janeiro, J. Zahar, 2006. (vol. I).

ESTERCI, N; MEDEIROS, L. S. de; FRANCO, M; LEITE, S. Assentamentos Rurais: um convite ao debate, *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, Campinas, v. 22, set/dez, 1992.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n° 62, 2006.

FELICIANO, C. A. *Território em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapenema*. Tese de doutorado, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2000.

FERNANDES, M. E. *Reforma Agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera*. Tese de doutorado, ECA, Universidade de São Paulo. 1985.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Edições Vértice, 1988.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 3° edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSBAWM, E. Os Intelectuais e a luta de classes. In: _____. *Revolucionários*. Ensaio Contemporâneo. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

HONNETH, A. Desrespeito e resistência: A lógica moral dos conflitos sociais. In: _____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

IANNI, O. *A luta pela terra*. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

KOFES, S. Itinerário, em busca de uma trajetória. In: _____. *Uma trajetória, em Narrativa*. Campinas, Mercado de Letras, 2001.

LEITE, S et all. *Impacto dos assentamentos*. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, Editora Unesp, NEAD, 2004.

LERRER, D. F. O MST e as promessas da modernidade. In COSTA, L.F; MOREIRA, R (orgs) *Globalismos, Localismos e Identidades Sociais*. Coleção CPDA textos, DDAS, 2007.

_____. *A trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Tese de Doutorado. CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LOERA, N. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo, Editora Polis, 2006.

_____. *Tempo de acampamento*. Tese de Doutorado. IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, B.M; MEDEIROS, L.S e PAULILO, M.I (orgs). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. v. 2, São Paulo, NEAD, Ed. Unesp, 2009b.

_____. Compromissos, dívidas e dons entre acampados, assentados, movimentos e Estado. In: MENEZES, M; PIETRAFASA, G. E. (orgs) *Dinâmicas identitárias e territoriais*. São Paulo, Ana Blumme, 2010.

LOWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. 5ed, São Paulo, Editora Cortez, 1994.

_____. *Ideologia e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. São Paulo, Cortez, 2003.

L'ESTOILE, B; SIGAUD, L. (orgs). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MACEDO, E. M. “Zé Pureza”. Etnografia de um acampamento no norte fluminense. Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. MST, políticos locais e sindicatos. Uma etnografia da representação dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro. *Ruris*, Campinas, v.3, n°1, 2009.

MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (org). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, Loyola, 1985.

_____. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos) In: _____. (org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1991.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

_____. *Reforma agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____; LEITE, S. (orgs). *A formação dos assentamento rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Editora da Universidade, 1999.

MELUCCI, A. In *A invenção do presente*. Petrópolis, Ed Vozes, 2001.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais. In *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro, Muad, 1999.

_____. Identidades Complexas no Conhecimento Científico sobre Comunidades Costeiras. In AMODEO, Nora B. P; ALIMONDA, Hector (Orgs). *Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento*. Viçosa, Editora UFV/CPDA, 2006.

_____; LIMA, E.N. Identidade social e natureza: tensões e saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: COSTA, L. F; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs). *Mundo rural brasileiro: Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Edur, 2008.

_____. Por uma abordagem complexa das identidades rurais na atualidade. In: 36º encontro anual da ANPOCS. GT 20, Metamorfoses do rural contemporâneo, 2012.

MOTTA, M. (org). *O dicionário da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

NETO, A. J. M. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno CHR*, v. 20, n. 50, Salvador, Maio/Agosto 2007.

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, contexto, 1991.

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo, Labor Edições, 2007.

_____; MARQUES, M. I. M. (orgs). *O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

ONDETTI, G; WANBERGUE, E; AFONSO, J. B. G. De posseiros a sem terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, M. (org). *Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agraria no Brasil*. São Paulo, Editora UNESP, NEAD, 2010.

PICCIN, M. B. Gramsci e as culturas subordinadas In *Revista Ideas*, v.4, n.1, 2010.

QUIRÓS, J. *Cruzando la Sarmiento: una etnografia sobre piqueteros em la trama social del sul del gran Buenos Aires*. Buenos Aires, Editora Buenos Aires, Série Etnográfica, Antropofagia, vol. 1, 2006.

RIBEIRO, M. *Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação. Princípios/fins da formação humana*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ROSA, M. *O Engenho dos movimentos: Reforma Agraria e Significação Social na Zona Canavieira de Pernambuco*. Tese de doutorado em sociologia IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco. *Tempo Social*, v. 21, n.1, 2009.

_____. *A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil*. In: FERNANDES, B.M; MEDEIROS, L.S e PAULILO, M.I (orgs). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. v.2, São Paulo, NEAD, Ed. Unesp, 2009.

_____. (org). *Greves, acampamentos e outras formas de mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais*. Rio de Janeiro, Rede de Estudos Rurais, 2010.

SAAVEDRA, G; SOBOTTKA, E. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.8, n.º.1, jan-abr, 2008.

SALLUM, B. Jr. Marxismo, sistema e ação transformadora. In: ALIAGA, L; AMORIM, H; MARCELINO, P. (orgs.) *Marxismo – Teoria, História e Política*. São Paulo, Alameda, 2011.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, 21, 1, jan-junho 2002.

SIGAUD, L. Presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento. In: CAMARGO, A; DINIZ, E. (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Vértice, 1989.

_____. A forma acampamento: notas a partir da versão Pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58, p. 73 a 98, 2000.

_____. A engrenagem das ocupações de terra. In FERNANDES, B.M; MEDEIROS, L. S e PAULILO, M.I (orgs). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. v.2, São Paulo, NEAD, Ed. Unesp, 2009.

_____; ROSA, M; MACEDO, M. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 51, número 1, jan 2008.

SILVA, L. H. *Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos do estado de São Paulo*. Tese de doutorado em ciências sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes, F. E. (org) *Simmel*. São Paulo, Ática, 1983.

SMIRCIC, S. C. *Com a cara e a coragem: uma etnografia de uma ocupação de terras*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

TARROW, S. *Poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos*. Petrópolis, Vozes, 2009.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. Introdução; Consciência de classe. In: _____. *A Formação da classe operária inglesa*. v. 1 e 3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TILLY, C. From interactions to outcomes in social movements. In: Giugni, M; McAdam, D; Tilly, C. (orgs.). *How social movements matter*. Minnaoplis, Universty of Minnesota Press, 1999.

TURATTI, M. C. M. *Os filhos da lona preta*. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo, Ed Alameda, 2005.

V. C. *Sujeição ao capital e coesão de classe*. In: _____. *Terra, trabalho e educação*. Experiências socioeducativas em assentamento do MST. Ijuí, Unijuí, 2000.

VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo organizado. In: BIANCO, B. F. (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.

WANDERLEY, M. N. *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In Una nueva ruralidad en America Latina? Norma Giarraca. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2001. (versão online).

WOOD, E. As origens agrárias do capitalismo. *Crítica Marxista*, Campinas (versão online). Artigo publicado originalmente em *Monthly Review*. v. 50, n. 3, jul/ago 1998.

Arquivos e documentos utilizados:

MDA – RODRIGUES, José Germano Batista. Identificação da Agricultura Familiar: Uma análise dos critérios da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAF no contexto brasileiro e internacional. MDA, Brasília, 2009.

Cadernos de conflitos no campo – CPT. Acessados em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/4?Itemid=23>

Norma de execução n 45, de 25 de Agosto de 2005. Procedimentos para a seleção de candidatos para o Programa Nacional de Reforma Agrária. Acessado em <http://www.incra.gov.br>

ANEXOS

I. TABELAS

Ocupações

Compilação de dados, a respeito das ocupações ocorridas nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, a partir das informações publicadas pelo site da CPT, entre os anos de 2003 a 2009.

Não consta informações a respeito da realização de ocupações em nenhuma das três cidades, aqui pesquisadas, no ano de 2008. Porém, é neste ano que ocorreu a terceira ocupação na fazenda Pendengo, segundo as informações concedidas pelos meus interlocutores. Ocupação essa, que foi realizada pelo MST junto do MTR, durante cerca de um mês e meio.

Tabela 3. Ocupações, 2003-2005

Ano	Subtotal de acampamentos do estado de S.P	Município	Data	Organização	Acampamento
2003	33	Andradina	01/06/2003	Não identificado	Faz. Arizona/ Acamp. União da Vitória III
		Andradina	05/12/2003	Não identificado	Área em Andradina, não identificada
2004	71	Andradina	02/04/2004	FAF/MST	Faz. Timboré
		Andradina	09/06/2004	MST	Faz. Timboré
		Andradina	10/07/2004	MST	Faz. Timboré
		Castilho	06/04/2004	Sintraf	Faz. Primavera
		Castilho	05/05/2004	MST/CUT/Sintraf	Faz. Santa Cruz
		Castilho	09/12/2004	MST	Faz. Itapura/ Acamp. Nova Conquista
		Castilho/Nova Independência	07/04/2004	MST	Faz. Ipe
2005	53	Andradina/Castilho	10/12/2005	MST	Faz. Arizona/ Acamp. União da Vitória III

Fonte: Relatório Cadernos Conflito no campo, CPT. Elaboração própria.

Tabela 4. Ocupações, 2006-2009.

Ano	Subtotal de acampamentos do estado de S.P	Município	Data	Organização	Acampamento
2006	71	Castilho	01/08/2006	SI	Faz. Santo Antonio
		Castilho	12/11/2006	MST	Faz. Cafeeira/ Acamp. Nova Canaã
2007	75	Castilho	11/04/2007	MST	Faz. Pendengo/ acamp. Che Guevara
		Castilho	01/06/2007	CUT/SER/Sintraf/STR	Faz. Santa Isabel
		Castilho	24/06/2007	CUT/SER/Sintraf	Faz. Cafeeira/ Acamp. Nova Canaã
		Castilho	08/11/2007	MST	Faz. Pendengo/ acamp. Che Guevara
		Castilho/Nova Independência	03/10/2007	Sintraf	Faz. Ipe
2008	49	Sem registro			
2009	87	Andradina	22/02/2009	CUT/MAST/MST/MLST/MTST/SER/Sintraf/STR	Fazenda não identificada
		Andradina	25/09/2009	MST	Faz. Timboré

Fonte: Relatório Cadernos Conflito no campo, CPT. Elaboração própria

Acampamentos

Compilação de dados, a respeito dos acampamentos montados nas cidades de Andradina, Castilho e Nova Independência, a partir das informações publicadas pelo site da CPT nos anos de 2003 a 2009. Não há registro a respeito da quantidade de acampamentos nas cidades de Andradina, Castilho ou Nova Independência, referentes aos anos de 2005, 2006 e 2009. E no ano de 2008, não se encontra, nessa fonte, nenhuma informação a respeito da quantidade de acampamento do estado de São Paulo todo.

Tabela 5. Acampamentos, 2003-2009.

Ano	Subtotal de acampamentos do estado de S.P	Data	Organização	Município	Acampamento	Famílias
2003	31	11/03/2003	MST	Nova Independência	Acamp. Santa Adélia	87
		22/03/2003	MST	Castilho	Acamp. Margarida	55
		25/03/2003	MST	Castilho	Acamp. Nova Conquista	120
		20/04/2003	MST	Castilho	Acamp. Nova Canaã / Faz. Cafeeira	86
2004	9	02/08/2004	SI	Castilho	Acamp. em frente a Faz. São Luiz	10
2005	5	Sem registro	-	-	-	-
2006	3	Sem registro	-	-	-	-
2007	6	08/02/2007	SI	Nova Independência	Acampamento as margens da SPV-10 / Faz. De Elizabeth Morimoto	Sem informação
2008	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
2009	6	Sem registro	-	-	-	-

Fonte: Relatório Cadernos Conflito no campo, CPT. Elaboração própria.

Áreas em conflito

Compilação de dados, a respeito da identificação das áreas em conflito nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência a partir das informações publicadas pelo site da CPT nos anos de 2006 a 2009. Não consta nenhuma informação a respeito da quantidade das áreas de conflito nos municípios de Andradina, Castilho ou Nova Independência, referente ao ano de 2008, assim como não há nenhuma informação estadual dos anos de 2003 a 2005.

Tabela 6. Áreas em conflito, 2006-2009

Ano	Subtotal de acampamentos do estado de S.P	Município	Organização	Acampamento	Famílias
2006	90	Andradina	MST	Faz. Timboré	200
		Andradina/Castilho	MST	Faz. Arizona/Acamp. União da Vitória III	53
		Castilho	MST	Faz. Cafeeira/ Acamp. Nova Canaã	700
		Castilho	SI	Faz. Santo Antonio	16
		Castilho	Não identificado	Faz. Pendengo	259
		Castilho	Não identificado	Faz. Santa Isabel	64
		Castilho/Nova Independência	Não Identificado	Faz. Ipe	61
2007	75	Andradina	MST	Faz. Timboré/ Acamp Josué de Castro	120
		Castilho	CUT/SER/Sintraf/STR	Faz. Santa Isabel	60
		Castilho	MST	Faz. Pendengo/ Acamp Che Guevara	200
		Castilho	CUT/SER/Sintraf	Faz. Cafeeira/ Acamp Nova Canaã	200
		Castilho/Nova Independência	Sintraf	Faz. Ipe	200
2008	45	-	Sem registro	-	-
2009	81	Andradina	MST	Faz. Timboré	24
		Andradina	Não identificado	Não identificado	Não identificado
		Andradina	Não identificado	Não identificado	Não identificado

Fonte: Relatório Cadernos Conflito no campo, CPT. Elaboração própria.

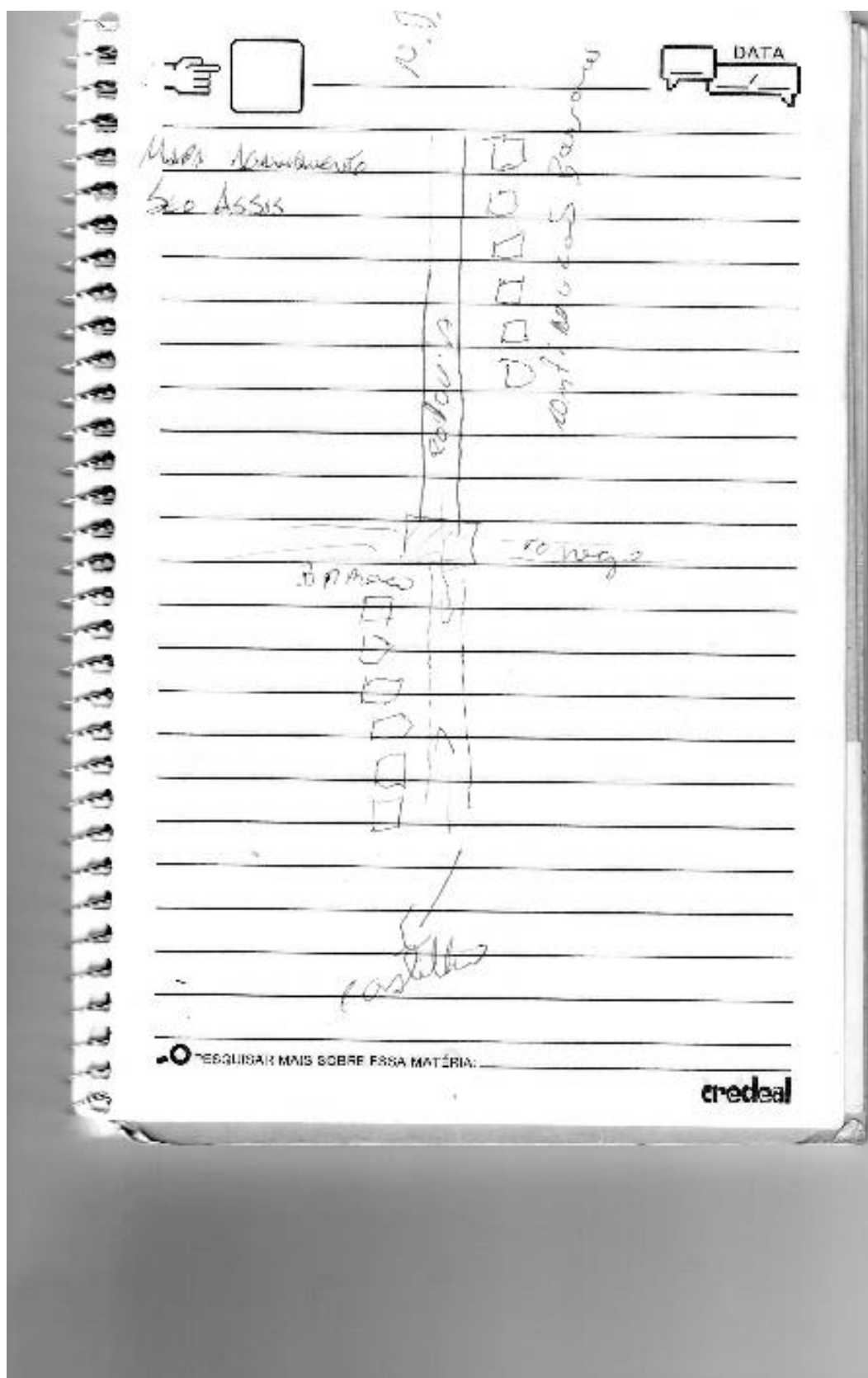
II. MAPAS

Mapa 5: dimensão territorial do assentamento Pedengo



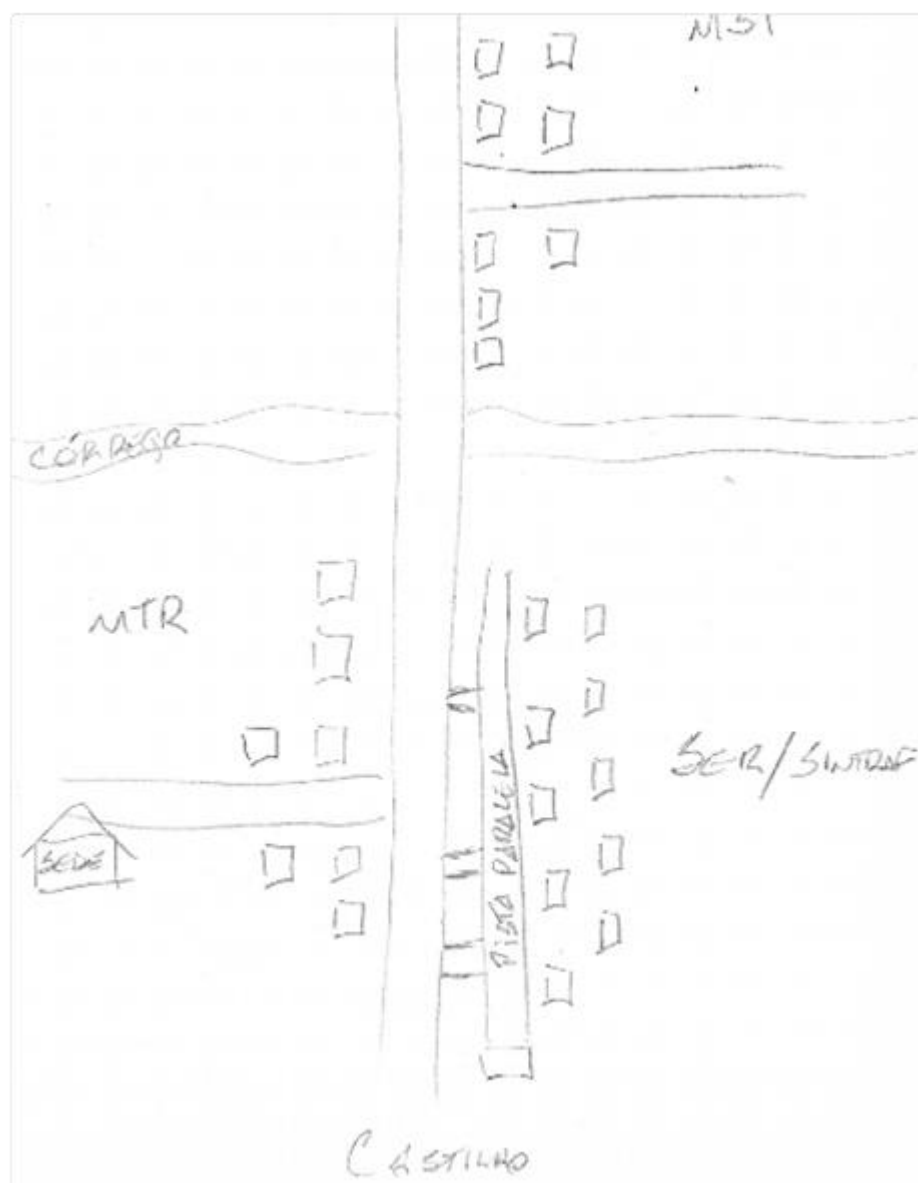
Fonte: Elaboração própria.

Mapa 6: O acampamento Pendengo, segundo o assentado Assis.



Fonte: mapa feito pelo assentado Assis, um dos coordenadores de grupo pelo MST.

Mapa 7: início da *fase dos 30%* do assentamento Pendengo, segundo Neguinho

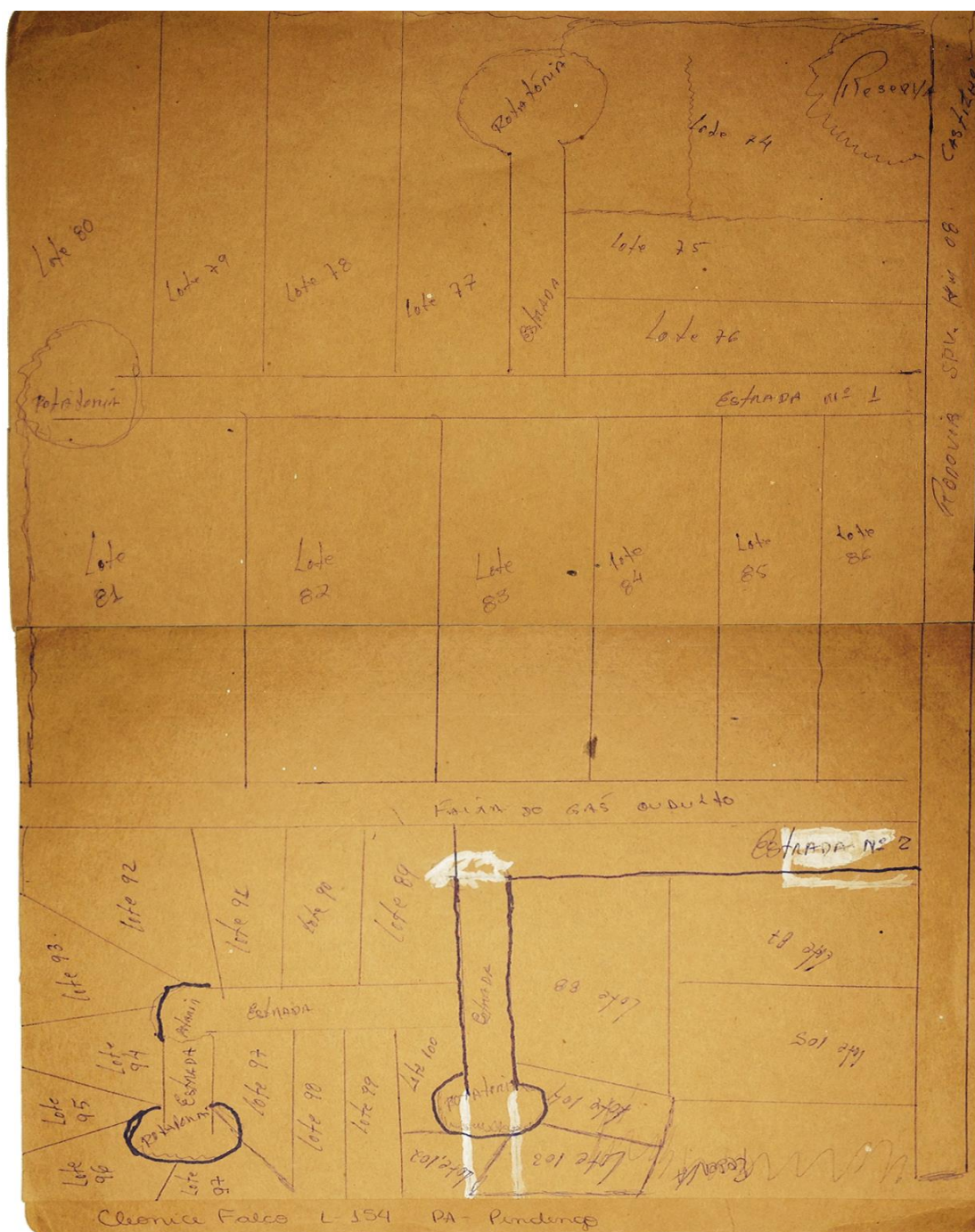


Fonte: Mapa feito pelo coordenador do assentamento pelo SINTRAF/SER, Neguinho.

[illegible]

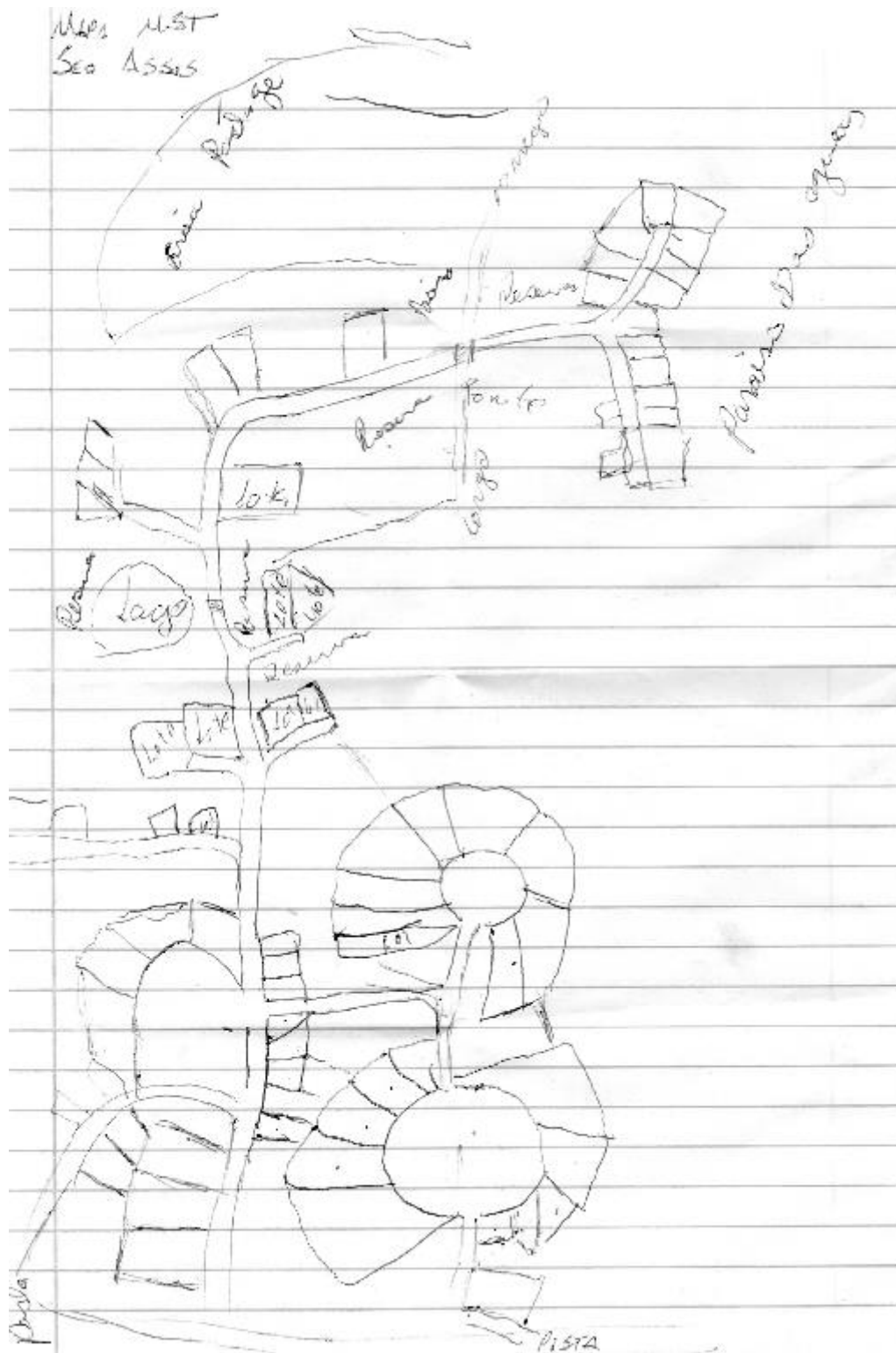
155

Mapa 9: Unidade de agrupamento do SINTRAF/SER. O grupo de Neguinho assentado na área do gaseoduto.



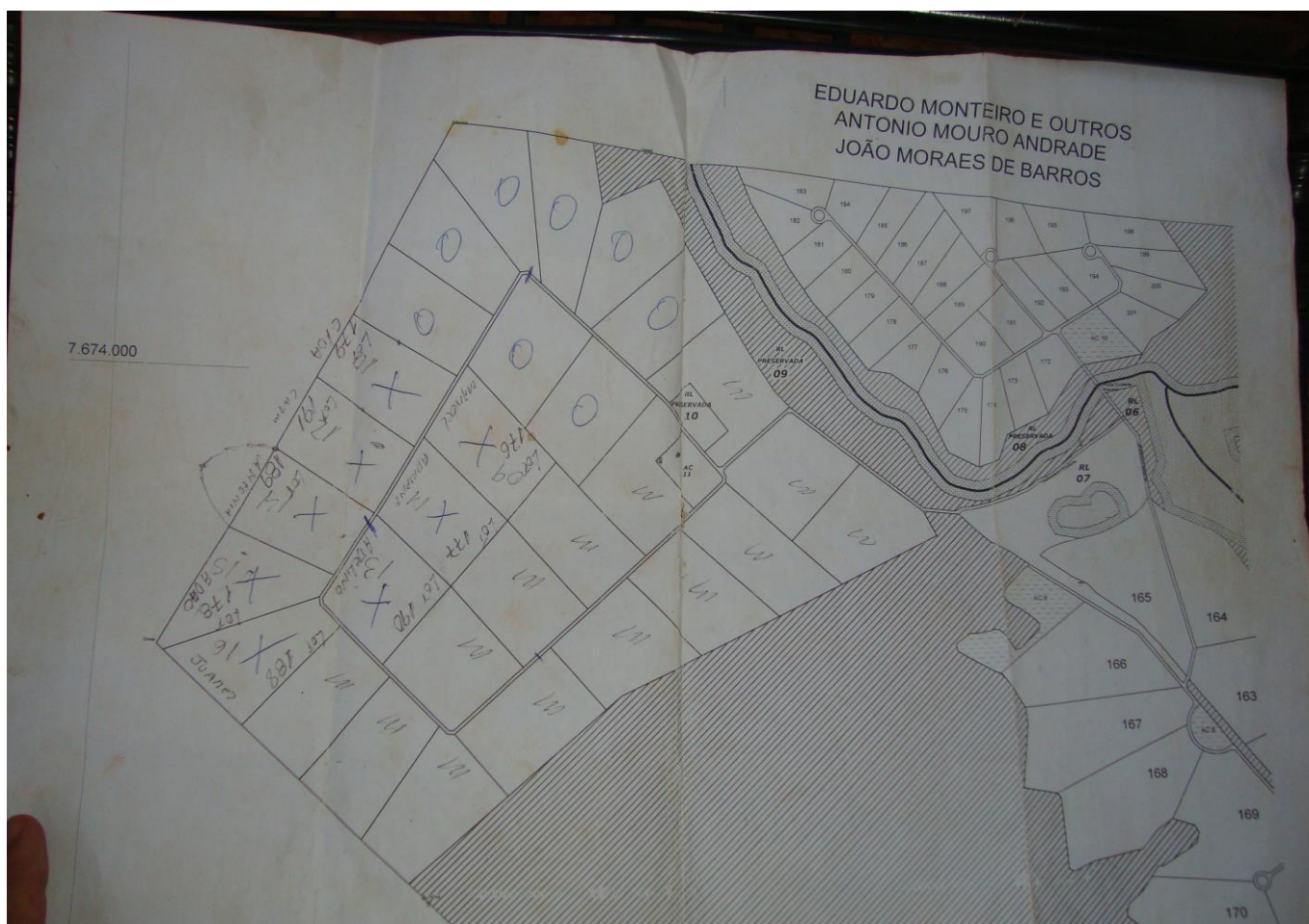
Fonte: mapa feito pelo coordenador geral pelo SINTRAF/SER, Neguinho.

Mapa 10: Unidade de agrupamento do MST. O grupo do MST assentado na área depois do rio.



Fonte: mapa feito pelo assentado Assis.

Mapa 11: Unidade de agrupamento do *Paraíso das Águas*.



Fonte: fotografia do mapa da área do *Paraíso das Águas*, emprestado por Neginho.

III. INTERLOCUTORES

Assis – 65 anos. Assentado sob o MST que participa da associação de produtores Rio Paraná. Natural do estado de Minas Gerais, mudou-se ainda criança para o estado de São Paulo, acompanhando com sua família a vida profissional de seu pai, que trabalhou na barragem de Ilha Solteira, S.P, de 1967 a 1970. Sua família mudou-se para Castilho em 1970, cidade na qual conhece sua esposa e inicia sua vida profissional. Trabalhou tocando roça em algumas fazendas da região, até arrumar trabalho fichado na cidade de São Paulo e até mesmo Rio de Janeiro, como pedreiro e segurança. Interessado em ter seu lote de terra, depois de ser demitido, procura uma vaga no acampamento Nova Canaã do MST, localizado na fazenda Cafeeira. Porém, fica sabendo pelos coordenadores de lá, que o sindicato abriria um acampamento na fazenda Pendengo. É um dos primeiros a acampar na fazenda Pendengo. Muda-se para o MST assim que esse *movimento* passa a coexistir com o Sindicato. Desenvolve a atividade de coordenador de grupo no assentamento, responsável por 12 famílias que compõem um dos quatros grupos de famílias assentadas pelo MST.

Beto – Assentado pelo MST e produtor de leite. Tem 48 anos e é original de Araçatuba. Diz ter participado de diversas *jornadas de luta* pelo MST no estado de São Paulo, tendo acampado duas vezes em cidades diferentes pelo MST. Soube da Pendengo em 2006 por informações de amigos. Ficava pouco no acampamento, passando a maior parte do tempo nas *jornadas do movimento*. Depois de assentado, parou de participar de mobilizações e se dedica exclusivamente as produções de leite e pepino que realiza em seu lote.

Chicão – 50 anos. Assentado pelo MTR. Trabalhou dentro da fazenda Pendengo, iniciando em 2007, logo depois da primeira ocupação realizada na fazenda, fato que segundo me disse, atrasou seu início dentro da fazenda. Vivenciou a segunda ocupação realizada em conjunto pelo MST e MTR, na área da sede, próximo das casas onde os funcionários residiam. Segundo ele, o MST é o movimento mais complicado de se conviver, pois “*tudo tem que ser do jeito deles.*” Trabalhou em fazendas, tocando gado desde jovem. Atividade essa, que realizava ao trabalhar dentro da fazenda Pendengo.

Clóvis – Assentado pelo MST. Montou sua barraca no acampamento em 2006, chegou a morar no acampamento por seis meses, mas voltou para Castilho, mantendo sua esposa e filhos no acampamento. É original de Três Lagoas, MS e mudou-se para Castilho em 2004. Trabalhou como pedreiro e realiza *bicos* com construção tanto na cidade de Castilho como dentro do assentamento Pendengo.

Décio – Assentado sob o SER/SINTRAF é produtor de leite participando da Associação José de Alencar. Tem 50 anos. Nasceu em Caetité na Bahia e mudou-se ainda criança para junto de seu avô, que foi um dos posseiros da fazenda Primavera. Não participou das reivindicações ocorridas no fim da década de 70 na fazenda Primavera por ser criança. Passou a acampar na Pendengo em 2008 pelo MST e mudou de grupo assim que houve o terceiro *racha*. É amigo de Neguinho desde criança.

Deda – Irmão de Neguinho. Acampou na Pendengo logo depois de seu irmão, pelo MST. Junto com sua esposa, esteve entre as famílias que realizaram o *racha* com esse movimento social em 2008, devido a atitude tomada pelo coordenador Baixim.

Jane – 53 anos. Assentada pelo SINTRAF/SER. Ficou sabendo do acampamento na fazenda Pendengo no ano de 2003, através da vizinha de sua mãe na cidade de Castilho, que no caso também aderiu a luta na Pendengo, pela primeira vez. Saiu do acampamento em 2006 para residir no Japão, acompanhando seu marido que viajou a trabalho. Ambos são descendentes

de japoneses, mantendo família no país. Ao retornar para o Brasil, volta a Castilho onde procurou saber a situação em que o acampamento estava, encontrando-o já na *fase dos 30%* e estruturado não mais por dois e sim três grupos sócio-políticos: MTR, MST e SINTRAF, passando a acampar pelo grupo de Neguinho. Por ter sido uma das últimas pessoas a completar as vagas pelo SINTRAF/SER, assentou-se na unidade de agrupamento do *Paraíso das Águas*.

João – Assentado pelo MTR, reside em área que está desprovida de energia elétrica. Entrega todos os dias, pela manhã, sua produção de leite na associação Rio Paraná. É descrente do grupo de Éder como alternativa ao MTR. Em sua opinião “*são tudo farinha do mesmo saco*”.

José Agradecido – Assentado pelo MST. Era conhecido em época de acampamento como sendo *andorinha* ou *apoio*, aparecendo de uma a duas vezes no acampamento, pagando taxa de R\$ 30. Durante o acampamento mantinha trabalho e família em Tupi Paulista. O acampamento Pendengo foi sua primeira experiência na luta por terra, buscando ter seu lote de terra para trabalhar. Hoje, como assentamento, produz leite, além de trabalhar com criação de porcos.

Jovelino – Acampou na Pendengo pelo SINTRAF e hoje se encontra assentado sob essa mesma bandeira. Filho de assentado passou sua infância na fazenda Primavera. Junto de sua esposa, que conheceu na fazenda Primavera, participou de outros quatro acampamentos de luta pela terra, dos quais não vingaram devido o laudo da fazenda acusar como produtiva e d a dificuldade de se manter sem emprego. Soube pela sua sobrinha, que acampava na Pendengo, que haviam duas vagas para acampar na Pendengo, passando assim a aderir o acampamento sob a bandeira do MTR em 2006. Nesse mesmo ano abandona o acampamento devido problemas familiares, voltando a morar com seus pais na fazenda Primavera. Ao reabrir vagas no acampamento Pendengo, pouco antes de sair o laudo da fazenda, volta a acampar agora sob a bandeira do Sindicato, da qual se mantém assentado.

Lourival – Assentado pelo SER/SINTRAF e produtor de leite. É um dos maiores fornecedores de leite da Associação José de Alencar. Realiza *bicos* cortando cana para a usina Ipê, que fica próxima ao assentamento Pendengo. Devido sua insatisfação para com as coordenações do acampamento pelo MTR e MST, foi até a sede do INCRA, em Araçatuba, junto de outros acampados onde descobre ausência de negociação dos coordenadores do acampamento Pendengo para com o INCRA. Foi excluído do MTR por Nino e por não se interessar em acampar sob abandeira do MST, passou alguns meses sem representação sócio-política alguma dentro do acampamento Pendengo, até surgir o grupo de Neguinho pelo SINTRAF/SER do qual passa a aderir.

Luciana – Ocupante de lote abandonado na área do SINTRAF/SER. Acampou na Pendengo sob o MST e SINTRAF, por 5 anos e abandonou a acampamento devido o envolvimento de seu filho com drogas na cidade de Castilho. Foi responsável, junto de Neguinho em realizar o terceiro *racha* do acampamento, organizando o grupo de famílias que não concordava com as atitudes do MST para cm a organização do acampamento. Ao saber da emissão de posse da fazenda, tentou reaver sua vaga dentro do acampamento, porém teve seu pedido negado por todos os coordenadores, decidindo ocupar um lote abandonado.

Manuel – 77 anos. Natural do estado de Alagoas. Foi lavrador na fazenda Primavera desde 1967 e esteve presente durante toda a luta pela posse da terra, porém não participava ativamente da própria. Pai de 8 filhos, entre eles Neguinho e Deda, mudou-se para o estado de São Paulo em 1959 visando melhores condições de vida para sua família. Consegue dois alqueires na fazenda Primavera a convite de um amigo que lá morava e trabalhava. Tirava

madeira e cultivava algodão, trabalhando junto com esse seu amigo. Trabalhou no sindicato de Andradina durante a década de 1980 como tesoureiro, após receber o convite de um amigo. Vendeu o lote na Primavera depois que sua esposa faleceu, passando a morar com Dedá, um de seus filhos assentados na Pendengo. Mudou-se há pouco tempo para o lote de Neguinho, seu primogênito e vizinho de Dedá, onde construiu uma pequena casa ao lado da casa de seu filho.

Márcia – Esposa de Lourival. Acampou de 2004 até a conquista da terra, passando todo o tempo dentro do acampamento, enquanto seu marido trabalhava no corte de cana durante quase todo o período de acampamento.

Marlene – 60 anos. Assentada pelo MTR. É original de Nova Independência, SP. Ficou sabendo do acampamento por sua cunhada Sandra que acampou na Pendengo em 2004. Não era moradora, mantinha sua casa na cidade e pagava a taxa de apoio de R\$ 30 mensalmente.

Maria – Coordenava o acampamento pelo MTR, junto com seu marido, Nino que continua sendo o coordenador geral do MTR. É originária de Castilho, onde trabalhou como varredora de rua pela prefeitura, além de realizar serviços gerais na rodoviária de Castilho. É a terceira esposa de Nino, conhecendo-o em Castilho. Pouco tempo depois passaram a acampar na fazenda Pendengo onde fundaram o MTR. Hoje trabalha como monitora de um dos ônibus escolares que fazem o trajeto do assentamento à cidade de Castilho, além de ser monitora na escola.

Maria José – Esposa de Neguinho e responsável pela Associação José Alencar de produção de leite, cuidando do tanque de armazenamento e de toda organização da associação. Conhece Neguinho desde a infância, pois na verdade são primos, estando juntos a muito tempo. Moravam na fazenda Primavera com o pai de Neguinho, Manuel e passaram a acampar na Pendengo em outubro de 2005 ao saberem por um amigo que as terras dessa fazenda estavam sendo reivindicadas.

Neusa – Nascida em Castilho é assentada sob a bandeira do SINTRAF/SER, participando da associação de leite José de Alencar. Passou a acampar na Pendengo sob a bandeira do MST na categoria de moradora, participando ativamente das mobilizações que o movimento organizava. Zé Hélio, seu marido trabalhava na cidade e aparecia no acampamento somente nos finais de semana. Por passar a maior parte do tempo sem o marido, Neusa dormia todas as noites junto com outras mulheres que se encontravam na mesma situação. Passou para o grupo de Neguinho assim que esse surgiu, tendo como motivo para se mudar de organização, o fato de suas amigas saírem do MST e acamparem pelo sindicato.

Neide – 49 anos. Assentada sob o MTR *rachou* com esse *movimento* em 2012 compondo, junto com outras famílias, o Grupo de Éder. Nasceu em Andradina e trabalhou como empregada doméstica a maior parte de sua vida. Decidiu acampar na Pendengo depois de acompanhar a trajetória de luta de seu irmão, que conseguiu ser assentado em Buriti, MS, depois de um ano de acampamento. Adere o acampamento Pendengo em 2007, sob a bandeira do MTR, mas com o intuito de mudar-se para o MST assim que surgisse uma vaga nesse *movimento*, porém desiste quando presencia a insatisfação de diversas famílias para com o MST, que veio a resultar no terceiro *racha*.

Neguinho – 51 anos. Coordenador do assentamento pelo SINTRAF/SER. Viveu cerca de vinte anos na fazenda Primavera junto de seu pai. Saía e voltava diversas vezes, morando em várias cidades da região, até que decidiu voltar a morar com seu pai em janeiro de 2005, mesmo ano que passa a ter conhecimento da existência do acampamento Pendengo, do qual

decide aderir. Acampa primeiro pelo MTR, depois muda-se para o MST, até organizar junto com Luciana o terceiro *racha*, assumindo a posição de coordenador das famílias sob a bandeira do Sindicato.

Nino – Está com 48 anos e é coordenador do MTR. Nascido no Mato Grosso do Sul, se mudou ainda criança para Castilho, SP, onde viveu até os 20 anos, idade com que passou a acampar na fazenda Timboré, em 1991. Nesse acampamento aprendeu um pouco da lógica da luta por terra, relacionando-se com algumas autoridades. Em 2001 separou-se de sua segunda esposa e vendeu o lote que havia conquistado no assentamento Timboré, passando a morar no município de Nova Independência. Em 2003, volta a morar em Castilho e conhece Maria, com que se casa. Decidem aderir ao acampamento na fazenda Pendengo em 2004, onde coordena um grupo de famílias pelo MST, para depois coordenar o segundo *racha* do acampamento, criando, logo em seguida, seu próprio movimento, o MTR.

Sandra – Assentada sob o MTR, tem uma pequena venda de cerveja, refrigerantes e cigarros em seu lote, complementando sua renda mensal composta pela produção de leite. Acampou sob a bandeira do MST em 2004, participando de todas as *jornadas de luta* apresentadas por esse movimento. Passou a aderir ao MTR em 2008, assim que houve o terceiro *racha*, discordando da atitude tomada por Baixim de escolher as famílias que foram assentadas na fazenda Cafeeira. Com isso, passa a aderir o grupo de Nino, pelo fato de ser um grupo representado por um movimento social já constituído, não visualizando relevância sócio-política na luta pela terra, no grupo de *Neguinho*.

Zeca – 53 anos. Assentado pelo MTR. *Rachou* com esse movimento e passou a compor junto com Éder e outras famílias mais um grupo dentro do assentamento Pendengo, conhecido pelos assentados como sendo o grupo de Éder. Participa da produção de leite do assentamento através da Associação Rio Paraná.